



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---

EDIÇÃO

**10**



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---

EDIÇÃO

**10**



## **OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS**

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, bem como por parceiros convidados, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

### **Expediente – 10ª Carta de Conjuntura**

**Reitor:** Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

**Pró-Reitora de Pós-Graduação:** Profª. Drª. Maria do Carmo Romeiro

**Pró-Reitor de Graduação:** Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:** Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

**Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório:** Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

#### **Coordenação Geral do Observatório:**

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

#### **Coordenação Adjunta do Observatório:**

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

#### **Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

#### **Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Profª. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Profª. Me. Marta Ângela Marcondes

Profª. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

#### **Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Doutorando Adhemar S. Mineiro (UFRRJ)

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Mestranda Gisele Yamauchi (UFABC e USJT)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos (USCS)

Mestranda Sandra Collado (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

#### **Convidados desta edição:**

Profª. Drª. Adriana Pereira da Silva (PUC)

Especialista Álvaro Barbosa da Silva Junior (ITESCS)

Prof. Dr. Angelo Palmisano (UNIVAG)

Prof. Aristogiton Moura (USCS e Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo)  
Profª Drª. Barbara Soares Silva (PUC)  
Graduanda em Nutrição Caroline Rosa Koerner (USCS)  
Economista Catia Uehara (DIEESE)  
Farmacêutica e Graduanda em Nutrição Débora Francine Fonseca (USCS)  
Prof. Dr. Edgar da Nóbrega Gomes (PUC)  
Graduando Ivan Santos da Silva (Uninove)  
Graduando em Nutrição José Carlos dos Santos Júnior (USCS)  
Jornalista e Diretor de Projetos do Instituto Amsur José Lourenço Pechtoll  
Mestrando Leonardo Birche de Carvalho (USCS)  
Graduando Marcelo Vegi (USP)  
Pós-Graduada (USP) e Advogada Maria da C. V. da Conceição (Sind. Bancários do ABC)  
Profª Drª Patrícia Maria Villa Lhacer (USCS)  
Eng. Ambiental Pedro S. Ferrão (USP e Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo)  
Graduando Rafael Pupo Maia (FACAMP)  
Profª. Drª. Raquel da Silva Pereira (USCS)  
Graduada em Ciências do Trabalho Vânia Viana (Escola DIEESE)  
Profª Ms. e Economista Vivian Machado (DIEESE)

**Apoio na organização dos textos:**

Mestranda Gisele Yamauchi

**Comunicação:**

Prof. Me. Luciano Cruz

**Assessoria de Imprensa:**

Ana Paula Lazari Ferreira

**Revisão de textos:**

Ana Paula Lazari Ferreira  
Mestranda Gisele Yamauchi  
Jefferson José da Conceição

**Carta online:**

Alan de Almeida Matias  
Ana Paula Lazari Ferreira  
Renata Ezellner Miquilim

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Visite nosso site: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs)

## SUMÁRIO

<b>1. UMA CRISE EXTERNA A CAMINHO?.....</b>	<b>08</b>
<i>Adhemar S. Mineiro</i>	
<b>2. O RELATÓRIO DA OIT “TRABALHANDO EM UM PLANETA MAIS QUENTE”, E SUA APLICAÇÃO PRELIMINAR AO PIB INDUSTRIAL E AO DE SERVIÇOS NO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>16</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i>	
<i>Gisele Yamauchi</i>	
<i>Gustavo Kaique de Araújo Monea</i>	
<i>Vânia Viana</i>	
<b>3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019 QUE INSTITUI O CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO E ALTERA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.....</b>	<b>26</b>
<i>Maria da Consolação Vegi da Conceição</i>	
<b>4. OS AFASTAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO: TRANSTORNOS DE UMA CATEGORIA SOB PRESSÃO.....</b>	<b>48</b>
<i>Vívian Machado</i>	
<i>Catia Uehara</i>	
<b>5. NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PROPOSTO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E OS RISCOS DE REDUÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO SUS NOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE 2021.....</b>	<b>60</b>
<i>Francisco R. Funcia</i>	
<b>6. GOVERNANÇA E CONSELHO CONSULTIVO.....</b>	<b>65</b>
<i>Eduardo de Camargo Oliva</i>	
<i>José Turíbio de Oliveira</i>	
<b>7. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O KAIZEN - BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA INOVADORA NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>68</b>
<i>Gisele Yamauchi</i>	
<b>8. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO GERANDO MAIOR DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS CIDADES QUE COMPÕEM O ABC PAULISTA.....</b>	<b>75</b>
<i>Antônio Aparecido de Carvalho</i>	
<i>Álvaro Francisco Fernandes Neto</i>	
<i>Leonardo Birche de Carvalho</i>	
<b>9. URBANISMO TÁTICO: POSSIBILIDADE PARA O GRANDE ABC?.....</b>	<b>80</b>
<i>Enio Moro Junior</i>	
<b>10. O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA PARA O FUTURO REGIONAL DO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>84</b>
<i>Edgar da Nóbrega Gomes</i>	

- 11. PROPOSTA DE DESENHO DE UM THINK TANK PARA DESENVOLVER INTELIGÊNCIA REGIONAL DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GRANDE ABC PAULISTA ..... 91**  
*Aristogiton Moura*
- 12. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL (DRRS): UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA.... 105**  
*Raquel da Silva Pereira*  
*Angelo Palmisano*
- 13. IMPACTO ECONÔMICO DA RECICLAGEM NO GRANDE ABC PAULISTA ..... 115**  
*Lúcio Flávio Freitas*
- 14. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL REFERENCIADA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – APLICAÇÃO EM COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ..... 122**  
*Pedro Souza Ferrão*
- 15. A QUESTÃO ALIMENTAR NO GRANDE ABC: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DAS COMPRAS COMUNITÁRIAS..... 130**  
*José Lourenço Pechtoll*
- 16. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BATATA FRITA: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS X AMBULANTES EM MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC PAULISTA ..... 134**  
*Caroline Rosa Koerner*  
*Débora Francine Fonseca*  
*José Carlos dos Santos Júnior*
- 17. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO POLÍTICA DE FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS: O CASO DOS APLS DO GRANDE ABC E DO APL DE PÃO DE QUEIJO DE HORTOLÂNDIA..... 144**  
*Alessandra Santos Rosa*  
*Rafael Pupo Maia*
- 18. A INTRODUÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: O CRESCIMENTO DO SETOR PET NO BRASIL, ALGUNS NÚMEROS DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E REFLEXÕES SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL ..... 152**  
*Stefanie Sussai*  
*Ivan Santos da Silva*
- 19. INDICADORES DO NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE SÃO CAETANO DO SUL..... 163**  
*Patrícia Maria Villa Lhacer*
- 20. INDICADORES CRIMINAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA..... 169**  
*David Pimentel Barbosa de Siena*  
*Ana Carolina Kaminski Buratto*  
*Rafaella Navarro Leonel*

<b>21. É PRECISO MELHORAR AS GESTÕES ESTRATÉGICAS LOCAIS DO PODER JUDICIÁRIO .....</b>	<b>176</b>
<i>Marcelo Vegi da Conceição</i>	
<b>22. AS OFERTAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS FRAGILIDADES DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INTEGRAL EM SÃO PAULO E NO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>180</b>
<i>Adriana Pereira da Silva</i>	
<b>23. REPRESENTAÇÃO DO SER HUMANO NO GOOGLE BOOKS: UMA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA DE CORPUS SOB OS ESTÁGIOS DA VIDA .....</b>	<b>186</b>
<i>Bárbara Soares da Silva</i>	
<b>24. O MERCADO DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA .....</b>	<b>190</b>
<i>Álvaro Barbosa da Silva Junior</i>	
<b>25. O CAPITAL NÃO É GELEIA .....</b>	<b>198</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i>	

# 1. UMA CRISE EXTERNA A CAMINHO?

Adhemar S. Mineiro

### Resumo Executivo

*A conjuntura recente no Brasil apresenta elementos de continuidade – um cenário internacional adverso, a estagnação da produção, do emprego e da renda, a crise das finanças públicas. Entretanto, começa a aparecer um sinal de alerta no que diz respeito às contas externas do país. Desde o início do ano se observa uma evolução negativa dos números do balanço de pagamentos. No mês de novembro, voltaram a acontecer movimentos agudos na taxa de câmbio, que devem passar a ser observados, especialmente em função de um quadro complicado da economia internacional e, em especial, da economia e da situação social na América Latina.*

“A inflação aleija, mas o balanço de pagamentos mata.”  
(Mário Henrique Simonsen)

### Introdução

O ano de 2019 tinha tudo para ser mais um ano de uma longa estagnação que se arrasta desde 2017, depois da aguda recessão de 2015 e 2016. Mantida a política centrada na preocupação exclusiva por comprimir o gasto público, para sinalizar aos aplicadores financeiros que eles são, sim, a prioridade sobre qualquer outro gasto. Tudo será feito para “poupar” recursos de todas as áreas do governo objetivando o pagamento dos gastos financeiros. Desta forma, seguindo adiante a venda de ativos públicos, a nova reforma da Previdência, as desvinculações e desobrigações de despesas que o Ministro Paulo Guedes vem apresentando ao Congresso e aos políticos em geral, aí incluídos governadores e prefeitos, que também podem ganhar flexibilidade de gastos com esse tipo de proposta. De outro lado, movimentos também vêm sendo feitos no sentido de um cada vez maior enquadramento financeiro dos níveis administrativos subnacionais, como estados e municípios.

Entretanto, corremos o risco de enfrentar nesse final de ano um debate do qual estávamos afastados fazia algum tempo: o da possibilidade de uma crise cambial. O desenho da conjuntura internacional, em particular a latino-americana (com crise econômica e política que se espalha por quase toda região), e o acirramento da aversão ao risco entre os investidores internacionais são dois elementos que vem se combinando com a redução do saldo comercial e as saídas dos chamados “investimentos de portfólio” (aplicações financeiras, algumas de curto-prazo) e demais remessas para o exterior, contribuindo para uma evolução rápida – e negativa – do saldo de transações correntes do país.

Assim, há a possibilidade de se somar uma estagnação da produção com uma crise de balanço de pagamentos. Isto seria não apenas complicado, mas de fato um elemento a mais a tornar o fundo do poço pegajoso. Afinal, a tendência é que uma retomada econômica impacte negativamente o balanço de pagamentos em países em desenvolvimento, uma vez que uma eventual retomada de investimentos acaba elevando a demanda por bens de capital, na maior parte dos casos importados. Isto, em uma economia mais aberta e com uma indústria que é cada vez mais “montadora”, a partir de insumos importados. Ou seja, um quadro ainda mais confuso nesse emaranhado em que o Brasil vai se envolvendo.

Finalmente, há que observar o quadro internacional bastante complicado, que tem como elemento que mais chama a atenção o complicado jogo de xadrez das negociações entre China e Estados Unidos chamada mais comumente de “guerra comercial”, mas que envolve muito mais elementos do que simplesmente comércio. Tem como elemento de fundo uma disputa pela hegemonia mundial por um prazo longo. Esse quadro de disputa, no qual o posicionamento ideológico do atual governo brasileiro acaba algumas vezes confrontando interesses mais pragmáticos, tem que ser tomado em

consideração. Isto porque a cada vez que temos um acirramento da disputa, observamos também mais turbulência no quadro mundial - turbulências para as quais a institucionalidade construída na segunda metade do século XX (instituições de Bretton Woods, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, entre outras) somada às instituições criadas na primeira década deste século, como o G20, têm se mostrado limitada para administrar.

É nesse quadro tenso que uma crise de balanço de pagamentos do Brasil poderia tornar os dilemas nacionais ainda mais complexos. Isto amplia as incertezas que uma agudização da crise econômica poderia causar sobre uma crise social que não se resolve, e a incertezas políticas preocupantes para o arcabouço democrático criado há trinta anos no país.

## 1. A situação externa do país

Como dito anteriormente, vale uma observação rápida da evolução do saldo de transações correntes do Brasil. Uma observação relevante é a do déficit como percentual do PIB.

**Tabela 1 – Balanço de Pagamentos – Saldo de Transações Correntes (em US\$ milhões)**

Período		Saldo de transações correntes		
Ano	Mês	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2017	Jan	- 6 716	- 25 346	-1,39
	Fev	-276	- 24 343	-1,33
	Mar	711	- 22 170	-1,19
	Abr	-168	- 21 730	-1,16
	Mai	2 471	- 20 610	-1,08
	Jun	431	- 17 557	-0,91
	Jul	- 3 416	- 17 088	-0,88
	Ago	-173	- 16 339	-0,83
	Set	-705	- 15 751	-0,79
	Out	- 1 494	- 14 118	-0,70
	Nov	- 2 983	- 16 760	-0,83
	Dez	- 2 697	- 15 015	-0,73
2018	Jan	- 6 778	- 15 077	-0,74
	Fev	- 5 020	- 19 821	-0,98
	Mar	- 2 269	- 22 801	-1,14
	Abr	- 1 638	- 24 271	-1,22
	Mai	-861	- 27 603	-1,40
	Jun	- 1 450	- 29 484	-1,50
	Jul	- 7 447	- 33 515	-1,72
	Ago	- 3 617	- 36 960	-1,91
	Set	- 1 327	- 37 582	-1,96
	Out	- 1 964	- 38 052	-2,00
	Nov	- 3 052	- 38 121	-2,02
	Dez	- 6 116	- 41 540	-2,22
2019	Jan	- 8 881	- 43 643	-2,34
	Fev	- 3 178	- 41 801	-2,24
	Mar	- 2 389	- 41 921	-2,26
	Abr	- 1 752	- 42 035	-2,27
	Mai	- 1 327	- 42 501	-2,30
	Jun	- 3 010	- 44 061	-2,39
	Jul	- 9 443	- 46 057	-2,50
	Ago	- 3 664	- 46 104	-2,51
	Set	- 4 139	- 48 915	-2,67
	Out	- 7 874	- 54 825	-3,00

Fonte: Banco Central do Brasil, em nota para a Imprensa – 25/11/2019.

A partir de dezembro de 2017, o déficit como percentual do PIB cresce quase que continuamente de -0,73% até alcançar -3,00% em outubro desse ano. Vale observar que essa evolução negativa é resultado em especial da queda do resultado da balança comercial nesse ano, e das remessas para o exterior no período anterior.

**Tabela 2 – Balança Comercial Brasileira – Novembro de 2019 em US\$ milhões FOB**

Período	Dias Úteis	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		CORR. COMÉRCIO		SALDO	
		Valor	Média p/dia útil	Valor	Média p/dia útil	Valor	Média p/dia útil	Valor	Média p/dia útil
<b>Novembro (até a 4ª semana)</b>	<b>15</b>	<b>13.498</b>	<b>899,9</b>	<b>10.781</b>	<b>718,7</b>	<b>24.279</b>	<b>1.618,6</b>	<b>2.717</b>	<b>181,2</b>
1a.semana (01 a 03)	1	1.236	1.236,0	681	681,1	1.917	1.917,1	555	554,9
2a.semana (04 a 10)	5	4.749	949,8	3.535	707,1	8.284	1.656,9	1.214	242,7
3a.semana (11 a 17)	4	3.732	933,0	3.268	817,0	7.000	1.750,0	464	116,0
4a.semana (18 a 24)	5	3.781	756,2	3.296	659,2	7.077	1.415,4	485	97,0
<b>Acumulado no ano</b>	<b>227</b>	<b>199.034</b>	<b>876,8</b>	<b>161.395</b>	<b>711,0</b>	<b>360.429</b>	<b>1.587,8</b>	<b>37.638</b>	<b>165,8</b>
Janeiro	22	18.086	822,1	16.388	744,9	34.474	1.567,0	1.698	77,2
Fevereiro	20	15.892	794,6	12.622	631,1	28.513	1.425,7	3.270	163,5
Março	19	17.699	931,5	13.132	691,1	30.831	1.622,7	4.567	240,4
Abril	21	19.438	925,6	13.629	649,0	33.067	1.574,6	5.809	276,6
Mai	22	20.650	938,6	14.968	680,4	35.618	1.619,0	5.682	258,3
Junho	19	18.059	950,5	13.029	685,7	31.087	1.636,2	5.030	264,7
Julho	23	19.872	864,0	17.760	772,2	37.632	1.636,2	2.112	91,8
Agosto	22	18.688	849,5	15.569	707,7	34.257	1.557,1	3.119	141,8
Setembro	21	18.921	901,0	16.494	785,4	35.415	1.686,4	2.427	115,6
Outubro	23	18.231	792,7	17.025	740,2	35.257	1.532,9	1.206	52,4
Novembro	15	13.498	899,9	10.781	718,7	24.279	1.618,6	2.717	181,2
<b>Novembro/2018</b>	<b>20</b>	<b>20.939</b>	<b>1.047,0</b>	<b>16.862</b>	<b>843,1</b>	<b>37.801</b>	<b>1.890,1</b>	<b>4.077</b>	<b>203,8</b>
Outubro/2019	23	18.231	792,7	17.025	740,2	35.257	1.532,9	1.206	52,4
Var. % Nov-2019/Nov-2018			-14,1		-14,8		-14,4		-11,1
Var. % Nov-2019/Out-2019			13,5		-2,9		5,6		245,5
<b>Jan-Novembro/2019(até a 4ª semana)</b>	<b>227</b>	<b>199.034</b>	<b>876,8</b>	<b>161.395</b>	<b>711,0</b>	<b>360.429</b>	<b>1.587,8</b>	<b>37.638</b>	<b>165,8</b>
Jan-Novembro/2018(até a 4ª semana)	225	215.986	959,9	165.083	733,7	381.068	1.693,6	50.903	226,2
Var. % Jan/Nov-2019/2018			-8,7		-3,1		-6,2		-26,7

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia  
 Novembro/2019: 20 dias úteis; Novembro/2018: 20 dias úteis; Outubro/2019: 23 dias úteis.

Vale observar a queda dos números dos mesmos períodos desse ano e do ano passado. As exportações caíram quase 9%; as importações também caíram (cerca de 3%); a corrente de comércio caiu cerca de 6% (o que é complicado para um governo que tem como uma das ênfases o discurso da integração econômica internacional); o saldo da balança comercial para a comparação dos mesmos períodos de janeiro a novembro do ano em curso e do anterior recuou quase 27%. Evidente que parte disso tem relação com a queda dos preços das *commodities* – o que mais do que tudo evidencia os riscos de configurar uma integração no comércio internacional centrada em *commodities*. Além disso, registre-se a crise econômica no principal parceiro econômico do Brasil no caso da exportação de bens manufaturados, a Argentina, e a falta de sensibilidade política do atual governo brasileiro desde que tomou posse no diálogo e negociação com esse parceiro fundamental, em especial após os resultados eleitorais do final de outubro, assim como com o Mercosul como um todo.

De todo modo, os números do comércio internacional têm mostrado um ambiente hostil e preocupante, para os que apostam neste como estratégia de crescimento. De acordo com a OMC, as perspectivas de crescimento do comércio internacional em 2019 caíram de 2,6% em abril desse ano para cerca de 1,2% em outubro (queda a menos da metade, informações em [https://www.wto.org/english/news\\_e/pres19\\_e/pr840\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/pres19_e/pr840_e.htm)), em um ambiente econômico com crescimento do PIB mundial estimado em 2,3%. Ou seja, o comércio internacional estaria, por essas previsões, crescendo menos do que o PIB mundial. Ou seja, o crescimento do PIB mundial estará mais dependente do crescimento dos mercados domésticos. O FMI trabalha com números parecidos no seu Perspectivas Econômicas de outubro desse ano (<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019>): uma estimativa de 3% para o crescimento do PIB mundial, contra uma estimativa de crescimento do comércio internacional de 1,25%. Ainda mais radical no sentido da dependência dos mercados externos, pois estima um crescimento maior do PIB mundial. Assim, se as autoridades brasileiras seguem apostando nesse rumo colherão com o tempo ainda maiores dificuldades de crescimento econômico, além de números complicados na balança comercial e nos resultados do balanço de pagamentos.

Vale observar finalmente uma remessa de juros e dividendos de mais de US\$ 22 bilhões entre janeiro e outubro desse ano, agravando os números. Essa é uma tendência configurada desde a crise financeira de 2007 e 2008, quando os resultados positivos das filiais passaram a ser utilizados para reconfigurar as posições fragilizadas das matrizes, mas vem se agravando no caso brasileiro desde a recessão de 2015/2016 e a estagnação que segue até hoje. Isto mostra que um mau ambiente econômico não ajuda no sentido do reinvestimento dos ganhos das matrizes das corporações internacionais no país. Essas privilegiam a recomposição de liquidez das matrizes. Além disso, o crescimento da aversão ao risco em nível internacional também explica essa opção das matrizes das empresas transnacionais produtivas e financeiras operando no país.

Finalmente, vale observar a saída de investimentos em carteira (“portfólio”). De acordo com o Banco Central, entre janeiro e outubro desse ano teriam saído cerca de US\$ 6,25 bilhões (de acordo com a já citada *Nota para a imprensa - 25/11/2019*). Parte dessa saída de capitais se explica pelo ambiente internacional de aversão ao risco em países emergentes, e parte pela redução da remuneração mais importante para esses capitais que entram, a taxa de juros. Esse seria um movimento normal em um ambiente de redução de taxa de juros e turbulências internacionais. A questão é que os movimentos agudos da taxa de câmbio nas últimas semanas de novembro, com o dólar se aproximando de R\$ 4,30, e os aplicadores/especuladores testando os limites do Banco Central brasileiro (que, aparentemente, até aqui tenta limitar o valor do dólar estadunidense em R\$ 4,27, intervindo forte, não apenas com venda de swap cambiais, mas com venda direta de dólares, cada vez que o dólar ameaça transpor aquele valor que aparece como um teto a ser defendido neste momento). Sem contar o quadro da última semana do mês de novembro, exatamente aquele que registrou os movimentos mais agudos, o volume de reservas do Banco Central brasileiro recuou de cerca de US\$ 377 bilhões, em janeiro de 2019, a cerca de US\$ 368 bilhões, em 22 de novembro desse ano. O Banco Central vem utilizando o volume de reservas acumulado entre meados de 2006 e meados de 2012 para tentar segurar o teto, mas há que observar agora os movimentos agressivos do outro lado, dos especuladores, que agora conhecem o limite superior (R\$ 4,27) com que trabalha o Banco Central.

Independente dos eventuais movimentos especulativos, que ganham espaço para se acirrar, o fato é que essas movimentações da taxa de câmbio não apenas complicam o cálculo de investidores de curto, médio e longo prazos, como representam impactos reais na taxa de inflação, que tende a subir em função dos preços dos componentes importados na produção interna, da “indexação” escondida que os valores do dólar estadunidense acabam representando na economia brasileira e pelos preços dos bens cotados no mercado internacional (“tradables”), mesmo que produzidos internamente, como carnes, óleo de soja, petróleo e outros. Esses mecanismos fazem com que variações para cima do valor do dólar dos EUA tendam a pressionar os preços, o que também deve acabar influenciando na discussão sobre a taxa de juros interna determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

## **2. Produção e finanças públicas**

Os números da produção (IBGE, Contas Nacionais Trimestrais) divulgados para o segundo semestre do ano de 2019 (última divulgação) apontavam o esperado: estagnação. Tanto a taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior) quanto a taxa acumulada de quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) apontavam um crescimento de 1%, similar aos resultados de 2017 e 2018, e compatível com o prosseguimento da política fiscal contracionista adotada desde 2015 (que naquele ano e em 2016, em função da turbulência política e da virtual paralisação da construção civil pesada e da cadeia de petróleo, em função do ambiente de disputa político-judicial, resultou em recessão aguda).

Quanto ao mercado de trabalho, a PNAD Contínua do IBGE para o 3º. Trimestre de 2019 mostra um nível de desocupação estabilizado em nível elevado (11,6% para o trimestre agosto/setembro/outubro de 2019, contra 11,8% para o trimestre maio/junho/julho de 2019, e 11,7% para o período agosto/setembro/outubro de 2018, para efeitos de comparação). Grandes variações ocorreram entre os trabalhadores do setor privado sem carteira (crescimento de 2,4%, frente ao

mesmo trimestre de 2018) e entre os chamados “conta própria” (3,9%). Esses números mostram que parte importante dessa pequena variação da desocupação se deu pelo crescimento do chamado “setor informal”, ou seja, cresceu a informalidade da economia brasileira nesse último período. Já o rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas permanece estacionado (R\$ 2.317 para o trimestre agosto/setembro/outubro de 2019, contra R\$ 2.292 para o período maio/junho/julho de 2019, e R\$ 2.298 para o período agosto/setembro/outubro de 2018). O ambiente hostil do mercado de trabalho, com alta taxa de desocupação, tanto empurra parte da força de trabalho para a informalidade, como serve para conter eventuais avanços dos rendimentos, funcionando também como elemento de contenção da demanda. Ou seja, não se pode esperar daí nenhum forte estímulo ao crescimento, em especial porque a expansão do informal dificulta o acesso ao crédito.

No caso das finanças públicas, apesar da redução das taxas de juros, componente importante do gasto público no país, em setembro de 2019, de acordo com os dados do Banco Central, a dívida líquida interna do setor público consolidado enquanto percentagem do PIB se situava em 66,75%, apesar dos esforços para sua redução. A necessidade de financiamento do setor público seguia na faixa de 5% do PIB. No caso dos resultados fiscais, de acordo com o Sumário Executivo do *Resultado do Tesouro Nacional de Outubro de 2019* [1], houve uma piora em outubro de 2019, quando comparado o quadro com outubro de 2018: “A piora em relação a outubro de 2018 se deveu, principalmente, à redução de R\$ 1,1 bilhão das receitas líquidas, em termos reais. Essa variação é explicada em sua maior parte pelas reduções de R\$ 3,0 bilhões na COFINS, R\$ 2,0 bilhões em Outras Receitas Administradas, R\$ 1,6 bilhão na receita de Exploração de Recursos Naturais e R\$ 1,5 bilhão em Concessões e Permissões parcialmente compensadas pelos aumentos de R\$ 3,5 bilhões no Imposto sobre a Renda, R\$ 2,3 bilhões em Dividendos e Participações e R\$ 1,5 bilhão na CSLL.

Vale ressaltar que o ingresso maior da receita de dividendos este ano decorreu da mudança da política de dividendos dos bancos públicos, em especial, Caixa Econômica Federal e BNDES, que passaram a recolher no próprio ano dividendos baseado no lucro semestral já ocorrido.” Ou seja, parte da explicação da situação não ter piorado ainda mais diz respeito à mudança da política de dividendos dos bancos públicos, repassando desta forma ao Tesouro Nacional mais recursos.

O quadro, de qualquer maneira, não é confortável. O quadro fiscal foi revertido a partir do final de 2014, com o esgotamento do crescimento econômico que manteve a arrecadação crescendo por um longo período. A partir daí cresceram as dificuldades da gestão fiscal, apesar da política contracionista. Estas dificuldades parecem seguir adiante juntamente como o prosseguimento da política contracionista.

### **3. O quadro internacional**

Vivemos ainda no contexto da crise de 2007/2008, no mundo e na nossa região. Nesse contexto, primeiro há que entender o quadro de saída da crise daquele momento, e depois os efeitos desse movimento em nossa região.

A crise de 2007/2008, mais do que uma “crise de hipotecas”, atingiu o mercado financeiro internacional como um todo. Esse vinha, desde o processo de forte liberalização financeira dos anos 1990, se interligando cada vez mais. Os efeitos de uma crise que começou no mercado de hipotecas e aplicações de risco (“subprime”) nos EUA só se diversificou rapidamente por conta dessa interconexão entre os mercados financeiros e da falta de controles sobre movimentação de capitais que foi se estabelecendo.

A generalização da crise, atingindo também as empresas não-financeiras que operaram nos mercados financeiros buscando aumentar sua rentabilidade, em especial nos chamados “mercados de derivativos”, acabou comprometendo também um conjunto de grandes corporações. Entre corporações financeiras e não-financeiras, no mercado e também entre os agentes de governo, expandiu-se o discurso do “too big to fail”, excessivamente grande para quebrar. Assim, politicamente se constituiu o G20 para, inicialmente, promover uma reorientação de uma economia

financeirizada e excessivamente liberalizada do ponto de vista das aplicações financeiras (esse era o diagnóstico presente nos documentos do G20 desde a sua constituição em 2008, até a suas reuniões em Toronto, no meio do ano, e em Seul, no final do ano, em 2010. Ao lado dessa avaliação, a necessidade de agrupar novos atores ao grupo de grandes países detentores de riqueza financeira, em especial a China, para tentar não apenas encontrar uma solução, mas para ajudar a bancar essa solução (inclusive com uma recapitalização das chamadas “instituições de Bretton Woods”, como o Banco Mundial e o FMI). Esses recursos, e outros alavancados a nível nacional, acabaram servindo para salvar uma parte das grandes corporações internacionais, em especial as financeiras. Assim, saímos daquele momento com um grande endividamento dos Estados Nacionais para salvar as grandes corporações, de um lado, e o crescimento de outros atores nas finanças internacionais, com destaque para a China.

Do endividamento dos Estados Nacionais advém duas políticas que ficaram explícitas nos anos seguintes. De um lado, em especial no quadro europeu, as duríssimas políticas de ajuste (ao endividamento público para salvar as corporações privadas sucedeu um ajuste do setor público) – que passaram a serem “traduzidas” progressivamente para os documentos do G20, onde hoje são hegemônicas. De outro, nos EUA e, posteriormente, também na Europa, quando passou a ser também adotada pelo Banco Central Europeu quando as políticas de ajuste pareceram conduzir a situações sem saída, as políticas de expansão monetária, sob o rótulo de “quantitative easing”.

Essa forte expansão monetária, jogando os juros para o patamar de 0% nos Estados Unidos e Europa (e números ligeiramente negativos no Japão) permite dar um novo fôlego à especulação financeira. A partir desses movimentos, os mercados de câmbio, commodities e outros passam por fortíssimos movimentos especulativos, com movimentos bruscos nos preços de ações, commodities, taxas de câmbio, títulos e, mais uma vez, derivativos. A variação brusca dos preços de commodities impactaram fortemente as economias latino-americanas, mas também, como vemos agora, estão na raiz das agudas turbulências políticas que vive a região.

Por outro lado, a recapitalização das agências de Bretton Woods, e a forte liquidez dos mercados privados advindas das políticas de expansão monetária, coloca a discussão sobre como buscar espaços de valorização para o excesso de riqueza financeira. Nesse quadro, se expandem no discurso de FMI, Banco Mundial e outras agências, assim como nos discursos do G20 desde a reunião de Seul em 2010, e dos investidores privados, os planos para fortes investimentos em infraestrutura, nos quais esses capitais seriam sócios, via empréstimos ou esquemas como as parcerias público-privadas (PPPs), entre outros esquemas. A defesa da efetivação de megaprojetos de infraestrutura nas mais variadas áreas, mas em especial nas áreas de logística (transportes) e telecomunicações, frutifica pelo menos até 2018 (em 2019, há que apontar que a identificação pelos aplicadores financeiros de que o risco de uma nova crise é muito presente fez com que o afã por financiamento de investimento em projetos de infraestrutura no conjunto de países conhecidos como “emergentes” fosse pouco a pouco perdendo a euforia).

Assim, da animação com projetos e aplicações financeiras movidas pela expansão monetária inebriante, o mundo financeiro se moveu para a “retranca”, para um movimento de aversão ao risco, para uma nova valorização do dólar dos EUA, porto seguro dos investidores em momento de crise evidente.

De novo, a crise por que passam os chamados mercados emergentes, com fortes turbulências cambiais e crises de balanço de pagamentos (derivando também em crises políticas e sociais) é uma consequência desses movimentos financeiros. A América Latina não é exceção, em especial a América do Sul. A combinação entre fuga de capitais e quedas dos preços de commodities, resultando em dificuldades de balanço de pagamentos tem afetado os mercados da região, com forte valorização do dólar e impactos inflacionários.

O terceiro elemento importante é o aumento do papel da China no mundo financeiro, quer diretamente, por meio de seus bancos de desenvolvimento e empresas fortemente capitalizadas, e projetos de desenvolvimento chineses que vêm acompanhados de fundos para sua viabilização (como a iniciativa “Um Cinturão, uma Rota”), quer através de um sistema financeiro que vai sendo

criado e articulado com outros países, mas no qual os chineses aparecem como hegemônicos (como no caso de agências como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, ou o Novo Banco de Desenvolvimento, o chamado “Banco dos BRICS”), quer pelo aumento do peso chinês nas decisões das velhas agências de Bretton Woods. Essa expansão financeira chinesa se dá concomitante a uma estratégica disputa de fundo, estrutural e geopolítica, que vai além da economia e das finanças, pela hegemonia internacional. Sem entrar nessa rica discussão, o importante a ressaltar é que essa expansão dos capitais, projetos e investimentos chineses tem forte impacto na América Latina, também por sua relação com o desenvolvimento da infraestrutura regional. Mais ainda porque, ao contrário dos capitais das antigas fontes nos mercados hegemonzados por EUA, Europa e Japão, os investimentos estratégicos da China não parecem recuar frente à ameaça de nova aguda crise financeira, mostrando resiliência invejável, a princípio por se articularem com um projeto de longo-prazo de desenvolvimento chinês no mundo, e por estarem ancorados nas garantias financeiras do Estado chinês. Para a América Latina, de um lado a disponibilidade desses capitais chineses podem representar algum fôlego no curto-prazo. De outro, a articulação com o projeto chinês de longo-prazo recoloca para os países latino-americanos um papel do qual eles já tentaram fugir no passado – exportadores de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas e importadores de produtos manufaturados. Temos na América Latina extensa literatura econômica e política crítica a respeito dessa estratégia de articulação internacional de experiência passadas na região.

Assim, a crise recente que vivemos na região, e as disputas a respeito do futuro, são uma decorrência ainda da crise que vivemos no final da primeira década desse século. A chamada “guerra comercial” é apenas uma parte – e talvez, apesar dos efeitos de mais curto prazo, não a mais importante – deste processo.

#### **4. Conclusão**

Os desdobramentos da conjuntura recente no Brasil colocam elementos de continuidade – um cenário internacional adverso, a estagnação da produção, do emprego e da renda, a crise das finanças públicas – mas acende um sinal até aqui amarelo para uma nova dimensão que não estava presente até aqui.

A evolução negativa – e rápida – do balanço de pagamentos, e os movimentos agudos da taxa de câmbio no mês de novembro passam a chamar a atenção para uma nova dimensão, que pode ser até mais complexa do que os elementos presentes até aqui. Assim como os predadores que esperam sinais para identificar os elementos mais frágeis de uma manada, e escolher a sua presa, os especuladores internacionais começaram a identificar dificuldades do Brasil com o seu setor externo. Até aqui, essas dificuldades parecem ser administráveis por conta das reservas acumuladas entre 2006 e 2012. Mas esse nível de reservas nunca foi testado por um ataque especulativo mais forte. O movimento que fazem os especuladores até aqui é o de testar os limites do Banco Central brasileiro.

Por outro lado, os outros mecanismos de defesa criados no período anterior (além do aumento do nível de reservas, tínhamos o Acordo Contingente de Reservas no nível dos BRICS, com o qual, na prática, as reservas internacionais chinesas poderiam servir para defender os demais parceiros dos BRICS, e acordos de defesa entre os países sul-americanos) foram sendo na prática desativados por uma diplomacia recolocada na órbita dos EUA, e seus efeitos econômicos e financeiros. A maior vinculação à principal potência financeira do planeta tem como contrapartida à sujeição com poucas defesas frente aos movimentos das corporações financeiras e fundos de investimento.

Assim, existe mais um aspecto importante a ser acompanhado no próximo período, e este diz respeito às contas externas. Como lembrava o ex-ministro Mário Henrique Simonsen com sua famosa frase, uma crise aí pode ser muito grave.

## Notas

[1] publicação do Ministério da Economia disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/246449/sum%EF%BF%BDrio\\_out19.pdf/673c2b05-ceed-433d-b506-a646a6f0c1ae](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/246449/sum%EF%BF%BDrio_out19.pdf/673c2b05-ceed-433d-b506-a646a6f0c1ae)>

---

**Adhemar S. Mineiro.** Economista, Doutorando do PPGCTIA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CV Lattes em <http://lattes.cnpq.br/4053006624011743>

## Nota Técnica

# 2. O RELATÓRIO DA OIT “TRABALHANDO EM UM PLANETA MAIS QUENTE”, E SUA APLICAÇÃO PRELIMINAR AO PIB INDUSTRIAL E AO DE SERVIÇOS NO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi  
Gustavo Kaique de Araújo Monea  
Vânia Viana

### Resumo Executivo

*Esta nota técnica busca, na forma de resenha, sintetizar algumas das principais conclusões do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Working in a warmer planet” (ou, em tradução livre, “Trabalhando em um planeta mais quente), de 2019. Este estudo considera que, se nada for feito para mudar o atual quadro, haverá um aumento da temperatura em até 1,5°C até o fim deste século. A OIT alertou que a produção perdida, em função do estresse térmico, com consequente perda de produtividade, será equivalente a 80 milhões de empregos de tempo integral – ou 2,2% do total de horas de trabalho em todo o mundo – em 2030. O custo estimado total dessas perdas é de US\$ 2,4 trilhões a cada ano. A nota técnica procura, com base nos índices da OIT, projetar o impacto sobre o PIB industrial e o de Serviços no Grande ABC Paulista até o ano de 2030. Estimamos que o Grande ABC Paulista como um todo deverá, em seu PIB industrial, perder R\$ 250,6 milhões em 2030. Já, no caso do PIB do setor de serviços, a região deverá perder R\$ 724,4 milhões.*

Em julho de 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o relatório “Working in a warmer planet” (ou, em tradução livre, “Trabalhando em um planeta mais quente”), que estima os impactos da mudança do clima no mundo da produção e do trabalho. O relatório aborda o impacto do estresse térmico na produtividade do trabalho e consequentes perdas econômicas.

Segundo o relatório, temperaturas acima de 39°C podem ser fatais. Mesmo quando não são, essas temperaturas afetam a produtividade, a capacidade do indivíduo de realizar tarefas “decentemente”. E isso é um problema sério para os mais de 1 bilhão de pessoas que trabalham no campo no mundo e para as 66 milhões de pessoas que trabalham na indústria, bem como para diversos outros profissionais da área de serviços.

O relatório da OIT retrata as consequências do aumento do estresse térmico resultante do aquecimento global, acarretando perdas econômicas em todo o mundo, notavelmente na agricultura e na construção civil.

O relatório aponta que os países mais pobres do mundo serão os mais afetados, especialmente no oeste da África e no sudeste da Ásia.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou que a produção perdida, em função do estresse térmico, com consequente perda de produtividade, será equivalente a 80 milhões de empregos de tempo integral – ou 2,2% do total de horas de trabalho em todo o mundo – em 2030. O custo estimado total dessas perdas é de US\$ 2,4 trilhões a cada ano. O documento é baseado em um aumento de até 1,5°C na temperatura global até o fim deste século.

No Brasil, o relatório da OIT estima que o aumento do estresse térmico, fruto do aquecimento global, resultará em perdas de produtividade equivalentes a 849 mil empregos em 2030.

De acordo com uma das autoras do estudo, Catherine Saget, que é chefe de unidade de pesquisas da OIT: “O impacto do estresse térmico sobre a produtividade laboral é uma consequência séria da mudança climática (...). Podemos esperar mais desigualdades entre países de alta e baixa renda e condições de trabalho piores para os mais vulneráveis”.

O relatório também aponta que os setores da agricultura e da construção civil serão mais afetados. No relatório da OIT, o estresse térmico é definido como aquele que ocorre geralmente acima de 35°C, em locais onde a umidade é alta. Excesso de calor no trabalho é um risco ocupacional à saúde e em casos extremos pode levar à insolação, que pode ser fatal.

## Metodologia da Pesquisa

A metodologia usada para determinar o impacto do estresse térmico na produtividade do trabalho combina modelos climáticos e projeções globais de temperatura com projeções da força de trabalho e dados de saúde ocupacional. A correlação entre temperatura projetada, estresse térmico e produtividade do trabalho foi estimada usando uma combinação de fontes e modelos de dados (KJELLSTROM ET AL., 2018). O quadro 1 fornece um resumo simplificado das fontes e modelos de dados utilizados e das etapas analíticas executadas pela Organização Internacional de Trabalho.

**Quadro 1 – Descrição sintética da metodologia utilizada pela OIT sobre os impactos na produtividade por estresse térmico**

Passo	Input	Output
1. Seleção de dados climáticos	a) Dados históricos mensais sobre temperatura, umidade e velocidade do vento (1981–2010);  (b) Aumento modelado futuro dos dados (2011–299) para o cenário de aquecimento de 1,5 ° C	Temperaturas (Tmax, Tmin, Tmean), umidade relativa e velocidade do vento para pequenas áreas geográficas (células da grade) cobrindo 50 km x 50 km no equador
2. Derivação do estresse calórico mensal (WBGT) para cada pequena área geográfica	Dados climáticos selecionados na etapa 1. Os dados para o período histórico 1981-2010 foram rotulados como "1995" (ponto médio). Os dados "2030" foram produzidos a partir de dados do modelo para 2011-2040 e ajustados a partir do ponto médio 2025 a 2030.	Valor mensal plurianual do estresse térmico índice (WBGT) para os dados históricos;  Distribuições diárias do índice de estresse térmico (WBGT) (máximo e médio) para os dados projetados.
3. Estimativa do estresse calórico por hora distribuições de índice (WBGT)	a) Valores mensais do índice de estresse térmico (WBGT) para dados históricos (derivados na etapa 2);  b) Média mensal dos valores diários de estresse térmico índice (WBGT) (máximo e médio) (derivado usando valores diários da etapa 2).	Número de horas por mês com padronizadas temperaturas (WBGT) entre 20° C e 50° C (estimado usando o "Método 4 + 4 + 4" *).
4. Estimativa dos dados de emprego para cada pequena área geográfica aplicando estimativas nacionais de relações emprego-população para setores de emprego para a população dados para essa área	a) Estimativas nacionais de emprego para a população proporção (15 anos ou mais) para quatro setores: agricultura, construção, indústria e serviços;  (b) Dados populacionais (maiores de 15 anos) para cada grupo pequeno área geográfica.	Proporção de empregos (15 anos ou mais) em cada um dos quatro setores para cada pequena área geográfica.

Continua ...

## Continuação do Quadro 1 – Descrição sintética da metodologia utilizada pela OIT sobre os impactos na produtividade por estresse térmico

5. Derivação de relacionamento entre a exposição ao calor e fisiológico resposta	a) Dados quantitativos de estudos epidemiológicos sobre os impactos do estresse térmico na capacidade de trabalho; b) Diretrizes da ISO 7243 sobre níveis de intensidade de trabalho em várias taxas metabólicas.	Funções suaves que relacionam o estresse térmico WBGT à capacidade esperada de trabalho perda por três níveis de trabalho físico intensidade (200 W, 300 W, 400 W).
6. Cálculo das horas de trabalho perdidas por trabalhador para cada nível de intensidade em cada pequena região geográfica área	a) Dados de exposição ao estresse por calor com grade (WBGT) (derivado na etapa 3); b) Três funções de exposição-resposta para cada nível de intensidade física (derivado na etapa 5).	Possíveis horas de trabalho diurna em cada pequena área geográfica e correspondente horas de trabalho perdidas por trabalhador.
7. Cálculo do total de horas de trabalho perdidos por países e sub-regiões	a) Horas diurnas perdidas por trabalhador em cada pequena área geográfica; b) Número de trabalhadores em cada setor para cada pequena área geográfica.	Porcentagem de horas potenciais de trabalho perdidas para cada nível de intensidade do trabalho físico.

Fonte: OIT, 2019, p.26.

Segundo a OIT (2019):

As fontes de dados incluem dados históricos sobre temperatura, umidade e velocidade do vento da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia. As projeções climáticas são baseadas em modelos de circulação geral acordados pelo IPCC para obter resultados de parâmetros climáticos com base nas emissões de GEE e no acoplamento atmosfera-oceano. As projeções também se baseiam em dados do Projeto de Intercomparação do Modelo de Impacto Intersectorial e dos modelos climáticos HadGEM2 (Modelo Ambiental Global do Centro Hadley, versão 2) e GFDL-ESM2M (Laboratório de Dinâmica de Fluidos Geofísicos) para o cenário RCP2.6, que prevê um aquecimento global de 1,5 ° C até o final do século. Vale a pena notar aqui que os níveis de calor projetados em todas as partes do mundo em 2030 são semelhantes nos quatro cenários de RCP; diferenças significativas começam a aparecer no final do século. Os dados populacionais são retirados do conjunto de dados “Gridded Population of the World”, que é baseada nas estimativas populacionais das Nações Unidas e nas avaliações da distribuição etária realizadas pelo Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (Lutz, Butz e KC, 2014) (OIT, 2019, p. 25).

### Os efeitos mundiais pelo estresse térmico por continente e sub-região

Segundo o relatório da OIT, o aumento no estresse térmico no trabalho impacta a produtividade e as horas trabalhadas, provocando perdas econômicas globais. A tabela 1 abaixo menciona o percentual de horas de trabalho perdidas por estresse térmico, por continente e por sub-região em 1995 e 2030 (projeção).

**Tabela 1 – Horas de trabalho perdidas em função do estresse térmico, por sub-região, 1995 e projeções para 2030 (em %)**

Continentes	Sub-Região	Horas de trabalho perdidas	
		1995	2030
Ásia	Sul da Ásia	4,0%	5,3%
	Oeste da Ásia	3,4%	4,8%
	Leste da Ásia	0,5%	0,7%
	Sudoeste da Ásia	<0,1%	0,1%
	Ásia Central	<0,1%	0,1%
	Sudeste da Ásia	3,1%	3,7%
	Estados Árabes	0,4%	1,0%
África	África Central	1,4%	2,7%
	Norte da África	0,7%	1,4%
	Leste Africano	0,4%	0,7%
	Sul da África	<0,1%	<0,1%
Américas	América Central	0,6%	0,9%
	América do Sul	0,4%	0,8%
	Caribe	0,3%	0,6%
	América do Norte	0,1%	0,2%
Europa	Sul da Europa	<0,1%	<0,1%
	Leste Europeu	<0,1%	<0,1%
	Oeste Europeu	<0,1%	<0,1%
	Norte da Europa	<0,1%	<0,1%
Mundo		1,4%	2,2%
	Ilhas do Pacífico	0,3%	0,7%

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de informações da OIT, 2019, p. 27

Nota-se que os maiores impactos serão nos continentes asiático, africano e sul americano. Os países com menos recursos serão os mais vulneráveis com as mudanças climáticas.

No caso dos países da América do Sul, o impacto em perda de horas trabalhadas pelo estresse térmico saltaria de 0,4% em 1995 para 0,8% em 2030.

A tabela 2 mostra o percentual de horas de trabalho perdidas por estresse térmico, por setor, na América do Sul. Os setores que mais sentirão as perdas de horas de trabalho em 2030 serão: agricultura, 45%; construção civil, 25%; indústria, 18%; serviços, 12%.

**Tabela 2 – Horas de trabalho perdidas por estresse térmico por setor, 1995 e projeções para 2030 (em %)**

Setor	Percentual de Horas de Trabalho Perdidas	
	1995	2030
Agricultura	62%	45%
Construção	19%	25%
Indústria	16%	18%
Serviços	3%	12%
Total	100%	100%

Nota: Estimativas da OIT baseadas em dados do banco de dados ILOSTAT e dos modelos climáticos HadGEM2 e GFDL-ESM2M (usando como entrada o caminho da mudança climática RCP2.6, que prevê um aumento da temperatura média global de 1,5°C até o final do século). Fonte: Adaptado pelos autores a partir de informações da OIT, 2019, p. 28.

O relatório da OIT (2019) indica que o Produto Interno Bruto (PIB) dos países também sofrerão perda. A Tabela 3 mostra que os países de baixa renda sofrerão uma queda de 1,8% no PIB em 2030, enquanto os países de média-baixa renda sofrerão queda de 4,3% no PIB em 2030. Os países de média-alta renda sofrerão perda no PIB de 0,8% em 2030. Os países de alta renda são os que menos sofrerão perda no PIB: 0,25% em 2030.

Em termos de composição do percentual dos impactos nos setores, o relatório também aponta que:

Os trabalhadores agrícolas e da construção serão os mais afetados [...]. Isso não é surpreendente, dada a natureza física do trabalho agrícola, que é realizado principalmente ao ar livre, e também em vista do fato de que um grande número de trabalhadores está envolvido na agricultura nas áreas que se espera serem mais afetadas pelo estresse térmico no futuro. Aumentos ainda maiores de temperatura, como previsto em um cenário normal, tornariam algumas dessas áreas completamente improdutivas, deslocando um grande número de trabalhadores. Espera-se que outros setores-chave do emprego ocupem uma parcela crescente das horas de trabalho globais perdidas devido ao estresse térmico. [...]. Padrões semelhantes também podem ser observados no nível sub-regional. [...]. Essa tendência pode ser explicada em certa medida pela mudança da composição global do emprego (ou seja, mais e mais trabalhadores operando no setor de serviços), mas também precisa com aumento da exposição ao calor nos locais de trabalho (OIT, 2019, p. 28).

Embora o setor da agricultura seja um dos mais afetados, na América do Sul – ao compararmos os percentuais de 1995 (62%) e de 2030 (45%) – houve uma queda. Com base nos comentários da OIT, que considera a mudança da composição de emprego global e por país, bem como, considerando as características do setor agrícola brasileiro como o aumento de áreas de plantio (latifúndio e monocultura) e o aumento da mecanização do campo, deslocando parte desses trabalhadores e trabalhadoras para outros setores, isso contribuiu com a diminuição do percentual dos impactos nas horas perdidas por estresses térmico na América do Sul.

**Tabela 3 – Percentual perdido do PIB Mundial por estresse térmico, por grupo de países, 1995 e projeções para 2030**

Grupo de Países	1995	2030
Baixa Renda [1]	0,90%	1,80%
Média-Baixa Renda [2]	2,80%	4,30%
Média-Alta Renda [3]	0,60%	0,80%
Alta Renda [4]	0,10%	0,25%

Segundo o Banco Mundial:

[1] Etiópia, Chad, Mali, Burkina Faso, Madagascar, Moçambique, Tanzânia etc.

[2] Bangladesh, Bolívia, Camboja, El Salvador, Egito, Indonésia, Nicarágua etc.

[3] Argentina, Brasil, China, Guatemala, México, Tailândia, Turquia etc.

[4] Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia etc.

Nota: Estimativas da OIT baseadas em dados do banco de dados ILOSTAT e dos modelos climáticos HadGEM2 e GFDL-ESM2M (usando como entrada o caminho da mudança climática RCP2.6, que prevê um aumento da temperatura média global de 1,5°C até o final do século). Fonte: Adaptado pelos autores a partir de informações da OIT, 2019, p. 27.

## **Uma tentativa de a partir dos dados da OIT, estimar a projeção do impacto do estresse térmico sobre o PIB do Grande ABC Paulista em 2030**

A partir do relatório da OIT, esta nota técnica busca, em um esforço preliminar, aplicar os mesmos índices para o Grande ABC e projetar os impactos do estresse térmico sobre o PIB da região em 2030.

Assim, as tabelas 4 e 6, que se seguem, expõem a projeção do PIB para os setores da indústria e de serviços na Região do Grande ABC Paulista até o ano de 2030.

As tabelas 5 e 7 apresentam os impactos do estresse térmico em termos de perdas no PIB nos setores da indústria e de serviços na Região do Grande ABC Paulista até o ano de 2030.

**Tabela 4 – Projeção do PIB Industrial por cidade e total do Grande ABC Paulista, 2019-2030  
(em mil Reais)**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>S. André</b>	4.418.628	4.436.303	4.533.901	4.647.249	4.763.430	4.858.699	4.955.873	5.054.990	5.156.090	5.259.212	5.364.396	5.471.684	5.581.117
<b>S. B. Campo</b>	8.397.563	8.431.153	8.616.639	8.832.055	9.052.856	9.233.913	9.418.591	9.606.963	9.799.103	9.995.085	10.194.986	10.398.886	10.606.864
<b>S. C. Sul</b>	3.012.630	3.024.680	3.091.223	3.168.504	3.247.716	3.312.670	3.378.924	3.446.502	3.515.432	3.585.741	3.657.456	3.730.605	3.805.217
<b>Diadema</b>	3.622.017	3.636.505	3.716.508	3.809.420	3.904.656	3.982.749	4.062.404	4.143.652	4.226.525	4.311.056	4.397.277	4.485.222	4.574.927
<b>Mauá</b>	4.466.052	4.483.917	4.582.563	4.697.127	4.814.555	4.910.846	5.009.063	5.109.244	5.211.429	5.315.658	5.421.971	5.530.410	5.641.018
<b>R. Pires</b>	715.776	718.639	734.449	752.810	771.630	787.063	802.804	818.860	835.237	851.942	868.981	886.361	904.088
<b>R. G. Serra</b>	165.478	166.140	169.795	174.040	178.391	181.959	185.598	189.310	193.096	196.958	200.897	204.915	209.013
<b>TOTAL Gde. ABC</b>	<b>24.798.143</b>	<b>24.897.336</b>	<b>25.445.077</b>	<b>26.081.204</b>	<b>26.733.234</b>	<b>27.267.899</b>	<b>27.813.257</b>	<b>28.369.522</b>	<b>28.936.913</b>	<b>29.515.651</b>	<b>30.105.964</b>	<b>30.708.083</b>	<b>31.322.245</b>

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de IBGE e Boletim Focus do Banco Central. A projeção de taxa de crescimento anual do PIB industrial considerou as mesmas projeções do Boletim Focus do Banco Central para o período 2020-2022: 2,2% em 2020; 2,5% em 2021; 2,5% em 2022. A partir de 2023 até 2030 aplicou-se 2%. Valores aos preços de 2018.

**Tabela 5 – Projeção das perdas no PIB Industrial no Grande ABC Paulista, decorrentes do estresse térmico,  
no período 2019-2030 (em mil Reais)**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>S. André</b>	26.512	26.618	27.203	27.883	28.581	29.152	29.735	30.330	30.937	31.555	32.186	32.830	44.649
<b>S. B. Campo</b>	50.385	50.587	51.700	52.992	54.317	55.403	56.512	57.642	58.795	59.971	61.170	62.393	84.855
<b>S. C. Sul</b>	18.076	18.148	18.547	19.011	19.486	19.876	20.274	20.679	21.093	21.514	21.945	22.384	30.442
<b>Diadema</b>	21.732	21.819	22.299	22.857	23.428	23.896	24.374	24.862	25.359	25.866	26.384	26.911	36.599
<b>Mauá</b>	26.796	26.903	27.495	28.183	28.887	29.465	30.054	30.655	31.269	31.894	32.532	33.182	45.128
<b>R. Pires</b>	4.295	4.312	4.407	4.517	4.630	4.722	4.817	4.913	5.011	5.112	5.214	5.318	7.233
<b>R. G. Serra</b>	993	997	1.019	1.044	1.070	1.092	1.114	1.136	1.159	1.182	1.205	1.229	1.672
<b>TOTAL Gde. ABC</b>	<b>148.789</b>	<b>149.384</b>	<b>152.670</b>	<b>156.487</b>	<b>160.399</b>	<b>163.607</b>	<b>166.880</b>	<b>170.217</b>	<b>173.621</b>	<b>177.094</b>	<b>180.636</b>	<b>184.248</b>	<b>250.578</b>

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir do Estudo da OIT “Working in a warmer planet” (2019); IBGE e Boletim Focus do Banco Central. A projeção de taxa de crescimento anual do PIB industrial considerou as mesmas projeções do Boletim Focus do Banco Central para o PIB brasileiro no período 2020-2022: 2,2% em 2020; 2,5% em 2021; 2,5% em 2022. A partir de 2023 até 2030 aplicou-se 2%. Valores aos preços de 2018.

**Tabela 6 – Projeção do PIB de Serviços por cidade e total do Grande ABC Paulista, 2019-2030  
(em mil Reais)**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>S. André</b>	18.579.625	18.653.943	19.064.330	19.540.938	20.029.462	20.430.051	20.838.652	21.255.425	21.680.533	22.114.144	22.556.427	23.007.555	23.467.707
<b>S. B. Campo</b>	27.362.424	27.471.874	28.076.255	28.778.162	29.497.616	30.087.568	30.689.319	31.303.106	31.929.168	32.567.751	33.219.106	33.883.488	34.561.158
<b>S. C. Sul</b>	7.909.785	7.941.424	8.116.135	8.319.039	8.527.015	8.697.555	8.871.506	9.048.936	9.229.915	9.414.513	9.602.803	9.794.859	9.990.757
<b>Diadema</b>	7.606.798	7.637.225	7.805.244	8.000.375	8.200.385	8.364.392	8.531.680	8.702.314	8.876.360	9.053.887	9.234.965	9.419.664	9.608.058
<b>Mauá</b>	7.804.275	7.835.492	8.007.873	8.208.070	8.413.272	8.581.537	8.753.168	8.928.231	9.106.796	9.288.932	9.474.710	9.664.205	9.857.489
<b>R. Pires</b>	2.045.745	2.053.927	2.099.114	2.151.592	2.205.382	2.249.489	2.294.479	2.340.369	2.387.176	2.434.919	2.483.618	2.533.290	2.583.956
<b>R. G. Serra</b>	381.144	382.668	391.087	400.864	410.886	419.103	427.485	436.035	444.756	453.651	462.724	471.978	481.418
<b>TOTAL Gde. ABC</b>	<b>71.689.795</b>	<b>71.976.554</b>	<b>73.560.039</b>	<b>75.399.040</b>	<b>77.284.016</b>	<b>78.829.696</b>	<b>80.406.290</b>	<b>82.014.416</b>	<b>83.654.704</b>	<b>85.327.798</b>	<b>87.034.354</b>	<b>88.775.041</b>	<b>90.550.542</b>

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de IBGE e Boletim Focus do Banco Central. A projeção de taxa de crescimento anual do PIB de serviços considerou as mesmas projeções do Boletim Focus do Banco Central para o período 2020-2022: 2,2% em 2020; 2,5% em 2021; 2,5% em 2022. A partir de 2023 até 2030 aplicou-se 2%. Valores aos preços de 2018.

**Tabela 7 – Projeção das perdas no PIB de Serviços no Grande ABC Paulista, decorrentes do estresse térmico,  
no período 2019-2030 (em mil Reais)**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>S. André</b>	111.478	111.924	114.386	117.246	120.177	122.580	125.032	127.533	130.083	132.685	135.339	138.045	187.742
<b>S. B. Campo</b>	164.175	164.831	168.458	172.669	176.986	180.525	184.136	187.819	191.575	195.407	199.315	203.301	276.489
<b>S. C. Sul</b>	47.459	47.649	48.697	49.914	51.162	52.185	53.229	54.294	55.379	56.487	57.617	58.769	79.926
<b>Diadema</b>	45.641	45.823	46.831	48.002	49.202	50.186	51.190	52.214	53.258	54.323	55.410	56.518	76.864
<b>Mauá</b>	46.826	47.013	48.047	49.248	50.480	51.489	52.519	53.569	54.641	55.734	56.848	57.985	78.860
<b>R. Pires</b>	12.274	12.324	12.595	12.910	13.232	13.497	13.767	14.042	14.323	14.610	14.902	15.200	20.672
<b>R. G. Serra</b>	2.287	2.296	2.347	2.405	2.465	2.515	2.565	2.616	2.669	2.722	2.776	2.832	3.851
<b>TOTAL Gde. ABC</b>	<b>430.139</b>	<b>431.859</b>	<b>441.360</b>	<b>452.394</b>	<b>463.704</b>	<b>472.978</b>	<b>482.438</b>	<b>492.086</b>	<b>501.928</b>	<b>511.967</b>	<b>522.206</b>	<b>532.650</b>	<b>724.404</b>

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir do Estudo da OIT “Working in a warmer planet” (2019); IBGE e Boletim Focus do Banco Central. A projeção de taxa de crescimento anual do PIB de serviços considerou as mesmas projeções do Boletim Focus do Banco Central para o PIB brasileiro no período 2020-2022: 2,2% em 2020; 2,5% em 2021; 2,5% em 2022. A partir de 2023 até 2030 aplicou-se 2%. Valores aos preços de 2018.

A tabela 4 apresenta uma projeção do PIB industrial por município e total Grande ABC entre os anos de 2019 a 2030.

A tabela 5 apresenta a perda do PIB industrial para os municípios e total Grande ABC entre os anos de 2019 e 2030.

Para o ano de 2030, como os impactos pelo estresse térmico aumentam de 0,6% para 0,8%, as perdas no PIB industrial deverão ser as seguintes: R\$ 84,8 milhões para São Bernardo do Campo; R\$ 44,6 milhões para Santo André; R\$ 45,1 milhões para Mauá; R\$ 36,5 milhões para Diadema; R\$ 30,4 milhões para São Caetano do Sul; R\$ 7,2 milhões para Ribeirão Pires e R\$ 1,6 milhões para Rio Grande da Serra.

A Região do Grande ABC Paulista como um todo deverá perder R\$ 250,6 milhões em 2030 em seu PIB industrial.

Já no caso do setor de serviços, as perdas em 2030 deverão ser: R\$ 276,4 milhões, São Bernardo do Campo; R\$ 187,7 milhões, Santo André; R\$ 79,9 milhões, São Caetano do Sul; R\$ 78,8 milhões, Mauá; R\$ 76,8 milhões, Diadema; R\$ 20,6 milhões, Ribeirão Pires e R\$ 3,8 milhões, Rio Grande da Serra.

A Região do Grande ABC Paulista como um todo deverá perder R\$ 724,4 milhões em 2030 em seu PIB de serviços.

## **Considerações Finais**

O impacto do estresse térmico sobre a produtividade do trabalho é uma consequência da mudança climática. Com isso, poderá aumentar mais ainda as mais desigualdades entre países, estados e municípios de alta e baixa renda. Nesse sentido, as condições de trabalho poderão piorar, deixando as localidades mais frágeis e vulneráveis, e reduzindo a produtividade.

Considerando que a Região já possui problemas, como falta de mobilidade, oferta de emprego inferior à demanda enquentes, tráfego, entre outros, o aumento do estresse térmico poderá trazer problemas ainda maiores.

Caso nada seja feito, a questão ambiental não seja colocada com a relevância necessária nas decisões políticas e econômicas da região as perdas com o estresse térmico, por exemplo, no PIB Indústria e de Serviços da Região do Grande ABC Paulista tenderão a ser muito elevadas nos próximos anos, agravando os já sérios problemas enfrentados pelo desenvolvimento regional.

---

**Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: [www.blogdojeff.com.br](http://www.blogdojeff.com.br). Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 pág.). Disponível em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

**Gisele Yamauchi.** Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

**Gustavo Kaique de Araújo Monea.** Possui graduação em Ciências Econômicas pela USCS. Mestrando em Modelagem de Sistemas Complexos pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Membro do grupo de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Tem interesse em estudos nas áreas de inovação e tecnologia, teoria econômica aplicada, políticas públicas, complexidade econômica, sistemas complexos e modelagem. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/3772232578887016>.

**Vania Viana.** Graduada em Ciências do Trabalho pela Escola Dieese. Assessora da CUT Brasil, nas secretarias de Mulheres, Meio Ambiente, Combate ao Racismo e Vice-Presidência de 2007 a 2018. Extensão universitária em Política e Sindicalismo Internacional CESIT – UNICAMP. Pesquisadora nas temáticas de raça, gênero e ambientais no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. É também Sommelière formada pela ABS São Paulo.

## Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **World Bank Country and Lending Groups.** 2019. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>>. Acesso em: 01.dez.2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Working in a warmer planet.** Genebra: OIT Publication, 2019. Disponível em: <[https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_711919/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_711919/lang-en/index.htm)>. Acesso em: 01.nov.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Estresse térmico no trabalho deve custar US\$ 2,4 tri ao ano para economia global.** Jul. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/estresse-termico-no-trabalho-deve-custar-us-24-tri-ao-ano-para-economia-global/>>. Acesso em: 30.nov.2019.

## Nota Técnica

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019 QUE INSTITUI O CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO E ALTERA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Maria da Consolação Vegi da Conceição

#### **Resumo Executivo**

*Esta nota técnica analisa a MP 905/2019, que institui o contrato de trabalho verde e amarelo e altera a legislação trabalhista.*

O Governo Federal enviou para o Congresso Nacional, em 11 de novembro de 2019, a Medida Provisória nº 905/2019, que institui o chamado “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo” e altera a legislação trabalhista em vários dos seus dispositivos. A seguir apontamos alguns comentários preliminares sobre estas alterações.

#### **I - CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO:**

**Público alvo:** pessoas entre 18 e 29 anos cujo contrato de trabalho corresponde ao seu primeiro emprego.

**Primeiro emprego:** para a caracterização do primeiro emprego não serão considerados os vínculos anteriores como de menor aprendiz, contrato de experiência, trabalho intermitente e avulso.

**Novos postos de trabalho:** o contrato verde e amarelo é apenas para novos postos de trabalho na empresa, embora possa substituir transitoriamente pessoal permanente.

**Apuração da quantidade de novos postos:** média de empregados da folha de pagamento de janeiro a outubro/2019, exceto para empresas que em outubro/2019 apresentavam uma redução de 30% de empregados em relação a outubro/2018

#### **Limite de contratações:**

- até no máximo 20% da quantidade de empregados da folha de pagamento do mês de referência.
- empresas com até 10 empregados o limite é de 2 novos empregados.

**Prazo do contrato:** prazo determinado de até 24 meses, sem prejuízo de prorrogações diversas vezes dentro deste prazo, pois não se aplica o artigo 451 da CLT.

**Prazo para as empresas se beneficiarem do contrato verde e amarelo:** o contrato poderá ser adotado a partir de 01/01/2020 até 31/12/2022 com prazo de até 24 meses após essa data, ou seja, até no máximo 31/12/2024.

**Tipos de atividades aplicáveis:** permanentes ou transitórias e de substituição transitória de pessoal permanente.

**Quarentena:** trabalhadores contratados sob outras modalidades de contrato terão que aguardar 180 dias para serem recontratados (exceto os contratos de menor aprendiz, contrato de experiência, trabalho intermitente e avulso).

**Limite de salário:** nos 12 primeiros meses até 1,5 salário mínimo (R\$ 1.497,00).

**Direitos:** previstos na CF, CLT e em acordos e convenções coletivas.

**Conversão em contrato por tempo indeterminado:** após o prazo de 24 meses o contrato será automaticamente convertido para tempo indeterminado, deixando de incidir as regras da MP a partir da conversão.

**Pagamento:** ao final de cada mês serão pagos proporcionalmente o salário, 13º salário, férias + 1/3 e 20% de multa do FGTS (caso acordado).

**FGTS:** alíquota de 2%.

**Jornada:**

- horas extras diárias não superior a duas diárias com acréscimo salarial de 50% (por acordo individual, acordo ou convenção coletiva);
- possibilidade de compensação mensal (por acordo individual tácito/escrito);
- possibilidade de banco de horas semestral (por acordo individual escrito).

**Isenção fiscal no pagamento da contribuição previdenciária patronal sobre os contratos de primeiro emprego:** isenção de 20% da folha, Sistema “S” e salário educação.

**Pagamento na rescisão contratual:** 20% de multa do FGTS, se não acordada a antecipação, liberação do FGTS e seguro desemprego se preenchidos os requisitos.

**Acordos extrajudiciais:** é facultado à empresa pedir a homologação de reconhecimento do cumprimento de suas obrigações trabalhistas perante a Justiça do Trabalho (quitação ao contrato).

**Seguro contra acidentes pessoais:** se a empresa optar pela contratação do seguro, pagará apenas 5% de adicional de periculosidade.

**Adicional de periculosidade:** a empresa só é obrigada a pagar o adicional (que poderá ser de apenas 5%) se o empregado ficar exposto ao perigo de forma permanente em no mínimo 50% da jornada de trabalho.

**Proibição de contrato verde amarelo de trabalhadores submetidos à legislação especial:** esses trabalhadores são os bancários, serviços telefonia, músicos, operadores cinematográficos, motoristas, serviço ferroviários, tripulantes da marinha, portuários, serviços frigoríficos, estivadores, minas de subsolo, jornalistas, professores e químicos.

## **COMENTÁRIOS:**

- *Apesar da MP estabelecer para o contrato verde e amarelo o pagamento máximo de 1,5 salário mínimo, após o período de 12 meses o empregado poderá continuar com o contrato, mesmo ganhando mais que 1,5 salário mínimo.*
- *O Direito do Trabalho não está previsto apenas na CF, CLT e acordos/convenções coletivas, há leis esparsas como o serviço temporário/terceirização, DSR, etc, que a MP não estende para o contrato verde e amarelo.*
- *Empresas que tiveram redução de 30% dos empregados na comparação entre os meses de outubro/2018 e outubro/2019, poderão contratar bem mais que 20% dos empregados como verde e amarelo, pois não terão uma referência média para se aferir a quantidade de “novos postos de trabalho”.*
- *A substituição de empregados permanentes, em caráter provisório seria, por exemplo, a substituição de uma empregada durante a sua licença maternidade ou um afastamento por doença.*
- *A CLT prevê que na modalidade de contrato por tempo determinado, quando houver a rescisão contratual, não são pagos o aviso prévio ou a multa de 40% sobre o FGTS. Além disso, é devido uma multa equivalente a 50% dos salários que faltavam para o término do contrato. No caso do*

*contrato verde e amarelo será pago 20% de multa do FGTS, mas não será pago a multa de 50% dos salários que faltavam para o término do contrato.*

- *O acordo extrajudicial com homologação da Justiça do Trabalho foi inserido no artigo 855-B da CLT, pela reforma trabalhista. Esse acordo extrajudicial é para pagamento de haveres trabalhistas, e que pode dar quitação ao contrato de trabalho, mediante o pagamento de alguma verba. A MP menciona que esse acordo, no caso do contrato verde e amarelo, é para o reconhecimento do pagamento das obrigações trabalhistas durante o contrato. Com isso se daria quitação ao contrato verde e amarelo, mesmo sem o pagamento de alguma indenização.*
- *A MP reduz o percentual do adicional e as condições para o pagamento do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade é de no mínimo 30% do salário, independentemente da contratação de seguro. O empregado exposto ao perigo, ainda que de forma intermitente, tem direito ao pagamento integral do adicional. A jurisprudência vinha admitindo que somente quando o contato com o perigo é eventual ou mesmo que diariamente, mas por um tempo extremamente reduzido, é que não seria direito ao pagamento.*

## **II - DO PROGRAMA DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO FÍSICA EPROFISSIONAL, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

**Objetivo:** visa financiar o programa de habilitação e reabilitação prestado pelo INSS, aquisição de recursos materiais, programas e projetos de prevenção de acidentes.

### **Receitas para o Programa:**

- recursos orçamentários;
- multas ou penalidades aplicadas em ações civis públicas por descumprimento de acordo judicial ou TACs firmados com a União ou o MPT, termo de compromisso firmado com o Ministério da Economia (vinculação obrigatória à reabilitação e prevenção de acidentes);
- valores de danos morais coletivos decorrentes de acordos judiciais ou de TAC firmado pela União ou pelo Ministério Público do Trabalho (vinculação obrigatória à reabilitação e prevenção de acidentes);
- valores e multas devidos por empresas que descumprirem a cota de deficientes.

**Conselho do Programa:** formado por membros dos Ministérios da Economia (3), Cidadania (1), Mulher e Direitos Humanos (1), MPT (1), OAB (1), Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (1) e membros da sociedade civil indicados pelo Ministro da Economia (2).

**Mandato do Conselho do Programa:** 2 anos, com direito a 1 recondução.

### **COMENTÁRIOS:**

- *O Governo se define como o destinatário das multas, indenizações decorrentes de ações judiciais e TAC, as quais têm valores significativos. A MP contraria a Lei da Ação Civil Pública, que define que as indenizações reverterão a um fundo gerido por um Conselho Federal ou Estadual, onde participarão o MPT e representantes da comunidade, destinando à reconstituição dos bens lesados. Ou seja, sequer haveria a participação do Estado neste fundo;*
- *A MP exclui a participação de representantes de empregados e empregadores no Conselho do programa.*

## **III – ESTÍMULO AO MICROCRÉDITO**

**Extinção da contribuição social:** extinção da contribuição social de 10% sobre o FGTS no caso de dispensa sem justa causa do empregado a partir de janeiro de 2020.

**Isenção de instituições financeira:** o CMN poderá isentar instituições financeira da destinação de recursos oriundos dos depósitos à vista por elas captados, os quais eram utilizados parasubsidiar o microcrédito.

**Recursos não aplicados:** o CMN poderá deixar de exigir o recolhimento das instituições financeiras dos recursos não aplicados para o microcrédito, podendo impor apenas um custo financeiro.

### **COMENTÁRIOS:**

- *Não houve um estímulo, mas sim um desestímulo ao microcrédito.*

## IV – ALTERAÇÕES NA CLT

MP 905	LEGISLAÇÃO ANTERIOR	COMENTÁRIOS
<p><i>Art. 12-A. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de quaisquer documentos relativos a deveres e obrigações trabalhistas, incluídos aqueles relativos a normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho, compostos por dados ou por imagens, nos termos do disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.</i></p>	<p><i>Não havia equivalente</i></p>	<p>Pode ensejar fraudes, tendo em vista que o empregado raramente fica com a 2ª via dos documentos que assina.</p>
<p><i>Art. 29. § 3º A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração pelo Auditor Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, lançar as anotações no sistema eletrônico competente, na forma a ser regulamentada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. § 5º O descumprimento do disposto no § 4º submeterá o empregador ao pagamento da multa a que se refere o inciso II do caput do art. 634-A</i></p>	<p><i>Art. 29 § 3º - A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação.  5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.</i></p>	<p>Institui um sistema eletrônico para a lavratura do auto de infração.  A MP fixou em leve, média, grave ou gravíssima e pode ser reduzida pela metade para pequenas e micro empresas.</p>
<p><i>Art. 39.  § 1º Na hipótese de ser reconhecida a existência da relação de emprego, o Juiz do Trabalho comunicará a autoridade competente para que proceda ao lançamento das anotações e adote as providências necessárias para a aplicação da multa cabível, conforme previsto no § 3º do art. 29.  § 3º O Ministério da Economia poderá desenvolver sistema eletrônico por meio do qual a Justiça do Trabalho fará o lançamento das anotações de que trata o § 1º.</i></p>	<p><i>Art. 39  § 1º - Se não houver acordo, a Junta de Conciliação e Julgamento, em sua sentença, ordenará que a Secretaria efetue as devidas anotações, uma vez transitada em julgado, e faça a comunicação à autoridade competente para o fim de aplicar a multa cabível.  § 3º Não havia equivalente</i></p>	<p>Artigo alterado em razão da Carteira Eletrônica.</p>
<p><i>Art. 47. Fica sujeito à aplicação da multa prevista no inciso II do caput do art. 634-A, acrescida de igual valor em cada reincidência, o empregador que mantiver empregado não registrado nos termos do disposto no art. 41.  § 2º A infração de que trata o caput constitui exceção ao critério da dupla visita orientadora. (NR) "</i></p>	<p><i>Art. 47. O empregador que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência. § 2º A infração de que trata o <b>caput</b> deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.</i></p>	<p>A multa passou a ser fixada em leve, média, grave ou gravíssima e pode ser reduzida pela metade para pequenas e micro empresas.  Quando o Auditor Fiscal constatar a falta de registro de empregados, deverá fixar como sendo de no mínimo 3</p>

<p><i>Art. 47-B. Sendo identificada pelo Auditor Fiscal do Trabalho a existência de empregado não registrado, presumir-se-á configurada a relação de emprego pelo prazo mínimo de três meses em relação à data de constatação da irregularidade, exceto quando houver elementos suficientes para determinar a data de início das atividades. (NR)</i></p>		<p>meses a relação de emprego, quando não for possível detectar quando a mesma ocorreu.</p>
<p><i>Art. 67. É assegurado a todo empregado um repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.</i></p> <p><i>Art. 68. Fica autorizado o trabalho aos domingos e aos feriados. § 1º O repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo, no mínimo, uma vez no período máximo de quatro semanas para os setores de comércio e serviços e, no mínimo, uma vez no período máximo de sete semanas para o setor industrial. § 2º Para os estabelecimentos de comércio, será observada a legislação local. (NR)</i></p> <p><i>Art. 70. O trabalho aos domingos e aos feriados será remunerado em dobro, exceto se o empregador determinar outro dia de folga compensatória. Parágrafo único. A folga compensatória para o trabalho aos domingos corresponderá ao repouso semanal remunerado. (NR)</i></p>	<p><i>Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.</i></p> <p><i>Art. 68 - O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.</i></p> <p><i>§1º e 2º - não havia equivalente</i></p> <p><i>Art. 70 - Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria.</i></p> <p><i>Parágrafo único – não havia equivalente</i></p>	<p>O trabalho aos domingos era autorizado apenas por conveniência pública, necessidade imperiosa, mediante autorização do Ministério da Economia.</p> <p>A MP autorizou o trabalho aos domingos, independentemente destas condições e exigências. A MP definiu que apenas 1 DSR deverá coincidir com o domingo no período de 4 semanas e na indústria, no período de 7 semanas.</p> <p>A MP também revogou os artigos 6º ao 6º-A da Lei nº 10.101/2000 que tratava do trabalho aos domingos no comércio. Assim, se aplica ao comércio o trabalho aos domingos, com o dos demais trabalhadores, com apenas 1 descanso a cada 4 semanas.</p> <p>A MP também alterou o art. 1º, caput, da Lei 605/49, que dispunha sobre a mesma matéria.</p> <p>O pagamento de trabalho aos domingos será em dobro, exceto se houver folga compensatória em outro dia da semana, inclusive para os trabalhadores de telefonia</p>

		<p>(revogado o §2º, art. 227, CLT).</p> <p>A MP ignora que a capacidade produtiva no Brasil atualmente está ociosa. Portanto, o trabalho aos domingos não irá gerar mais postos de trabalho, mas apenas precarizar as relações sociais dos brasileiros.</p> <p>A MP excluiu a vedação de trabalho em feriados. Se houver, será pago em dobro, exceto se houver folga compensatória em outro dia da semana.</p>
<p><i>Art. 161. Conforme regulamento da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a autoridade máxima regional em matéria de inspeção do trabalho, à vista do relatório técnico de Auditor Fiscal do Trabalho que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar atividade, estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de acidentes e doenças graves do trabalho.</i></p> <p><i>§ 1º As autoridades federais, estaduais, distritais e municipais prestarão apoio imediato às medidas determinadas pela autoridade máxima regional em matéria de inspeção do trabalho.</i></p> <p><i>§ 2º Da decisão da autoridade máxima regional em matéria de inspeção do trabalho caberá recurso no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão.</i></p> <p><i>§ 3º O recurso de que trata o § 2º será dirigido à Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que terá prazo para análise de cinco dias úteis, contado da data do protocolo, podendo ser concedido efeito suspensivo.</i></p> <p><i>§ 5º A autoridade máxima regional em matéria de inspeção do trabalho, independentemente de interposição de recurso, após relatório técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição ou o embargo.</i></p>	<p><i>Art. 161 - O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.</i></p> <p><i>§ 1º - As autoridades federais, estaduais e municipais darão imediato apoio às medidas determinadas pelo Delegado Regional do Trabalho.</i></p> <p><i>§ 2º - A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.</i></p> <p><i>§ 3º - Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso.</i></p>	<p>Esse dispositivo somente entrará em vigor 90 dias após a publicação da MP.</p> <p>Não menciona mais que a interdição pode ser requerida por entidade sindical.</p> <p>Os recursos passam a ser julgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Antes era julgado por órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina.</p>

	<p>§ 5º - O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição.</p>	
<p>Art. 167. O equipamento de proteção individual só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação de certificado de conformidade emitido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro ou de laudos de ensaio emitidos por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, conforme o disposto em ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (NR)</p> <p>Art. 188. As caldeiras e os vasos de pressão serão periodicamente submetidos a inspeções de segurança, por engenheiro ou empresa especializada, em conformidade com as instruções normativas que, para esse fim, forem expedidas pelo Ministério da Economia.</p>	<p>Art. 167 - O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.</p> <p>Art. 188 - As caldeiras serão periodicamente submetidas a inspeções de segurança, por engenheiro ou empresa especializada, inscritos no Ministério do Trabalho, de conformidade com as instruções que, para esse fim, forem expedidas.</p>	<p>O Ministério do Trabalho era quem certificava os equipamentos de proteção. A MP autoriza a certificação por órgãos privados.</p>
<p>Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, em casas bancárias e na Caixa Econômica Federal, para aqueles que operam exclusivamente no caixa, será de até seis horas diárias, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana, podendo ser pactuada jornada superior, a qualquer tempo, nos termos do disposto no art. 58 desta Consolidação, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, hipóteses em que não se aplicará o disposto no § 2º.</p> <p>§3º Para os demais empregados em bancos, em casas bancárias e na Caixa Econômica Federal, a jornada somente será considerada extraordinária após a oitava hora trabalhada.</p> <p>§ 4º Na hipótese de decisão judicial que afaste o enquadramento de empregado na exceção prevista no § 2º, o valor devido relativo a horas extras e reflexos será integralmente deduzido ou compensado no valor da gratificação de função e reflexos pagos ao empregado. (NR)</p>	<p>Art. 224 - A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.</p> <p>§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre sete e vinte e duas horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de quinze minutos para alimentação.</p> <p>§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou que desempenhem outros cargos de confiança desde que o valor da gratificação não seja inferior a um terço do salário do cargo efetivo.</p>	<p>A MP autorizou o trabalho dos bancários aos sábados e domingos.</p> <p>A MP também revogou a Lei nº 4.178/62 que proibia o funcionamento de estabelecimentos de crédito aos sábados.</p> <p>Somente terão direito a 6 horas diárias e 30 semanais os bancários que trabalhem exclusivamente nos caixas. Nestes casos, a jornada diária também poderá ser aumentada para 8 horas, mediante acordo individual, acordo ou convenção, sem o pagamento de gratificação de função.</p> <p>O bancário de 8 horas diárias, em razão de poderem</p>

		<p>trabalhar aos sábados, poderão fazer até 44 horas semanais.</p> <p>O pagamento de 7ª 8ª em ações judiciais poderá ser compensado com a gratificação de função.</p>
<p>Art. 304.</p> <p><i>Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção." (NR)</i></p>	<p>Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.</p> <p><i>Parágrafo único - Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de 5 (cinco) dias, com a indicação expressa dos seus motivos.</i></p>	<p>A jornada de jornalista poderá ser aumentada por motivo de força maior, mesmo sem autorização do Ministério da Economia.</p>
<p>Art. 457.</p> <p><i>§ 5º O fornecimento de alimentação, seja in natura ou seja por meio de documentos de legitimação, tais como tíquetes, vales, cupons, cheques, cartões eletrônicos destinados à aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios, não possui natureza salarial e nem é tributável para efeito da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários e tampouco integra a base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa física. (NR)</i></p> <p>Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a habitação, o vestuário ou outras prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado, e, em nenhuma hipótese, será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas</p>	<p>Não havia equivalente</p> <p>Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.</p>	<p>O vale alimentação não tem natureza salarial e não sofrerá recolhimento de tributos.</p>
<p>Art. 457-A. A gorjeta não constitui receita própria dos empregadores, mas destina-se aos trabalhadores e será distribuída segundo critérios de custeio e de rateio definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.</p>	<p>Não havia equivalente.</p>	<p>A gorjeta é destinada aos empregados e será distribuída conforme critérios estabelecidos em acordo ou</p>

<p><i>§ 1º Na hipótese de não existir previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, os critérios de rateio e de distribuição da gorjeta e os percentuais de retenção previstos nos § 2º e § 3º serão definidos em assembleia geral dos trabalhadores, na forma prevista no art. 612.</i></p> <p><i>§ 2º As empresas que cobrarem a gorjeta deverão inserir o seu valor correspondente em nota fiscal, além de:</i></p> <p><i>I - para as empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até vinte por cento da arrecadação correspondente, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, a título de ressarcimento do valor de tributos pagos sobre o valor da gorjeta, cujo valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador;</i></p> <p><i>II - para as empresas não inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até trinta e três por cento da arrecadação correspondente para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, derivados da sua integração à remuneração dos empregados, a título de ressarcimento do valor de tributos pagos sobre o valor da gorjeta, cujo valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador; e</i></p> <p><i>III - anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no contracheque de seus empregados o salário contratual fixo e o percentual percebido a título de gorjeta.</i></p> <p><i>§ 3º A gorjeta, quando entregue pelo consumidor diretamente ao empregado, terá os seus critérios definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, facultada a retenção nos parâmetros estabelecidos no § 2º.</i></p> <p><i>§ 4º As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referentes aos últimos doze meses.</i></p> <p><i>§ 5º Cessada pela empresa a cobrança da gorjeta de que trata este artigo, desde que cobrada por mais de doze meses, esta se incorporará ao salário do empregado, tendo como base a média dos últimos doze meses, exceto se estabelecido de forma diversa em convenção ou acordo coletivo de trabalho.</i></p> <p><i>§ 6º Comprovado o descumprimento do disposto nos § 1º, § 3º, § 4º e § 6º, o empregador pagará ao empregado prejudicado, a título de pagamento de multa, o valor correspondente a um trinta avos da média da gorjeta recebida pelo empregado por dia de atraso, limitada ao piso da categoria, assegurados em qualquer hipótese os princípios do contraditório e da ampla defesa. (NR)</i></p>		<p>convenção coletiva ou, se não existir norma coletiva, por meio de assembleia.</p> <p>As gorjetas cobradas pelas empresas deverão constar da nota fiscal e terá desconto de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários entre 20% e 33%. Ou seja, serão os empregados que pagarão os encargos.</p> <p>O percentual e média de gorjetas recebidas deverão ser anotados na CTPS.</p> <p>Se a empresa cessar a cobrança de gorjeta, ela incorporará o salário do empregado pela média dos últimos 12 meses, salvo forma</p>
--	--	---

		diversa estabelecida em normas coletivas.
<p><i>Art. 627. A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização observará o critério de dupla visita nas seguintes hipóteses:</i></p> <p><i>I - quando ocorrer promulgação ou edição de novas leis, regulamentos ou instruções normativas, durante o prazo de cento e oitenta dias, contado da data de vigência das novas disposições normativas;</i></p> <p><i>II - quando se tratar de primeira inspeção em estabelecimentos ou locais de trabalho recentemente inaugurados, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de seu efetivo funcionamento;</i></p> <p><i>III - quando se tratar de microempresa, empresa de pequeno porte e estabelecimento ou local de trabalho com até vinte trabalhadores;</i></p> <p><i>IV - quando se tratar de infrações a preceitos legais ou a regulamentações sobre segurança e saúde do trabalhador de gradação leve, conforme regulamento editado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e</i></p> <p><i>V - quando se tratar de visitas técnicas de instrução previamente agendadas com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.</i></p> <p><i>§ 1º O critério da dupla visita deverá ser aferido para cada item expressamente notificado por Auditor Fiscal do Trabalho em inspeção anterior, presencial ou remota, hipótese em que deverá haver, no mínimo, noventa dias entre as inspeções para que seja possível a emissão de auto de infração.</i></p> <p><i>§ 2º O benefício da dupla visita não será aplicado para as infrações de falta de registro de empregado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, atraso no pagamento de salário ou de FGTS, reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, nem nas hipóteses em que restar configurado acidente do trabalho fatal, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil.</i></p> <p><i>§ 3º No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, o critério de dupla visita atenderá ao disposto no § 1º do art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</i></p> <p><i>§ 4º A inobservância ao critério de dupla visita implicará nulidade do auto de infração lavrado, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação." (NR)</i></p>	<p><i>Art. 627 - A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:</i></p> <p><i>a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis;</i></p> <p><i>b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.</i></p> <p>Não havia equivalente</p>	<p>A MP estabeleceu prazo de 180 dias para as hipóteses de duplas visitas quando houver lei nova ou estabelecimentos inaugurados.</p> <p>Além disso, a MP também acrescentou mais três hipóteses para a aplicação da dupla visita, quais sejam, para as microempresas, empresa de pequeno porte ou com até 20 empregados, quando se tratar de infrações classificadas como leves e visitas técnicas de instrução previamente agendadas.</p> <p>A MP estabeleceu prazo de 90 dias para a dupla visita.</p> <p>A MP estabeleceu as hipóteses em que não será aplicada a dupla visita: registro em carteira, atraso no pagamento de salário, reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, acidentes fatais, trabalho escravo e infantil.</p>

<p><i>Art. 627-A. Poderá ser instaurado procedimento especial para a ação fiscal, com o objetivo de fornecer orientações sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho e sobre a prevenção e o saneamento de infrações à legislação por meio de termo de compromisso, com eficácia de título executivo extrajudicial, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Economia.</i></p> <p><i>§ 1º Os termos de ajustamento de conduta e os termos de compromisso em matéria trabalhista terão prazo máximo de dois anos, renovável por igual período desde que fundamentado por relatório técnico, e deverão ter suas penalidades atreladas aos valores das infrações contidas nesta Consolidação e em legislação esparsa trabalhista, hipótese em que caberá, em caso de descumprimento, a elevação das penalidades que forem infringidas três vezes.</i></p> <p><i>§ 2º A empresa, em nenhuma hipótese, poderá ser obrigada a firmar dois acordos extrajudiciais, seja termo de compromisso, seja termo de ajustamento de conduta, seja outro instrumento equivalente, com base na mesma infração à legislação trabalhista. (NR)</i></p> <p><i>Art. 627-B. O planejamento das ações de inspeção do trabalho deverá contemplar a elaboração de projetos especiais de fiscalização setorial para a prevenção de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e irregularidades trabalhistas a partir da análise dos dados de acidentalidade e adoecimento ocupacionais e do mercado de trabalho, conforme estabelecido em ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.</i></p> <p><i>§ 1º Caso detectados irregularidades reiteradas ou elevados níveis de acidentalidade ou adoecimentos ocupacionais em determinado setor econômico ou região geográfica, o planejamento da inspeção do trabalho deverá incluir ações coletivas de prevenção e saneamento das irregularidades, com a possibilidade de participação de outros órgãos públicos e entidades representativas de empregadores e de trabalhadores.</i></p> <p><i>§ 2º Não caberá lavratura de auto de infração no âmbito das ações coletivas de prevenção previstas neste artigo. (NR)</i></p>	<p><i>Art. 627-A. Poderá ser instaurado procedimento especial para a ação fiscal, objetivando a orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante Termo de Compromisso, na forma a ser disciplinada no Regulamento da Inspeção do Trabalho.</i></p>	<p>Disciplinou como serão feitos os termos de compromisso e ajuste de condutas em matéria de fiscalização. As multas foram limitadas aquelas estabelecidas na CLT e somente serão majoradas se o infrator descumprir três vezes.</p>
<p><i>Art. 628. Salvo quanto ao disposto nos arts. 627, art. 627-A e art. 627-B, toda verificação em que o Auditor-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.</i></p> <p><i>§ 3º Comprovada má-fé do agente da inspeção, ele responderá por falta grave no cumprimento do dever e ficará passível, desde logo, à aplicação da pena de suspensão de até trinta dias, hipótese em que será instaurado, obrigatoriamente, inquérito administrativo em caso de reincidência.</i></p>	<p><i>Art. 628. Salvo o disposto nos arts. 627 e 627-A, a toda verificação em que o Auditor-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.</i></p> <p><i>§ 3º Comprovada má fé do agente da inspeção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá ele por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito administrativo.</i></p>	<p>Estabelece o Domicílio Eletrônico Trabalhista dos empregadores, por meio do qual o Ministério da Economia cientificará quaisquer atos fiscais, intimações, processos administrativos e avisos em geral. Desta forma, não haverá mais intimação via Diário Oficial ou postal.</p>

<p><i>Art. 628-A. Fica instituído o Domicílio Eletrônico Trabalhista, regulamentado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, destinado a:</i></p> <p><i>I - cientificar o empregador de quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral; e</i></p> <p><i>II - receber, por parte do empregador, documentação eletrônica exigida no curso das ações fiscais ou apresentação de defesa e recurso no âmbito de processos administrativos.</i></p> <p><i>§ 1º As comunicações eletrônicas realizadas pelo Domicílio Eletrônico Trabalhista dispensam a sua publicação no Diário Oficial da União e o envio por via postal e são consideradas pessoais para todos os efeitos legais.</i></p> <p><i>§ 2º A ciência por meio do sistema de comunicação eletrônica, com utilização de certificação digital ou de código de acesso, possuirá os requisitos de validade.</i></p> <p><i>§ 3º A utilização do sistema de comunicação eletrônica previsto no caput é obrigatória para todos os empregadores, conforme estabelecido em ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, garantidos prazos diferenciados para as microempresas e as empresas de pequeno porte.</i></p> <p><i>§ 4º O empregador deverá consultar o sistema de comunicação eletrônica no prazo de até dez dias, contado da data de notificação por correio eletrônico cadastrado.</i></p> <p><i>§ 5º Encerrado o prazo a que se refere o § 4º, considera-se automaticamente que a comunicação eletrônica foi realizada.</i></p> <p><i>§ 6º A comunicação eletrônica a que se refere o caput, em relação ao empregador doméstico, ocorrerá por meio da utilização de sistema eletrônico na forma prevista pelo art. 32 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.</i></p> <p><i>§ 7º A comunicação eletrônica a que se refere o caput não afasta a possibilidade de utilização de outros meios legais de comunicação com o empregador a serem utilizados a critério da autoridade competente." (NR)</i></p>		<p>O empregador terá até 10 dias para acessar suas intimações, ao final deste prazo será considerado intimado.</p>
<p><i>Art. 629. O auto de infração será lavrado no curso da ação fiscal, sendo uma via entregue ao infrator, preferencialmente, em meio eletrônico, pessoalmente, mediante recibo, ou, excepcionalmente, por via postal.</i></p> <p><i>§ 1º O auto de infração não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas.</i></p> <p><i>§ 2º Lavrado o auto de infração, não poderá ele ser inutilizado, nem susgado o curso do respectivo processo, devendo o Auditor Fiscal do Trabalho apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro.</i></p>	<p><i>Art. 629 - O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada, dentro de 10 (dez) dias da lavratura, sob pena de responsabilidade, em registro postal, com franquia e recibo de volta.</i></p> <p><i>§ 1º O auto não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da inspeção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no</i></p>	<p>Estabelece a entrega do auto de infração, preferencialmente, pela via eletrônica.</p> <p>Aumentou o prazo para defesa nos autos de infração de 10 para 30 dias.</p>

<p>§ 3º O prazo para apresentação de defesa será de trinta dias, inclusive para a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as suas autarquias e fundações de direito público, contado da data de recebimento do auto de infração.</p> <p>§ 4º O auto de infração será registrado em meio eletrônico pelo órgão fiscalizador, de modo a assegurar o controle de seu processamento." (NR)</p>	<p>prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade</p> <p>§ 2º Lavrado o auto de infração, não poderá ele ser inutilizado, nem sustado o curso do respectivo processo, devendo o agente da inspeção apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro</p> <p>§ 3º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do auto.</p> <p>§ 4º O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos característicos, em livro próprio que deverá existir em cada órgão fiscalizador, de modo a assegurar o controle do seu processamento.</p>	
<p>Art. 630. Nenhum Auditor Fiscal do Trabalho poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a carteira de identidade fiscal, fornecida pela autoridade competente.</p> <p>§ 3º Os Auditores Fiscais do Trabalho terão livre acesso a todas dependências dos estabelecimentos sujeitos à legislação trabalhista, hipótese em que as empresas, por meio de seus dirigentes ou prepostos, ficarão obrigadas a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exibirem, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.</p> <p>§ 4º Os documentos sujeitos à inspeção poderão ser apresentados nos locais de trabalho ou, alternativamente, em meio eletrônico ou, ainda, em meio físico, em dia e hora previamente estabelecidos pelo Auditor Fiscal do Trabalho.</p> <p>§ 4º-A. As ações de inspeção, exceto se houver disposição legal em contrário, que necessitem de atestados, certidões ou outros documentos comprobatórios do cumprimento de obrigações trabalhistas que constem em base de dados oficial da administração pública federal deverão obtê-los diretamente nas bases geridas pela entidade responsável e não poderão exigí-los do empregador ou do empregado.</p> <p>§ 8º As autoridades policiais, quando solicitadas, deverão prestar aos Auditores Fiscais do Trabalho a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais. (NR)</p>	<p>Art. 630. Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a carteira de identidade fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente.</p> <p>3º - O agente da inspeção terá livre acesso a todas dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação, sendo as empresas, por seus dirigentes ou prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir-lhes, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.</p> <p>§ 4º - Os documentos sujeitos à inspeção deverão permanecer, sob as penas da lei nos locais de trabalho, somente se admitindo, por exceção, a critério da autoridade competente, sejam os mesmos apresentados em dia hora previamente fixados pelo agente da inspeção.</p> <p>§ 8º - As autoridades policiais, quando solicitadas, deverão prestar aos agentes da inspeção a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais.</p>	<p>Os Auditores Fiscais não poderão exigir a exibição de documentos que já estejam inseridos em base de dados oficial da Administração Pública, e deverão obtê-los diretamente destas bases.</p>

<p>Art. 631. Qualquer cidadão, entidade ou agente público poderá comunicar à autoridade trabalhista as infrações que verificar, devendo esta proceder às apurações necessárias.</p>	<p>Art. 631 - Qualquer funcionário público federal, estadual ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações que verificar.</p>	<p>Isso já ocorria na prática.</p>
<p>Art. 632. O atuado poderá apresentar documentos e requerer a produção das provas que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, nos prazos destinados à defesa e ao recurso e caberá à autoridade competente julgar a pertinência e a necessidade de tais provas.</p> <p>Parágrafo único. Fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a compor prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundamentada quanto à sua autenticidade. (NR)</p>	<p>Art. 632 - Poderá o atuado requerer a audiência de testemunhas e as diligências que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade, julgar da necessidade de tais provas.</p>	
<p>Art. 634. A imposição de aplicação de multas compete à autoridade regional em matéria de inspeção do trabalho, na forma prevista neste Título e conforme estabelecido em ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.</p> <p>§ 1º A análise de defesa administrativa observará o requisito de desterritorialização sempre que os meios técnicos permitirem, hipótese em que será vedada a análise de defesa cujo auto de infração tenha sido lavrado naquela mesma unidade federativa.</p> <p>§ 2º Será adotado sistema de distribuição aleatória de processos para análise, decisão e imposição de multas, a ser instituído na forma prevista no ato Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a que se refere o caput. (NR)</p> <p>Art. 634-A. A aplicação das multas administrativas por infrações à legislação de proteção ao trabalho observará os seguintes critérios:</p> <p>I - para as infrações sujeitas a multa de natureza variável, observado o porte econômico do infrator, serão aplicados os seguintes valores:</p> <p>a) de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as infrações de natureza leve;</p> <p>b) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as infrações de natureza média;</p> <p>c) de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as infrações de natureza grave; e</p> <p>d) de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para as infrações de natureza gravíssima; e</p> <p>II - para as infrações sujeitas a multa de natureza per capita, observados o porte econômico do infrator e o número de empregados em situação irregular, serão aplicados os seguintes valores:</p> <p>a) de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para as infrações de natureza leve;</p>	<p>Art. 634 - Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este Título.</p> <p>§ 1º A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.</p> <p>§ 2º Os valores das multas administrativas expressos em moeda corrente serão reajustados anualmente pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou pelo índice que vier a substituí-lo.</p>	<p>A MP prevê que as multas aplicáveis às infrações previstas na CLT passam a ser aquelas dispostas no artigo 634-A, seguindo uma única regra.</p> <p>Assim, diversos dispositivos da CLT foram alterados apenas para constar a aplicação das multas previstas neste artigo, são eles: art. 29, §5º, art. 477, §8º, art. 543, §6º, artigo 545, § único, art. 553, letras "a" e "f", art. 722, letra "a" e os caput dos artigos, 47-A, 51, 52, 55, 75, 120, 201, 347, 351, 401, 434, 510, 598, 729, 732 e 733. Além do art. 12 da Lei nº 605/49, art. 3º e 4º da Lei nº 7.855/89, art. 10, da Lei 4.923/65, art. 7º da Lei nº 9.601/98, art.18 da Lei nº 5.889/73, art. 10 da Lei nº 12.023/2009, art. 27 da Lei nº 6.615/78, art. 33 da Lei nº 6.533/78, art. 56 da Lei nº 3.857/60, art. 13 do Dec.Lei nº 972/69, art. 16 da Lei nº 4.680/65, art. 4º da Lei nº</p>

<p>b) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para as infrações de natureza média;</p> <p>c) de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para as infrações de natureza grave; e</p> <p>d) de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as infrações de natureza gravíssima.</p> <p>§ 1º Para as empresas individuais, as microempresas, as empresas de pequeno porte, as empresas com até vinte trabalhadores e os empregadores domésticos, os valores das multas aplicadas serão reduzidos pela metade.</p> <p>§ 2º A classificação das multas e o enquadramento por porte econômico do infrator e a natureza da infração serão definidos em ato do Poder Executivo federal.</p> <p>§ 3º Os valores serão atualizados anualmente em 1º de fevereiro de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, ou por índice que venha substituí-lo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.</p> <p>§ 4º Permanecerão inalterados os valores das multas até que seja publicado o regulamento de que trata o § 2º. (NR)</p> <p>Art. 634-B. São consideradas circunstâncias agravantes para fins de aplicação das multas administrativas por infração à legislação trabalhista, conforme disposto em ato do Poder Executivo federal:</p> <p>I - reincidência;</p> <p>II - resistência ou embaraço à fiscalização;</p> <p>III - trabalho em condições análogas à de escravo; ou</p> <p>IV - acidente de trabalho fatal.</p> <p>§ 1º Ressalvadas as disposições específicas estabelecidas em lei, a configuração de quaisquer das circunstâncias agravantes acarretará a aplicação em dobro das penalidades decorrentes da mesma ação fiscal, exceto na hipótese prevista no inciso I do caput, na qual será agravada somente a infração reincidida.</p> <p>§ 2º Será considerado reincidente o infrator que for autuado em razão do descumprimento do mesmo dispositivo legal no prazo de até dois anos, contado da data da decisão definitiva de imposição da multa. (NR)</p> <p>Art. 634-C. Sobre os valores das multas aplicadas não recolhidos no prazo legal incidirão juros e multa de mora nas formas previstas no art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e no art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. (NR)</p>		<p>6.224/75, art. 10 do Dec.Lei nº806/79, art. 17, §1º da Lei nº 12.690/2012, art. 25 da Lei nº 7998/90, art. 10, incisos I e III da Lei nº 9.719/98, art. 77 da Lei 13.475/2017, art. 23, §§ 2º, 4º e 8º da Lei nº 8.036/90, art. 10 da Lei nº 9.719/98,</p> <p>A multa de natureza variável e per capita variarão conforme o porte econômico do infrator, e terá a graduação de leve, média, grave e gravíssima.</p> <p>As micro e pequenas empresas e empresas até 20 empregados terão as multas reduzidas pela metade.</p> <p>Os valores das multas serão corrigidos pelo IPCA-E.</p> <p>As multas serão dobradas em casos de reincidência, resistência ou embaraço à fiscalização, trabalho análogo a escravo e acidente fatal.</p> <p>As infrações decorrentes do FGTS não serão aplicadas se o empregador, antes do procedimento administrativo, proceder ao recolhimento integral dos débitos, formalizar termo de parcelamento ou apresentar as informações, ainda que fora do prazo legal. Além disso, mesmo no curso do procedimento, o empregador proceder ao pagamento, ainda que parcelado, a multa será</p>
--	--	--

		<p>reduzida pela metade. Somente perderá esse benefício se o empregador fraudar, simular, usar artifício arдил, resistir, embarcar ou desacatar a fiscalização ou for reincidente. (art. 23, §§9º, 10 e 12, da Lei 8.036/90).</p> <p>Os artigos 634 e 634-A somente entrarão em vigor 90 dias após a publicação da MP.</p>
<p><i>Art. 635. Caberá recurso, em segunda instância administrativa, de toda decisão que impuser a aplicação de multa por infração das leis e das disposições reguladoras do trabalho, para a unidade competente para o julgamento de recursos da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.</i></p> <p><i>§ 1º As decisões serão sempre fundamentadas e atenderão aos princípios da impessoalidade, da ampla defesa e do contraditório.</i></p> <p><i>§ 2º A decisão de recursos em segunda e última instância administrativa poderá valer-se de conselho recursal paritário, tripartite, integrante da estrutura da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos Auditores Fiscais do Trabalho, designados pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento. (NR)</i></p>	<p><i>Art. 635 - De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo caberá recurso para o Diretor-Geral Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que for competente na matéria.</i></p> <p><i>Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas.</i></p>	<p>A instância recursal das infrações poderá ser constituída por um conselho tripartite: empregados, empregadores e auditores fiscais.</p>
<p><i>Art. 636. O prazo para interposição de recurso é de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação, inclusive para a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as suas autarquias e fundações de direito público.</i></p> <p><i>§ 1º O recurso de que trata este Capítulo terá efeito devolutivo e suspensivo e será apresentado perante a autoridade que houver imposto a aplicação da multa, a quem competirá o juízo dos requisitos formais de admissibilidade e o encaminhamento à autoridade de instância superior.</i></p> <p><i>§ 2º A notificação somente será realizada por meio de edital, publicada em Diário Oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.</i></p> <p><i>§ 3º A notificação de que trata este artigo estabelecerá igualmente o prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento ou publicação, para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.</i></p> <p><i>§ 4º O valor da multa será reduzido em trinta por cento se o infrator, renunciando ao direito de interposição de recurso, recolhê-la à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação postal ou eletrônica ou da publicação do edital.</i></p>	<p><i>Art. 636. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar encaminhá-los-á à autoridade de instância superior.</i></p> <p><i>§ 1º - O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa.</i></p> <p><i>§ 2º - A notificação somente será realizada por meio de edital, publicada no órgão oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.</i></p> <p><i>§ 3º - A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.</i></p>	<p>O prazo para defesa do auto de infração passa a ser de 30 dias. Antes eram 10 dias.</p> <p>O recurso suspende a cobrança da multa. Antes tinha que comprovar o pagamento para fazer o recurso.</p> <p>A notificação somente será feita pelo Diário Oficial, se o infrator estiver em local incerto e não sabido. Do contrário, será feita por intimação eletrônica.</p> <p>A multa será reduzida em 30% se o infrator desistir de recorrer</p>

<p>§ 5º O valor da multa será reduzido em cinquenta por cento se o infrator, sendo microempresa, empresa de pequeno porte e estabelecimento ou local de trabalho com até vinte trabalhadores renunciando ao direito de interposição de recurso, recolhê-la ao Tesouro Nacional dentro do prazo de trinta dias, contado da data do recebimento da notificação postal, eletrônica, ou da publicação do edital.</p> <p>§ 6º A guia para recolhimento do valor da multa será expedida e conferida eletronicamente para fins de concessão do desconto, verificação do valor pago e arquivamento do processo.</p>	<p>§ 4º - As guias de depósito e recolhimento serão emitidas em 3 (três) vias e o recolhimento da multa deverá preceder-se dentro de 5 (cinco) dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito do Ministério da Trabalho e Previdência Social.</p> <p>§ 5º - A segunda via da guia do recolhimento será devolvida pelo infrator à repartição que a emitiu, até o sexto dia depois de sua expedição, para a averbação no processo.</p> <p>§ 6º - A multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital.</p> <p>§ 7º - Para a expedição da guia, no caso do § 6º, deverá o infrator juntar a notificação com a prova da data do seu recebimento, ou a fôlha do órgão oficial que publicou o edital.</p>	<p>e recolher no prazo de 30 dias. No caso de micro e pequena empresa ou empresas com até 20 empregados, a multa será reduzida em 50%.</p>
<p>Art. 637-A. Instituído o conselho na forma prevista no § 2º do art. 635, caberá pedido de uniformização de jurisprudência no prazo de quinze dias, contado da data de ciência do acórdão ao interessado, de decisão que der à lei interpretação divergente daquela que lhe tenha dado outra câmara, turma ou órgão similar. (NR)</p>	<p>Não há equivalente</p>	
<p>Art. 638. São definitivas as decisões de:</p> <p>I - primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto; e</p> <p>II - segunda instância, ressalvada a hipótese prevista no art. 637-A." (NR)</p>	<p>Art. 638 - Ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é facultado avocar ao seu exame e decisão, dentro de 90 (noventa) dias do despacho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos nesta Consolidação.</p>	
<p>Art. 641. Na hipótese de o infrator não comparecer ou não depositar a importância da multa ou da penalidade, o processo será encaminhado para o órgão responsável pela inscrição em dívida ativa da União e cobrança executiva. (NR)</p> <p>Art. 642. A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades regionais em matéria de inspeção do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União.</p>	<p>Art. 641 - Não comparecendo o infrator, ou não depositando a importância da multa ou penalidade, far-se-á a competente inscrição em livro especial, existente nas repartições das quais se tiver originado a multa ou penalidade, ou de onde tenha provindo a reclamação que a determinou, sendo extraída cópia autêntica dessa inscrição e enviada às autoridades competentes para a respectiva cobrança judicial, valendo tal instrumento como título de dívida líquida e certa.</p> <p>Art. 642 - A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União, sendo promovida,</p>	

	<p><i>no Distrito Federal e nas capitais dos Estados em que funcionarem Tribunais Regionais do Trabalho, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e nas demais localidades, pelo Ministério Público Estadual e do Território do Acre, nos termos do Decreto-Lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938.</i></p> <p><i>Parágrafo único. No Estado de São Paulo a cobrança continuará a cargo da Procuradoria do Departamento Estadual do Trabalho, na forma do convênio em vigor.</i></p>	
<p><i>Art. 879.</i>  <i>§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela variação do IPCA-E, ou por índice que venha substituí-lo, calculado pelo IBGE, que deverá ser aplicado de forma uniforme por todo o prazo decorrido entre a condenação e o cumprimento da sentença." (NR)</i></p>	<p><i>Art. 879.</i>  <i>§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)</i></p>	<p>Alterou o índice de correção dos créditos em ações judiciais trabalhistas.</p> <p>A reforma trabalhista de 2017 havia definido que seria a TR, que há alguns anos está abaixo da inflação.</p> <p>Passa a ser o IPCA-E.</p>
<p><i>Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora equivalentes aos aplicados à caderneta de poupança, sendo estes, em qualquer caso, devidos somente a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial." (NR)</i></p>	<p><i>Art. 883 - Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.</i></p>	<p>Os juros de mora na Justiça do Trabalho estavam definidos no §1º, do art. 39 da Lei nº 8.177/91, e era de 1% ao mês.</p> <p>A MP o alterou, bem como o artigo 883 da CLT.</p> <p>A MP alterou os juros para aqueles aplicados à caderneta de poupança, que é de 0,5% ao mês.</p> <p>Ou seja, embora a MP tenha alterado a correção monetária para o IPCA-E (art. 879, §7º) houve a diminuição dos juros de mora, o que acarretará perda nos créditos trabalhistas em ações judiciais.</p>
<p><i>Revogado</i></p>	<p><i>Art. 159 - Mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo.</i></p>	

<p><i>Revogado</i></p>	<p><i>Art. 160 - Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.</i></p> <p><i>§ 1º - Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho.</i></p> <p><i>§ 2º - É facultado às empresas solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações.</i></p>	
<p><i>Revogado</i></p>	<p><i>Art. 313 - Aqueles que, sem caráter profissional, exercem atividades jornalísticas, visando fins culturais, científicos ou religiosos, poderão promover sua inscrição como jornalistas, na forma desta seção.</i></p> <p><i>§ 1º As repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio manterão, para os fins do artigo anterior, um registro especial, anexo ao dos jornalistas profissionais, nele inscrevendo os que satisfaçam os requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do artigo 311 e apresentem prova do exercício de atividade jornalística não profissional, o que poderá ser feito por meio de atestado de associação cultural, científica ou religiosa idônea.</i></p> <p><i>§ 2º O pedido de registro será submetido a despacho do ministro que, em cada caso, apreciará o valor da prova oferecida.</i></p> <p><i>§ 3º O registro de que trata o presente artigo tem caráter puramente declaratório e não implica no reconhecimento de direitos que decorrem do exercício remunerado e profissional do jornalismo.</i></p>	<p>Não será exigido registro como jornalistas para aqueles que exercem atividades jornalísticas, sem caráter profissional, visando fins culturais, científicos e religiosos.</p>
<p><i>Revogado</i></p>	<p><i>Art. 319 - Aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames.</i></p>	<p>Os professores poderão trabalhar aos domingos.</p>

## IV – OUTRAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PREVISTAS NA MP

**Contribuição Sindical de Trabalhador Rural:** será exigido a autorização prévia e expressa prevista no artigo 579, da CLT.

**Contribuição Previdenciária sobre o seguro desemprego:** será descontado do valor da parcela do seguro desemprego a contribuição previdenciária. Esse período será computado para efeito de concessão de benefício previdenciário. Entra em vigor somente no 1º dia do mês subsequente à publicação da MP.

**Pagamento do abono salarial:** com a MP qualquer instituição financeira poderá pagar o abono. Antes eram apenas a Caixa e o Banco do Brasil.

**Pagamento do seguro desemprego:** com a MP qualquer instituição financeira poderá pagar o seguro desemprego. Antes eram apenas bancos oficiais.

### **Participação nos Lucros e Resultados (PLR):**

- . A MP excluiu o representante indicado pelo sindicato para fazer parte da comissão paritária na negociação da PLR. Esse dispositivo pode ser considerado inconstitucional, em razão do disposto no inciso VI, do artigo 8º da CF, que obriga a participação do Sindicato em negociações coletivas.
- . A MP autoriza o pagamento de PLR para empregados de entidades sem fins lucrativos, desde que a apuração tenha como parâmetro a produtividade ou qualidade nos programas de metas, ou seja, não está vinculado a lucros.
- . A PLR pode ser negociada diretamente com os hipersuficientes (salário superior a 11 mil reais).
- . As partes podem estabelecer múltiplos programas de resultados, observada a periodicidade dos pagamentos em até 2 vezes no ano, com intervalo não inferior à um trimestre entre os mesmos.
- . O acordo terá que ser firmado antes do pagamento da antecipação e com até 90 dias de antecedência ao pagamento da parcela única ou final.
- . Se o pagamento for feito fora da periodicidade de até 2 vezes no ano, com intervalo não inferior à um trimestre entre os mesmos, somente perderá a natureza de PLR as parcelas que excederam essa periodicidade.
- . Reforça a validade do pagamento de prêmio previsto no artigo 457, §§ 2º e 4º e estabelece mais detalhadamente os critérios para a sua concessão.

### **Benefício previdenciário de Auxílio-Acidente:**

- a lei previa apenas que o benefício seria concedido se houvesse redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido. A MP prevê que as seqüelas serão estabelecidas no Regulamento, em lista elaborada a cada 3 anos pelo Ministério da Economia, conforme critério técnicos e científicos.
- a lei anterior previa o seu pagamento até a aposentadoria ou morte do segurado. A MP prevê que o pagamento poderá ser revisto a qualquer momento, se deixar de existir as seqüelas conforme critérios que variarão a cada 3 anos.
- a lei anterior previa que o benefício era de 50% do salário de benefício. A MP altera para 50% do valor da aposentadoria por invalidez.

**Acidente de percurso:** deixou de equiparar o acidente de percurso ao acidente de trabalho

**Serviço Social:** revogou o inciso III, alínea “b” que trazia o serviço social como uma das prestações do RGPS, embora tenha mantido no inc. VI, artigo 26 e artigo 88.

**Aplicação imediata aos contratos vigentes:** a MP menciona que a mesma será aplicada imediatamente aos contratos vigentes, exceto o contrato verde e amarelo.

**Vigência:** a MP entra em vigor na data da sua publicação, com as exceções acima descritas.

## V – REVOGAÇÕES DE REGISTRO DE PROFISSÕES

Revogou a Lei nº 4.594/64 que regulamenta a profissão de corretor de seguros

Revogou os artigos 8<sup>a</sup> ao 10 da Lei nº 4.680/65 que exige o registro de publicitários e agenciador de propaganda

Revogou os artigos 2º ao 4º da Lei nº 806/69 que exige o registro do atuário

Revogou os artigos 4º, 5º, 8º e 10 ao 12 da Lei nº 972/69 que exige o registro de jornalista editores de empresas jornalísticas

Revogou a Lei 6.242/75 que regulamenta a profissão de guardador e lavador autônomo de veículos

Revogou o artigo 4º da Lei nº 6.546/78 que exige o registro da profissão de arquivista e técnico de arquivo

Revogou os artigos 6º ao 9º, 10, 21, §único do artigo 27, 29 e 31 da Lei nº 6.615/78 que exige o registro da profissão de radialista e outras providências

Revogou os §§ 1º e 2º do artigo 2º, artigos 3º e 4º da Lei nº 4.739/65 que exige o registro da profissão de estatístico

Revogou o artigo 6º da Lei nº 6.888/80 que exige o registro da profissão de sociólogo

Revogou o artigo 6º da Lei 7.377/85 que exige o registro da profissão de secretário

---

***Maria da Consolação Vegi da Conceição.*** Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-Graduada em Direito Individual e Coletivo do Trabalho pela USP. Coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do ABC.

## 4. OS AFASTAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO: TRANSTORNOS DE UMA CATEGORIA SOB PRESSÃO

Vívian Machado  
Catia Uehara

### Resumo Executivo

*O objetivo desta nota técnica é demonstrar a situação da saúde dos bancários no país, em um contexto de reestruturação e digitalização dos serviços prestados pelos bancos, gerando cada dia mais pressão e levando muito trabalhadores do setor a se afastarem do trabalho. De janeiro de 2009 a março de 2014, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que é vinculado ao Ministério da Previdência Social, disponibilizou dados de concessão de benefícios a título de auxílio-previdenciário (B31) e de auxílio-acidentário (B91), desagregados pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Após isso, houve alteração na forma como os dados são divulgados ao público. Entre 2009 e 2013, houve um aumento de 40,4% do número total de benefícios concedidos aos trabalhadores do setor bancário: de 13.297 beneficiários afastados em 2009, para 18.671 registrados no ano de 2013, em um movimento crescente ano após ano, ou seja, houve um crescimento de 5.374 benefícios em quatro anos. Nos demais setores de atividade econômica também houve elevação do número de benefícios no período, porém, num ritmo menor do que o verificado nos bancos. Nesses setores, o crescimento foi de 26,2%, passando de 2,043 milhões de benefícios em 2009, para 2,577 milhões em 2013. É crescente a participação dos transtornos mentais dentre as principais causas dos afastamentos de bancários nos últimos anos. Grave também é o fato de muitos deles permanecerem trabalhando mesmo adoecidos (presenteísmo no trabalho), além do fato de que é muito significativo o número de bancários trabalhando e vivendo a base de remédios como antidepressivos e ansiolíticos, entre outros voltados ao tratamento dos transtornos mentais.*

### 1. Os afastamentos no Setor Bancário de 2009 a 2018

Com a popularização da internet e o desenvolvimento do comércio eletrônico surgiram inúmeras oportunidades para as empresas e, em especial, para os bancos. As novas plataformas remotas de vendas de produtos e serviços com baixo custo associado à evolução dos meios de pagamento e à digitalização da moeda “desenharam” novos modelos de negócios.

Todavia, com a aderência a todo avanço tecnológico da atualidade, os bancos estão transformando seu atendimento e, enquanto crescem as transações pelos canais virtuais, eles reduzem seus quadros de funcionários e o número de pontos físicos instalados no país, entre agências e postos de atendimento bancário (PAB) [1]. Esse movimento intensifica cada dia mais o ritmo de trabalho daqueles que permanecem nos bancos.

A reestruturação das atividades bancárias ao longo das últimas décadas modificou o contexto de trabalho trazendo crescente adoecimento da categoria, de tal forma que as causas dos afastamentos dos bancários se tornaram motivo de grande preocupação dos dirigentes sindicais, sendo discutida nos diversos espaços pelas quais se inserem, inclusive nas mesas de negociação junto à Fenaban. Todavia, apesar da importância do tema, as informações disponíveis que tratam da saúde no setor bancário são relativamente escassas.

Neste trabalho, como primeira abordagem, considerou-se o número de benefícios previdenciários (afastados por doença “comum” e não relacionada ao trabalho) e dos acidentários (afastados por doença relacionada ao trabalho, seja por acidente de trabalho, inclusive de trajeto), dados esses, divulgados pelo INSS em nível nacional. Ambos os benefícios são concedidos a trabalhadores impedidos de trabalhar por mais de 15 dias consecutivos.

No entanto, apenas de janeiro de 2009 a março de 2014, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que é vinculado ao Ministério da Previdência Social, disponibilizou dados de concessão de benefícios a título de auxílio-previdenciário (B31) e de auxílio-acidentário (B91), desagregados pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Após isso, houve alteração na forma como os dados são divulgados ao público.

Conforme demonstrado na tabela 1, entre 2009 e 2013, houve um aumento de 40,4% do número total de benefícios concedidos aos trabalhadores do setor bancário: de 13.297 beneficiários afastados em 2009, para 18.671 registrados no ano de 2013, em um movimento crescente ano após ano, ou seja, houve um crescimento de 5.374 benefícios em quatro anos.

A título de comparação, a tabela 1 aponta, ainda, que, nos demais setores de atividade econômica também houve elevação do número de benefícios no período, porém, num ritmo menor do que o verificado nos bancos. Nesses setores, o crescimento foi de 26,2%, passando de 2,043 milhões de benefícios em 2009, para 2,577 milhões em 2013.

**Tabela 1 – Número Total de Benefícios concedidos a bancários e demais setores da economia (Brasil – 2009 a 2013)**

Ano	Número Total de Benefícios	
	Bancários	Demais Setores
2009	13.297	2.043.029
2010	14.859	2.228.622
2011	15.670	2.342.058
2012	17.338	2.463.554
2013	18.671	2.577.291
<b>Variação %</b>	<b>40,4%</b>	<b>26,2%</b>

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Rede Bancários/DIEESE. Publicado na 10ª Carta de Conjuntura da USCS, dezembro 2019.

As informações captadas na Previdência Social revelam que, mesmo que represente um volume pequeno de beneficiários dentro do universo registrado, o crescimento do número de bancários afastados (40,4%) foi significativamente maior do observado para os demais trabalhadores brasileiros (26,2%), em quatro anos. Inclusive, esse crescimento também ficou muito acima da elevação do emprego na categoria no período que, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS), foi de apenas 10,7%. De lá para cá, preocupa mais ainda o fato de a categoria estar sendo reduzida e a pressão crescendo a cada dia sobre aqueles trabalhadores que permanecem nos bancos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Europa, o estresse ocupa a segunda posição entre os problemas de saúde relacionados ao trabalho, afetando cerca de 40 milhões de pessoas. Além disso, entre 50 e 60% de todos os dias de trabalho perdidos no continente estariam ligados a esta condição (OIT *apud* Secretaria da Previdência, 2017). No caso brasileiro, ainda de acordo com o estudo, os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira causa de incapacidade para o trabalho, considerando a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, entre 2012 a 2016.

O ambiente corporativo é pautado hoje por uma lógica capitalista globalizada, em que o aumento de produtividade e o lucro máximo são os objetivos principais. Esta realidade afeta sensivelmente a organização do trabalho (...) Ainda contribuem para o cenário de agravamento do adoecimento mental no âmbito do trabalho, as situações de banalização da violência, como o assédio moral institucionalizado, as relações interpessoais norteadas por autoritarismo e competitividade, a demanda constante por produtividade e a desvalorização das potencialidades e subjetividades dos trabalhadores. (Secretaria de Previdência, 2017; p. 5-6) [2].

A Tabela 2 demonstra que a proporção de benefícios por “*Transtornos Mentais e Comportamentais*” no setor bancário em comparação aos demais setores é bastante distinta: mais de um quarto (27%)

dos trabalhadores do setor bancário foi afastado por este problema em 2013, enquanto que nos demais setores, essa proporção foi de apenas 9% dos trabalhadores.

**Tabela 2 – Benefícios Previdenciário e Acidentário por Transtornos Mentais e Comportamentais concedidos nos Bancos e Demais Setores de Atividade (Brasil – 2009 a 2013)**

Bancos	Previdenciário	Acidentário	Total	Proporção ao total
<b>2009</b>	2.177	780	2.957	22,2%
<b>2013</b>	3.671	1.371	5.042	27,0%
<b>Varição 2013/2009</b>	68,6%	75,8%	70,5%	24,1%
Demais setores	Previdenciário	Acidentário	Total	Proporção ao total
<b>2009</b>	174.717	12.698	187.415	9,2%
<b>2013</b>	212.490	11.317	223.807	8,7%
<b>Varição 2013/2009</b>	21,6%	-10,9%	19,4%	9,0%

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Rede Bancários/DIEESE. Publicado na 10ª Carta de Conjuntura da USCS, dezembro 2019.

Portz & Amazarray (2019) apontam que, ao longo dos últimos anos, as relações de trabalho vem se tornando mais frágeis e instáveis a cada dia ao privilegiarem o capital em detrimento dos trabalhadores, gerando uma “precarização social” que se manifesta “na flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho, no fomento ao individualismo, na competitividade exacerbada e, como consequência, na fragmentação e dissolução das relações de parceria e solidariedade entre os trabalhadores” (Seligmann-Silva *apud* Portz & Amazarray, 2019). Esse isolamento provoca sofrimento psíquico, entre outras patologias.

As consequências dessas formas de precarização no contexto laboral são: o aumento do número de trabalhadores autônomos e subempregados, a fragilização das organizações sindicais e a terceirização, as práticas de intensificação do trabalho como o aumento do ritmo e jornada de trabalho, o acúmulo de funções, o descumprimento de diretrizes de proteção à saúde e segurança, o rebaixamento dos níveis salariais e o aumento da instabilidade no emprego (...). As mudanças que se operaram no contexto do trabalho ao longo dos anos - questões como a reestruturação produtiva, introdução de novas tecnologias, diminuição do número de funcionários ou mesmo novos modelos de gestão - têm sido relacionadas ao adoecimento dos trabalhadores (Portz & Amazarray, 2019).

Essa precarização do trabalho tem sido responsável pela piora das condições de saúde e pela mudança do perfil epidemiológico de adoecimento dos trabalhadores, com destaque para o aumento das doenças relacionadas ao trabalho como os transtornos mentais.

Os dados do INSS foram listados conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), por capítulos, agregado em 20 códigos. Observando-se as causas que mais afastam os bancários, os dados também são preocupantes. A tabela 3 aponta que as quatro principais causas de afastamentos no setor bancário, juntas, representam mais de 70% do total. São elas:

- i) “Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo”;
- ii) “Transtornos mentais e comportamentais”;
- iii) “Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas”;
- iv) “Neoplasias e tumores”.

De acordo com os dados da Previdência Social, observa-se que as “Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo” foram a principal causa de afastamento dos bancários nos quatro primeiros anos (de 2009 a 2012), correspondendo a mais de 25% dos benefícios concedidos

pelo INSS no período. Contudo, em 2013, os “*Transtornos mentais e comportamentais*” tornaram-se a principal causa de afastamentos na categoria. Esses dois motivos responderam, juntos, por cerca da metade dos afastamentos no setor bancário: 49,3% em 2009, 49,5% em 2010, 48,9% em 2011, 51,2% em 2012 e 51,6% em 2013 (vide tabela 3).

**Tabela 3 – As quatro maiores causas de concessão de benefícios nos bancos por ano, segundo CID-10 (Brasil – 2009 a 2013)**

<b>Classificação Internacional de Doenças</b>	<b>Total</b>	<b>% do total</b>
<b>2009</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	3.598	<b>27,1%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	2.957	<b>22,2%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.385	<b>17,9%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	919	<b>6,9%</b>
<b>2010</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	3.965	<b>26,7%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	3.390	<b>22,8%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.624	<b>17,7%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.050	<b>7,1%</b>
<b>2011</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	4.013	<b>25,6%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	3.652	<b>23,3%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.641	<b>16,9%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.118	<b>7,1%</b>
<b>2012</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	4.544	<b>26,4%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	4.332	<b>25,0%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.923	<b>16,9%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.063	<b>6,1%</b>
<b>2013</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	5.042	<b>27,0%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	4.332	<b>24,6%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	3.030	<b>16,2%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.188	<b>6,4%</b>

Fonte: Previdência Social/INSS. Elaboração: Rede Bancários/DIEESE.

Devido a uma mudança na forma de divulgação dessas informações por parte do INSS, o Sindicato dos Bancários de São Paulo (SEEB-SP) solicitou do Instituto dados mais atualizados sobre os afastamentos na categoria e, de 2014 a 2018, a tendência permaneceu, ou seja, os “*Transtornos mentais e comportamentais*” seguiram sendo a principal causa dos afastamentos, com participação crescente, em torno de 28% [2] (ver tabela 4).

**Tabela 4 – As quatro maiores causas de concessão de benefícios nos bancos por ano, segundo CID-10 (Brasil – 2014 a 2018)**

<b>Classificação Internacional de Doenças</b>	<b>Total</b>	<b>% do total</b>
<b>2014</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	4.901	<b>26,7%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	4.684	<b>25,5%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	3.037	<b>16,5%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.074	<b>5,8%</b>
<b>2015</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	3.952	<b>27,8%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	3.603	<b>25,3%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.329	<b>16,4%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	800	<b>5,6%</b>
<b>2016</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	5.067	<b>27,2%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	4.421	<b>23,8%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	3.085	<b>16,6%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.100	<b>5,9%</b>
<b>2017</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	4.776	<b>27,6%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	4.074	<b>23,5%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.771	<b>16,0%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.011	<b>5,8%</b>
<b>2018</b>		
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	5.090	<b>28,8%</b>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	3.965	<b>22,5%</b>
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (S00-T98)	2.887	<b>16,4%</b>
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.013	<b>5,7%</b>

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Rede Bancários/DIEESE.

O aumento na proporção de afastados relacionados a doenças mentais e psíquicas deve-se ao modelo de gestão implementado pelos bancos, que favorece práticas de assédio moral e maior violência psicológica, visando o cumprimento de metas cada dia mais elevadas, maior pressão, controle e aumento da competitividade entre seus trabalhadores.

Tais problemas na organização já haviam sido apontados pelos bancários em pesquisa encomendada pelo SEEB-SP, realizada pelo Instituto de Pesquisa Acerte Pesquisa e Comunicação

entre novembro de 2010 e janeiro de 2011 [3]. A pesquisa revelou que os bancários associam o estresse à profissão e definem o trabalho no banco como fonte de apreensão constante, por medo de exposição pública; tensão permanente por medo de assalto e violência; um ambiente de baixa tolerância ao erro; com acúmulo de tarefas; e de fácil supervisão e comparação entre colegas, causando constrangimentos aos trabalhadores.

A pesquisa apontava que a forma como são feitas as cobranças para o cumprimento das metas é a principal responsável por essa condição: 72% dos caixas e 63% dos gerentes declararam sofrer pressões excessivas para superar as metas, e 42% dos bancários afirmaram haver sobrecarga de trabalho (SEEB-SP & ACERTE, 2011). A organização do trabalho no setor bancário favorece o aparecimento das doenças mentais.

Outra importante fonte de informações sobre afastamentos do trabalho é o Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho, criado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela OIT [4]. Segundo esses órgãos, entre 2012 e 2018, o setor bancário foi responsável por 31.199 afastamentos acidentários [5] concedidos pelo INSS no país (ver tabela 5).

**Tabela 5 – Número de Benefícios concedidos no setor bancário (Brasil- 2012 a 2017)**

Ano	Número de benefícios concedidos
2012	4.621
2013	5.005
2014	4.838
2015	3.827
2016	4.954
2017	3.962
2018	3.992
<b>Total do Período</b>	<b>31.199</b>

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (MPT-OIT).  
Elaboração: Rede Bancários/DIEESE.

Outro dado que chama a atenção é que os bancos são o setor econômico responsável pelo maior volume de gastos do INSS, com benefícios acidentários totalizando 5,73% do total de gastos entre 2012 e 2017, ou R\$ 776,889 milhões (vide tabela 5), seguido pelos setores de Transporte Rodoviário de Carga (4,04%), Administração Pública em Geral (3,81%) e Construção de Edifícios(3,77%), entre outros (tabela 6).

**Tabela 6 – Despesas do INSS com afastamentos no setor bancário (Brasil- 2012 a 2017)**

CNAE	Valor Gasto pelo INSS	Percentual em relação ao total gasto pelo INSS
Bancos comerciais	R\$ 47.827.780,38	0,35%
Bancos de investimento	R\$ 57.125,40	0%
Bancos múltiplos, com carteira comercial	R\$ 669.916.360,48	4,95%
Bancos múltiplos, sem carteira comercial	R\$ 570.828,61	0%
Caixas econômicas	R\$ 58.516.823,94	0,43%
<b>Total</b>	<b>R\$ 776.888.918,81</b>	<b>5,73%</b>

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (MPT-OIT). Elaboração: Rede Bancários/DIEESE.

Um dos motivos pelo maior volume gasto é a média salarial mais elevada no setor bancário em relação aos demais setores da economia. De acordo com a RAIS, em dezembro de 2017, por exemplo, a remuneração média da categoria bancária estava em R\$ 7.981,53 (sete mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), enquanto que nos demais setores, foi de R\$ 2.973,23 (dois mil e novecentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), em valores correntes. Além disso, os bancos, apesar de serem responsáveis por apenas 1,1% do estoque de empregos formais no Brasil, responderam por 4,71% do total de afastamentos por doença no país, entre 2012 e 2017. Ou seja, há uma desproporção entre o peso dos bancos na estrutura de emprego do país e no total de afastamentos por doença relacionada ao trabalho [6].

Ainda de acordo com o Observatório, do total de afastamentos acidentários por doença nos bancos, entre 2012 e 2018, a quase totalidade se enquadra em três categorias de “causas de afastamentos”: Doenças Osteomusculares e do Tecido Conjuntivo (42,0% do total de afastamentos), Doenças Mentais e Comportamentais (37,0%) e Doenças Nervosas (11,0%) [7].

Comparando-se os afastamentos por causas mentais nos bancos, em relação aos demais setores de atividade econômica, verifica-se uma situação grave: os bancos são responsáveis por 15% do total de afastamentos em todos os setores por doenças com causas mentais e comportamentais, entre 2012 e 2017. Foram 9.923 bancários afastados, de um total de 64.794 trabalhadores. Essa proporção sobe para 16% considerando-se os afastamentos por depressão [8], pois, são mais 3.641 bancários afastados por essa causa, num total de 22.847 trabalhadores.

Vale salientar que os números levantados até então neste artigo apenas oferecem um panorama superficial, das dificuldades de saúde enfrentadas pelos bancários no seu trabalho, uma vez que as informações dizem respeito a benefícios do INSS que são concedidos apenas para os trabalhadores afastados por mais de 15 dias, ou seja, àqueles trabalhadores que se afastaram por um período de tempo menor não estão aqui computados.

No que tange às reivindicações da categoria bancária, importante ressaltar que, a preocupação quanto à saúde do trabalhador bancário não se limita apenas ao pleito do movimento sindical bancário, mas sim, uma demanda com forte apelo na base de trabalhadores como se pode verificar nos resultados da Consulta da Campanha Nacional dos Bancários 2018, que contou com a participação de 31.875 bancários e bancárias respondentes em todo o Brasil [9].

Entre as prioridades apontadas pelos bancários para a Campanha Nacional de 2018, os temas relacionados à Saúde e Condições de Trabalho ganharam destaque: 18% daqueles que responderam a consulta destacaram como prioridade o combate ao assédio moral, sendo esta a terceira prioridade mais citada, atrás apenas do aumento real (25%) e manutenção de direitos (23%). Ademais, 8% dos respondentes apontaram como prioridade a “melhora das condições de trabalho e, para 5%, a prioridade é “mais segurança nas agências” (Contraf-CUT, 2018) [10].

Diante de tamanha preocupação e de muitas queixas por parte dos trabalhadores, nos últimos anos, diversas entidades do país realizaram pesquisas a respeito da saúde dos bancários e de suas condições de trabalho. As principais observações extraídas dessas pesquisas regionais são apresentadas na próxima etapa, tendo em vista que elas corroboram com os dados dos institutos apresentados até aqui.

## **2. Pesquisas Regionais: a percepção dos bancários sobre suas condições**

A pesquisa realizada pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região [11], entre 2015 e 2016, com 1.117 trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul (RS) respalda as informações mencionadas anteriormente e detalha as principais dificuldades enfrentadas pelos bancários daquele Estado. Dos 1.117 trabalhadores entrevistados, 53% eram da capital (Porto Alegre) e 47% de municípios do interior do RS, 83% trabalhavam em bancos públicos e 17% em bancos privados. Além disso, 67% exerciam suas ocupações em agências e 33% em departamentos internos dos bancos.

Segundo esse levantamento, 89,4% dos bancários disseram estar expostos a conflitos ou hostilidades no ambiente de trabalho; 50,2% já se afastaram do trabalho por motivos de saúde e 49,7% apresentaram escores significativos de transtornos mentais comuns. Dos que apresentaram transtornos mentais, 53,8% trabalhavam em agências.

Dentre os bancários que exerciam funções comerciais e de negócios, 63,4% apresentaram quadros de transtornos mentais. Os mesmos problemas foram identificados em 39,5% dos analistas e 44,5% dos escriturários.

A pesquisa os questionou, também, sobre o uso de medicação psiquiátrica. Os resultados para esse questionamento foram: 26,3% dos bancários gaúchos utilizavam esse tipo de medicação, sendo que destes, 48% utilizavam antidepressivos; 27,8% tomavam ansiolíticos; 7,7%, moduladores de humor; 7,2%, sedativos e calmantes, entre outros.

Dos bancários que usavam medicação, 34,3% utilizavam mais de um medicamento; e 66,5% utilizavam concomitantemente antidepressivos e ansiolíticos. Ademais, 40% deles atribuíam o uso desses medicamentos ao trabalho.

O estudo também apontou que 27% dos bancários entrevistados passavam por acompanhamento psiquiátrico e 35,5% acompanhamento psicológico.

Em dezembro de 2018, o mesmo Sindicato realizou nova enquete com 400 bancários do Estado, entre sócios e não-sócios da instituição. Apurou-se, então, que, para a maioria desses trabalhadores, as condições de trabalho pioraram nos bancos e atribuíram essa piora a três fatores principais: a pressão por metas; falta de funcionários e, ao conseqüente, acúmulo de funções para aqueles que permanecem.

Dos bancários entrevistados nesse levantamento, 83% relataram que sofriam ou já sofreram de problemas psicológicos/emocionais derivados da pressão cotidiana no trabalho e 28,5% apontavam ter problemas físicos em função de suas condições de trabalho.

Outro dado bastante preocupante e, neste caso, mencionado no levantamento realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e Região [12], entre maio de 2016 e maio de 2017, com 4.848 bancários que passaram na homologação do Sindicato, destaca-se a questão do **presenteísmo no trabalho**, ou seja, quase metade (47%) dos respondentes já trabalhou doente ou conhece alguém que trabalhou nestas condições (48%).

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) também fez um levantamento a respeito das causas do estresse de trabalhadores no setor financeiro. Nesse estudo, Lucca & Sobral (2017) destacam três fatores principais responsáveis pelo estresse, que foram apontados pelos bancários: 42,5% mencionaram o excesso de controle e falta de autonomia; para 41,1%, seria o excesso de demanda/metast; e, para 39,3%, seriam os relacionamentos interpessoais. O painel contou com 240 bancários na cidade de Jundiaí, todos alocados em agências.

Um estudo coordenado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com a participação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), a Superintendência Regional do Trabalho do Estado da Bahia, o Instituto Social de Previdência Social, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), a Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador/Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CESAT), o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Salvador (CEREST Salvador), a Federação dos Bancários do Estado da Bahia e Sergipe (FEEB-BASE) e o Sindicato dos Bancários da Bahia [13], dentre outras informações, apontou que é crescente o número de reclamações trabalhistas envolvendo bancos no Estado. Entre 2012 a 2014, foram registradas 65 denúncias relativas às condições de trabalho no setor bancário no MPT, por meio das diversas Procuradorias do Estado da Bahia. Destas, 78% relacionavam-se a ocorrência de assédio moral e 22%, a condições inadequadas do ambiente de trabalho.

Dados apresentados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) indicaram um crescimento progressivo nas reclamações trabalhistas de 1º Grau envolvendo os bancos, no período entre 2009 (quanto representaram 1,39% dos processos), e abril de 2016 (com 4,69% das queixas abertas no Tribunal). Dos processos trabalhistas referentes aos temas Acidente de Trabalho, Doença Ocupacional e Estabilidade Acidentária, entre 2012 até abril de 2016, seu peso no total dos processos passou de 3,3% para 10,5%, na maior parte deles, abertos por mulheres. Em abril de 2016, 1.192 processos relativos a esses temas haviam sido abertos no TRT5.

Conforme aponta o estudo, a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um dos recursos que contribuem para dar visibilidade aos agravos (acidentes e/ou doenças) à saúde dos trabalhadores relacionados ao trabalho. E dentre as CATs apresentadas pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, notou-se a predominância de bancários exercendo a função de Gerente, demonstrando um dos efeitos do processo de reestruturação nos bancos e o impacto das novas tecnologias automatizadas. Na nova configuração organizacional horizontalizada baseada no trabalho em “equipe” (não mais em uma estrutura de funções), onde todos devem atuar como gerentes, o trabalhador precisa ser polivalente e a função gerencial passa a integrar várias funções com aumento significativo de seus encargos e, conseqüentemente, da pressão emocional a qual estes trabalhadores estão submetidos. A alta demanda cognitiva (função de vigilância) das novas tecnologias e a rapidez na execução de tarefas, ditada pelo ritmo das máquinas, a exigência cada vez maior por produtividade, tem reflexos danosos na saúde desse trabalhador.

## Considerações Finais

O aumento do número de bancários afastados por benefícios previdenciários nos últimos anos, nada mais é que o resultado de uma política de recursos humanos mais agressiva nas instituições financeiras, com novas formas de controle que visam motivar os trabalhadores para os objetivos da empresa (lucros), seja através de incentivo financeiro, individualizando o salário, bem como transferindo para ele a gerência da rotina do seu dia-a-dia. No sentido de individualizar a remuneração, são concedidos prêmios por produtividade e, atrelados a eles, cobra-se o cumprimento de metas, e que, a cada dia, se tornam mais elevadas.

A incorporação de novas ferramentas de gestão, a forte pressão quanto ao tempo para atingirem seus resultados, o aumento do controle, o prolongamento da jornada e o aumento da competitividade trouxeram, por consequência, o maior adoecimento da categoria bancária, conforme pôde ser verificado nos dados de pesquisas e institutos identificados nesse estudo. As doenças por transtornos mentais, como estresse, síndrome do pânico, esquizofrenia e depressão, dificilmente são relacionadas e reconhecidas como doenças do trabalho e, mais como “corpo mole” daquelas pessoas acometidas por essas síndromes, preguiça, entre outros nomes pejorativos, o que por muitas vezes acaba em demissão do trabalhador.

## Notas

[1] Ver Rodrigues (2019).

[2] Mais informações em: <https://spbancarios.com.br/02/2019/numero-de-bancarios-doentes-dispara-em-oito-anos>.

[3] Pesquisa “*O impacto da organização e do ambiente de trabalho bancário na saúde física e mental da categoria*”, Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, 2011.

[4] <https://observatoriosst.mpt.mp.br/>. Dados acessados em 16/07/2018.

[5] Benefícios considerados no Observatório: o B91 (auxílio-doença acidentário), o B92 (aposentadoria por invalidez acidentária), o B93 (pensão por morte acidentária) e o B94 (auxílio-acidente). Não foram considerados os benefícios B31 (auxílio previdenciário).

[6] Até o encerramento deste trabalho, o Instituto não havia disponibilizado os dados sobre as despesas de 2018 segundo as CNAES.

[7] Vide: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilCasosAfastamentos>

[8] CID F32 – Episódios depressivos e F33 – Transtorno depressivo recorrente

[9] As seguintes entidades organizaram a consulta em suas bases: Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (FEEB SP-MS); Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (FETEC CN); Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais (FETRAFI MG); Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI NE); Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe (FEEB BA-SE); Federação dos Trabalhadores em Instituições Financeiras de Santa Catarina (FETRAFI SC); Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo (FETEC SP); Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro RJ/ES (FETRAFI RJ-ES); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras RS (FETRAFI RS); e Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (FETEC-CUT PR).

[10] Mais detalhes sobre a Consulta, vide: <https://spbancarios.com.br/06/2018/bancarios-estao-dispostos-paralisar>.

[11] Pesquisa realizada pela Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) por solicitação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindiBancários) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

[12] Vide: <https://spbancarios.com.br/05/2017/quase-metade-da-categoria-bancaria-ja-trabalhou-doente>.

[13] **Retrato do Adoecimento no Setor Bancário no Estado da Bahia.** Disponível em: <https://bibliotecaprt21.files.wordpress.com/2018/01/adoecimento-relatorio-final.pdf>.

---

**Vivian Machado.** Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Informalidade Urbana. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

**Catia Uehara.** Economista graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), integrante da Rede Bancários.

## Referências Bibliográficas

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO. **Pesquisa aponta que bancários estão dispostos a paralisar atividades.** Artigo publicado em 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/pesquisa-aponta-que-bancarios-estao-dispostos-a-paralisar-atividades-f4d7>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

LUCCA, Sérgio Roberto; SOBRAL, Renata Cristina. **Aplicação de instrumento para o diagnóstico dos fatores de risco psicossociais nas organizações.** Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, 15(1): 63-72. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas-SP: jan.2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT) - organizador. **Retrato do Adoecimento no Setor Bancário no Estado da Bahia.** Relatório publicado em 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://bibliotecaprt21.files.wordpress.com/2018/01/adoecimento-relatorio-final.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2019.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Promoção do Meio Ambiente do Trabalho Guiada por Dados.** Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Dados acessados em: 16 de julho de 2018.

PORTZ, Renata Moschen; AMAZARRAY, Mayte Raya. **Transtornos mentais comuns e fatores associados em trabalhadores bancários do Rio Grande do Sul, Brasil.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, nº 1, vol. 19. Brasília: jan. / mar. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572019000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000100002). Acesso em 24 de outubro de 2019.

RODRIGUES, Vivian Machado de Oliveira. Bancos e Fintechs: colaboração e competição que afetam o emprego nos bancos e a oferta de serviços bancários. *9ª Carta de Conjuntura da USCS*. Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – Conjuscs. Setembro 2019. Disponível em [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs)

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA - MINISTÉRIO DA FAZENDA. **A concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016.** In: *1º Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade. Adoecimento Mental e Trabalho*. Brasília - DF: 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2019.

SECRETARIA DO TRABALHO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** Diversos anos. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO – SEEB-SP; ACERTE PESQUISA E COMUNICAÇÃO. **O impacto da organização e do ambiente de trabalho bancário na saúde física e mental da categoria.** Disponível em: [https://spbancarios.com.br/sites/default/files/arquivo\\_destaque/seminario\\_livreto\\_2011.pdf](https://spbancarios.com.br/sites/default/files/arquivo_destaque/seminario_livreto_2011.pdf). Acesso em 10 de julho de 2018.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO – SEEB-SP. **Número de bancários doentes dispara em oito anos.** Artigo publicado em 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/02/2019/numero-de-bancarios-doentes-dispara-em-oito-anos>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

## 5. NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PROPOSTO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E OS RISCOS DE REDUÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO SUS NOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE 2021<sup>1</sup>

Francisco R. Funcia

### Resumo Executivo

*Esta nota técnica tem por objetivo subsidiar a reflexão e os debates dos conselhos municipais de saúde da Região do Grande ABC Paulista, bem como dos futuros candidatos a prefeitos dos sete municípios desta Região para a gestão 2021-2024, a respeito do novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (NMFAPS) pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e regulamentado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria 2979, de 12 de novembro de 2019, sob a marca de “Programa Previne Brasil”. A efetividade deste programa (implementação da política) depende ainda da aprovação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nos termos da Constituição Federal, Lei 8142/90 e Lei Complementar 141/2012. As principais mudanças propostas dizem respeito à extinção do Piso de Atenção Básica (PAB) fixo (transferência regular e automática do Fundo Nacional de Saúde segundo critério populacional para o financiamento da atenção básica à saúde nos municípios) e o estabelecimento de novo critério para essas transferências – número de usuários cadastrados pelas equipes de saúde da família. Além da queda de recursos que ocorrerá para muitos municípios a partir de 2021 (visto que haverá compensação em 2020), há necessidade de refletir sobre a natureza dessa nova forma de financiamento da atenção básica (ou atenção primária) de saúde à luz dos princípios e diretrizes constitucionais de universalidade, integralidade, equidade e participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos realizados para o Estado de São Paulo apontaram perdas acima de R\$ 700 milhões para os municípios do estado. Por fim, seria importante que as secretarias municipais de saúde divulgassem estudos específicos da situação da Região do Grande ABC de modo a contribuir para a mobilização regional em defesa do SUS e da luta por mais recursos federais para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.*

Esta nota técnica tem por objetivo subsidiar a reflexão e os debates dos conselhos municipais de saúde da Região do Grande ABC, instância máxima de deliberação do SUS composta pela representação dos usuários (50%), trabalhadores do SUS (25%) e gestores do SUS (25%). Objetiva subsidiar também os futuros candidatos a prefeitos dos sete municípios desta Região para a gestão 2021-2024, a respeito do novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (NMFAPS) pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância composta pela representação dos gestores nas esferas federal, estadual e municipal em 31 de outubro de 2019, e regulamentado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria 2979, de 12 de novembro de 2019, sob a marca de “Programa Previne Brasil”.

Sob a ótica da legalidade, visto que, no setor público, os gestores podem fazer somente o que a lei autoriza, a pactuação do NMFAPS na CIT e, depois, a publicação da respectiva portaria são atos apenas parcialmente em consonância com a legislação. Isto porque essas são providências necessárias, mas insuficientes para que esse novo modelo possa ser efetivado, considerando: (i) os termos da Constituição Federal (que estabeleceu a diretriz da participação da comunidade no SUS); (ii) a Lei 8142/90 (que regulamentou essa diretriz constitucional por meio das conferências de saúde e dos conselhos de saúde em cada esfera de governo, de caráter deliberativo para propor e fiscalizar a implementação das políticas de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros) e; (iii) a Lei Complementar 141/2012 (que estabeleceu a obrigatoriedade de submeter para aprovação do Conselho Nacional de Saúde os critérios para transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios pactuados na CIT).

Em resumo, o NMFAPS é matéria que deve ser submetida à aprovação do Conselho Nacional de Saúde para que possa ser efetivado a partir de 2020. Isto ainda não ocorreu. O que houve até o

momento foi a apresentação do NMFAPS pactuado na CIT pelo Ministério da Saúde na reunião de 5 de dezembro de 2019 do Conselho Nacional de Saúde. Os debates resultaram na recomendação dos Conselheiros para revogação da Portaria 2979 acima citada e continuidade dos debates envolvendo os conselhos estaduais e municipais. Isto, considerando a complexidade da matéria e os questionamentos não respondidos nessa apresentação sobre a garantia dos princípios e diretrizes constitucionais da universalidade, integralidade e equidade do NMFAPS (ver <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/934-14-conselhos-federais-da-area-da-saude-debatem-portaria-da-atencao-primaria-publicada-sem-aval-do-cns>).

A principal mudança proposta é a extinção do Piso de Atenção Básica (PAB) fixo (de transferência regular e automática, segundo critério populacional, para os municípios financiarem a atenção básica conforme objetivos e metas estabelecidos nos respectivos planos municipais de saúde) e a implementação do repasse de recursos segundo a quantidade de usuários cadastrados pelas equipes de saúde da família.

Alguns pontos para subsidiar os debates e as reflexões de usuários, trabalhadores e gestores do SUS integrantes dos conselhos municipais de saúde, bem como pesquisadores e integrantes de plenárias e movimentos de saúde, da Região do Grande ABC são:

1) Houve o estabelecimento de fluxos de processos de trabalho por parte do Ministério da Saúde envolvendo o Conselho Nacional de Saúde, procedimento necessário para o cumprimento das exigências legais no processo de elaboração dessa proposta no NMFAPS? O que foi possível constatar é que não houve, visto que a proposta final foi apresentada pronta e acabada ao Conselho Nacional de Saúde somente no início de dezembro, além de uma apresentação preliminar anterior das linhas gerais da proposta que o Ministério da Saúde pretendia desenvolver.

2) Nos slides “powerpoint” do arquivo da apresentação da proposta do NMFAPS feita pelo Ministério da Saúde na CIT, e que serviu de base para essa pactuação tripartite, como na notícia do site do Ministério da Saúde, consta que acontecerá dia 13 de novembro, em Brasília, Seminário Internacional sobre Financiamento da APS. Especialistas vão discutir o modelo brasileiro e o adotado em outros países (Disponível em <http://aps.saude.gov.br/noticia/6155>), bem como a presença ativa de técnicos do Banco Mundial na elaboração dessa proposta do NMFAPS, e não apenas no desenvolvimento de estudos que possam subsidiar os dirigentes e técnicos do Ministério da Saúde na formulação das políticas de saúde brasileiras. Cabe a pergunta: qual é o pressuposto dessa proposta do NMFAPS – sistema universal de saúde (acesso universal) ou cobertura universal de saúde? O Banco Mundial tem expressado posições que se alinham com o modelo de cobertura universal de saúde, que representa outra lógica de oferta de ações e serviços de saúde menos extensa que a estabelecida pelos princípios constitucionais do acesso universal.

3) Como será garantida a linha de cuidados em saúde baseada nos princípios e diretrizes constitucionais da universalidade, integralidade e equidade com a mudança de critérios de rateio para a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde para as ações de atenção básica/primária, no contexto da ênfase no cadastramento dos usuários, da produtividade e do desempenho das equipes, à luz dos parâmetros estabelecidos, especialmente, de uma equipe de saúde da família para cada quatro mil cadastrados? É possível deduzir que a garantia de tais princípios e diretrizes constitucionais do SUS dependerão da alocação adicional de recursos próprios municipais, que já aplicam no Estado de São Paulo, em média, quase o dobro do piso constitucional de 15% das receitas de impostos municipais e de transferências de impostos federais e estaduais.

4) Para atender a população não cadastrada que procurar os serviços municipais de saúde, no contexto do baixo crescimento econômico brasileiro já projetado para 2020 e 2021 e a consequente queda de receita pública, o NMFAPS fará com que os municípios paulistas, a partir de 2021, tenham que aumentar a participação das receitas próprias no orçamento municipal no financiamento do SUS (uma vez que haverá compensação financeira em 2020 para os municípios que tiverem perdas)? Como citado no item anterior, é possível deduzir que sim, o que significa ampliar participação municipal no financiamento das despesas totais em saúde no Brasil para além dos atuais 31% (o que representa 2,5 vezes a mais da participação municipal em 1991) para compensar

a redução da União (atualmente em 43%), visto que os Estados não deverão ampliar sua participação dos atuais 26%. Os candidatos a prefeitos que disputarão as eleições municipais em 2020 precisam conhecer a redução de recursos das transferências do Fundo Nacional de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios para o financiamento das políticas municipais de saúde e para responder aos anseios da população que indicou a saúde entre as principais preocupações em recente pesquisa.

5) Não há previsão de compensação para perda de recursos decorrente de mudança estrutural da política de atenção e do respectivo financiamento a partir de 2021. Por exemplo, a extinção do PAB fixo proposta no NMFAPS representará uma redução anual de despesas do Ministério da Saúde, cujos recursos eram integralmente transferidos fundo a fundo para Estados, Distrito Federal e Municípios. A reestruturação do Programa Mais Médicos (que será denominado de Médicos pelo Brasil), reduziu as áreas atendidas (portanto, população coberta), o que significou uma redução de despesas. Em outros termos, somente considerando esses dois exemplos, os municípios terão que alocar adicionalmente mais recursos próprios em comparação ao que fazem atualmente para manter os serviços que já estão sendo prestados à população, por causa dessa redução do financiamento federal.

6) Como o NMFAPS pode anunciar mais recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios se as despesas primárias da União estão submetidas ao teto da EC 95/2016 (nos níveis dos valores pagos em 2016) e o piso federal do SUS congelado nos níveis de 2017, com possibilidade de redução ainda maior se as novas Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) encaminhadas pela equipe econômica do governo federal (pelo ministro da Economia acompanhado do Presidente da República na entrega feita ao Presidente do Senado) forem promulgadas pelo Congresso Nacional em 2020? Haverá redução do financiamento federal do SUS porque essa deve ter sido a "lição de casa" encomendada para todos os formuladores de políticas setoriais (ministérios) – é possível inferir essa determinação com base nas ações e declarações recentes do Ministro da Educação, na Reforma da Previdência e em várias medidas relacionadas ao Ministério da Saúde, como foi o caso do Programa Mais Médicos e é o caso desse NMFAPS. A queda real dos recursos federais alocados para o SUS está ocorrendo desde a promulgação da EC 95/2016: o piso per capita (referência para a disponibilidade orçamentária) passou de R\$ 574,85 em 2016 para R\$ 553,02 em 2020 (ambos a preços de 2019). Em termos de proporção da receita corrente líquida (RCL) da União, a despesa empenhada passou de 14,96% em 2016 e 15,77% em 2017 para cerca de 14,0%. Em outros termos, houve queda na alocação de recursos federais por habitante para a saúde e uma proporção menor da RCL tem sido gasta pelo governo federal em saúde. Comparado aos valores do piso federal definido para os anos de 2016 e 2017 (15% da RCL), a perda acumulada até 2020 está estimada em R\$ 29 bilhões (conforme nosso estudo disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-32-setembro-2019>).

7) Então, como decorrência do ponto anterior, para que o NMFAPS proporcione mais recursos que antes para Estados, Distrito Federal e Municípios, é preciso que o Ministério da Saúde responda: qual área de atenção à saúde perderá recurso para esse fim? Quais foram os estudos que resultaram nos parâmetros apresentados nos slides para o estabelecimento desses novos critérios de rateio para transferências de recursos federais somente para o financiamento da atenção básica/primária, sem incluir outras ações na perspectiva de uma concepção de sistema único de saúde (baseado no acesso universal)? Ou, há estudo que demonstre a possibilidade de ampliar recursos para o financiamento da atenção básica/primária em saúde sem retirar da vigilância em saúde, da assistência farmacêutica, da assistência hospitalar e ambulatorial e da alimentação e nutrição (que são as outras subfunções orçamentárias)?

8) Qual é o objetivo do MS em desconstruir um modelo pactuado anteriormente na CIT (2011 e 2017), baseado nas transferências do PAB fixo e no financiamento das equipes de saúde da família, fruto de processos conjuntos de avaliação e revisão realizados nas última décadas, que significará a redução do financiamento da atenção básica? Trata-se de pergunta a ser respondida de forma fundamentada pelo Ministério da Saúde. Foi publicada em 14 de novembro de 2019 a Nota Técnica (NT) do Cosems-SP (disponível em <https://www.facebook.com/322099977842831/posts/2690560704330068/>), que trouxe referências importantes para a reflexão e debates nos conselhos de saúde sobre o NMFAPS:

8.1) Primeiramente, em termos de gestão, ao resgatar o princípio da legalidade que deve estar presente na formulação da política de saúde: a NT alerta para que se atenda à necessidade “de redução das desigualdades regionais expressas no Orçamento da Seguridade Social (tal como SUS), que será prejudicada tendo em vista que o novo modelo se propõe basicamente a remunerar com base em cadastro de pessoas, medidas diametralmente opostas ao que determina os critérios de rateio estabelecidos pelas leis orgânicas do SUS ratificadas pela Lei Federal nº 141/2012. (...) Ademais, o PAB fixo possibilita a implementação das ações da Atenção Básica previstas nos Planos Municipais de Saúde, sem o engessamento comum nos repasses federais”.

8.2) Em seguida, em termos do impacto negativo desse novo modelo de financiamento da atenção primária à saúde para os municípios do Estado de São Paulo, destacando aqui apenas o critério de “capitação ponderada”: a NT alerta que, “a partir de 2021, se não houver alteração na quantidade de pessoas e equipes cadastradas na APS, os municípios do Estado de São Paulo poderão perder aproximadamente 732 milhões de reais na substituição da somatória do repasse do PAB FIXO, ESF, NASF e Gerentes pela ‘Capitação Ponderada’. Este volume representa aproximadamente 47% dos recursos federais projetados para repasse aos municípios paulistas em 2019 para APS. Isto porque, hoje, a variável determinante é que somente 36% da população do Estado possui cadastro nas UBS”.

8.3) Em complemento ao item anterior: a NT alerta ainda que “as simulações do Ministério da Saúde e CONASEMS tecem a mesma comparação, considerando o cadastramento na meta máxima por tipologia municipal para cada equipe, e mesmo assim, neste cenário ideal, a perda para o conjunto dos municípios paulistas na Dimensão da Capitação Ponderada seria de aproximadamente 423 milhões (mais de 25% das projeções de recebimento para 2019) atingindo 391 municípios (ou 61% do conjunto de municípios) na substituição da somatória do repasse do PAB FIXO, ESF, NASF e Gerentes pela ‘Capitação Ponderada’ “.

8.4) Essa NT do Cosems-SP trata também dos impactos dos outros critérios. O fato é que o estudo reforçou a necessidade da reflexão e debates mais amplos, inclusive tecnicamente, porque as perdas variam segundo metodologias de projeção, que representam premissas a serem assumidas e, portanto, não foram disponibilizadas para a criação de outros cenários possíveis de projeção. Sem isso, os Conselhos de Saúde (inclusive o Conselho Nacional de Saúde, a quem caberá deliberar sobre esse NMFAPS pactuado na CIT e com a respectiva portaria já publicada) não terão elementos para analisar essa proposta. Seria muito importante que estudos semelhantes ao produzido pelo Cosems-SP fossem feitos e publicados para subsidiar esse debate e a deliberação do CNS, pois não basta acessar individualmente o “simulador” disponibilizado pelo Conasems para esse fim, como está demonstrado nesse estudo apresentado pela citada NT.

8.5) No caso da Região do Grande ABC, é fundamental que as secretarias municipais de saúde produzam estudos específicos dos impactos desse NMFAPS e que divulguem por meio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, de modo a possibilitar a mobilização regional em torno da defesa do SUS e da luta por mais recursos federais para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos municípios brasileiros, em especial, na Região do Grande ABC.

## Notas

- (1) Versão revista, adaptada, atualizada e ampliada de dois textos sobre o tema publicados pelo autor na Revista Domingueira da Saúde editada pelo IDISA - Instituto de Direito Sanitário (disponíveis em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-39-novembro-2019> e <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-38-novembro-2019>).

**Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professor de História do Pensamento Econômico, Desenvolvimento Socioeconômico e Economia do Setor Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pesquisador e coordenador adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>. As opiniões expressadas nesta nota técnica são de inteira responsabilidade do autor, não se configurando como posicionamento oficial das instituições de que é participante.

## 6. GOVERNANÇA E CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo de Camargo Oliva  
José Turíbio de Oliveira

### **Resumo Executivo**

*A nota técnica discute a importância de um conselho consultivo nas empresas de todos os portes, como tendência no ambiente empresarial contemporâneo.*

Empresas de todos os portes e que não sejam sociedades anônimas podem ter um conselho consultivo. Aliás, os principais autores sobre o tema apontam a adoção das boas práticas de Governança em todas as empresas, como uma tendência no ambiente empresarial contemporâneo.

Porém, as pequenas e às vezes as médias empresas por conviverem com restrições de quadros de pessoal, podem não possuir departamentos especializados que forneçam informações gerenciais e pessoas qualificadas no Top Management Team (Alta Administração) expondo a empresa a riscos evitáveis.

A ideia do Conselho Consultivo é estar ligado na estrutura da organização à Direção para orientar o seu direcionamento estratégico. A proposta é ter pessoas trabalhando junto com os sócios proprietários para otimizar ou minimizar:

1. Vendas;
2. Marketing;
3. Produção;
4. Finanças;
5. Inovações Tecnológicas;
6. Riscos;
7. Controles e Auditoria.

Os sócios, decidindo ter um Conselho Consultivo, deverão, como próxima etapa, definir o número de Conselheiros (as) - que em geral é um número ímpar -, bem como as características esperadas dos mesmos. O recomendado é que tenham experiência em posições de direção ou que sejam consultores que tragam para dentro da empresa competências complementares aos sócios.

Os resultados após a implantação de um Conselho Consultivo aparecerão no médio prazo (um ano), pois as mudanças que trarão impacto na cultura organizacional e no equilíbrio entre os interesses da família e da empresa necessitam de um tempo de maturação a partir dos conselhos que forem oferecidos e acatados e das decisões de mudança de rumos que serão adotadas.

Mesmo que se pense inicialmente em ter um Conselho Consultivo Provisório, recomenda-se elaborar um regimento interno para delimitar as responsabilidades, os prazos, os compromissos, os quesitos de confidencialidade e a forma de remuneração dos conselheiros externos (independentes). Às vezes torna-se mais interessante o Conselho Consultivo do que um *Adviser Free Lancer*, que comparece na empresa apenas nas crises, porque é importante acompanhar continuamente a evolução da empresa.

O IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, no seu Código de Boas Práticas (p.43), enfatiza a importância do Conselho Consultivo e destaca como potencial de melhoria da Governança Corporativa a existência desse órgão na empresa. É recomendável seguir os mesmos princípios adotados para um Conselho de Administração. Os especialistas em governança indicam que este é o primeiro estágio para que no futuro a empresa possa ter um Conselho de Administração com características deliberativas, caso pense em abrir seu capital.

Na USCS, no curso de Doutorado em 2018, dentro do programa de Pós-Graduação em Administração, o egresso Ciro Antonio Fernandes desenvolveu sua tese procurando conhecer as características relevantes que são valorizadas na seleção de Conselheiros Independentes de Administração. Seguindo a lógica do IBGC, é possível que estas características também possam ser transportadas para os Conselheiros atuantes em Conselhos Consultivos. São elas:

### **Quadro 1 – Características para Escolha dos Conselheiros de Administração Independentes**

1	A escolha do Conselheiro se dá por indicação dos investidores, conselho ou CEO.
2	Os Conselheiros tinham mais de 5 anos na atividade.
3	Valorizou-se a trajetória e acúmulo de experiências, a credibilidade e a postura independente. Chegar na empresa conhecendo o ambiente interno do negócio não foi um fator determinante. Havendo uma boa integração e durante o período que esteja como Conselheiro na empresa isso pode ser obtido.
4	A formação acadêmica não é fator determinante na escolha do Conselheiro de Administração, mas é necessária para sua inserção nas discussões e tomada de decisão.
5	A idade e o gênero também apresentaram resultados semelhantes à formação acadêmica. Ou seja, o importante é haver contribuições relevantes à empresa, não importando a idade ou o fato de ser homem ou mulher. No entanto, no Brasil é baixa a participação feminina nestas posições, havendo estudos que mostram ser a diversidade um fator importante para a vantagem competitiva.
6	Reconhecimento e reputação no mercado é um fator importante que denota ter sido o Conselheiro bem-sucedido nos locais onde tenha atuado.
7	Se dedicar à empresa, saber analisar informações, negociar, ser imparcial, saber liderar os iguais a ele e conciliar em situações conflituosas, foram características que apareceram positivamente com indicativo de contribuição.
8	Compromisso com a legalidade e a ética
9	A proatividade foi destacada como positiva, porém em excesso pode gerar problemas com interferência na gestão por querer ajudar.
10	Por fim, estar em mais de um Conselho pode trazer visão e experiência, mas pode provocar queda no rendimento e comprometimento.

Fonte: Adaptado a partir de FERNANDES, C. A. (2018 p. 151 a 157).

De acordo com Oliveira (2019 p. 3) é possível a criação de um Conselho Consultivo em Sociedade Limitada para auferir os seguintes benefícios: “implantar uma política de decisões estratégicas, otimizar o desempenho de uma sociedade; proteger as partes interessadas”.

Ainda de acordo com a autora, se decidida a criação do Conselho Consultivo, a sociedade poderá incorporá-lo no contrato social dando a este as competências para vetar qualquer medida ou ato de gestão dos administradores, ressaltando as competências exclusivas dos sócios.

Cabe ressaltar que os conselheiros são responsáveis pelos atos praticados pela administração de acordo com suas deliberações.

Para concluir enalteçamos a necessidade das organizações se preocuparem com a sua profissionalização que garantirá a perenidade da organização num mercado altamente concorrencial e complexo.

---

**Eduardo de Camargo Oliva.** *Eduardo de Camargo Oliva - Doutor em Administração pela FEA-USP e professor da Escola de Negócios e do Programa de Pós-Graduação em Administração da USCS. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9172181753057349>.*

**José Turíbio de Oliveira.** *Bacharel, especialista, mestre e doutor em Administração. Professor da USCS, Fundação Santo André e FIA. Consultor de empresas. Instrutor voluntário do Instituto Francis. Membro e Presidente de Conselho Deliberativo de entidade assistencial. Avaliador de artigos para revistas e eventos científicos na área de Gestão. Pesquisador permanente do Conjuscs. Curriculum Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/9436632225394363>.*

## **Referências Bibliográficas**

FERNANDES, Ciro A. **Características relevantes à escolha do Conselheiro de Administração Independente.** (Tese de Doutorado) Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2018

OLIVEIRA, Ana Carolina R. **A implantação de conselho consultivo em sociedades limitadas como forma de governança corporativa.** Marcos Martins Advogados Associados. Disponível em <http://www.consultivo.pro.br/sistema/files/other/MARCOS-MARTINS-Conselho-Consultivo-em-LTDA.pdf> e consultado em 14/10/2019.

## 7. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O KAIZEN - BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA INOVADORA NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA <sup>[1]</sup>

Gisele Yamauchi

### Resumo Executivo

*Vivemos um tempo de grande incerteza, complexidade e alta competitividade no ambiente empresarial. A gestão do conhecimento tem sido recolocada como um ativo empresarial, cujo fundamento é a administração do chamado capital intelectual da empresa. Se bem gerenciado, o capital intelectual pode responder rapidamente às demandas dos mercados altamente competitivos. A promoção de cultura da inovação, por meio de Kaizens, método de origem essencialmente japonesa, é o objeto desta nota técnica. Esta visa demonstrar como, por meio de um modelo de gestão estratégico do conhecimento, as empresas brasileiras podem incorporar às suas gestões a ferramenta de melhorias contínuas (Kaizen). Esse modelo de gestão, se bem aplicado, poderá contribuir com o aumento da competitividade e produtividade das empresas do Grande ABC Paulista.*

Segundo Nonaka & Takeuchi (1997), o capital intelectual de uma empresa compõe-se de documentos gerados em sua estrutura: relatórios, memorandos, arquivos eletrônicos, resultante do conhecimento detido pelos colaboradores, bem como suas experiências na prática.

O momento atual é pautado pelas constantes e rápidas mudanças. As inovações e os avanços tecnológicos nas áreas das telecomunicações e da informática são determinantes. A consequência disso é que as práticas administrativas, teorias, conceitos econômicos, políticos e sociais que perduraram soberanos por muitas décadas são colocados em xeque. Por outro lado, a sabedoria e a criatividade do ser humano tornam-se aliadas e ingredientes fundamentais para a sobrevivência das empresas.

Para Davenport & Prusak (1999), o ciclo de vida do conhecimento é praticamente infinito dentro de uma empresa. Nela, as pessoas têm a oportunidade de gerar novas idéias, discuti-las, colocá-las em prática e realizar o feedback do que foi feito. A partir disso, melhorias e ajustes podem ser feitos, mediante a troca de conhecimento e de experiências entre os departamentos.

Imai (2005), considerado o grande pesquisador de Kaizen, em seus estudos, verificou que:

O conceito do Kaizen é crucial para entender as diferenças entre os enfoques japonês e ocidental de administração. [...] O Kaizen é uma das palavras mais comumente usadas no Japão. [...] Nos negócios, o conceito de Kaizen está tão entranhado nas mentes de gerentes e operários que frequentemente eles nem percebem que estão pensando Kaizen. (IMAI, 2007, p.9)

Juntamente com o nascimento do Kaizen, outra mudança significativa passou a integrar o mundo empresarial: a produção enxuta, amplamente estudada por Heineck & Machado (2009), que assim a definem:

Verifica-se que a chamada produção enxuta trata-se, na verdade, de uma combinação de práticas de produção, contidas em diversas filosofias, ferramentas e técnicas que, quando orientadas segundo os fundamentos da definição de valor de um produto e da determinação da cadeia de valor, do fluxo dos recursos produtivos, da produção puxada e da melhoria contínua dentre outros aspectos, produz resultado majorado, devido à sinergia obtida através da interação destes fatores (HEINECK & MACHADO, 2009, p. 1)

Imai (2007) pesquisou a temática Kaizen e concluiu que:

A boa gerência deve lutar para levar a empresa a obter esses valores em consequência dos esforços para chegar à chamada “gerência enxuta”. Existem duas abordagens à resolução de problemas. A primeira envolve a inovação – aplicação da mais recente tecnologia ao menor custo – inclusive computadores de ponta e outras ferramentas – e investir grandes somas. A segunda abordagem utiliza o bom senso, ferramentas de baixo custo, checklists e esforços, para os quais não precisamos de muito dinheiro. Esta abordagem começa com Kaizen. O Kaizen envolve todos na organização, e o trabalho em equipe é o segredo do sucesso [...] o Kaizen alcançará melhorias significativas enquanto elemento essencial que prepara a empresa para realizações verdadeiramente compensadoras. (IMAI, 2007, p. 4)

Com base nas teorias de Stewart (1998), Davenport & Prusak (1999), Nonaka & Takeuchi (1997), Imai (2007) e outros pesquisadores no assunto, é possível concluir que o alto grau de participação de funcionários de uma dada empresa pode ser um elemento importante em sua cultura de inovação. A promoção da cultura da inovação, por meio de Kaizens, é o objeto deste trabalho. As empresas brasileiras podem incorporar às suas gestões a ferramenta criadora de inovação sob medida, o Kaizen.

## **2. Os Principais Conceitos de Kaizen**

Uma das grandes lições que May (2007) retrata durante seus estudos é que “[...] ser primeiro e rápido no curto prazo não é, necessariamente, ser melhor no longo prazo”. O planejamento é o ponto mais importante e de maior tempo que as empresas japonesas dispõem ao realizar um projeto de melhoria. O foco recai sobre o processo e o resultado é consequência da busca do melhor desenvolvimento da solução de um problema.

Diante disso, Imai (2007) apresenta os principais conceitos do Kaizen, que serão detalhados adiante:

### **a) Kaizen e gerência**

Segundo Imai (op.cit), a gerência desempenha duas principais funções na manutenção e melhoria:

A manutenção refere-se a atividades direcionadas à manutenção dos padrões tecnológicos, gerenciais e operacionais atuais; apoio a esses padrões através do treinamento e disciplina. Em sua função de manutenção, a gerência executa as tarefas que lhe foram atribuídas, para que todos possam seguir o procedimento operacional padrão. A visão japonesa da gerência resume-se, assim, a um preceito: manter e melhorar os padrões. [...] A melhoria pode ser classificada como Kaizen ou inovação. A inovação envolve uma melhoria drástica como resultado de grandes gastos em nova tecnologia ou equipamento. Quando o dinheiro é um fator crítico, a inovação é cara. Kaizen, por outro lado, enfatiza os esforços humanos, moral, comunicação, treinamento, trabalho em equipe, envolvimento e autodisciplina – uma abordagem de baixo custo à melhoria. (IMAI, 2007, p. 10-11).

Segundo Imai (op.cit), no caso de algum erro, os gerentes devem identificar e corrigir os problemas no processo. Além disso, o autor acrescenta que o Kaizen “[...] é um processo contínuo que envolve todos dentro de uma organização [...]”, conforme o quadro 1:

**Quadro 1 – Comparação entre a criação do conhecimento organizacional: estilo japonês versus estilo ocidental por Imai (2005).**

Alta Gerência	Média Gerência	Supervisores	Operários
Estar determinada a introduzir o KAIZEN como estratégia da corporação	Distribuir e implantar as metas do KAIZEN, orientadas pela alta gerência, através de desdobramento do plano de ação e de administração multifuncional	Usar o KAIZEN nas tarefas funcionais	Participar do KAIZEN através do sistema de sugestões e das atividades em pequenos grupos
Oferecer apoio e direção para o KAIZEN pela distribuição de recursos	Usar o KAIZEN nas capacidades funcionais	Formular planos para o KAIZEN e oferecer orientação aos operários	Praticar a disciplina na área de trabalho
Estabelecer o plano de ação do KAIZEN e as metas multifuncionais	Estabelecer, manter e melhorar os padrões	Melhorar a comunicação com os operários e manter o moral elevado	Envolver-se no contínuo desenvolvimento próprio para tornar-se melhor solucionador de problemas
Realizar as metas do KAIZEN através de desdobramento do plano de ação e verificações.	Conscientizar os empregados sobre o KAIZEN através de programas intensivos de treinamento	Apoiar as atividades em pequenos grupos (como os círculos de qualidade) e o sistema de sugestões individuais	Ressaltar a habilidade e a experiência no desempenho do serviço, aprendendo várias funções
Criar sistemas, procedimentos e estruturas úteis para o KAIZEN	Ajudar os empregados a desenvolverem habilidades e ferramentas para a solução de problemas	Introduzir a disciplina na área de trabalho	
		Oferecer sugestões de KAIZEN	

Fonte: IMAI (2005, p.7).

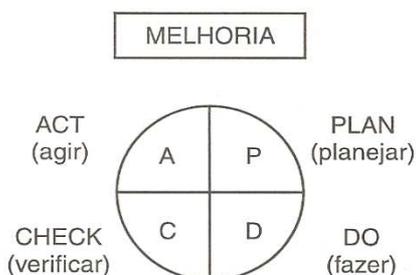
**b) Processo x resultado**

O planejamento dos processos de uma atividade é a parte que os japoneses mais disponibilizam tempo para efetuar. Imai (2007) revela que “[...] o pensamento do Kaizen é voltado por processos. Se o resultado deu errado, é porque existe algo errado no processo[...]”. O autor ainda acrescenta que:

Devido à obsessão pela inovação, os gerentes ocidentais tendem a negligenciar os benefícios que o Kaizen pode proporcionar a uma empresa. [...] O kaizen concentra-se nos esforços voltados para as pessoas e humanos – orientação essa que contrasta muito com o pensamento baseado nos resultados da maioria dos gerentes ocidentais (IMAI, 2007, p. 11-12).

Através de estudos de Deming (1990) que utiliza o ciclo PDCA (que significa *Plan, Do, Check, Act* – Planejar, fazer, verificar e agir), muitas melhorias ou Kaizens foram desenvolvidos e é considerado um dos conceitos mais importantes de todo o processo.

**Figura 1 – O ciclo PDCA**



Fonte: IMAI, Masaaki, 2007, p.12.

Antes iniciar o ciclo PDCA para se efetuar um Kaizen, é necessário estabilizar o processo atual, utilizando o ciclo SDCA (Standardize, Do, Check and Act), conforme a figura 2:

**Figura 2 – O ciclo SDCA**



Fonte: IMAI (Masaaki, 2007, p.13).

No caso de aparecimento de algum problema, existem algumas perguntas que, segundo o autor, devem ser feitas:

- a) Isso aconteceu por que não tínhamos um padrão?
  - b) Aconteceu porque o padrão não foi seguido?
  - c) Ou aconteceu porque o padrão não era adequado?
- (IMAI, 2007, p. 13)

### c) **Qualidade em primeiro lugar**

O que seria de uma empresa se ela não produzisse produtos com qualidade? A empresa pode ter o melhor atendimento e um preço abaixo do mercado, porém, se não tiver qualidade, pode não sobreviver por muito tempo neste mercado altamente competitivo.

Imai (2007) menciona que a prática da qualidade exige o compromisso da gerência. Siqueira (2005 *apud* GUARNIERI ET AL, 2006, p. 2), que também estuda o tema, colabora apontando a necessidade de se considerar que:

- a) a alta administração da empresa passa a assumir os valores do kaizen (basicamente a melhoria contínua) como parte da política da qualidade;
- b) a alta administração precisa instituir uma série de atividades para a promoção dos valores adotados. Isto pressupõe a disponibilização dos recursos necessários a todas essas atividades. Essas atividades podem variar de empresa para empresa. Pode-se citar como exemplo o estímulo a formação de Círculos da Qualidade, Programas de sugestão, Programa 5S (senso de utilização, ordenação, limpeza, higiene e disciplina), Programas de treinamento em técnicas estatísticas e ferramentas da qualidade e principalmente técnicas de solução de problemas, entre outros.
- c) o corpo de funcionários passa a incorporar no seu dia-a-dia as práticas relacionadas com a melhoria contínua. Normalmente a melhoria se aplica ao desempenho dos processos, à satisfação do cliente (tanto externo quanto interno), à qualidade de vida na empresa, à organização do ambiente de trabalho, à segurança pessoal, etc. (GUARNIERI ET AL, 2006, p. 2).
- d) utilize dados: Sabe-se que o Kaizen é um processo de resolução de problemas. Mas como resolvê-los, sobretudo, como entendê-los? Depois de identificá-lo, Imai (2007) afirma que “[...] é preciso reconhecê-lo e coletar dados para que este possa ser detalhadamente analisado[...]”. Imai ainda acrescenta que “[...] é necessário as pessoas irem ao *gemba*, ou seja, ao local onde o produto é fabricado”. (IMAI, 2007, p. 19).

Além disso, IMAI (2007, p. 29) cita algumas práticas que poderiam ser muito úteis para a análise de algum problema:

- 1) Quando ocorrer algum problema ou anormalidade, vá até o *gemba* primeiro.
- 2) Verifique o *Genbutsu*, ou seja, a coisa ou o objeto.

- 3) Tome as medidas necessárias na mesma hora.
- 4) Encontre a causa básica.
- 5) Padronize para evitar recorrências.

No sistema de gestão japonês, ir ao *Gemba* é uma rotina fundamental. No sistema de gestão administrativa ocidental, é uma prática praticamente inexistente, pois a grande maioria dos gerentes somente possui o contato com o problema através de relatórios ou em reuniões, nas quais os problemas costumam ser mencionados.

Em seguida, o próximo procedimento será de verificar o *genbutsu*, cujo significado de acordo com Imai (2007) pode ser “[...] um equipamento avariado, um refugo, uma ferramenta destruída, mercadorias devolvidas ou até um cliente que reclama[...]”.

A grande diferença de gestão é que, por meio do ato de ir até o *Gemba-Genbutsu*, muita coisa pode-se aprender do problema em apenas 5 minutos. Ou seja, por meio dessa medida, segundo Imai (2007), duas práticas de análise do problema podem ser colocadas em prática: tome medidas temporárias na mesma hora e encontre a causa básica. Através desta simples ação de ir ao local, o autor menciona que poderá significar:

[...] os gerentes e supervisores devem ir imediatamente até o local, ficar em um ponto durante cinco minutos e observar com atenção o que acontece. [...] Depois de desenvolver o hábito de ir até o *gemba*, o gerente ou supervisor terá confiança suficiente para usar a rotina para resolver problemas específicos. (IMAI, 2007, p. 30)

No caso de se encontrar a causa básica, Imai (2007) cita que existe a ferramenta dos 5 Por quês, que poderá ajudar a chegar à causa básica:

Este processo é conhecido como “os cinco por quês”, pois, provavelmente (...), perguntando “Por quê?” cinco vezes, poderemos identificar a causa básica e tomar uma medida [...] (IMAI, 2007, p.36)

Para que o sucesso de implementação de uma abordagem centrada no *gemba* ocorra, Imai (2007), após seus estudos, apresenta as seguintes condições:

*Gemba* deve aceitar que é responsável pela concretização de qualidade, custo e entrega.

Deve-se permitir que o *gemba* tenha espaço suficiente para o Kaizen.

A gerência deve definir o alvo para o *gemba*, mas deve se responsabilizar pelo resultado. (Além disso, a gerência deve ajudar o *gemba* a atingir o alvo). (IMAI, 2007, p. 23).

Os benefícios dessa abordagem podem ser vários, sendo eles:

As necessidades do *gemba* são identificadas com muito mais facilidade pelas pessoas que trabalham lá.

Alguém na linha está sempre pensando em todo tipo de problema e soluções.

A resistência à mudança fica minimizada.

O ajuste contínuo torna-se possível.

É possível obter soluções baseadas na realidade.

As soluções são simples e práticas, não caras e voltadas para o método.

As pessoas começam a gostar do Kaizen, ficando inspiradas.

A consciência do kaizen e a eficiência do trabalho podem ser simultaneamente ampliadas.

Os trabalhadores podem pensar sobre o kaizen enquanto trabalham.

Nem sempre é necessário obter a aprovação da alta gerência para efetuar as mudanças. (IMAI, 2007, p. 24).

O Kaizen não se resume somente em 5 S” (senso de utilização, ordenação, limpeza, higiene e disciplina). Existem outras ferramentas que podem auxiliar na elaboração, definição e o desenvolvimento de vários Kaizens. Segundo os estudos de Rocha (2008), existem várias ferramentas para se desenvolver um Kaizen. A seguir as mais utilizadas:

- a) Brainstorming;
- b) *Gemba; Genchi-genbutsu e genjitsu;*
- c) Análise SQCDM (segurança, qualidade, custo, entrega e gerenciamento);
- d) O ciclo SDCA e PDCA;
- e) 5W e 2H (o que, quando, onde, porque, quem, como e quanto custa);
- f) 5 Por quês;
- g) Muri, Mura e Muda (3MU’s);
- h) Ferramenta 6M ou Diagrama de causa e efeito e outros métodos.

## Considerações Finais

Considerando os estudos mencionados neste trabalho - Davenport; Prusak (1999), Imai (2005 e 2007), Liker (2005), May (2007), Nonaka e Takeuchi (1997 e 2008), Rocha (2009), Stewart (1998) e outros autores -, este trabalho buscou chamar a atenção para o equívoco de visão se verifica no mercado ocidental em relação ao Kaizen.

O tipo de pensamento oriental, expresso no Kaizen, confronta-se com o estilo de administrar ocidental, incluindo as empresas brasileiras. No sistema ocidental, o pensamento é individualista, com o foco no resultado imediato. A orientação flui de cima para baixo no organograma das empresas. No contexto de vida das empresas brasileiras, existem mais dois agravantes. Primeiro, a superficialidade do conhecimento do negócio, ao passo que durante a realização do processo de um Kaizen, é preciso um esforço em grupo e um enfoque sistêmico para se obter a manutenção e os constantes melhoramentos. Segundo, a cultura nas empresas, sobretudo a do “jeitinho brasileiro”, no sentido de deixar passar as coisas e deixar de ir ao local onde está o problema, e ouvir, principalmente, o que não gostaria de ouvir, a opinião de seus funcionários que executam as tarefas.

Com relação as ferramentas para a execução da sistemática do Kaizen, as empresas brasileiras desconhecem sobre seus conceitos e aplicações. Muitas delas aplicam somente os 5S’s. Registre-se, contudo, que as empresas brasileiras que fornecem produtos ou serviços para as empresas japonesas conhecem, parcialmente, as ferramentas e a sistemática do processo de Kaizen.

Sabe-se que o Kaizen deveria ser visto como uma poderosa ferramenta de inovação e benéfico investimento para uma evolução contínua, para uma empresa se manter competitiva no mercado. Porém, no contexto brasileiro, as empresas mostram-se muito longe do esforço e sucesso de implantação do Kaizen.

É fundamental preparar profissionais que sejam detentores de conhecimento sobre a filosofia do Kaizen nas empresas brasileiras, mesmo que adaptada aos bons hábitos e costumes brasileiros. É também essencial uma mudança de pensamento dos empresários brasileiros – no sentido de terem um pensamento voltado para o grupo com foco no planejamento do processo, da melhoria simples sem altos investimentos e na gestão de pessoas. Enquanto isto não ocorrer, as empresas brasileiras estarão desperdiçando capital intelectual, o seu melhor capital.

## Notas

[1] O conteúdo dessa nota técnica foi extraído da Dissertação de Conclusão de Curso de MBA Industrial da autora: YAMAUCHI, Gisele. **Kaizen e seus impactos**: Um processo de criação de inovação sob medida para as empresas brasileiras. São Caetano do Sul: Universidade São Caetano do Sul, 2009. 135 p.

---

**Gisele Yamauchi.** *Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.*

## Referências Bibliográficas

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurance. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **A era da descontinuidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GUARNIERI, Patrícia. et al. **Sistema de custo Kaizen**. In: 2º Encontro de engenharia e tecnologia dos campos gerais. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em <[http://www.aeapg.org.br/encontro/anais/artigos/eng\\_producao/53%20SISTEMA%20DE%20CUSTO%20KAIZEN.pdf](http://www.aeapg.org.br/encontro/anais/artigos/eng_producao/53%20SISTEMA%20DE%20CUSTO%20KAIZEN.pdf)>. Acesso em 11.set.2009, 20:44:14.

HEINECK, Luiz F.; MACHADO, Ricardo L.. **Estratégias de produção para a construção enxuta**. Universidade Católica de Goiás, 2009. Disponível em <[http://www2.ucg.br/nupenge/pdf/Ricardo\\_Machado\\_l.pdf](http://www2.ucg.br/nupenge/pdf/Ricardo_Machado_l.pdf)>. Acesso em 26.nov.2019.

IMAI, Masaaki. **Kaizen: A estratégia para o sucesso competitivo**. 6.ed. São Paulo: Imam, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gemba – Kaizen: Estratégias e técnicas do Kaizen no piso de fábrica**. 3.ed. São Paulo: Imam, 2007.

LIKER, Jeffrey K. **O Modelo Toyota – 14 Princípios de gestão do maior fabricante do mundo**. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MAXIMIANO, A.C. **Teoria Geral da Administração**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAY, Matthew E.. **Toyota a fórmula da inovação**. 3.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica de inovação**. 19.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ROCHA, César. **Avaliação do impacto da implementação de ferramentas do lean manufacturing e técnicas de gestão de estoque nos principais processos envolvidos numa linha de usinagem**. 2008. 104fls. Dissertação (Mestrado em Profissionalizante em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/37338820.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/37338820.html)> Acesso em 20.nov.2019.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas**. 14.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

YAMAUCHI, Gisele. **Kaizen e seus impactos**: Um processo de criação de inovação sob medida para as empresas brasileiras. São Caetano do Sul: Universidade São Caetano do Sul, 2009. 135 p.

## 8. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO GERANDO MAIOR DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS CIDADES QUE COMPÕEM O ABC PAULISTA

Antônio Aparecido de Carvalho  
Álvaro Francisco Fernandes Neto  
Leonardo Birche de Carvalho

### Resumo Executivo

*Temas como renda e complexidade econômica são importantes não apenas por proporcionar qualidade de vida para as pessoas de uma determinada localidade, mas também por contribuir para o desenvolvimento local e nacional. A pesquisa traz uma análise comparativa do índice de complexidade econômica (ICE) com o índice que mensura a desigualdade na distribuição da renda (Gini) nas cidades que compõem o ABC. Os dados foram extraídos do IBGE e compreende os anos de 2000 a 2010, com projeções para 2020. Os resultados trazem a cidade de Diadema com aumento no ICE e redução na desigualdade (redução do coeficiente de Gini); Santo André e São Caetano do Sul apresentam elevação nos dois índices, isto é, transformaram-se em mais complexos e mais desiguais, Ribeirão Pires e Mauá apresentaram redução nos dois índices, transformaram-se em menos complexos e menos desiguais, São Bernardo do Campo apresentou estabilidade nos dois índices e Rio Grande da Serra apresentou redução de desigualdade sem alterar a complexidade. Contudo há de se considerar que os resultados tendem a serem diferentes, no ano de 2020, sobretudo devido ao baixo desempenho da indústria brasileira e à elevação da desigualdade em relação à distribuição da renda.*

### Índice de Complexidade Econômica e sua relação com o indicador Gini

A pesquisa teve por finalidade abordar como a complexidade econômica da indústria pode impactar no valor da renda das famílias do Grande ABC Paulista, constituído pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, comparativamente com outros segmentos, tais como, comércio e serviços.

O ABC Paulista teve sua origem no início do século XVI, ao propiciar não só passagem, mas também descanso para as tropas portuguesas. Com a vinda de imigrantes europeus surgiram núcleos urbanos próximos a São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Como passar do tempo, a região foi contemplada com a ferrovia Santos-Jundiaí, trazendo consigo benefícios tais como: incentivos fiscais e atratividade que as áreas do entorno da linha férrea traziam para a instalação de indústrias. Na década de 1950 teve início a instalação de empresas automobilísticas na região como a Volkswagen, a Willys (que mais tarde passou a ser denominada Ford), a Mercedes-Benz, a General Motors e a Scania.

Alguns fatores contribuíram para a instalação de indústrias na região do Grande ABC Paulista, a saber: proximidade do porto de Santos, por estarem perto da cidade de São Paulo; região entrecortada pela rodovia Anchieta e Imigrantes, pela avenida do Estado e também pelo rodoanel.

A indústria automotiva contribuiu para o surgimento outras indústrias na região do Grande ABC Paulista, proporcionando a geração de empregos melhores remunerados, devido, entre outros fatores, à complexidade dos produtos elaborados. Contudo, a partir da década de 1980, a indústria automobilística começou a apresentar declínio, cedendo espaço para o incremento das atividades nos setores de serviços e do comércio.

Segundo Almeida & Araújo (2018), na década de 1980, o Brasil começou a sofrer com a crise que atingiu os países desenvolvidos. Neste sentido, as indústrias instaladas no Grande ABC Paulista e no restante do país começaram a adotar uma estratégia que consistia em: 1) reduzir a produção visando obter rendimentos com a menor capacidade instalada possível; 2) substituir a produção por

importações ou ampliar estas; 3) dependendo do retorno, cessar de produzir alguns produtos e até desativar linhas de produção; 4) reduzir o número de fornecedores; 5) reduzir a verticalização da produção visando à redução de custos e riscos. Esta estratégia gerou um crescimento no produto industrial, diminuição do número de empregos e incremento de pessoas que trabalham por conta própria.

O século XXI apresenta como um dos desafios para o Grande ABC Paulista a implementação de alternativas para coibir a redução de indústrias da região, assim como o crescimento apresentado nos setores de serviços e comércio, tradicionalmente com remuneração inferiores em comparação com a indústria.

Um dos desafios, segundo Xavier et al. (2007), é que 50% do Grande ABC Paulista é constituído por áreas de proteção aos mananciais. A Lei de Proteção aos Mananciais requer que as empresas instaladas e outras que desejarem se instalar na região reflitam sobre possíveis expansões e instalações respectivamente, tendo em vista a apropriação do solo.

Conforme Almeida & Araújo (op.cit) existem estudos que propõem que a complexidade econômica seja obtida pela mensuração da importância e da variedade dos produtos exportados por uma região em relação ao mercado global, o que explica parte da desigualdade de renda.

Segundo os autores, no período de 1985 a 2015, na Grande ABC Paulista ocorreu perda de participação do setor industrial no total de empregos, de 66% para 27%. Por outro lado, os setores de serviços e comércio juntos ganham participação nos estabelecimentos e empregos. Contudo, eles oferecem menor remuneração.

De acordo com Xavier et al. (2007), um elemento que pode tornar-se um diferencial e contribuir para suplantarmos o desafio anteriormente comentado é o Grande ABC Paulista fomentar sistemas produtivos localizados que estimulem cadeias produtivas, arranjos produtivos locais também denominados de *clusters*, ou ainda polos, que tenham por finalidade a maior competitividade por parte de seus integrantes.

Para Almeida e Araújo (2018), a estrutura produtiva torna claras as possibilidades de produção e estas acarretarão no crescimento econômico conforme a variedade de produtos, volume e valor.

Mergulhão (2015) destaca que setores com maior emprego de tecnologia necessitam de serviços especializados, proximidade entre fornecedores e consumidores, fluxos rápidos de informação e mão de obra especializada. Organizações intensivas em capital e conhecimento tecnológico tendem a permanecer próximas a setores com empresas intensivas em mão de obra.

No estudo realizado por Almeida e Araújo (op.cit), o setor industrial apresenta uma remuneração mais elevada do que os setores de serviços e de comércio. Estes, mesmo em momentos de aquecimento econômico, não exibem um crescimento da remuneração como o setor industrial, com exceção do segmento têxtil, segmento este que apresenta uma remuneração muito próxima do comércio e dos serviços.

Almeida e Araújo (op.cit) afirmam que a desigualdade de renda pode ser influenciada por mudanças decorrentes da tecnologia e retorno de capital, geografia e instituições dentre outros. Declaram existir três razões para uma cadeia produtiva estar associada ao nível de desigualdade de renda, a saber: 1) a diversidade de produtos indica as possibilidades de emprego, poder de negociação dos trabalhadores e dos sindicatos; 2) a complexidade e a diversidade de produtos exportados são formas de se analisar o conhecimento e habilidades de uma região; 3) a concentração em recursos naturais indica baixa capacidade para obtenção de uma renda alta.

O Índice de Complexidade Econômica (ICE), idealizado por Ricardo Hausmann e César Hidalgo, tem o objetivo de traçar uma análise comparativa entre os países ao longo do tempo.

Para compreender o ICE faz-se necessário conhecer dois conceitos, a saber: 1) Ubiquidade: consiste no número de países que produzem determinado produto e 2) Diversidade: consiste no número de produtos que o país produz.

O índice de complexidade econômica tem relação direta com o índice Gini, que mede a desigualdade de renda, cuja escala vai de “0” a “1” (quanto mais próximo de zero, entende-se que existe menor desigualdade na distribuição da renda; quanto mais o resultado se aproximar de um, maior será a desigualdade na distribuição da renda da sociedade).

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (2019), o índice Gini apresenta-se crescente desde 2015, tendo alcançado em março de 2019 o maior patamar desde o ano de 2012. O resultado foi de 0,6257, portanto mais próximo de um.

Dados do Datasus trazem o indicador Gini de renda per capita por município. A tabela 1 traz o indicador de cada cidade do Grande ABC Paulista, de 2000 e 2010.

**Tabela 1 – Indicador Gini renda per capita cidades do Grande ABC**

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Santo André	0,5324	0,5428
São Caetano do Sul	0,5047	0,5480
São Bernardo do Campo	0,5556	0,5525
Diadema	0,4843	0,4592
Mauá	0,4907	0,4580
Ribeirão Pires	0,5191	0,4751
Rio Grande da Serra	0,4624	0,4048

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Datasus (2019) campo (2019).

O indicador mostra que as cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentavam resultados mais próximos de zero em 2010. Portanto, elas apresentam menor desigualdade na distribuição da renda.

A pesquisa do IBGE (2017) trouxe o PIB de cada município do Grande ABC Paulista em 2017 e as atividades com maior valor bruto, conforme demonstrado na tabela 2.

**Tabela 2 – PIB Municípios do Grande ABC Paulista, 2017**

<b>Município</b>	<b>PIB R\$ mil</b>	<b>População</b>	<b>PIB per capita</b>	<b>Atividade</b>
Diadema	10.699.784	386.039	27.717	Ind. transformação
Mauá	9.323.454	417.281	22.343	Ind. transformação
Ribeirão Pires	1.803.800	113.043	15.957	Serviços
Rio Grande da Serra	384.515	44.084	8.722	Serviços
Santo André	19.164.510	673.914	28.438	Serviços
São Bernardo do Campo	42.557.134	765.203	55.616	Ind. transformação
São Caetano do Sul	12.205.134	149.571	81.601	Serviços
<b>Total</b>	<b>96.138.599</b>	<b>2.549.135</b>	<b>37,714</b>	

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do IBGE (2017).

Percebe-se que as cidades de Diadema, Mauá e São Bernardo do Campo apresentavam suas atividades principais focadas na indústria de transformação, sendo representativa a participação da cidade de São Bernardo do Campo no resultado total das sete cidades, com índice 44,27%.

Em relação ao índice de complexidade da indústria, o Brasil ocupou a 37ª. classificação dentre 126 países, com ICE de 0,61.

Dados da FIESP/CIESP, de outubro de 2019, trazem números alarmantes acerca da indústria do Grande ABC Paulista. O número de postos de trabalho apresentou uma queda acumulada nos últimos 12 meses de 10.250 vagas nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, sobretudo no setor automotivo. Isto, principalmente devido à queda nas exportações para a Argentina, que enfrenta uma forte crise econômica. Somada à crise da Argentina está o fechamento da fábrica da Ford no dia 31 de outubro em São Bernardo do Campo. Este fato prejudica sobremaneira a economia da cidade de São Bernardo do Campo, podendo acarretar queda no consumo em decorrência da perda da renda dos colaboradores demitidos, gerando maior dispersão na desigualdade de renda.

No estudo realizado por Almeida e Araújo (op.cit), constatou-se o seguinte: Diadema apresenta um incremento no ICE e uma redução na desigualdade (redução do coeficiente de Gini); Santo André e São Caetano do Sul apresentam elevação nos dois índices, isto é, transformaram-se em mais complexos e mais desiguais, Ribeirão Pires e Mauá apresentaram redução nos dois índices, transformaram-se em menos complexos e menos desiguais, São Bernardo do Campo apresentou estabilidade nos dois índices e Rio Grande da Serra apresentou redução de desigualdade sem alterar a complexidade.

Os resultados seguem a tendência apontada em 2010 em relação ao índice GINI.

As informações apresentadas quanto a Complexidade Econômica (ICE) versus a Desigualdade de Renda dos municípios integrantes do Grande ABC Paulista (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) estão expostas no quadro 1.

**Quadro 1 – Resumo do cenário ECI versus Desigualdade**

		Desigualdade		
		Aumentou	Manteve-se	Diminuiu
<b>Complexidade (ICE)</b>	<b>Aumentou</b>	Santo André SCSul		Diadema
	<b>Manteve-se</b>		SBCampo	RG Serra
	<b>Diminuiu</b>			Mauá Ribeirão Pires

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados extraídos da pesquisa de Almeida e Araújo (2018).

## Conclusão

Foi constatado que a região do ABC Paulista apresenta alterações quanto à complexidade econômica e a desigualdade de renda no transcorrer do tempo. No começo da ocupação a região apresentava fatores atrativos, tais como a localização, a diversificação e a especialização e, contudo, com o transcorrer do tempo a indústria apresentou o processo de perda de participação frente aos setores de comércio e serviços o que ocasionou redução considerável no que tange a empregos e na renda dos trabalhadores. Quanto à complexidade econômica, esta demonstrou ser heterogênea, sendo constatado que os municípios de Santo André e São Caetano do Sul apresentaram incremento da complexidade econômica. O município de Diadema demonstrou incremento no ICE e redução na desigualdade de renda, isto é, redução do coeficiente de Gini. Convém salientar que devem ser adotadas políticas públicas no sentido de retomar a industrialização das cidades do ABC, sobretudo as cidades de Mauá, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul.

Os recentes acontecimentos, como a crise econômica Argentina, que causou queda na exportação de automóveis e produtos de autopeças, e o fechamento da Unidade da Ford de São Bernardo do Campo, promoverão queda acentuada na renda e conseqüentemente no índice de complexidade econômica das cidades que compõem o ABC Paulista.

---

**Antônio Aparecido de Carvalho.** *Doutorando em Administração – USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing – USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós-Graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante.*

**Álvaro Francisco Fernandes Neto.** *Doutorando em Administração – USCS; Mestre em Administração - Universidade Presbiteriana Mackenzie; MBA em Marketing (UNINOVE); Graduado em Administração - Escola Superior de Administração de Negócios. Docente no Centro Universitário Unipaulistano.*

**Leonardo Birche de Carvalho.** *Mestrando em Educação - USCS; Especialista em Direção Teatral e Interpretação – Escola Superior de Artes Célia Helena; Bacharel em Comunicação Social em Publicidade e Propaganda – Escola Superior de Marketing. Laureado com três prêmios de mérito acadêmico – ESPM.*

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Eloiza; ARAÚJO, Veneziano de Castro. Teoria da Complexidade Econômica e Desigualdade de Renda: Evidências para a Região do ABC (2000-2010). 2018.

FIESP/CIESP. Pesquisa outubro 2019. Disponível em: [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br). Acesso em 06/11/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2017). PIB dos municípios. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 28/10/2019.

XAVIER, Maria de Lourdes Peixoto; SOUZA, Ana Claudia Mendes; RODRIGUES, Juliana Pedreschi; BRESCIANI, LUIS PAULO. O novo perfil econômico do Grande ABC. Organizações em contexto, Ano 3, n. 6, dezembro. 2007.

## 9. URBANISMO TÁTICO: POSSIBILIDADE PARA O GRANDE ABC?

Enio Moro Junior

### Resumo Executivo

*O urbanismo estatal pressupõe uma dinâmica conhecida: governos por meio de seus órgãos públicos decidem projetos e obras urbanas que, em muitos casos, não possuem nenhuma aderência com as reais necessidades da população. O urbanismo tático, que é uma metodologia de ação que promove novos olhares ao espaço público, propõe intervenções de baixo custo e com intensa participação das populações envolvidas. A arrecadação anual dos 7 (sete) municípios do Grande ABC Paulista ultrapassa os 9,7 bilhões de reais, segundo dados auditados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente à 2017. Se investíssemos 0,1% desse valor, teríamos cerca de 10 milhões de reais por ano para promover essas ações. Podemos adotar cerca de R\$ 30.000,00 por ação. Nesta senda, garantiríamos para o Grande ABC cerca de 300 intervenções de urbanismo tático por ano. Cerca de uma intervenção por dia na nossa região. Não seria esse o momento de um protagonismo cidadão por meio da experimentação dessa metodologia no Grande ABC?*

O *urbanismo tático* é uma forma autogerida de se propor e executar ações na cidade na qual o papel do Estado é colocado em segundo plano a partir de intervenções urbanas discutidas e realizadas pela própria população. Neste modelo, coletivos urbanos executam ações que modificam espaços públicos melhorando áreas degradadas para novas possibilidades de usos conforme as necessidades da população envolvida.

Historicamente, identificamos a implementação de ações de *urbanismo tático* desde os anos 1990, caracterizado como pequena escala, efêmero ou permanente, envolvendo populações locais em processos decisórios para as devidas intervenções. Apesar de existir experiências isoladas em várias partes do mundo, as ações norte-americanas foram aquelas que apresentaram maior visibilidade deste fenômeno urbano. Nesta experiência, o Estado também se apropria da metodologia para avaliar se determinada intervenção urbana teria bons resultados.

Segundo LYDON e GARCIA, primeiros autores que utilizaram o título *urbanismo tático*, estas ações devem ser de baixo custo e de natureza prototípica, ou seja, modelo implementado com pouco investimento. Os cidadãos poderiam, de alguma forma, alertar o poder local sobre a necessidade de intervenções urbanas a partir de ações realizadas. Por meio de protótipos urbanos funcionais, realiza-se uma intervenção que posteriormente será realizada pelo poder público.

Segundo a WRI (*World Resources International*), os princípios do *urbanismo tático* são:

- Inspirar ações e estimular a implementação de novos projetos.
- Chamar a atenção para lacunas políticas ou de desenho urbano e permitir que as pessoas experimentem fisicamente uma rua diferente.
- Ampliar a participação social, uma vez que projetos de urbanismo tático possibilitam que as pessoas expressem suas visões e preferências a partir da vivência prática.
- Aprofundar a compreensão das necessidades locais, na escala do bairro, de uma quadra ou apenas de um edifício.
- Coletar dados a partir da experiência real de uso das vias e espaços públicos.

- Estimular as pessoas a trabalharem juntas de novas maneiras, fortalecendo laços entre vizinhos, organizações, comércio local e poder público.
- Testar elementos de um projeto ou plano antes de fazer investimentos políticos ou financeiros em intervenções permanentes.

Atualmente a gestão desse modelo é realizada com ou sem a participação de investimento público, mas sempre com envolvimento das pessoas. Um exemplo muito interessante é o da prefeitura de Nova Iorque, que adotou este modelo como algo que precedesse ações urbanas definitivas. A partir desta experiência, o urbanismo tático assume um papel antecessor à intervenção definitiva. O exemplo mais paradigmático foi a transformação de área da Times Square, um dos mais importantes *clusters* de espetáculos do planeta, aumentando o espaço dedicado aos pedestres.

### Imagem 1 – Times Square antes e depois das intervenções



(Fotos: NYC DOT/Flickr), em 11/11/2019

Segundo a WRI, o projeto teve início em 2009 a partir da colocação de cadeiras de praia durante três dias, propondo uma praça efêmera. No ano seguinte, a praça foi remodelada com tintas e materiais temporários e, durante dois anos, até 2012, foram avaliados os impactos e realizados os ajustes para o projeto final, implementado em 2014. Elementos cruciais para o sucesso do projeto foram o trabalho em conjunto com a comunidade, a formação de parcerias, a inclusão de diferentes atores, a estratégia de comunicação e a avaliação dos impactos da mudança (tráfego, acidentes, novos negócios).

A transformação não ficou só na Times Square. De 2009 para cá, diversas ruas e avenidas da cidade também foram reformuladas, ganhando novas ciclovias e espaços públicos: Kent Avenue, Madison Square, Sands Street, Herald Square, Queensboro Bridge e 9th Avenue, entre outras.

A construção da cidade como produto coletivo é a crítica mais eficiente ao planejamento urbano centralizado. Suas ações envolvem pessoas que realizam obras de urbanismo, com poucos recursos, renovando áreas das cidades. O planejamento urbano de Estado revela inúmeras idiosincrasias, como, por exemplo, áreas verdes e de convivência sem pessoas, além de projetar obras superdimensionadas perante as necessidades da população.

A jornalista Jane Jacobs afirma que as cidades extremamente planejadas são desumanas, pois não criam espaços para que as pessoas realmente usufruam. O urbanismo tático oferece uma resposta bem eficiente para esta questão.

Em São Paulo, há alguns exemplos como as intervenções no Largo da Batata, no bairro de Pinheiros, em 2014, além de uma série de ações para retomada das ruas pela população, como as ações na Av. Paulista ou ainda no Elevado João Goulart (Minhocão).

Outras possibilidades podem e devem ser utilizadas no Grande ABC, como mini praças, pinturas no chão para alterar o desenho de uma rua, autorização para parklets, criação de espaços de estar efêmeros, entre outras propostas de intervenções temporárias que podem ser importantes indicativos para intervenções permanentes de melhoria das cidades por meio de espaços públicos de qualidade.

O *urbanismo tático* promove a reapropriação do espaço urbano pelas pessoas. A crise e as tensões que observamos nas áreas urbanas são o contexto ideal para ações de *urbanismo tático*. O oferecimento de novos sentidos para os lugares a partir de mudanças rápidas, reversíveis, de baixo custo e com a participação das pessoas cria cidades mais amigáveis aos moradores. Essa ação motiva o surgimento de novos hábitos e olhares sobre o urbano por meio dos diferentes encontros e trocas que esses espaços possibilitam.

Esses projetos de baixo custo mudam conforme as necessidades de cada local. Segundo a WRI, em determinada rua, por exemplo, a principal necessidade pode ser calçadas mais amplas. Em outra área, o ponto crítico pode ser um cruzamento no qual os pedestres necessitam de mais segurança para fazer a travessia. Os projetos podem partir do poder público, de organizações da sociedade civil, da iniciativa privada ou da própria população. Independentemente de quem coordena a ação, contudo, estamos falando, de maneira obrigatória, de um processo que deve dialogar com a comunidade afetada pela mudança.

A transposição para a realidade da nossa região é oportuna em especial pelo baixo investimento que as prefeituras fariam em obras urbanas que melhoram o espaço público, objeto de discussão de notas técnicas anteriores. Não temos agenda pública de melhoria de espaço urbano. O *urbanismo tático* pode ser um adequado recurso metodológico que se contrapõe a lógica de um planejamento urbano hierárquico.

A arrecadação anual dos 7 (sete) municípios do Grande ABC Paulista ultrapassa os 9,7 bilhões de reais, segundo dados auditados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente à 2017. Se investíssemos 0,1% desse valor, teríamos cerca de 10 milhões de reais por ano para promover essas ações. Podemos adotar cerca de R\$ 30.000,00 por ação. Nesta senda, garantiríamos para o Grande ABC cerca de 300 intervenções de urbanismo tático por ano. Cerca de uma intervenção por dia na nossa região. Nada mal perante a letargia oficial na promoção de espaços públicos de qualidade.

---

**Enio Moro Junior.** Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>

## Referências Bibliográficas

IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, <https://www.ibge.gov.br/> ; acesso em 10/11/2019.

LYDON, M. & GARCIA, A. *Tactical Urbanism Vol. 3: Casos Latinoamericanos*. Washington: ISLAND PRESS, 2014

WRI BRASIL. *O poder de transformação do urbanismo tático*, <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/09/o-poder-de-transformacao-do-urbanismo-tatico>, acesso em 10/11/2019;

JACOBS, J. *Morte e Vida das grandes cidades*: São Paulo: Martins Fontes, 2000.

## 10. O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA PARA O FUTURO REGIONAL DO GRANDE ABC PAULISTA

Edgar da Nóbrega Gomes

"Fazer é pensar"  
Richard Sennett

### **Resumo Executivo**

*A nota técnica propõe a criação de um Fórum de Desenvolvimento Regional, espaço articulador, no qual, organizações sociais, pesquisadores, técnicos, empreendedores e agentes sociais sejam capazes de apresentar, debater e desenvolver ideias que conquistem corações e mentes a favor de uma agenda garantidora de um novo futuro regional do Grande ABC.*

### **Sim, é possível fazer a agenda!**

A construção de uma agenda capaz de materializar um projeto regional de desenvolvimento no Grande ABC Paulista faz parte de uma história que se estabeleceu desde o final dos anos de 1990, em um ambiente no qual se desenvolveu uma série de iniciativas inovadoras.

É fato que, deste os anos de 1990 até a atualidade, do ponto de vista econômico, o Grande ABC Paulista se desindustrializou e muitas fábricas fugiram dos congestionamentos e dos salários maiores. Isto não necessariamente representou o esvaziamento da riqueza nacional.

O que aconteceu nesta importante região de São Paulo não foi uma fatalidade. Trata-se de uma repetição do que já ocorreu em Paris, em Milão ou no Meio-Oeste dos Estados Unidos. Não tendo mais que ficar perto dos escritórios e dos centros de fabricação qualificada, as unidades de produção se dirigiram para o interior, para reencontrar espaço e empregar assalariados menos qualificados e menos sindicalizados [1].

Foi um tempo de múltiplas transformações, marcados fortemente pela inflação que consumia boa parte das iniciativas e das esperanças daqueles que buscavam construir acordos sociais razoáveis. Em um ambiente de grandes incertezas marcava-se o surgimento de novos paradigmas nas relações público/privado, em que pese a existência de uma severa miopia em relação às agendas locais.

No passado, acreditava-se que apenas a macroeconomia e as políticas nacionais seriam a base da formulação das agendas do desenvolvimento, nas quais, via de regra, a sociedade ficava a esperar do governo Federal, e apenas dele, a construção de todas as "receitas" para o conjunto dos dilemas nacionais.

Mas as coisas mudaram em todas as esferas e aos poucos se observou uma importante evolução desta postura. Na atualidade, cada vez mais se reconhecem novas e sinérgicas ações que articulam governos locais, organizações empresariais e instituições da sociedade civil para a construção de um novo ponto de vista referenciado na agenda local.

Na região do Grande ABC Paulista, as marcas de uma nova institucionalidade foram desenhadas quando da construção do Consórcio Intermunicipal de Prefeitos, instalado em dezembro de 1990, com a anuência do então governador Mario Covas e com a participação dos sete prefeitos sob a liderança do então prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Hoje, é necessário aprofundar o debate a respeito de experiências e proposições em torno do desenvolvimento local, o que pressupõe o pluralismo de opiniões e a necessária qualificação dos diferentes interlocutores.

Na medida em que estes elementos se consolidam, abrem-se novas janelas para o fortalecimento de uma agenda renovada dos consórcios intermunicipais e das agências de desenvolvimento.

Isto é bastante significativo também porque uma agenda local desta natureza não se faz apenas em função dos interesses individualistas de um mercado supostamente equilibrado. Trata-se de uma tarefa complexa a ser empreendida intelectual, social e coletivamente.

Na região do Grande ABC Paulista, este processo de renovada governança é protagonizado por instituições que se articulam e se consolidam e, além do Consórcio Intermunicipal, há a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Juntas, elas deram origem a um modelo de organização que se tornou referência para todo o país. O Grande ABC confirmou que temas como mobilidade urbana, transportes, poluição, entre outros, não podem jamais ser tratados apenas em âmbito local, trata-se de questões de natureza no mínimo regional.

No entanto, o que vai se evidenciando agora em relação a esta questão é que se faz necessário dar um passo a mais, oportunizando uma forte presença da sociedade civil nesse processo.

Especialmente a partir do Consórcio Intermunicipal de Prefeitos da Região do Grande ABC, fica bastante evidente, depois de quase trinta anos de pioneirismo, que certamente as soluções demandadas pela sociedade não acontecerão apenas em função da articulação de boas iniciativas pontuais, sejam estas capazes de minimizar os dramas da violência, atenuar as mazelas do desemprego ou fortalecer as políticas de saúde.

É preciso garantir instrumentos que assegurem institucionalmente a perspectiva de uma regionalidade como vocação social. O fato de que recentemente algumas prefeituras, por questões diversas, ensaiaram um afastamento das organizações regionais confirmam esta necessidade.

Para tanto, a agenda regional precisa ocupar o centro das inspirações sociais, rompendo as evidentes divisões que na atualidade opõem radicalismos que beiram a extremismos e tantas vezes inibem o necessário diálogo fazendo com que a política conviva com uma espécie de “Corinthians X Palmeiras” dos jogos de futebol, no qual não se admite a possibilidade de duas torcidas conviverem no mesmo estádio. Evidentemente, isto é absurdo.

O Consórcio foi a resultante da união das sete cidades do Grande ABC Paulista e partia da missão de articular políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região, um espaço da permanente busca de consensos.

### **Uma agenda para o futuro regional**

No princípio desta história, foi absolutamente relevante para a concretização efetiva da nova institucionalidade regional a criação do Fórum da Cidadania do ABC, organização de entidades que se consolidaram em 1994 e que deixaram de ser simples demandadoras de reivindicações. O Fórum da Cidadania marcou o seu tempo. Sua inspiração permanece viva e necessária para a atualidade.

O Fórum participante no Consórcio articulava a legitimidade eleitoral dos chefes de executivos e uma energia pulsante do protagonismo regional que historicamente ensinou muito para o Brasil.

No entanto, ao longo do tempo, um pouco desta presença da sociedade civil organizada se perdeu, guardando estes momentos nos espaços formais da Agência de Desenvolvimento e nos encontros, fóruns e outros eventos. O que é pouco.

Neste momento, seria bastante pertinente a retomada deste processo. Em princípio, com criação de um Fórum de Desenvolvimento Regional, espaço articulador, no qual organizações sociais, pesquisadores, técnicos, empreendedores e agentes sociais sejam capazes de apresentar, debater e desenvolver ideias que conquistem corações e mentes a favor de uma agenda garantidora de um novo futuro regional do Grande ABC.

É fato que esta não será uma tarefa fácil. Afinal de contas, tantas vezes iniciativas similares foram sugeridas e quase sempre esbarraram em egos que foram maiores que as competências e as urgências regionais. Longe de propor a criação de um grupo de “anjos” assépticos de ideologias, a base desta proposição deverá ser a possibilidade de reencontrar a pauta da sociedade na agenda da regionalidade.

Entre os pontos elementares para a construção de uma agenda para o futuro da região do Grande ABC estão:

1. A construção de uma agenda focada no desenvolvimento precisa ir além dos temas relacionados ao crescimento econômico. O desenvolvimento possui múltiplas dimensões a serem consideradas.
2. É essencial a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento. No entanto, é elementar pensar os caminhos do ponto de vista local; compreender quais são as possibilidades da vocação local/regional.
3. A regionalidade é um valor estratégico para a efetividade das perspectivas do desenvolvimento.
4. O desenvolvimento pressupõe diálogo pluralista independente dos diferentes partidos. A nossa agenda é baseada na construção coletiva de sujeitos inquietos que não se cansam de apostar em projetos factíveis.
5. Na contemporaneidade, é essencial uma nova governabilidade, na qual os sujeitos sociais deixam de ficar apenas a reclamar das diversas crises nacionais ou locais. É fato que as crises impactam a realidade. No entanto, os sujeitos sociais reconhecem o quanto se pode encontrar de nichos e brechas diante de uma enorme complexidade com conexões cada vez mais global.
6. As diferentes interpretações que se realizam nas empresas, nos governos e nas organizações sociais são o ponto de partida para a consolidação de um diagnóstico mais amplo e complexo possível.
7. Aos poucos se observa uma importante mudança de posturas. Cada vez mais se reconhecem a existência de novas e sinérgicas ações que articulam governos locais, organizações empresariais e instituições da sociedade civil.
8. É preciso responder a seguinte questão: qual o papel da sociedade civil no processo de desenvolvimento local?

A construção deste projeto coletivo se fortalece na medida em que está referenciado em cooperação, parceria. Richard Sennett sugere a valorização ainda maior da prática da cooperação elemento fundamental para a prosperidade da sociedade. Ou seja, a construção deve ser feita a partir de um modo que garante a valorização de parcerias.

A ampliação da participação da sociedade civil elevará os patamares de uma institucionalidade cada vez mais perene e duradoura. O que em princípio já consta nos documentos oficiais da organização desde o seu início. Ou seja, é preciso encaminhar os documentos oficiais.

O Estatuto do Consórcio Intermunicipal em sua primeira Seção – Das finalidades gerais item sexto aponta o seguinte: “fortalecer e institucionalizar as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, articulando parcerias, convênios, contratos e outros instrumentos congêneres ou similares, facilitando o financiamento e a gestão associada ou compartilhada dos serviços públicos”.

Na Seção IV estabelece a criação do Conselho Consultivo cuja competência deve ser: Art. 46: Ao Conselho Consultivo, além do previsto no Contrato de Consórcio Público e nos dispositivos deste Estatuto, compete: I - atuar como órgão consultivo da Assembléia Geral do CONSÓRCIO; II - propor planos e programas de acordo com as finalidades do CONSÓRCIO;

III - sugerir formas de melhor funcionamento do CONSÓRCIO e de seus órgãos; IV - propor a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO.

Seção II - Da composição e do funcionamento. Art. 47: O Conselho Consultivo será constituído por: I - Representantes de entidades civis, legalmente constituídas, com sede ou representação nos municípios Consorciados, dos seguintes segmentos: a) Instituições de ensino superior; b) Sindicatos; c) Empresarial; e d) Sociedade Civil organizada não representada nos segmentos anteriores [2].

A consolidação de uma agenda para o futuro regional passa obrigatoriamente pela valorização da participação social, que já está estabelecida nos Estatutos da organização e cujos encaminhamentos consolidarão as diretrizes propostas desde o princípio deste processo.

## **O Grande ABC Paulista pode dar um passo à frente**

Convivemos hoje com uma série de transformações, nas quais a flexibilidade dá lugar à rigidez das antigas regras do fordismo.

É neste ambiente que incertezas corroem as expectativas, ao mesmo tempo em que o conjunto das organizações sociais, populares e comunitárias são instadas a desenvolver novas agendas.

Logo, se faz necessário ainda fortalecer o compromisso de repensar o desenvolvimento das cidades para além de suas divisas municipais de modo articulado com os desafios metropolitanos aprovados em 2015 no Estatuto da Metrópole – Lei Federal 13.089/15.

Criado com o objetivo de nortear a gestão e a ação das distintas entidades federativas que compõem as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, o Estatuto propõe uma governança interfederativa associada à participação da sociedade, a um conjunto de instrumentos urbanísticos e jurídicos de gestão e a um sistema integrado de alocação de recursos a serem destinados em ações e políticas públicas de escala metropolitana.

Para além das questões locais e regionais, é preciso compreender também as questões de caráter metropolitano.

Um dos desafios deste Fórum deverá ser a possibilidade de se transformar em um “agendador” social. São muitas as situações em que observamos pressões de mercado tentando substituir inclusive a legislação apenas para o campo das opções de consumo.

Há pessoas que, muitas vezes, consideram o mundo primordialmente como um conjunto de objetos de consumo em potencial. Seguindo o princípio de que o consumo estimula a busca de satisfação da sociedade de consumo e induz os indivíduos a ver o despertar dos desejos que clamam por satisfação como a regra diretriz da vida de quem opta e como critério de uma vida de sucesso, que valha a pena. (BAUMAN, 82)

Esse é um contexto que as leis de mercado possuem certo detrimento em relação aos temas da polis - contexto no qual os cidadãos transformam-se exclusivamente em consumidores. E o consumidor demanda mais e mais proteção enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar. *“Temos um longo caminho a percorrer antes de sequer pensarmos em alcançar uma sociedade na qual os indivíduos reconhecem a sua autonomia junto com os laços de solidariedade que os unem”* (BAUMAN, 159).

Na medida em que apostamos no fortalecimento de uma sociedade civil verdadeiramente autônoma, sabemos que esta será uma realidade somente se for capaz de construir o seu projeto. Trata-se, pois, de uma sociedade de optantes garantindo assim as necessárias liberdades do ponto de vista da vida cotidiana (BAUMAN, 139).

Cabe, portanto, fazer deste momento um tempo de fortalecimento e valorização do protagonismo. É preciso ficar evidenciado o papel a ser exercido pela sociedade civil, reconhecendo-se que a

sociedade civil organizada precisa construir rapidamente as alternativas capazes de emergir um novo protagonismo.

Este processo precisa ser desenvolvido pela sociedade civil. Somente deste modo será possível, ao mesmo tempo:

- a) Estabelecer uma autonomia necessária para o fortalecimento da nossa democracia;
- b) Garantir a consolidação de uma nova institucionalidade política e social.

É fato que este processo se desenvolverá também em meio ao Estado nas suas diversas esferas. Contudo, a base deste renovado protagonismo, para ser verdadeiro e duradouro, deverá acontecer a partir da sociedade civil.

Podemos reiterar, sob o mesmo ponto de vista, que estas reflexões e análises precisam ser consideradas a partir das cidades e regiões, lugar onde de fato as políticas públicas se estabelecem. Isto, em um contexto em que as cidades são chamadas a se repensar, seja do ponto de vista de suas políticas públicas, seja de sua organização gerencial, entre outros aspectos.

Ou seja, cada vez mais é importante se apostar que este novo protagonismo que haverá de ser construído será profundamente plural e democrático. Não acreditamos na possibilidade de fortalecimento da democracia sem que exista uma ampla participação política da sociedade. As últimas décadas da nossa história tem nos ensinado que sem uma clara participação certamente a democracia não poderá ser digna deste nome.

É por este motivo que a participação política precisa ser capaz de reencantar a vida e os sonhos da sociedade. De um modo geral, a política não tem encantado mais a maioria das pessoas, especialmente porque diariamente observamos que muita coisa precisa ser mudada. Mas a pergunta que fica é: De que modo poderemos transformar a realidade sem participar da política?

Rubem Alves nos apresenta pistas para entender esta questão quando este afirma que: *“de todas as vocações, a política é a mais nobre de todas”*. Vocação   algo que deriva do latim "vocare"; quer dizer "chamado". Vocação   um chamado interior de amor por um fazer onde o vocacionado quer "fazer amor" com o mundo. Vocação   diferente de profissão. Na voca o, a pessoa encontra a felicidade na própria aço, ao passo que na profissão o prazer n  necessariamente se encontra na aço [3].

O termo política vem de "polis", a cidade que, para os gregos, era um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar   busca da felicidade.   neste ambiente que o político seria aquele que cuidaria desse espaço. A voca o política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade. Certamente por terem sido nômades, os hebreus n  sonhavam com cidades, sonhavam com jardins. Desse modo, o político por voca o   um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor   tão grande que ele abre mão do pequeno jardim que ele poderia plantar para si mesmo. O político correto pergunta-se: de que vale um pequeno jardim se   sua volta está o deserto?   preciso que o deserto inteiro se transforme em jardim [4].

  fato que a participa o política implica a luta pelo poder, mas essa luta não terá sentido se não privilegiar a amplia o do processo de democratiza o do poder.

Nesse tempo de globaliza es a produ o econômica se organiza cada vez mais em escalas planetárias e criam mais configura es espaciais. Não se trata de um processo linear. Há profundas contradi es. O que faz desse momento um tempo de grandes paradoxos.

Ou seja, a sociedade vai aprendendo a conviver com as contradi es que fazem parte de uma transi o de um regime fordista para outro pós fordista e profundamente flexível. Esse regime pós-fordista tem seu sistema produtivo articulado com uma forte no o de complementariedade entre as organiza es econômicas.

## **Desenvolvimento e vocação regional**

E é em meio a este novo olhar que tem se buscado contribuir com a compreensão das vocações econômicas locais e regionais.

A identificação de áreas preferenciais para o desenvolvimento de uma nova atividade econômica vai muito além dos parâmetros técnicos. Estes parâmetros são importantes, mas são insuficientes.

As vocações regionais precisam ser compreendidas para além dos modelos prontos. É preciso construir foco para a questão do desenvolvimento regional, rompendo com opiniões que acreditavam que a expansão dos polos modernos da economia gradativamente eliminaria a pobreza dos segmentos populares da sociedade, o que não é verdade.

É por isso que em inúmeras cidades cada vez mais a sociedade está aprendendo a construir agendas locais de desenvolvimento sustentáveis em parceria com diversos segmentos sociais [5].

Cada vez mais existe uma forte tendência de ampliação da participação da sociedade na formulação das políticas públicas que buscam fortalecer o desenvolvimento local e regional referenciado nas seguintes perspectivas:

- a) Fortalecer a autoria da cidade;
- b) Construir uma agenda capaz de garantir o desenvolvimento da economia local;
- c) Reforçar a perspectiva de um caminho sustentável, isto é, a capacidade de mobilizar vontades e desenvolver a confiança de todos os sujeitos sociais em função das mudanças coletivas;
- d) Desenvolver uma governança local capaz de garantir diálogo com o conjunto dos sujeitos sociais, mobilizando a capacidade de atendimento das demandas, definindo-se prioridades coletivas e estimulando a ação comunitária e o empreendedorismo econômico e social.

Compreendemos o espaço local como lugar de identidade e pertencimento, ambiente de vínculos, ativos econômicos e sociais, e não apenas lugar de carências e debilidades.

O desenvolvimento local é uma estratégia de promoção de alternativas para geração de oportunidades para a geração de trabalho, rendas e oportunidades, aproveitando as vantagens competitivas locais e as energias endógenas da comunidade.

O desenvolvimento precisa ser encarado como um processo complexo de mudanças em nossa concepção. Ao mesmo tempo deve resultar no crescimento dos indicadores econômicos e sociais, de forma a melhorar a economia e o de bem-estar dos cidadãos.

## **Conclusão**

A questão da participação social de maneira institucionalizada não tem sido fácil, motivo pelo qual se percebe ainda mais na atualidade a existência de um grande vácuo na produção de reflexões contemporâneas sobre a agenda mais adequada para as nossas cidades e o nosso país.

Muitas vezes, as reflexões e análises são carregadas por um excessivo sentido de sectarismo e partidarização, o que compromete a possibilidade de uma análise capaz de ser crítica e desafiadora.

Após ser criado o Fórum de Desenvolvimento sugerido neste artigo, será possível constituir um espaço da sociedade civil capaz de consolidar a participação popular neste processo.

## **Notas**

[1] LIPIETZ, Alain. Os dois destinos do Grande ABC. Jornal Folha de São Paulo – Caderno Regional. 21.06.99.

[2] Estatutos do Consórcio Intermunicipal do ABC.

[3] ALVES, Rubem. Sobre política e jardinagem.

[4] Idem.

[5] O desenvolvimento é um conceito em plena transformação. A possibilidade do desenvolvimento local sustentável é o lugar privilegiado de participação da sociedade civil.

---

**Edgar da Nóbrega Gomes.** *Professor, economista, mestre em economia e Doutor em ciência política PUC/SP.*

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, Rubem. Sobre política e jardinagem. Site visto em 14.08.2019. <https://www.teleios.com.br/sobre-politica-e-jardinagem-rubem-alves/>.

ZYGMUNT, Bauman. Modernidade líquida.

## 11. PROPOSTA DE DESENHO DE UM *THINK TANK* PARA DESENVOLVER INTELIGÊNCIA REGIONAL DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GRANDE ABC PAULISTA

Aristogiton Moura

### Resumo Executivo

*São Paulo e em especial a região do Grande ABC Paulista enfrentam uma crise estrutural, de caráter político, econômico e social, que vem afetando, tanto sua economia quanto sua capacidade de atender às necessidades e demandas sociais e promover o desenvolvimento. Como consequência, temos desaceleração econômica, desemprego desenfreado e agravamento das condições de saúde, segurança e bem-estar social. Esta nota procura apontar a rede de causalidade que está por trás destes indicadores e como se pode, por meio dos recursos de inteligência disponíveis na região, organizar uma estrutura que possa canalizar os conhecimentos necessários para apoiar as instituições e a cidadania na superação dos graves problemas que as afetam, bem como os políticos na construção de novos caminhos e consensos que visem o reequilíbrio social e o desenvolvimento sustentável desta região.*

### Introdução

O desenvolvimento sustentável, a nova utopia dos nossos tempos, tem sido o termo mais utilizado nos discursos políticos e o “santo graal” de todos os gestores políticos. O adjetivo sustentável implica que poderemos crescer indefinidamente e usar todos os recursos naturais para isso. Desde 1981, quando a então primeira-ministra da Noruega (1990-1996), Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, usou esse termo, criado por Bárbara Ward, em 1972, em substituição ao ecodesenvolvimento, cuja definição mais aceita é “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”, ou seja, o desenvolvimento que não esgota os recursos naturais para o futuro; porém, a realidade tem demonstrado que isso é mais um desejo que realidade.

Ao tempo que criamos mecanismos governamentais, acadêmicos e institucionais e estruturamos conhecimentos suficientes para atuar nessa direção, vemos a política na contramão, em rota de colisão, ameaçando o futuro da terra e das espécies que a habitam pela incapacidade de frear os efeitos da ação humana na biosfera. Em termos mundiais, o aquecimento global é um dos mais conhecidos e a posição contrária dos países desenvolvidos em relação ao protocolo de Kyoto é a política mais preocupante.

Já no âmbito regional e local, há uma profunda mudança no padrão de desenvolvimento que desestrutura economias, empobrece a população e destrói o meio ambiente. A sociedade e suas organizações estão ameaçadas. Como resultado, é possível assistir, por toda parte, a uma explosão social, em geral capitaneada por jovens, para a qual as estruturas de governo e a política se mostram incapazes de enfrentar e dar respostas adequadas ao fenômeno, expondo as profundas divisões da população a respeito de decisões tomadas por seus governantes que as afetam em seu futuro e em seu dia a dia. Nas palavras de Manuel Castells [1]:

A grande maioria dos cidadãos não confia em partidos políticos, não se sente representada por parlamentos e governos e pensa que a classe política como um todo está arraigada na defesa de seus interesses e de sua corrupção. A democracia não existe, não importa quantas escolhas sejam feitas, ela não está na mente dos cidadãos. É essa confiança nas instituições que está sendo questionada.

## Problemática a ser enfrentada

Vivemos tempos de profundas transformações sociais e econômicas causadas, entre outros, pelo advento da internet e o uso de redes sociais. Este fenômeno, que impacta sobremaneira o nosso modo de vida, ou seja, a forma como vivemos, trabalhamos, nos relacionamos (nossas emoções) e nos organizamos, entre outros, também contribui para aumentar a dificuldade das pessoas e organizações transitarem num mundo cada vez mais conectado, em que o jogo mudou, seja na política, seja no nosso dia a dia. Tudo isso ainda mais facilitado pelo avanço dos dispositivos móveis a ela conectados.

É por meio dela que estamos nos relacionando emocionalmente com a família, os amigos e os parceiros sentimentais, como também estudamos, compramos, vendemos e realizamos transações econômicas por meio de aplicativos, entre outras atividades, antes só possíveis no mundo real. Esta nova realidade está desconstruindo as formas organizativas e os relacionamentos que anteriormente gravitavam fora do ambiente digital, e que vinham mantendo o mundo real e o *status quo* político até então conhecido e percorrido pela geração no poder.

As instituições mais atingidas são aquelas mais caras à democracia, à proteção, ao equilíbrio social e à liberdade: os governos, os partidos políticos e os sindicatos. As instituições, antes moldadas no mundo real, em que a burocracia e os processos eram fatores críticos para o crescimento social e econômico, assim como para a defesa dos interesses políticos da sociedade e a defesa dos direitos dos trabalhadores, estão sofrendo um enorme desgaste capitaneado pela internet e redes sociais, cada vez mais sofisticadas e diversificadas, que ameaçam engolir o que até então conhecíamos como “vida real” ou off-line.

A despeito disso, ainda hoje, a gestão pública e a política fazem uso de mecanismos tradicionais de enfrentamento meramente operacionais, ou quando muito táticos. Atuam diretamente na problemática tal como ela se manifesta, se mostrando, muitas vezes, incapazes de se antecipar às crises e responder de forma adequada às demandas e problemas já instalados. Ao reproduzir conhecimentos estabelecidos e não ajudar a melhorar os quadros políticos e governamentais, com aporte de conhecimentos inovadores e disruptivos, isso faz com que as universidades sejam parte dessa problemática.

No entanto, o problema não é de inteligência. Sabemos que contamos com profissionais, professores, pesquisadores, intelectuais e políticos reconhecidamente inteligentes. Na realidade, o problema é o fato de eles contarem somente com mecanismos, teorias e conhecimentos para atuar em instâncias tradicionais, como governos, associações de classe, empresas ou universidades, que, na maioria das vezes, não encontram espaço para reflexão e inovação. Uma alternativa, proposta neste artigo, seria constituir um centro de ideias e inovação para desenvolver a capacidade de explicar a nova realidade com novos vocabulários e ajudar a fazer a transição entre a economia e a política tradicionais da região do Grande ABC para este novo contexto, apoiar a resolução de impasses e encontrar soluções adequadas aos problemas complexos que afetam a sociedade.

Ou seja, instituir um mecanismo que concentre a inteligência disponível, esparsa em universidades, centros de pesquisa, governos, imprensa e similares em um “thinktank” Um thinktank [2] é um laboratório de ideias, um gabinete estratégico, um centro de pensamento ou um centro de reflexão. É uma instituição ou grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura.

De acordo com o escritor norte-americano Paul Dickson (1972), think tanks podem ser chamados de fábricas de ideias. Também podem ser traduzidos como círculo de reflexão ou laboratório de ideias. Think, na língua inglesa, pode ser traduzido como ‘pensar’; já a palavra tank significa ‘tanque’, ‘reservatório’. Por isso, o termo think tank pode ser traduzido como ‘grupo de reflexão’, ‘laboratório/fábrica de ideias’, como mencionado anteriormente. O “2017 Global Go To Index Report” considera think tanks como “organizações de análise e compromisso de pesquisa sobre políticas públicas”.

Inicialmente, a tentativa de encontrar um significado satisfatório para a expressão think tank levou à conclusão que seria uma associação de indivíduos especializados, formando instituições e/ou organizações, proporcionando pesquisas e discussões sobre assuntos políticos, econômicos, estratégicos, englobando também diversos outros temas, sendo estas pesquisas tanto sobre problemas domésticos quanto internacionais. Os institutos de pesquisa normalmente são organizações sem fins lucrativos, mas também podem ser subsidiados por governos, corporações ou grupos de defesa de direitos. São formados “como instituições permanentes e contínuas, não servindo como comissões ad hoc”. Os think tanks, dessa forma, estruturam-se para produzir conhecimento sobre um tempo indeterminado, não sendo formados para uma situação em especial.

Existe uma multiplicidade de definições sobre essas organizações, mas o entendimento mais comum é que são espaços que produzem recomendações para governos e para a sociedade em geral, oferecendo instrumentalização técnico-política para decisões em diversas áreas de políticas públicas, como educação, saúde, segurança, gestão, meio ambiente, relações internacionais etc. Os thinktanks se engajam em defesa ativa de políticas públicas (policy advocacy) e de denúncia de problemas públicos (problem advocacy)”.

## **Fundamentação da necessidade de um Think Tank**

Partindo da premissa que não é possível explicar o futuro com conceitos do passado – entende-se que este é o grande problema que afeta todos aqueles que se propõem ou são obrigados a trabalhar na modernização de organizações e criar novos espaços para consensos políticos e sociais. Um thinktank é um recurso estratégico para a sociedade, o governo, a política e o mercado, mas sua constituição enfrenta problemas de diferentes naturezas, como por exemplo, quem o financia, qual sua orientação político-ideológica, a quem responde institucionalmente e também a um sem-número de indagações que devem ser levantadas e respondidas.

No entanto, sem esse mecanismo, a sociedade fica à deriva, como estamos vendo atualmente. A crise que afeta o Grande ABC Paulista e sua economia, por si só, já justificaria um esforço organizado de universidades, governos e sociedade para sua constituição.

A seguir, apresentamos uma tentativa de definição dos meios e conceitos que orientam a criação de um thinktank para a região. Na sequência, elencamos os elementos constituintes da proposta de um Centro de Inteligência.

## **Inteligência Estratégica para o Desenvolvimento**

Para Yahezkel Dror, o desenvolvimento humano pressupõe um arcabouço técnico que pode provir de diferentes fontes. Acolhe nesse raciocínio a proposta do PNUD expressa no documento: *The Country Office of the Future – A Preliminary Proposal*, que assinala que entre as competências necessárias está o trabalho de inteligência sobre a situação de desenvolvimento do *locus*, onde se dará o processo de planejamento do mesmo.

Isso se dá, segundo Dror, primeiro como conhecimento; segundo como organização para o conhecimento; terceiro como atividade; e, finalmente, como condução do processo. Dado que o conceito é pertinente ao tempo político em que vive a região, ensina Dror:

as elites estatais não têm ideia do que fazer quando estão no governo, minha experiência ao assessorar aos que tomam decisões de alto nível reforça uma conclusão grave: mesmo quando os principais políticos e seus assessores têm o poder político adequado, e se tivessem ainda mais, muitas vezes mais, não saberiam o que fazer para enfrentar os problemas do século XXI (DROR, 1993).

Por isso, a inteligência estratégica para o desenvolvimento, com enfoques prospectivos e mobilidade do conhecimento, é essencial para assessorar estrategicamente os tomadores de decisão no nível diretivo, além de gerar produtos concretos de recomendação em estratégias e políticas.

Para um país, ou uma região com grave disfunção entre o tempo real de governo, a incidência prematura do clima político eleitoral, a descontinuidade das políticas e o deficiente exercício da função de gestão pública, é necessário assegurar consensos sociais extrapartidários, propor enfoques, propostas e normas de ação ante os desafios que enfrenta para obter a redução do desemprego, da pobreza e iniquidade, consolidar a governabilidade e proteger os recursos naturais.

Dror indica alguns elementos essenciais para a formulação da inteligência estratégica para o desenvolvimento:

- Aceitar a tarefa importante da melhoria da inteligência estratégica para desenvolvimento;
- Reconhecer e compreender as causas e as características das distorções de imagens (cegueira situacional);
- Estabelecer uma unidade de IED (inteligência para o desenvolvimento);
- Fomentar a inteligência por setores com atribuição de prioridades;
- Obter produtos de inteligência de alta qualidade;
- Estabelecer sistemas de inteligência para reduzir erros;
- Reconhecer o poder que implica o acesso à inteligência;
- Adaptar a conduta pessoal às necessidades de uma boa inteligência e de sua correta utilização;
- Integrar a inteligência aos processos de formulação de opções de decisão;
- Reavaliar cuidadosamente a base para tomar decisões, fundamentando-as na inteligência estratégica;
- Avaliar o sistema de inteligência em forma periódica. Quando se inicia a partir de zero, começar com um núcleo de excelência ao seu lado e adiantar progressivamente;
- Aprofundar o conhecimento a respeito da inteligência estratégica.

A seguir, são elencados alguns conceitos de grupo pensante, prospectiva e mobilidade do conhecimento, todos eles atributos substanciais ao conceito de inteligência para o desenvolvimento.

## **Prospectiva – Fundamentos e evolução**

Embora seja possível encontrar diversas facetas e vieses prospectivos em vários pensadores e intelectuais, estas são, em essência, visões de futuro. M. Cedillo história o desenvolvimento do conceito prospectiva como instrumento de planejamento da ação humana. Segundo ele o francês Gaston Berger foi o primeiro a criar, nos anos 1950, um centro focado nas necessidades de longo prazo. O termo se popularizou na Europa e surgiram diversos centros prospectivos apoiados por governos e empresas privadas.

Outro francês, Carl Masse, aprofundou-se na prospectiva, criando o primeiro Plano de Desenvolvimento da França. Sua principal contribuição foi definir a prospectiva como um modo de pensar e não unicamente uma sofisticada técnica ou corpo instrumental. Finalmente, Bertrand de Jouvanel, também francês, adicionou a dimensão política e de governo, opções de desenvolvimento futuro, introduzindo o postulado-chave de que o tempo se dirige em forma total: passado, presente e futuro. A prospectiva, nessa perspectiva, passa a atuar então com um fundamento filosófico e ético que possibilita sua vinculação operativa e complementar – um pensamento e insumo instrumental – ao próprio paradigma do desenvolvimento humano.

Masini apresenta três enfoques filosóficos da prospectiva, ou, seja, dessa “ciência que examina as possibilidades futuras de algo”. O primeiro a expõe como uma opção emergente do rumo que o mundo está tomando e para aonde se dirige, o que exige conhecer com precisão onde estamos. Isto requer um enfoque positivista com dados que permitam conhecer essa realidade.

Um segundo enfoque filosófico toca à utopia e aos futuros desejados. Masini chama a isto visão, porque tenta transformar o presente em uma visão de futuro, a qual deriva do pensamento de Leibniz, segundo o qual “algo deverá ser trocado”. E o terceiro combina os dois anteriores, apregoando que esta dimensão deva assumir forma real e concreta. Fica implícito que as visões, mais que utopias, são suscetíveis de ser alcançadas, porque elas ocorrem depois da utopia e dá volta à realidade.

Joseph Hodara define prospectiva como “o nome genérico que compreende os estudos de longo prazo e os instrumentos de decisão que devem acompanhá-lo; é sistemática mas também estruturalista; pode contribuir para clarificar estes processos; não concentra o conhecimento nem tem o monopólio da verdade, mas pode ajudar a entendê-lo”.

Assim, a prospectiva é sistemática, aspira a levar em conta simultaneamente, ou em momentos previamente estabelecidos, fatores que pertencem de fato a disciplinas diferentes, ou seja, requer enfoques multidisciplinares. No entanto, trata-se de uma abordagem estruturalista, porque não se orienta à recontagem superficial dos fatos, nem às descrições pormenorizadas, buscando saber como esse conjunto afeta o desenvolvimento.

Carlos Matus, em sua obra, vai mais além. Para ele, a prospectiva é um recurso de governo fundamental, pois “um governo sem visão institucional de futuro e dos problemas que este coloca nas agendas estratégicas, é um governo condenado a seguir aqueles que fazem uso dessa ferramenta para definir rumos”. Nesses governos, o caminho da organicidade do saber prospectivo é o instrumento que utilizam para impactar nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, preparando-as para estar à frente do processo do desenvolvimento. Assim sendo, a ausência de uma Grande Estratégia como instrumento estratégico de governo o torna um mero seguidor daqueles em que esta metodologia é a base da definição de suas políticas e de seu desenvolvimento.

## **Prospectiva – Uma tentativa de definição**

Cedillo conta que Bertrand de Jouvenal em seu clássico trabalho - *A Arte de Prever o Futuro Político*, afirmava que as ciências sociais podiam contribuir para uma visão prospectiva da sociedade e vinculava o futuro a uma visão holística: “*Atividade natural de caráter cooperativo, orgânico e submetida a exigências crescentes de rigor intelectual*”. A vinculação ao conceito do desenvolvimento humano é natural porque para ele a prospectiva descansa em três princípios naturais na dimensão do desenvolvimento humano sustentável: liberdade, poder e decisão.

Com relação à liberdade, há a convicção de que o futuro não é determinista, mas uma pluralidade de futuros possíveis. O desenvolvimento humano sustentável dirige o conceito de sustentabilidade em função das gerações futuras; portanto, os estudos de prospectiva (estudos de futuro) são um insumo poderoso para a operacionalização *via incidência nas políticas*. Com relação aos postulados restantes, concebe-se o poder de decisão em função das opções analisadas e recomendadas, e, portanto, vinculado a opções de políticas centradas no desenvolvimento humano sustentável. E é nesta linha de pensamento que a prospectiva se une a um consenso sobre a visão de um local, uma região ou um país.

## **Conhecimento**

O conceito exposto pelo Instituto Centro-americano de Estudos Contemporâneos – INESCO reconhece que o conhecimento apresenta várias facetas e responde a diversos atores. Fundamenta-se no conhecimento que tem uma práxis e uma transversalidade que se unem e se voltam indispensáveis na integração de um pensamento sobre o desenvolvimento.

Tal concepção concorda com a visão do desenvolvimento humano sustentável, aqui abordado com um enfoque holístico, reconhecendo que é um paradigma em construção aberto às ideias e à integração centrada no homem. Pressupõe também a necessidade de enfoques multidisciplinares, de diferentes fontes do conhecimento, incluindo aquele que provém da base comunitária, ou seja, que não se concentra exclusivamente nos técnicos e na academia. Reforça a abordagem aportada pela Teoria do Jogo Social a esse entendimento e a faz o instrumento norteador dos novos caminhos e novos conceitos necessários para esta afirmação.

O papel do intelectual não pode ser reduzido ao de um facilitador de saberes e conhecimentos; esta é uma de suas funções, mas não a única. Tal discussão não é pertinente neste trabalho, mas o debate sobre o papel do intelectual na sociedade tem uma larga data, desde Platão, que o definiu, em *A República*, como o governo dos filósofos e reis como ótimo; e o conceito de *politeia*, “um governo justo governado por todos”; de Aristóteles, com sua ideia de uma combinação de democracia com aristocracia, até Locke, Montesquieu, Gramsci, Mennhein e Dahl.

No século XX, o debate continuou com novas facetas e maiores contrastes e preocupações. O surgimento nos últimos 30 anos do papel dos tecnocratas como competidores e substitutos dos intelectuais gerou outra distorção perigosa na direção da sociedade e sua legitimidade sob um enfoque instrumental racionalista derivado da economia de mercado e da alta especialização técnica e tecnológica da sociedade industrial.

Contrapondo-se a isso, Matus defende a formação do tecnopolítico – aquele que une o mundo da tecnocracia, da intelectualidade e da política. Este, ao contrário do tecnocrata, não presume por conhecido os objetivos; pelo contrário, seu âmbito de trabalho o move a fazer o diálogo entre a política e a técnica para discutir tanto a direcionalidade (objetivos) como as diretivas (operações e meios). Seu âmbito de ação é toda a sociedade.

Este enlace entre o político e o técnico é necessário para que os conhecimentos de ambos os atores interatuem vetorialmente na explicação situacional. O tecnopolítico não necessita dos dotes carismáticos do dirigente, porque sua atividade pode estar na sombra, concentrada na observação aguda do processo social. Por outro lado, deve possuir outras capacidades especiais que o líder político não necessita cultivar com profundidade.

O tecnopolítico é um cientista social voltado para a ação, com a responsabilidade não só de socializar e facilitar o conhecimento, mas também de participar dos processos sociais e políticos do país. De outro modo, seu papel crítico corre o risco de não incidir na realidade ou ser absorvido pela despersonalização do conhecimento imposto pela tecnologia e massificação da sociedade de consumo.

Por outro lado, reconhece-se que há diversos mecanismos e instâncias que podem ser utilizados para receber e sistematizar as visões, conhecimentos e opiniões dos setores emergentes. Precisamente por isso, Dror advoga que uma Unidade de Inteligência Estratégica para o Desenvolvimento é conceitualizada como uma mente diretriz com mobilidade do conhecimento. Este nos permite entender que o conhecimento não é estático nem se concentra em um segmento específico (por exemplo, os intelectuais ou os tecnocratas), mas sim se nutre de diferentes fontes de processos, conhecimentos, saberes e informações; conseqüentemente, tanto sua orientação quanto sua socialização deve ter as mesmas características.

É importante ficar claro que a organização de um grupo pensante, no presente caso, um think tank ou mente diretriz, apoiado na mobilidade do conhecimento, não exclui, mas sim integra inteligentemente todos os saberes e fontes do conhecimento. Tampouco exclui a função de pensar comunitariamente, inclusive com um pensamento prospectivo, gerando agendas concretas e temas para investigação.

## A teoria e ação política do pacto social. Fundamentos

Para compreender o que este documento propõe e articulá-lo a presente proposta é necessário antes de tudo compreender o que aporta a essa experiência as teorias do pacto social, subtendidas no contexto da Teoria do Jogo Social de Matus; a base conceitual prática necessária em uma unidade de inteligência estratégica para o desenvolvimento, através de uma multiplicidade de métodos para cálculo do futuro; a práxis dos pactos e consensos sociais; e também assegurar que a visão do desenvolvimento humano e os insumos da investigação prospectiva, articulados ao desenvolvimento humano sustentável se converterão no coração dos pactos e consensos sociais e a política *per se*.

Assim, os processos de acordos e consensos vão mais além do lobby político para estabelecer um fundamento para os consensos sociais de longo prazo. Para isso, requer uma nova e estruturada visão do mundo e de sua dinâmica, a partir da contribuição da mobilidade do conhecimento e da prospectiva. Uma visão de país, de região ou de município não se obtém em abstrato e sem vinculação com o mundo e a realidade local. A interdependência não só é inevitável, bem como é um fundamento a ser construído por toda a sociedade. Isto é particularmente verdadeiro na região e seu substrato antrópico, no momento econômico e político que vive o país e o mundo.

A deficiência secular da sociedade da América Latina é que nela o desenvolvimento não se apresenta em três níveis de ação política. Ou seja, não há o compromisso fundamentado em um intercâmbio entre atores sociais e políticos capazes de mobilizar suas identidades, o qual pressupõe reconhecer uma tese sociológica consistente em que as identidades dos atores sociais se constroem e se desconstroem, em relação direta ou indireta. Segundo, exige reaprender os caminhos rupturistas da transformação social. E, terceiro, acentuar os conteúdos éticos da democracia.

Também é útil introduzir o conceito de “cultura da solidariedade processual”, que recoloca a temática sobre o consenso social conceito definido por Caldeirão: “*Situação na qual os participantes aceitam ao menos um método para resolver diferenças ou procurar consensos respaldados pela argumentação e a lateralidade*”. Aqui radica a possibilidade de compreender uma racionalidade democrática que vai além da lógica meramente instrumental. Esta estaria fundada em uma convicção derivada de consensos obtidos através de um debate provido e aberto e assim a deliberação intersubjetiva entre os atores permitirá construir uma solidariedade processual. Só nestes termos cobra sentido uma combinação criativa entre valores culturais e modernização.

A busca de consenso social, através de pactos, é o “santo graal” da Política com “P” maiúsculo, como ensina Matus. Essa é a forma mais eficaz e menos violenta de enfrentamento de problemas sociais que visam o equilíbrio da sociedade e o intercâmbio mais favorável para o meio natural.

## Ideias e linguagem para estruturação do Think Tank

Embora se advogue neste texto que o modelo da busca do “futuro” seja um *constructo* de conceitos, dentre eles o paradigma do desenvolvimento sustentável, Dror critica a maneira pouco criteriosa de como este, em particular, vem sendo aplicado e propõe uma reformulação.

Segundo ele, o conceito “desenvolvimento sustentável”, criado por Barbara Ward, em 1972, para a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, como já citado neste trabalho, foi divulgado e colocado em uso comum pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em seu famoso relatório Nosso Futuro Comum [3], e ainda hoje é amplamente utilizado como diretriz para a ação – principalmente agora que a noção de “progresso” perdeu significado (Nisbet). Porém, se a ideia de “sustentabilidade” faz sentido com relação a certas áreas e recursos, como florestas, recursos hídricos, entre outros, sua aplicação para o desenvolvimento como um todo, para não falar de tolices como “governo sustentável”, torna-se bastante enganosa.

A definição do termo pela Comissão era “desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a faculdade de gerações futuras de satisfazer às suas próprias necessidades”. Isso obviamente levanta a questão de como se deve definir “necessidades”, já que

o conceito é cultural e não têm nenhum significado inerente, uma vez satisfeitas as exigências biológicas básicas. É ainda mais difícil responder à pergunta: por que as necessidades presentes deveriam ter prioridade em relação às necessidades futuras? Por exemplo, uma formulação alternativa de “desenvolvimento sustentável” poderia ser: “o desenvolvimento que assegura a satisfação das necessidades futuras potenciais, mesmo quando isso envolve algum sacrifício na satisfação das necessidades presentes”.

Mais duvidoso ainda é o valor do “jogo seguro” implícito na formulação da Comissão, combinado com a falácia de que o desenvolvimento humano pode ou deve ser um processo suave. Saber se a *raison d’humanité* [4] deveria ser contrária a riscos e buscar um nível constante de satisfação das necessidades ao longo do tempo implica um importante julgamento de valor implícito em muitas escolhas políticas. Avanços em áreas potencialmente arriscadas mais muito promissoras das ciências, investimentos em grandes projetos para mudar o habitat físico da humanidade, tolerância para com as ideologias que possam ameaçar o *status quo* – estes são só alguns exemplos que ameaçam desacreditar o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Se olharmos a história da raça humana, mesmo com a pouca compreensão que se possa ter das profundas mudanças na sociedade, fica claro que qualquer imperativo de “desenvolvimento sustentável” aceito no passado teria paralisado o progresso humano em alguma fase, o que pelos padrões presentes seria bastante indesejável.

É verdade que as aventuras humanas são, hoje, potencialmente muito mais arriscadas e, por isso, precisam de alguma limitação, mas não dentro das restrições do “desenvolvimento sustentável”, em que qualquer caso certamente deve ser atacado. Nenhum “estado estável” deveria ser buscado, nem qualquer suposto “equilíbrio” da humanidade deveria ser mais do que uma fase temporária a ser inexoravelmente rompida pela energia e dinâmica que caracterizam a história humana.

Por isso, a expressão “desenvolvimento sustentável” – quando aplicada ao desenvolvimento como um todo e não a projetos e recursos em particular –, é estática e implica que determinada linha de desenvolvimento seguida agora deveria ser sustentável em longo prazo, em vez de considerar a humanidade como estando em movimentação por dimensões de desenvolvimento mutáveis, nenhuma das quais necessariamente sustentáveis por muito tempo.

Portanto, a formulação de um “desenvolvimento dinâmico que evite catástrofe”, talvez com a condição adicional de “proporcionar um estimulante potencial evolucionista para as gerações futuras”, é uma diretriz muito mais indicada e aberta para a *raison d’humanité*.

É nesse sentido que o thinktank proposto deverá focar o emprego desse conceito. Tanto este quanto a ideia que há por detrás serão filtrados com rigor, para que a armadilha do simplismo não cegue a visão de futuro que esse centro se empenhará em construir.

## **Elementos para a criação de um Centro de Inteligência Estratégica: Linguagem**

Dror (1993), em *Enfrentando el Futuro*, diz que uma organização de inteligência que tratará dos estudos sobre o futuro não pode se restringir à linguagem tradicional. O descobrimento do futuro deve vir precedido de uma ampliação do vocabulário que deverá explicar situações que hoje não existem.

Segundo ele, essa atividade para ser efetiva deve ampliar seu repertório metodológico e avançar a níveis totalmente distintos de compreensão e refinamento. Em outras palavras, há que incorporar heurísticas [5] propositivas e semiestruturadas, como conteúdo importante de análise avançada.

Uma consideração sistemática destas necessidades requer um exame dos métodos existentes e de sua suficiência e insuficiência para cumprir com as diversas tarefas importantes, como a identificação de lacunas e das principais inovações metodológicas necessárias para preencher as zonas do conhecimento futuro, que em grande parte estão vazias.

A seguir, algumas metodologias propostas por Dror, para a análise avançada tratadas neste tópico:

- Linguagens adicionais para criar conceitos para realidades confusas, que iriam desde escalas de medição não métricas até processamento de visões internas impressionistas;
- Guias para a utilização da história, a antropologia e a psicologia para avaliar situações, examinar problemas, obter perspectivas e analisar questões;
- Enfoques “policiográficos [6]” amplos para obter, processar e aplicar o conhecimento e as experiências dos cursos de ação política tomados de uma ampla gama de experiências, períodos e situações;
- Enfoques especiais para enfrentar o que tem sido chamado de “Formulação de Cursos de Ação Política em Larga Escala” (Schulman) no que não é possível decompor as questões em problemas mais simples e fáceis de analisar e as inter-relações dinâmicas entre os componentes requerem decisões gerais com parâmetros de elevado calibre;
- Algo relacionado com a formulação de cursos de ação política em grande escala, como já mencionado, entretanto não idêntico a ela: capacidade para compreender e administrar complexidades intensas (La Porte e Warfield);
- Métodos que melhorem, em condições de ignorância, quando as decisões importantes devem ser consideradas como “apostas difusas”, e a atribuição de probabilidades objetivas podem estar erradas. A combinação entre estudos de jogo e as oportunidades de aprendizagem estruturada indicam certas formas apropriadas de proceder;
- A análise de valores, frente à inevitabilidade de uma “escolha trágica”, como ferramentas tomadas da filosofia analítica, o traçado de valores, tomado da antropologia, a clarificação de valores apropriada, da psicanálise, a clarificação de conceitos advinda de alguns ramos da semântica, as escalas de metas múltiplas, aportadas pela economia, e com o suporte e a teoria da agregação de valores tomada da lógica da escolha coletiva (Klages e Kmicciak);
- Desenhos para manejar o especulativo, como esquemas para “experimentos de pensamento”;
- Enfoques à invenção alternativa dos cursos de ação política, com exame de ideias, estímulo à criatividade e exploração do “pensamento alternativo”. Também se deve prestar especial atenção a fontes insólitas de opções, como os “atalhos” tecnológicos (Etzioni e Remp);
- Abreviação e combinação de alguns dos grupos anteriores e sua aplicação de outra maneira, para melhorar as decisões dos dirigentes: pesquisa e experimentação com erros de decisão, para tirar o suposto, eliminar os obstáculos, alterar e equilibrar as propensões ao erro;
- Uma visão ampla e métodos de predição capazes de enfrentar as possibilidades futuras, sem esconder a indeterminação inerente e a ignorância irreduzível (Choucri, Robinson e Whiston);
- Enfoques para a análise macro organizacional, provavelmente baseados, em parte, na mescla de componentes da teoria da macro-organização, com componentes da ciência política e a sociologia política, junto com o exame de experiências históricas e a ajuda de ferramentas conceituais modernas;
- Métodos de avaliação, junto com técnicas de experimentação social, transpostas ao nível da formulação de cursos de ação política e baseadas em experiências e teorias disponíveis (Ferber e Hirsch);
- Métodos de comprimir o tempo e de respostas rápidas, baseados parcialmente, em análises esquemáticas prefixadas, para permitir os insumos preferíveis sob intensas pressões de tempo. Ferramentas integradas para a discussão de análises e as decisões de negociações,

tomadas da teoria dos jogos, através de perfis psicológicos, passando pelos exames e controle dos fatos externos;

- Desenhos para melhorar o manejo de crises, que vão desde o exercício de crises até armas psicológicas de contenção do stress (Herman e Hermann; Smart y Stanbury);
- Técnicas de exibição, para ajudar a comunicação da análise complexa a governantes ocupados, sem atropelar as simplificações excessivas;
- Princípios para o raciocínio, juízo e tirar conclusões que também abarcariam ideias apropriadas, tomadas da estética, da jurisprudência, da retórica (no seu correto significado da discussão são) e programas adicionais da atividade propositiva (Toulmin, Rieke e Janik);
- Princípios de um apontamento filosófico para os métodos avançados de análise dos cursos de ação política, tais como elementos de filosofia do conhecimento e a ciência; enfoques fundamentais para a natureza das “decisões” e seus efeitos bons ou maus ao influir sobre o futuro; teoria geral de sistemas; e tratamento fundamental do conceito de “racionalidade” em seu mundo de discurso metafísico, positivista, sociológico e cultural (Michalos).

O progresso sobre as linhas mencionadas é essencial para aplicar a análise dos cursos de ação política às questões complexas, de alto nível e indeterminadas.

Outras visões internas das necessidades de avanços metodológicos podem ser encontradas buscando dois requisitos mais distantes da corrente central de análise dos cursos de ação política contemporâneas, e da pesquisa operacional em geral, a saber: as ciências sociais na análise dos cursos de ação política e a política na análise dos cursos de ação política.

Com base nessa complexidade, Dror [7] aponta, nesse livro, o caminho para a estruturação de um **Centro De Inteligência Estratégica– CIED** para o desenvolvimento. Seu posicionamento é expresso no quadro abaixo, que trata do mapa do caminho a ser seguido, segundo sua teoria:

### **ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA - CIED PARA A FORMULAÇÃO DE CURSOS DE AÇÃO POLÍTICA**

<b>Requisitos para a formulação de cursos de ação política</b>	<b>Contribuições necessárias dos CIEDs</b>
Reconsideração de paradigmas dos cursos de ação política  Rejeição da ortodoxia nos cursos de ação política  Heterodoxia e iconoclastia	Explicação das suposições e crenças subjacentes nos cursos de ação política; avaliação crítica delas com outras propostas; pensamento não convencional.
Diagnóstico de problemas fundamentais e suas causas	Predição das principais situações e avanços em importantes aspectos da realidade; outras taxonomias das questões; exploração das raízes mais profundas das situações críticas; macrodiagnóstico do estado das sociedades.
Fixação de agenda para os cursos de ação política	Identificação precoce dos problemas, com especial atenção as escolhas importantes; as janelas de oportunidades e crises agudas: formulação alternativa das questões, para reduzir o efeito das modas verbais.
Outras inovações especialmente em assuntos em que são débeis todas as opções disponíveis	Busca de novas alternativas, mais além do incrementalismo; exploração de ideias contra intuitivas; fomento das invenções e inovações nos cursos de ação política.

Perspectivas a curto e longo prazo	Atenção especial a problemas interdepartamentais, a interfaces entre as questões e a situações entrelaçadas; panorama de longo alcance; explicação de ciclos vitais dos cursos de ação política e suas relações com os ciclos vitais das crises.
Enfrentamento da incerteza	Corrigir os erros humanos comuns no enfrentamento da incerteza; identificar e enumerar as incertezas e ignorâncias irreduzíveis; estratégias para melhorar as “apostas difusas” e a aposta nos cursos de ação política.
Administração das crises	Desenhos para a administração das crises; planejamento da contingência como auxiliar para enfrentamento das crises, predição das crises.
Alcançar consenso	Aportar bases fáticas para a formulação de cursos de ação política; informar os formuladores de cursos de ação política e ao público sobre questões dos cursos de ação política e os modos de analisar problemas; análise de valores.
Aplicação da modernização administrativa	Teoria da conduta administrativa como base para as reformas administrativas; modos de melhorar o ensino organizativo; meios para aplicar o monitoramento; sistemas de incentivos organizacionais; capacidade de acompanhar as mudanças.
Aprendizagem veloz dos cursos de ação política	Métodos de avaliação, estudos e desenhos de aprendizagem organizacional; aprendizagem acelerada por meio da experimentação social.
Inovação aos cursos de ação política globais	Todas as contribuições acima, aplicadas ao nível de ação política global, mas uma explicação desses cursos de ação política globais atualizados; atenção especial as dimensões esquecidas dos cursos de ação política globais, como preferência por riscos, preferência de tempo e estratégias de decisão.
Meta-cursos de ação política e redesenho da governabilidade	Avaliação da formulação de cursos de ação política e do desempenho da governabilidade, com múltiplos critérios e provas de sensibilidade de valores; propostas para melhorar a formulação de cursos de ação política e redesenhar a governabilidade, para fazer frente aos valores em processo e as necessidades resultantes.

No entanto, Dror ressalta a problemática da implantação de um sistema de alta qualidade e responsabilidade em um sistema tradicional e reativo. Segundo sua análise:

Na realidade, se tomam em conta as principais antinomias entre os CIEDs e a maquinaria tradicional de governo, assim como a política em geral, é natural que as principais instituições políticas e governamentais rejeitem a ideia que há por detrás desses centros e se oponham a sua operação e obstaculizem suas potenciais contribuições à formulação dos cursos de ação política. Os efeitos negativos da política e da máquina de governo tradicionais sobre esses centros chegam mais além: vêm-se obrigados a adaptar sua atuação, a reduzi-la de tal forma que também reduza a hostilidade das instituições políticas e governamentais tradicionais, das quais, na maioria das vezes, dependem para sua sobrevivência e crescimento (DROR, 1993).

A implantação do **think tank** como propõe este artigo, envolve mais que um redesenho ou modernização organizativa de instituições existentes. Implica, necessariamente, a formação de consciência sobre a importância política de se instituir um centro dessa natureza para a sociedade, que conte com uma equipe especializada treinada e formada em Ciências e Técnicas de Governo e em estudos de futuro. Implica, ainda, um desenho fino de uma estratégia de viabilização técnica e principalmente política que deverá se materializar em uma rede de pessoas e organizações capazes de dar sustentação a esse processo, tornando-o o mais imune possível às flutuações políticas, tanto administrativas quanto partidárias.

Este é o primeiro passo, o desenho da estratégia e da estrutura e o convite às pessoas e organizações. Essa convocatória e a qualidade com que for aplicada será o teto de qualidade e de alcance desse sistema crítico para o desenvolvimento da região do Grande ABC.

## Notas

[1] <https://www.lavanguardia.com/opinion/20191025/471186542407/explosiones-sociales.html>

[2] [https://pt.wikipedia.org/wiki/Think\\_tank](https://pt.wikipedia.org/wiki/Think_tank)

[3] <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>

[4] Raison d'humanité – entendida como substituto construtivo do conceito de raison d'état – que expressa a ideia de que a humanidade, como um todo, tem necessidades e aspirações cuja promoção deve ser dever de qualquer governo.

[5] Arte de inventar, de fazer descobertas;

[6] Técnica que envolve Policystudies: estudos de cursos de ação política, de forma graficada (fluxograma situacional, i.g.).

[7] Os conceitos utilizados por Dror, traduzidos para o português: Decisionmaking: Formulação de opções de decisões; Decisionmaker: Formulador de opções de decisões; Policy: Cursos de ação política; Policymaker: Formulador de cursos de ação política; Policymaking: Formulação de cursos de ação política; Policyscience: Ciências dos cursos de ação política; Policystudies: Estudos de cursos de ação política.

---

**Aristogiton Moura.** Professor convidado da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo, formado por Carlos Matus, da Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Na Fundação Altadir, foi seu assessor Direto, atuando como professor, consultor e coordenador dos cursos, seminários, consultorias e assessorias, no Brasil e na América Latina. Atualmente, é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, Diretor-presidente da Strategia Consultores e Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica.

## Referências Bibliográficas

Calderón, F. (1999), “La nueva cuestión social bajo la mirada del desarrollo humano sostenible. Una fundamentación sociológica desde América Latina”, em *Revista Nueva Sociedad No.116*, Caracas

Calderón, F. y M., Dos santos, “Sociedades sin atajos. Cultura, política y reestructuración en América Latina”, Paidós, Buenos Aires, 1994.

Dahl, R, “La democracia. Una guía para los ciudadanos”, Editorial Taurus. México, 1998.

Dickson, P “ThinkTanks”. BallantineBooks, 1972 - 369 pp, Universidad de Michigan.

Dror, Yehezkel, “Enfrentando el futuro”, Edit. Siglo XXI, México, 1993.

Dror, “Craneotecas: puente entre el conocimiento y el poder (esquema de tesis principales)” INAP. México, 1988.

Dror, Yehezkel, “Conclusions in advising the rulers, Oxford: basil Blackwell”, 1991, pp 185-215.

Dror, Yehezkel, (1998) “Propuestas para el nuevo milenio”, Contenido en perfiles liberales Vol. 11, No. 53, 5-6, pp. 71, México.

Foucault M., “The order of things. An archeology of the human sciences”. Vintage books. New York, 1993.

- Galbraith, J. K., "The Age of Uncertainty", Houghton Mifflin Tra, 1978.
- Habermas, J, "Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio", A. Edit. Tempo Brasileiro, 2002.
- Handy, Ch, "Repensando o Futuro", Makron, 1998.
- Hirschman, A., "Experimentos populares en América Latina", Edit. Siglo XXI, México, 1989.
- Hirschman, A., "Avance en colectividad", el Edit. Fondo de Cultura, México, 1986
- Huntington, S. "El Clash de las Civilizaciones", México.
- Jouvenal, B. (1967). "Rethink Futures Studies" in *Rescuing all our futures of Jeremy Gee-Lam*.
- Jouvenal, B., "The Art of Conjecture", Weidenfeldt& Nicholson, London, 1967.
- Linstone, H, "Multiple Perspectives for Decision Making", North Holland, New York, NY, 1984.
- Klages, Helmut e Peter Kmiecik, comps., 1979. *Wetwandel und gesellschaftlicherWandel*. Francfort, Campus.
- Kunh, T. S., "Estrutura das Revoluções Científicas", Coleção: Debates, Editora: Perspectiva.
- Lapgujade, M, "Filosofía de la imaginación", Editorial siglo XXI, México, 1988.
- Lechner, N. (1992). "In search of the lost community", em "Democratic Culture and Governance. Latin America on the threshold of the third millennium". UNESCO. París.
- Mattelart, A., "Historia de la utopia planetaria. De la ciudad profética a la sociedad global", Editorial Paídos, Madrid, 1999.
- Mancilla, H. (1999). "Los límites de la democracia contemporánea y de las teorías de la transición", en *Nueva sociedad, No. 1*, Carácas.
- Matus, C. "O Método PES – Planejamento Estratégico e Planejamento Governamental", Coleção Ciências e Técnicas de Governo, Edições Fundap.
- Matus, C. "Estratégias Políticas – Chipanzé, Machiavel e Ghandi estilos de se fazer política", Coleção Ciências e Técnicas de Governo, Edições Fundap.
- Matus, C. "O Líder sem Estado Maior – Estrutura e Modernização do Gabinete do Dirigente Público", Coleção Ciências e Técnicas de Governo, Edições Fundap.
- Matus, C. "Adeus, Senhor Presidente – A metodologia PES e sua aplicabilidade", Coleção Ciências e Técnicas de Governo, Edições Fundap.
- Matus, C. "Los Tres Cinturones del Gobierno – Gestión, Organización y Reforma do Aparato Público", Fondo Editorial Altadir, Venezuela, 1997.
- Matus, C. "Teoría del Juego Social – Fundamentación Teórica de las Ciencias y Técnicas de Gobierno", Fondo Editorial Altadir, Venezuela.
- Matus, C. "Política, Planificación y Gobierno", Fondo de Cultura Económica, México.
- Matus, C. "Método MAPP – Método Altadir de Planificación Popular", Fondo Editorial Altadir, Venezuela.
- Meadow, D. Pimendows W. Beheens, "Los límites del crecimiento", Editorial Fondo de Cultura Económica, México, 1972.
- Meadows, D., D. Meadows y J. Randers, "Más allá de los límites del crecimiento", Ediciones El País, Madrid, 1992.
- Membreño Cedillo, M. "Poder, estado e identidad", Ediciones Subirana, Tegucigalpa, 2001.

- Membreño Cedillo, S. (1996). "Del estado megalómano al estado del futuro", *Colección cuaderno universitaria*, No. 90. Tegucigalpa.
- Membreño Cedillo, S. (1989). "Prospectiva, planificación y desarrollo. Hacia una Honduras del año 2000", *Colección cuadernos universitaria*, No. 66, Tegucigalpa.
- Membreño, M. y Membreño, S., "Visión estratégica. Honduras al siglo XXI. Modelos nacionales de desarrollo", Alin Color. Tegucigalpa, 1990.
- McGann, James G., "2017 Global Go To Think Tank Index Report" (2018). TTCSF Global Go To Think Tank Index Reports. 13. [https://repository.upenn.edu/think\\_tanks/13](https://repository.upenn.edu/think_tanks/13).
- Michalos, Alex C., "Foundations of Decision-Making". Ottawa. Canadian Library of Philosophy, 1978.
- Morin, E., "A Cabeça Bem-Feita", Bertrand Brasil, 2001
- Myrdal, G., "Estado del futuro", Fondo de Cultura Económica (FCE), México, 1964.
- Nussbaum y A. Sen, "Compiladores the Quality of life", Clarendon press, Oxford, 1993.
- PNUD, "Informe mundial de desarrollo humano 1997", Mundi Prensa, 1997.
- PNUD, "Política macroeconómica y pobreza en América Latina y el Caribe". Ediciones Mundi Prensa. Editores E. Ganuza, I. Taylor y S. Monley, Madrid, 1998.
- PNUD, "Informe mundial de desarrollo humano 2001", Mundi Prensa, 2001.
- PNUD, "Liberalización, desigualdad y pobreza. América Latina y el Caribe en los 90's", Editorial Eubeda. Editores: E. Ganuza, Ricardo Paes de Barros, Lance Taylor y Rob Vos, 2001.
- Rivera Porto, E. "Una perspectiva de la prospectiva", Bogotá, 1998.
- Van Der Heijden, K, "Scenarios, the Art of Strategic Conversation", Wiley, London, 1996.
- Schulman, Paul R., "Large-Scale Policy Making". Nueva York, Elsevier, 1980.
- Sierra, R., "La filosofía de la historia de José Cecilio del Valle", Ediciones Subirana, Honduras, 1998.
- UNDP, "The country office of the future, A preliminary proposal for UNDP Offices". New York, 2000.
- Voeglin, E., "The new science politics", The University of Chicago Press. Chicago, 1952.
- Warfield, N. Johan, "Societal Systems: Planning, Policy and Complexity". Nueva York, Wiley, 1976.
- Weber, M., "El Político y El Científico", Alianza Editorial Madrid, 1997.
- World Bank, "Global change and biodiversity. Changes for the future and the way ahead", Washington, 1999.
- World Bank, "World development report. Attacking poverty", Washington, 2000.

## 12. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL (DRRS): UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Raquel da Silva Pereira  
Angelo Palmisano

### **Resumo Executivo**

*A partir do conceito de Desenvolvimento Regional Responsável e Sustentável (DRRS), a nota técnica busca municiar os stakeholders com indicadores de forma a auxiliar na formulação de estratégias para a gestão responsável e para o desenvolvimento regional.*

O conhecimento é atributo de diferenciação em qualquer sociedade e faz alavancar a inovação e a tecnologia, elementos fundamentais para o sucesso econômico no mundo contemporâneo. Quando esse conhecimento, que, via de regra, se adquire por meio de anos de estudo, considera o *Triple Bottom Line* (ELKINGTON, 1999) as dimensões econômica, social e ambiental de forma indissociável fazem potencializar processos e resultados favoráveis para o desenvolvimento das gerações atuais e também das futuras.

Scott, Agnew, Soja e Storper (1999) afirmam que, no período do pós-guerra, os países capitalistas costumavam ficar atentos aos governos fortalecidos e as economias territorialmente bem delimitadas. Entretanto, o acirramento da globalização causou mudanças na organização social e política do espaço geográfico, especialmente a partir da elevada atividade econômica em redes transnacionais globais. Assim os Estados foram enfraquecendo e as questões locais e regionais ficaram em segundo plano, fazendo surgir novas formas organizacionais com economia e política mais voltadas para as características regionais.

Furtado (2000) defende a dimensão cultural do desenvolvimento, mostrando a importância de se considerar valores, hábitos e costumes específicos, além das tradicionais dimensões econômica, social e ambiental.

A necessidade de uma forma de desenvolvimento que seja mais responsável e sustentável é internacionalmente urgente. Assim, entende-se, na atualidade, que desenvolvimento precisa considerar além dos aspectos econômicos, os sociais e os ambientais. Esse entendimento de desenvolvimento traz formas mais amplas de se fazer políticas públicas e traz novos olhares para as empresas e para os cidadãos. Neste contexto, organizações inserem responsabilidade e sustentabilidade em seus planejamentos estratégicos (DRUCKER, 2000; SACHS, 2004), de forma a contemplar as demandas dos diversos *stakeholders* (governo, fornecedores, concorrentes, consumidores, meio ambiente).

Essa forma de entender melhor a relação entre ser humano e todo o meio ambiente que o rodeia, permite a promoção de melhoria de qualidade de vida para as comunidades em que estão inseridas. Rocha e Burszty (2005) evidenciam a histórica e precária articulação com os atores locais, ressaltando a necessidade de maior participação social na formulação das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Por meio da ideia de Desenvolvimento Regional Responsável e Sustentável (DRRS), diversas organizações públicas, privadas e do terceiro setor mobilizaram-se para observar e considerar a percepção dos *stakeholders*, municiando-se de informações úteis para mostrar tendências aos gestores de forma a auxiliá-los na formulação de estratégias para a gestão responsável e para o desenvolvimento regional.

Sen (2003) entende desenvolvimento como algo para além de questões relacionadas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou algum outro tipo de indicador de renda nacional que

não considere a mitigação da falta de liberdade, uma vez que para este autor, liberdade só pode ocorrer onde não há pobreza.

Sachs (2004) destaca a desigualdade regional e mundial e ressalta que o termo desenvolvimento carrega consigo desigualdades e entre as diversas classes sociais existentes em todas as partes do mundo. O autor enfatiza a carência de políticas públicas que apoiem a transformação institucional e de programas eficazes de apoio aos trabalhadores. Não se concebe, portanto, na atualidade, pensar em desenvolvimento considerando-se apenas e tão somente os aspectos econômicos. Há que se compreender que são aderentes ao conceito os aspectos socioambientais e culturais.

Buarque (2006) defende a ideia de que desenvolvimento regional possa ser considerado um processo endógeno que parte da vocação local para movimentar a economia, a partir da articulação entre os atores sociais para o avanço do desenvolvimento local e regional.

Pires (2001) enfatiza o avanço ocorrido na Itália a partir da participação da sociedade, ainda que houvesse altos custos com energia elétrica e petróleo, bem como problemas legais e tributários em seu sistema financeiro.

O desenvolvimento regional relaciona-se com a necessidade de articulação entre os diversos *stakeholders*. Albuquerque Llorens (2001) destaca a relevância da articulação estratégica na medida em que tenha como objetivos às inovações tecnológicas e organizacionais na produção local. Os agentes territoriais promovem iniciativas de desenvolvimento local ou regional, assim como os gestores públicos locais. Não há modelo estático, pois toda a estratégia deve ser reavaliada constantemente.

O Estado deve contar com a participação de diversos outros atores na construção do desenvolvimento: empresários, trabalhadores, instituições financeiras, universidades regionais, centros de pesquisa científica e também o terceiro setor.

Nesse sentido, um processo de desenvolvimento econômico regional possui algumas dimensões: econômica; recursos humanos; sociocultural; político-administrativa e ambiental. Igualmente importante é a articulação produtiva na região entre as diversas atividades agrárias, rurais, urbanas, industriais e de serviços; geração de emprego; utilização de novas tecnologias; envolvimento dos trabalhadores locais na organização produtiva; adequação do sistema educacional de qualidade e de capacitação profissional para fazer frente à inovação; amparo social; políticas específicas para as micro, pequenas e médias empresas, cooperativas, entre outros atores (ALBURQUERQUE LLORENS, 2001).

Para que a proposta supracitada seja exitosa, há a necessidade de liderança local mobilizadora desses diversos agentes e de instâncias governamentais locais; espírito de regionalidade, fortalecendo-se o sentimento de pertencimento àquela localidade e desejo de que essa localidade possa prosperar. O planejamento das ações para que sejam alcançados os objetivos e as políticas públicas que fortaleçam as relações de mercado local e regional a partir de suas características. Uma agência de desenvolvimento que considere os aspectos culturais, as potencialidades locais, observando os aspectos socioambientais, é preponderante para o sucesso desse tipo de desenvolvimento.

Para que se alcance um desenvolvimento regional de forma sustentável torna-se necessário o estabelecimento de estratégias que envolvam tanto o primeiro, quanto o segundo e o terceiro setor.

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), a estratégia para o desenvolvimento sustentável precisa equilibrar interesses sociais, econômicos e preservação ambiental por meio de políticas públicas que envolvam a participação cidadã no processo decisório, incentivando inovação e tecnologia de forma a alinhar-se com os avanços internacionais, por isso considerar a região em que esses programas, projetos e ações ocorrem é relevante.

Em 1992, Schmidheiny já alertava para a necessidade de se mudar o rumo e a forma de gerir as organizações, considerando a importância de se cuidar de aspectos sociais e ambientais atrelados aos econômicos. Nesse mesmo ano, a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe enfatizou a necessidade de um padrão para estratégias para o desenvolvimento sustentável, especificando a importância de análise das particularidades institucionais, econômicas, sociais e ambientais, haja vista uma política de desenvolvimento sustentável poder ser eficaz em uma região e em outra não. Esta Comissão elenca medidas importantes a serem tomadas, tais como: a recuperação do crescimento econômico; a reorganização efetiva dos recursos e atividades em benefício das necessidades e interesses dos mais pobres; a reorganização da estrutura produtiva de pequenos agricultores e empresários do setor industrial e do setor de serviços informais, para que se possa oportunizar renda aos mesmos. Indicou que fossem adotadas estratégias socioeconômicas de longo prazo, economicamente viáveis, a serviço de uma sociedade democrática, que maximize o bem-estar da maior parte da população e ecologicamente viável.

Hart e Milstein (2004) entendem que empresas que não adotam os critérios de sustentabilidade em seus negócios perdem oportunidades de negócios e enfatizam a criação de valor sustentável considerando-se a redução de custos por meio da ecoeficiência.

No Brasil, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão enraizados em equidade, eficiência, adaptabilidade e atenção a gerações futuras, tendo como eixos alinhados à recomendação da Organização das Nações Unidas: ambiental, social, econômico e institucional (SOARES; STRAUCH; AJARA, 2006).

Como exemplo brasileiro de valoração de empresas socialmente responsáveis, pode-se mencionar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), cujo objetivo é ter em sua composição ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade e a responsabilidade social (B3, 2019).

O Índice Paulista de Responsabilidade Socioambiental (IPRS), “um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas na esfera municipal” (SEADE, 2019), utiliza em sua composição as três dimensões utilizadas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

Pode-se afirmar que um desenvolvimento regional é sustentável quando ocorre de forma a utilizar as potencialidades específicas para melhorar as condições sociais viabilizando oportunidades de trabalho e renda com o objetivo de fortalecer a economia regional, considerando a preservação dos recursos naturais dessa mesma localidade (JUNQUEIRA, 2000).

Segundo Buarque (2006), há três pilares para o desenvolvimento regional: a governança, a organização da sociedade e a distribuição de ativos sociais, sendo que desenvolvimento regional sustentável pressupõe ainda qualidade de vida da população, eficiência econômica e gestão pública eficiente (Figura 1).

**Figura 1 – Pilares e premissas do desenvolvimento local/regional sustentável**



Fonte: Buarque (2006, p. 28).

O processo de desenvolvimento regional sustentável pressupõe que a governança seja a reguladora da gestão pública para que haja eficiência econômica. Para tanto, torna-se necessário o envolvimento, a mobilização, a cooperação e a boa articulação dos diversos atores locais.

As estratégias organizacionais devem objetivar o desenvolvimento regional sustentável e, portanto, considerar a melhoria da qualidade de vida das pessoas; buscar melhor equidade social por meio de eficiência econômica, conservação ambiental, agregando os diversos atores envolvidos nesse contexto.

Moura *et al.* (2002) entendem desenvolvimento local/regional sustentável brasileiro como envolvendo a promoção do desenvolvimento das regiões, seja por meio da preocupação somente dos aspectos sociais, políticos e institucionais ou considerando-se também os aspectos ambientais, de forma a se proceder um avanço na forma de se pensar o desenvolvimento.

### **Desenvolvimento Regional Responsável e Sustentável na Região do Grande ABC Paulista**

A região do Grande ABC Paulista, de elevada contribuição ao desenvolvimento do país, não apenas relacionada ao quesito econômico, mas também ao social e ao cultural, sofreu transformações quando da ampla globalização e da reestruturação produtiva na década de 1990, que acabou por determinar o fechamento de milhares de postos de trabalho na região, haja vista a “desaceleração econômica, perda da participação na riqueza nacional, manutenção da competitividade industrial e crise do emprego” (MORO JUNIOR, 2007, p. 71).

A referida região tinha, em meados do século XVI, o nome de Borda do Campo, denominação atribuída pelo fato de localizar-se entre a Serra do Mar e as regiões dos campos. Em 1553, a região passa a ser denominada como Vila de Santo André da Borda do Campo, confundindo-se em sua origem à cidade de São Paulo (HEREDA, 2001).

Sousa (2001) enfatiza a importância da região como via de acesso utilizada pelos portugueses, rumo ao interior, o que fez desenvolver os transportes e infraestrutura, favorecendo o desenvolvimento regional na época, uma vez que permitia o transporte da produção cafeeira do interior para as cidades de São Paulo e de Santos, com vistas ao mercado interno e externo. A região localiza-se ainda em estratégica área de passagem para o litoral e havia fazendas com atividades produtivas agrícolas, pecuárias e de tijolos e telhas (HEREDA, 2001).

Entretanto, com o fim do tráfico de escravos, houve migração do capital para atividades urbanas industriais, causando despovoamento nas regiões do entorno de São Paulo, incluindo o atual Grande ABC. Com a necessidade de um aumento na produção agrícola, surgiram duas colônias de imigrantes nas atuais cidades de São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo, no ano de 1877, especialmente atribuídas aos colonos italianos (HEREDA, 2001). Esses colonos eram, além de lavradores, carpinteiros, ferramenteiros e marceneiros (OURIVES, 2001).

A região estabeleceu-se ao entorno da linha da São Paulo-*Railway*, iniciando o primeiro ciclo de desenvolvimento. Em 12 de março de 1899 o atual Grande ABC se torna um município. Por sua vez, no final do século XIX, tem início a mudança das indústrias de transformação de produtos agrícolas para o município de São Paulo, evidentemente para localidades próximas à estrada de ferro, ao mesmo tempo em que ocorre o esvaziamento da economia cafeeira (HEREDA, 2001).

Inicia-se no País, nos anos 1930, especialmente no Estado de São Paulo, a fase da industrialização, deixando a economia cafeeira em segundo plano. Nos anos 1950, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, começa a mudar o cenário das importações.

A implantação da Rodovia Anchieta no final dos anos 1940 consta com um grande marco no que diz respeito ao desenvolvimento da região com o segundo ciclo do desenvolvimento industrial da região (SOUZA, 2001). Assim, a região havia formado uma infraestrutura básica adequada às suas necessidades, uma vez que possuía a linha de ferro em pleno funcionamento, as rodovias Anchieta e Imigrantes (construída nos anos 1970) e uma infraestrutura energética suficiente para suprir as necessidades da indústria que aflorava na região desde os anos 1920, pois “restava às cidades do Grande ABC [...] garantir a infraestrutura urbana necessária ao assentamento da mão-de-obra envolvida com os processos produtivos” (SOUSA, 2001, p.176).

Entre 1945 e 1963, o Grande ABC tem sua região fragmentada em sete municípios, o que se mantém até os dias atuais: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A partir da década de 1960 a região do Grande ABC incentiva a industrialização por ofertar vantagens fiscais na aquisição de terras (SOUSA, 2001).

Observam-se dois momentos distintos de industrialização na Região do Grande ABC Paulista: o primeiro ocorreu nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul no início dos anos 1980; e o segundo, a partir de meados dos anos de 1980, que englobou os demais municípios. A partir da industrialização, a região teve rápida expansão e urbanização acelerada (MORO JUNIOR, 2007).

A região do Grande ABC Paulista possui 56% de seu território em áreas de proteção de mananciais ou com restrições ambientais, sendo que os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra encontram-se 100% inseridos nestas áreas (MORO JUNIOR, 2007).

Conforme o Instituto Socioambiental (2002b), a bacia hidrográfica da Billings, localizada na região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (da qual a Região do Grande ABC Paulista faz parte), onde faz limite a oeste com a bacia hidrográfica da Guarapiranga e ao sul com a Serra do Mar, possui um território de cerca de 58.280 ha. Tem como área de drenagem a região dos municípios de Rio Grande da Serra e em parte os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo.

De acordo com o Instituto Socioambiental (2002a), as ocupações irregulares são um problema preocupante, apesar do que estabelece a Lei de Proteção dos Mananciais (Lei Estadual nº 9.866, de 1997). Observa-se, desde os anos 1990, a substituição da cobertura florestal nativa, que era a Mata Atlântica, por ocupações humanas irregulares, ocorrida por falta de fiscalização do poder público.

Um dos índices de mensuração do desenvolvimento bastante utilizado no Brasil é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que será utilizado mais adiante para o objeto deste estudo, que é a Região do Grande ABC Paulista.

Objetivando-se analisar alguns índices, procurou-se observar as peculiaridades de cada um dos municípios da região, ampliando a compreensão das especificidades da região.

O Quadro 1 apresenta em ordem alfabética o acompanhamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM, com destaque para o município de São Caetano do Sul no contexto

brasileiro. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga o último estudo com base em 2010.

### Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Municípios da Região do Grande ABC Paulista	IDHM		
	1991	2000	2010
Diadema	0,528	0,664	0,757
Mauá	0,523	0,664	0,766
Ribeirão Pires	0,580	0,718	0,784
Rio Grande da Serra	0,527	0,652	0,749
Santo André	0,630	0,738	0,815
São Bernardo do Campo	0,642	0,740	0,805
São Caetano do Sul	0,697	0,820	0,862

Fonte: PNUD, 2019.

Vale ressaltar que, apesar de a região ser considerada homogênea, em função das peculiaridades de cada um desses municípios, estes são bastante heterogêneos em diversos aspectos, especialmente pelas condições territoriais. Isto favorece o desenvolvimento em alguns e desfavorece em outros. Para melhor compreensão, o Quadro 2 apresenta a posição que cada município ocupa em relação ao *ranking* nacional, que vai de 1º a 5.565º lugar.

### Quadro 2 – Posição de cada Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em relação ao *ranking* nacional

Municípios da Região do Grande ABC Paulista	IDHM		
	1991	2000	2010
Diadema	426º	426º	420º
Mauá	473º	426º	274º
Ribeirão Pires	76º	54º	100º
Rio Grande da Serra	431º	612º	562º
Santo André	13º	25º	14º
São Bernardo do Campo	7º	21º	28º
São Caetano do Sul	1º	1º	1º

Fonte: PNUD, 2019.

Esclarece-se aqui a fidedignidade aos dados coletados em que, segundo o PNUD (2010), o intervalo de classificação dos municípios manteve-se, nos três anos observados, entre 1º a 5.565º.

O município de São Caetano do Sul apresenta o melhor IDHM do Brasil e da região do Grande ABC Paulista, enquanto o município de Rio Grande da Serra mostra-se com o pior IDHM da região durante o período em análise.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) foi criado para mensurar o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas. Assim sendo, era fundamental que se levasse em conta os aspectos econômicos, mas não apenas. As dimensões relativas à qualidade

de vida das pessoas, vida social e envelhecimento também precisavam ser considerados, entre outros.

O IPRS é um indicador inspirado no IDH e exprime, sinteticamente, um conjunto de dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade, de forma a caracterizar a posição de determinada unidade territorial (município, região administrativa, estado) de acordo com sua situação em cada dimensão e também dentro de uma tipologia elaborada a partir da combinação dessas dimensões.

**Quadro 3 – Variáveis Seleccionadas e Respectivas Contribuições para o Indicador Sintético**

Dimensões	Componentes	Peso no indicador sintético
Riqueza municipal	Consumo residencial de energia elétrica, por ligação	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por ligação	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	25%
Longevidade	Taxa de mortalidade perinatal	30%
	Taxa de mortalidade infantil	30%
	Taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20%
	Taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	20%
Escolaridade	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Média da proporção de alunos do 5º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática da Prova Brasil	31%
	Média da proporção de alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática da Prova Brasil	31%
	Taxa de distorção idade-série no ensino médio	19%

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Procurando-se fazer um comparativo longitudinal, utilizou-se o *ranking* do IPRS para verificar o desempenho em relação ao período de 2008 a 2014.

#### Quadro 4 – Posição dos Municípios da Região do Grande ABC Paulista no ranking do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

Município	Riqueza				Longevidade				Escolaridade			
	2008	2010	2012	2014	2008	2010	2012	2014	2008	2010	2012	2014
Diadema	34	32	31	44	403	422	457	447	541	535	469	368
Mauá	48	47	49	52	429	462	438	430	496	537	498	432
Ribeirão Pires	86	71	77	74	324	317	234	219	311	233	170	179
Rio Grande da Serra	244	259	264	322	502	525	380	400	612	622	566	593
Santo André	47	44	43	49	258	240	214	204	326	393	351	396
São Bernardo do Campo	9	9	11	13	177	187	115	140	222	249	287	323
São Caetano do Sul	8	8	9	11	38	32	38	29	47	17	9	10

Fonte: Fundação Seade - IPRS (2016).

A análise do quadro acima deixa bastante evidente as discrepâncias entre São Caetano do Sul, o município com melhor desempenho nas três dimensões consideradas pelo IPRS, em relação a Rio Grande da Serra, município com o pior desempenho. Com exceção de São Caetano do Sul, os demais municípios não apresentam bom desempenho, especialmente em relação à longevidade e à escolaridade.

Comparativamente, em 2014, data da nona edição do IPRS, o Estado de São Paulo atingiu a marca de 47 pontos no indicador de riqueza, um avanço de um ponto em relação a 2012, o que reflete a relativa estabilidade da economia paulista no período. Em longevidade, o Estado manteve os 70 pontos alcançados na edição anterior, expressando a manutenção dos níveis observados nos quatro componentes dessa dimensão. E em escolaridade, o Estado atingiu 54 pontos em 2014 e 52 pontos em 2012. Do ponto de vista da distribuição dos municípios, segundo esse indicador, verificam-se resultados positivos, já que uma expressiva maioria das cidades (65%) registrou crescimento, enquanto 28% tiveram, em 2014, escores menores que os de 2012.

O índice proporciona uma fotografia que pode ser utilizada para orientar ações de gestores na escolha de políticas públicas.

Registre-se a relevância da necessidade de haver sensibilização de todos os atores para que efetivamente se envolvam para que as estratégias abordem as capacidades produtivas locais no sentido de planejamento e realização de articulação que considere potencialidades. Uma vez estabelecida a sensibilização e o plano de ação, deve haver o comprometimento de todos os *stakeholders* para que haja menor esforço de gasto de recursos (pessoas, finanças e tempo) para o monitoramento, deixando os esforços voltados aos aspectos principais para o desenvolvimento regional sustentável.

### Considerações Finais

A região do Grande ABC Paulista carece de estratégias que visem o DRRS, que considere características tão marcantes e ao mesmo tempo tão comuns a diversas regiões brasileiras, nas quais a pobreza e a riqueza são observadas.

Este breve estudo evidencia pontos positivos e muitos outros a melhorar na região supracitada e permitem subsidiar os gestores, atuais e futuros, quanto às possibilidades, desafios a serem enfrentados e erros a serem evitados durante o processo de desenvolvimento de uma iniciativa com características semelhantes.

A região carece de novas parcerias e ações que possam alavancar seu desenvolvimento, tornando-se iniciativas com impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais mais expressivas e

duradoras. A necessidade de um maior acompanhamento e controle por parte da sociedade sobre a implementação de estratégias é fundamental para garantir a efetividade de uma maior disseminação dos conceitos de DRRS e da forma como se dá a iniciativa entre os parceiros, beneficiários, comunidade, poder público. O espírito de pertencimento a essa regionalidade deve ser cultivado e incentivado, incluindo-se o setor acadêmico, para aproximar os diversos atores de forma a se obter articulação favorável ao DRRS, a partir de parcerias eficientes e eficazes e de governança dessas instituições.

O desenvolvimento da região carece de maiores cuidados e articulação entre os sete municípios, haja vista as disparidades apresentadas.

---

**Raquel da Silva Pereira.** Doutora em Ciências Sociais (2003) e Mestre em Administração (1999), ambos pela PUC/SP. Especialista em Administração de Recursos Humanos, pela Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN (1988) e Licenciada Plena por meio do Curso de Formação de Professores (ESQUEMA I) pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC/SP (1992). Bacharel em Administração de Empresas, pela Universidade São Judas Tadeu - USJT (1984). Desde março de 2008 atua como professora na graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (IMES/USCS). É professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/USCS), no qual foi Gestora durante dois períodos: entre maio de 2011 e julho de 2014 e entre janeiro de 2016 e junho de 2018. Atua como docente desde 1989 e pesquisa sobre Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Regional, Gestão Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental, Gestão de Pessoas e sobre Gestão no Ensino Superior. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa CNPq denominado GDS - Gestão para o Desenvolvimento Sustentável. É autora de livros, capítulos de livros e artigos nacionais e internacionais. Desenvolveu projetos de pesquisa financiados pela CAPES, pela FAPESP e pelo CNPq.

**Angelo Palmisano.** Doutor em Ciências Sociais (2003), Mestre em Administração (1999), Graduado em Administração de Empresas (1981), todos cursados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Possui experiência nas áreas de administração empresarial e educacional, sobretudo como professor e gestor acadêmico no ensino superior (graduação e pós-graduação lato e stricto sensu), ensino a distância, educação continuada, avaliação institucional, gestão do conhecimento, gestão da tecnologia da informação, inovação tecnológica e gestão de pessoas. Ministra disciplinas de Governança Corporativa, Compliance e Gestão de Riscos, Sustentabilidade Estratégica e Governança Corporativa, Modelos de Tomada de Decisão na FGV Educação Executiva. Professor no curso de mestrado em arquitetura e urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG onde atua como coordenador adjunto. Pesquisador em grupos de pesquisa nas áreas de gestão, estratégia empresarial, arquitetura e urbanismo e sustentabilidade.

## Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Nossa Própria Agenda.** Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1992.

DRUCKER, P. F. **Liderança para o século XXI.** São Paulo: Futura, 2000.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

FURTADO, C. **O capitalismo global.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HART, S.L.; MILSTEIN, M. B.. Criando Valor Sustentável. **RAE Executivo**. v.3, n. 2, p. 65-79, São Paulo, 2004. Texto traduzido por Pedro F. Bendassolli. Artigo originalmente publicado na Academy os Management Executive, v. 17, n. 2, p. 56-69, 2003.

HEREDA, J. Não podemos ficar ao sabor dos ventos. In: LIMA, D.. **Nosso século XXI**. São Paulo: Livre Mercado, 2001. p. 155-166.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Billings 2000**: ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo: Relatório do Diagnóstico Socioambiental Participativo da bacia hidrográfica da Billings no período de 1989-99. 2002a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mananciais de São Paulo**: Billings. 2002b. Disponível em: <[http://www.mananciais.org.br/site/mananciais\\_rmstp/billings](http://www.mananciais.org.br/site/mananciais_rmstp/billings)>. Acesso em 13 ago. 2019.

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. v. 34, n. 6, vov./dez. 2000.

MORO JUNIOR, E. **A redenção inexistente nos planos urbanísticos municipais**: o caso do Projeto Eixo Tamanduatehy. São Paulo: Annablume, 2007.

MOURA, M. S.; CASTRO, R.; MELO, V. P.; LORDELO, J. A. C.; MEIRA, L. Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas. **Anais...EnANPAD** – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2002. Salvador.

OURIVES, J. Vontade política na gestão urbana. In: LIMA, Daniel. **Nosso século XXI**. São Paulo: Livre Mercado, 2001.

PIRES, M. S.. **Construção do Modelo Endógeno, Sistemico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua Validação através da Elaboração e da Aplicação de uma Metodologia ao caso do Mercoeste**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 18 set. 2019.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. 2010. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em : 18 set. 2019.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A.. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 7, N. 11, p. 45-52, set. 2005.

SACHS, I.. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M.. Global City-regions. Trends and Prospects Policis for Wealth and Well-Being. **Anais...School of Public and Social Research, University of California**. Los Angeles, 1999.

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**: Análise. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/iprs2016/view/index.php?prodCod=1#>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SEN, A. K.. Ética da Empresa e Desenvolvimento Econômico. In: CORTINA, A. O. (org.). **Construir confiança**: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações. São Paulo: Loyola, 2003.

SOARES, S.; STRAUCH, J. C. M.; AJARA, C.. Comparação de metodologias utilizadas para análise do desenvolvimento sustentável. **Anais... XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú, 2006.  
SOUSA, K. Infraestrutura é gargalo desafiador. In: LIMA, D. **Nosso século XXI**. São Paulo: Livre Mercado, 2001.

## 13. IMPACTO ECONÔMICO DA RECICLAGEM NO GRANDE ABC PAULISTA

Lúcio Flávio Freitas

### Resumo Executivo

*O Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Grande ABC Paulista prevê aumentar a quantidade de materiais recicláveis recuperada dos resíduos sólidos urbanos. No primeiro ano, o valor dos materiais recuperados alcançaria R\$ 16 milhões. Esta nota técnica estima que outros R\$ 8 milhões seriam poupados pelo sistema produtivo; e ainda que, desses, R\$ 6 milhões diretamente pela indústria recicladora, daí a importância de incluir estes setores nas discussões sobre o financiamento da coleta seletiva e logística reversa.*

### Introdução

Localizada na zona sudeste da área metropolitana de São Paulo, a região do Grande ABC paulista abriga quase três milhões de habitantes em seus sete municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André (IBGE, 2017). Conforme o Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Grande ABC Paulista, em 2016 eram geradas e coletadas 826.109 toneladas de resíduos sólidos urbanos no Grande ABC (CIGABC, 2016) ou 0,304 toneladas per capita, contra 0,378 na média brasileira (ABRELPE, 2018). O fim da vida útil dos aterros sanitários e a perspectiva de aumento da geração de resíduos, acompanhando o crescimento da renda, exigem resposta tempestiva.

Em 2016, cerca de 30% dos resíduos do Grande ABC foram destinados à Central de Tratamento de Resíduos de Santo André, aterro sanitário do poder público municipal, com mais de 30 anos de existência, e que ganhou, em 2018, licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para ampliação de sua área, aumentando sua vida útil até 2024 (PMSA, 2019; SEMASA, 2016). A maior parte dos resíduos (73%) foi destinada ao aterro de Mauá, da iniciativa privada (CIGABC, 2016); e que recebe os resíduos das demais cidades do Grande ABC. Em 2018, a empresa Lara Central de Tratamento de Resíduos LTDA, responsável pelo aterro de Mauá, também protocolou junto à CETESB um pedido de licença prévia para a ampliação de sua área (CETESB, 2018).

A reciclagem de materiais presentes nos resíduos contribui para a economia regional, para o meio ambiente e para o prolongamento da vida útil dos aterros (RIBEIRO ET AL, 2014). Não por acaso, o Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Grande ABC paulista apresenta o Programa Regional de Coleta Seletiva; e pretende alterar o paradigma atual da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Em particular, o programa propõe a responsabilização do setor privado, como já fora assinalado na Política Nacional dos Resíduos Sólidos, e a negociação dos custos para a implantação da logística reversa dos materiais recicláveis: papel e papelão, plásticos, vidro e metais. Estima-se, alcançar a eficiência mínima de reciclar 10% do total coletado.

Estima-se que, no primeiro ano, serão coletadas 30.320 toneladas de materiais recicláveis, conforme apresenta a tabela 1.

**Tabela 1 – Metas quantitativas de materiais a serem recuperados regionalmente (por fração, em toneladas/ano) e preços de venda de comercialização**

Tipo de Material	Quantitativo Regional por Tipo de Material (em tonelada)					Preço de Venda por Tipo de Material* (R\$/t)
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Papel e Papelão	17.413	24.502	31.042	36.166	41.364	261,4
Alumínio	728	1.024	1.298	1.512	1.729	3.773,33
Metais Ferrosos	146	205	260	302	346	342,22
Metais não Ferrosos	163	229	291	339	387	342,22
PET	2.530	3.560	4.511	5.255	6.011	1.450,00
PEAD	1.282	1.804	2.285	2.662	3.045	756,25
PEBD + Sacos Plásticos	565	795	1.008	1.174	1.343	1.140,00
Demais Plásticos	3.459	4.867	6.166	7.184	8.217	761,53
Vidro	2.663	3.747	4.747	5.530	6.325	176,03
Embalagens Cartonadas	1.282	1.804	2.285	2.662	3.045	271
<b>TOTAL (em tonelada)</b>	<b>30.230</b>	<b>42.537</b>	<b>53.892</b>	<b>62.788</b>	<b>71.811</b>	

\*Preços coletados do CEMPRE, em 2015. Fonte: CIGABC, 2016, p. 89.

Caso o material recuperado seja vendido a preço de mercado, admitindo-o fixo no tempo, tem-se a receita total de acordo com a tabela 2. Na matriz de insumo-produto, os setores que demandam os materiais para a reciclagem podem ser identificados, primeiro conforme a atividade que desempenham na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e depois por meio da sua correspondência com os setores de atividade das Contas Nacionais, também indexados pela CNAE.

**Tabela 2 – Receita estimada da comercialização dos materiais recuperados nos resíduos domiciliares do Grande ABC Paulista, 2015**

Tipo de Material	Receita da comercialização de materiais recicláveis (em R\$)				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Papel e Papelão	4.551.758	6.404.823	8.114.379	9.453.792	10.812.550
Alumínio	2.746.984	3.863.890	4.897.782	5.705.275	6.524.088
Metais Ferrosos	49.964	70.155	88.977	103.350	118.408
Metais não Ferr.	55.782	78.368	99.586	116.013	132.439
PET	3.668.500	5.162.000	6.540.950	7.619.750	8.715.950
PEAD	969.513	1.364.275	1.728.031	2.013.138	2.302.781
PEBD + Sacos Plást.	644.100	906.300	1.149.120	1.338.360	1.531.020
Demais Plásticos	2.634.132	3.706.367	4.695.594	5.470.832	6.257.492
Vidro	468.768	659.584	835.614	973.446	1.113.390
Emb. Cartonadas	347.422	488.884	619.235	721.402	825.195
<b>TOTAL</b>	<b>16.136.923</b>	<b>22.704.646</b>	<b>28.769.269</b>	<b>33.515.357</b>	<b>38.333.312</b>

Fonte: CIGABC, 2016, p. 89. Quando agrupados conforme as atividades CNAE e matriz de insumo-produto do IBGE, têm-se os seguintes setores na matriz: 17 - Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (Papel e papelão e embalagens cartonadas); 25 - Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (PET, PEAD, PEBD e demais plásticos); 26 - Fabricação de produtos de minerais não metálicos (vidro). E ainda os setores 27 - Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura (metais ferrosos) e 28 - Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais (metais não ferrosos e alumínio).

Outros estudos utilizaram aproximações semelhantes para identificar os setores recicladores na matriz de insumo-produto. Por exemplo, Carvalho (2013), que a partir da gravimetria dos resíduos sólidos urbanos da cidade de Salvador, comparou os recursos econômicos poupados por duas

diferentes rotas de reciclagem, a incineração para a geração de energia e a reciclagem mecânica, que consiste na reintrodução do material recuperado dos resíduos no processo produtivo. Sob a hipótese que de as duas rotas tecnológicas são mutuamente excludentes, concluiu que a reciclagem mecânica poupa mais recursos econômicos, ambientais, e tem maior potencial gerador de empregos.

Freitas e Damásio (2009) estimaram o potencial econômico da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos do Estado da Bahia. Ribeiro et al (2014) verificaram o impacto da reciclagem realizada a partir da recuperação de recicláveis executada por cooperativas de catadores de materiais da região metropolitana do Rio de Janeiro. Pimenteira (2005) calculou impactos econômicos e ambientais da coleta e reciclagem na cidade do Rio de Janeiro.

## Resultado e Discussão

É importante que sejam calculados os potenciais benefícios econômicos da reciclagem, de modo a viabilizar a atividade. Com efeito, um dos objetivos do PRGIRS é *“buscar a sustentabilidade por meio da responsabilidade compartilhada, logística reversa e compromissos econômico-financeiros assumidos pelo setor privado”* (p. 58). Daí a importância do cálculo dos impactos setoriais, conforme permite a matriz de insumo-produto regional.

O PRGIRS adota como premissa a instalação de Centrais de triagem e beneficiamento dos resíduos, além da coleta seletiva porta-a-porta e através de pontos de entrega voluntária de materiais. Considerando o investimento necessário, o custo por tonelada coletada nos cinco primeiros anos, as quantidades e os preços de comercialização dos materiais recicláveis, o déficit por tipo de material seria como apresentado na tabela 3.

**Tabela 3 – Diferencial entre receitas e custos de coleta e triagem (em R\$/ano), valores de 2015.**

Tipo de Material	Estimativa de déficit por material (R\$/ano)					Valor acumulado
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Papel e Papelão	- 8.312.454	- 9.005.943	- 9.476.660	- 9.771.022	- 9.637.138	- 46.203.217
Metais Ferrosos	- 130.470	- 144.789	- 157.086	- 166.604	- 169.437	- 768.386
Metais não Ferr.	- 156.062	- 173.886	- 189.377	- 201.453	- 205.618	- 926.396
PEAD	- 499.678	- 398.852	- 296.639	- 214.370	- 78.205	- 1.487.744
Demais Plásticos	- 1.329.861	- 1.050.623	- 768.186	- 540.983	- 168.346	- 3.857.999
Vidro	- 1.341.489	- 1.507.387	- 1.633.630	- 1.720.191	- 1.747.997	- 7.950.694
Embal. Cart.	- 1.074.669	- 1.206.374	- 1.318.744	- 1.404.643	- 1.438.754	- 6.443.184
<b>Total</b>						<b>- 67.637.620</b>

Fonte: PRGIRS, 2016, p. 91.

O alumínio, o PET e o PEBD apresentaram saldos positivos. O plano prevê ainda que os déficits sejam assumidos pelo setor privado. Em tese, *“[o déficit] representando uma base negocial e de responsabilização dos diversos setores empresariais com os custos adicionais para implementação do sistema de logística reversa regional”* (p. 100). Todavia, é preciso notar que a reciclagem poupa recursos quando comparada à produção a partir da matéria-prima original. E que, no caso mais simples de responsabilização direta dos respectivos produtores pelos déficits, setores em que a reciclagem gera superávit não seriam responsabilizados pelos resíduos. Ainda que sejam os

mesmos setores que irão efetivamente reintroduzir os materiais recuperados na linha de produção, ou que não contribuam para a recuperação dos recicláveis.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 13.305/2010 e Decreto 7.404/2010) estabelece a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, a primeira como o

“conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos”.

Por sua vez, a logística reversa consiste no

"instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.”

Ambas deverão ser fixadas a partir de acordos setoriais entre o poder público e a iniciativa privada. Para melhor informar um acordo desse tipo interessa que sejam calculados os benefícios originados na reciclagem para o conjunto do sistema econômico. É o que mostra a tabela 4, para o primeiro ano de execução do plano.

**Tabela 4 – Consumo intermediário total poupado pela reciclagem**

<b>Setores</b>	<b>Consumo intermediário (r)</b>	<b>Valor total (t)</b>	<b>Material recuperado (m)</b>
10	66.749,77	66.749,77	-
17	428.119,34	5.327.299,50	4.899.180,20
19	466.225,78	466.225,78	-
21	1.708.265,00	1.708.265,00	-
22	419.593,68	419.593,68	-
23	35.855,17	35.855,17	-
25	1.221.493,80	9.137.738,60	7.916.244,80
26	113.643,10	582.410,99	468.767,89
27	65.894,67	115.858,79	49.964,12
28	456.112,53	3.258.878,60	2.802.766,10
29	63.209,56	63.209,56	-
32	26.881,16	26.881,16	-
33	8.959,71	8.959,71	-
34	46.354,68	46.354,68	-
36	22.497,71	22.497,71	-
40	74.431,94	74.431,94	-
41	1.694.202,00	1.694.202,00	-
42	894.622,32	894.622,32	-
47	11.380,17	11.380,17	-
50	73.245,36	73.245,36	-
51	53.862,90	53.862,90	-
52	232.842,59	232.842,59	-
53	55.158,64	55.158,64	-
54	369.002,20	369.002,20	-
58	202.643,97	202.643,97	-
60	12.914,15	12.914,15	-
61	16.625,63	16.625,63	-
62	952,82	952,82	-
<b>Total</b>	<b>8.841.740,34</b>	<b>24.978.663,38</b>	<b>16.136.923,11</b>

Fonte: elaboração própria, 2019.

O plano de gestão integrada estima que será recuperado dos resíduos, no primeiro ano, o total de R\$ 16 milhões. Os recursos poupados pela reciclagem, para o conjunto da economia equivalem a outros R\$ 8 milhões, principalmente, com os produtos oriundos dos setores 21 - Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros, 41 - Comércio por atacado e varejo e 25 - Fabricação de produtos de borracha e de material plástico. O valor poupado ainda é inferior ao déficit previsto para o primeiro ano. Ou seja, o gasto estimado para a coleta seletiva e triagem dos resíduos ainda supera os benefícios econômicos no primeiro ano. Não obstante, o déficit para o conjunto da economia é menor que o déficit da cadeia de comercialização de recicláveis. O fato chama atenção para a necessidade de inclusão de novos atores no financiamento do déficit, não apenas aqueles que participam da cadeia de comercialização, mas também a indústria de transformação que reintroduz o material reciclável na cadeia produtiva, e que é beneficiária da atividade.

Para a indústria recicladora, os recursos poupados serão menores que para o conjunto da economia. Neste caso, computam-se apenas os insumos poupados diretamente por esta indústria, e não os insumos demandados pelos setores fornecedores da indústria recicladora, e assim

sucessivamente na cadeia de produção. Neste cálculo, o valor poupado no primeiro ano atinge mais de R\$ 6 milhões, ou seja, 69% dos R\$ 8 milhões poupados pelo conjunto da economia.

Os valores estimados devem ser interpretados mais em ordem de grandeza do que como previsão exata. Entre outras razões, porque a matriz de insumo-produto não traz coeficientes específicos para a atividade de reciclagem. Em um próximo trabalho pode-se buscar aproximações para estes coeficientes, e a partir daí a estimativa de políticas de estímulo da reciclagem, por exemplo, a adoção de impostos diferenciados para a coleta, triagem, comercialização e reciclagem dos materiais oriundos dos resíduos sólidos urbanos. Espera-se que as informações sejam úteis para promover o debate necessário acerca dos custos da coleta seletiva e logística reversa.

---

**Lúcio Flávio da Silva Freitas.** Professor de Economia da Escola de Negócios da USCS. Membro do CONJUSCS. Doutor em Economia pela Unicamp. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas (PPGA/USCS). Coordena o grupo de estudos de Economia e Ambiente.

## Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. T. A., Avaliação de rotas tecnológicas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos para a cidade de Salvador. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia.

FREITAS, L. F. S.; DAMASIO, J. Potencial econômico da reciclagem de resíduos sólidos urbanos na Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, abr./jun. 2009.

LAVNITCK, L.; BAUM, C. A.; BECEGATO, V. A., Política Nacional dos Resíduos Sólidos: abordagem da problemática no Brasil e a situação na região sul. **Ambiente e Educação**, v. 23, n. 3, 2018.

NASCIMENTO, V. F.; SOBRAL, A. C. ANDRADE, P. R.; OMETTO, J. P. H. B., Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Revista Ambiente e Água**, vol. 10, n. 4, Taubaté, outubro / dezembro, 2015.

PRGIRS - Consórcio Intermunicipal Grande ABC. **Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Grande ABC**. Consórcio Intermunicipal Grande ABC. – Santo André: CIGABC, 2016. 58 p.

PIMENTEIRA, C. A. P. Aspectos Sócio Econômicos da Gestão de Resíduos Sólidos no Rio de Janeiro- Uma Análise Insumo Produto. 2002. 180 pag. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Energético) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, L. C. S.; FREITAS, L. F. S.; CARVALHO, J. T. A.; DAMÁSIO, J. Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 24 (1), p. 191-214, janeiro-abril de 2014.

## APÊNDICE – códigos dos setores

**Quadro A1 - Códigos dos setores da matriz do grande ABC paulista.**

<b>código</b>	<b>Setores</b>
10	Outros produtos alimentares
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
19	Refino de petróleo e coquerias
21	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros
22	Fabricação de defensivos, desinfetantes, tintas e químicos diversos
23	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal
25	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
26	Fabricação de produtos de minerais não metálicos
27	Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura
28	Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais
29	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
32	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos
33	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças
34	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores
36	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas
40	Construção
41	Comércio por atacado e varejo
42	Transporte terrestre
47	Alimentação
50	Telecomunicações
51	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação
52	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar
53	Atividades imobiliárias
54	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas
58	Outras atividades administrativas e serviços complementares
60	Administração pública, defesa e seguridade social
61	Educação
62	Saúde

Fonte: elaboração própria, 2019.

# 14. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL REFERENCIADA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – APLICAÇÃO EM COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Pedro Souza Ferrão

## Resumo Executivo

*A seguinte nota técnica objetiva realizar o diálogo entre o planejamento ambiental e o Planejamento Estratégico Situacional, como alternativa metodológica para a construção de planos que visem uma abordagem estratégica e viável para a resolução das problemáticas vividas por uma cooperativa de produção agropecuária e outra de coleta de materiais recicláveis. A análise demonstra a importância de uma compreensão sobre a complexidade dos problemas sociais, indicando as potencialidades das Ciências e Técnicas de Governo na promoção da sustentabilidade.*

## A Pauta Ambiental

Nos últimos anos, a pauta ambiental tem recebido cada vez mais atenção por parte de diferentes setores da sociedade. Seja devido a desastres ambientais - como os rompimentos de barragens nos municípios de Mariana e Brumadinho, o aumento das queimadas que consomem o bioma amazônico e o derramamento de óleo que impactou o litoral dos nove estados da região Nordeste do Brasil - ou decorrente dos riscos trazidos pelas mudanças climáticas, mais governos, corporações e organizações da sociedade civil tem voltado seus olhares e suas ações à redução dos impactos ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em 2015, foi lançada a Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), composta por 17 objetivos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes versam sobre vários temas, desde a erradicação da pobreza e fome zero, até água potável, saneamento e cidades sustentáveis. Os ODS são importantes referências para o desenvolvimento de programas governamentais e financiamento de projetos, oferecendo uma abordagem ampla e complexa sobre como a sustentabilidade está intimamente relacionada a temas que não são exclusivos da área ambiental.

Analisando os eventos que geram impactos ao meio ambiente e as propostas de valorização da sustentabilidade, observa-se que a pauta ambiental sempre se relaciona com outras áreas do conhecimento, assim como envolvem instituições e organizações dos âmbitos político, econômico, social, cultural, dentre outros. Assim, esta nota técnica objetiva realizar um diálogo sobre a importância de se ampliar os horizontes de interpretação da realidade quando se desenvolve o planejamento de ações, projetos e programas relacionados à pauta ambiental, incorporando aspectos econômicos, sociais e políticos de forma relevante e com a qualidade necessária para tornar a proposta viável e efetiva. O diálogo se dá ao redor de dois casos concretos, envolvendo os planos estratégicos desenvolvidos para uma cooperativa de produção agropecuária e uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Os planos foram desenvolvidos pela Equipe de Trabalho e Apoio à Promoção da Economia Solidária (ETAPES), grupo de extensão vinculado à Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP), da qual o autor desta nota técnica é coordenador geral.

## O Planejamento Ambiental

Segundo Santos (2004), apesar de existirem diferentes propostas de planejamento ambiental, a maioria se enquadra na estrutura de definição de objetivos, diagnóstico, levantamento de alternativas e tomada de decisões. Uma extensa coleção de dados também é elemento comum dentre as metodologias propostas, para que se tenha uma compreensão adequada das

características e dinâmicas do meio, estando inclusas na etapa de diagnóstico e levantamento de alternativas.

São diversos os instrumentos utilizados no planejamento ambiental. Zoneamentos, Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Bacias Hidrográficas, Planos Diretores Ambientais, Planos de Manejo e Áreas de Proteção Ambiental são exemplos de instrumentos, sendo que o objetivo do planejamento é o elemento principal para a decisão dos instrumentos a serem utilizados. Um recorte espacial da realidade é característico dos planos ambientais, de forma a delimitar a área de análise e permitir o aprofundamento da compreensão sobre as características ambientais do meio, o que resulta em uma simplificação da realidade. Assim, é essencial a escolha correta de qual instrumento será utilizado, para possibilitar que se identifique os pontos principais da problemática existente.

A maioria das metodologias de planejamento ambiental reconhece que existem mais de uma possibilidade de resolução para os problemas elencados. Por isso, é essencial reunir as informações necessárias para se ter um bom entendimento sobre os problemas centrais, suas causas e os objetivos do plano, principalmente quando os problemas são de grande complexidade, reunindo diversas variáveis. Assim, o planejamento ambiental é um instrumento que visa dar base a tomada de decisões, quando o tema é relacionado com a pauta ambiental.

As etapas e métodos das diferentes propostas e instrumentos de planejamento ambiental apresentam grande qualidade na compreensão sobre os aspectos ambientais relacionados ao problema, mas são insuficientes para incluir com profundidade os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais para a construção de cenários e proposição de alternativas. Desta forma, para os planos estratégicos desenvolvidos junto às duas cooperativas optou-se por uma metodologia de planejamento de fora do arcabouço dos métodos de planejamento ambiental.

## **Planejamento Estratégico Situacional**

Os planos desenvolvidos tiveram sua metodologia referenciada no Planejamento Estratégico Situacional (PES). O PES foi desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus e faz parte do arcabouço metodológico das Ciências e Técnicas de Governo. Segundo o autor da metodologia, em Huertas (1996), as pessoas se mobilizam com foco na resolução de problemas. Assim, o método identifica-se com a realidade, também foca em problemas e é voltado ao planejamento da ação humana.

Por trabalhar em torno de problemas, o PES volta-se ao processamento destes, com o objetivo de explicar como nascem e se desenvolvem. Neste processo, considera-se o conceito de análise situacional, que leva em consideração diferentes situações, assim como distintos atores que explicam essas situações, diferenciando suas posições e explicações sobre a realidade na qual os problemas estão inseridos. Matus defende que é necessário considerar a apreciação da realidade por parte dos diferentes atores relevantes no contexto para além do construtor do plano, pois estes também são criativos e possuem planos e perspectivas de como atuar e transformar a realidade.

Este primeiro momento, em que se explica a problemática existente, leva o nome de momento explicativo. O PES possui uma metodologia para a descrição do problema, chamada de Vetor de Descrição do Problema (VDP), que visa verificar o problema de maneira monitorável por meio da descrição do comportamento de indicadores relevantes à situação. Junto ao VDP constrói-se um fluxograma de causalidade, que destrincha as relações entre as causas originárias do problema. No cabeçalho do fluxograma localiza-se o nome dado ao problema, na coluna da direita encontram-se os descritores do VDP e nas colunas da esquerda ficam as causas. As causas estão divididas nas colunas entre fluxos, que são as ações que resultam na situação atual dos descritores, em acumulações, que consistem nas capacidades de realização dos fluxos, e em regras, sendo estas as leis que determinam o funcionamento do jogo social no qual a problemática está inserida. Na horizontal, existem três faixas de categorização das causas. Na primeira localizam-se as que estão dentro da governabilidade do ator protagonista do plano. Na segunda, as causas sobre as quais o ator principal não possui governabilidade, mas que ainda estão inseridas no jogo social em que a situação se insere. E, na última, aquelas que estão fora do jogo social, mas que influenciam na problemática abordada. Montando o fluxograma, as causas são posicionadas de acordo com suas

categorias e inter-relações, para facilitar a compreensão sobre suas relações de causalidade. A interpretação sobre estes vínculos é o que permite avaliar quais as causas que mais impactam na rede de causalidade do problema, que são chamadas de nós-críticos.

Após o processamento e entendimento do problema, inicia-se o segundo momento do PES, o momento normativo. O objetivo desse momento é produzir as ações que respondam aos nós-críticos identificados, considerando-se um contexto incerto, tendo o plano enquanto uma aposta contra a incerteza. Estas respostas estão estruturadas em operações (OP), que consistem em conjuntos de ações, subações e tarefas propostas para atacar as principais causas do problema. Para tanto, é necessário que as operações sejam viáveis, o que demanda análise sobre o poder político dos atores envolvidos, seus conhecimentos, capacidades e recursos, assim como uma formulação dos possíveis cenários futuros e uma avaliação sobre a restrição de recursos escassos, incluindo-se critérios de eficiência e eficácia para acompanhar a utilização destes. Estes elementos são sintetizados em árvores de apostas.

O momento estratégico é o terceiro componente do PES. Neste, trata-se de examinar a construção de viabilidade para as operações tidas como inviáveis no momento anterior, assim como analisar a viabilidade política do plano. É necessária uma interação entre os âmbitos técnico e político, para garantir a viabilidade do plano sob ambas as perspectivas. Nesta análise de viabilidade, a avaliação sobre as relações entre os atores sociais envolvidos é muito relevante, pois os adversários e aliados também são partes criativas da realidade. Assim, realiza-se a análise sobre as motivações dos atores, bem como dos recursos que controlam. No PES, a tática consiste na utilização dos recursos resultando em uma mudança da situação. A estratégia usa estas mudanças com a intenção de chegar ao objetivo do plano.

Após o momento voltado à análise estratégica e à construção da viabilidade, trata-se de como agir com suporte do plano construído, realizando um processo contínuo entre os três momentos tratados anteriormente. Este é o momento tático-operacional, em que se deve atacar o problema na prática, aplicando as operações planejadas, tendo o plano como um referencial e direcionador no processo de tomada de decisões.

O PES é muito mais profundo e complexo do que esta breve explicação pode retratar. Dentre os quatro momentos da metodologia, o momento explicativo foi abordado de forma mais detalhada, pois os planos desenvolvidos junto às cooperativas puderam ser desenvolvidos e especificados nesta parte do método de forma mais próxima ao que é proposto por Carlos Matus. Os momentos normativo, estratégico e tático-operacional também foram desenvolvidos tendo como referência os pressupostos apresentados pelo autor, mas com limitações técnicas relacionadas à aplicação da metodologia. Isto, porém, não impediu a percepção sobre os benefícios decorrentes da aplicação metodológica referenciada no PES nestes processos de planejamento ambiental.

## **O Sistema Cooperativista - COPAVA e Coopervida**

As cooperativas são uma espécie de empresa autogestionada, em que as pessoas se associam voluntariamente a fim de atingir um objetivo comum. Cada associado é dono e usuário, sendo participante da direção democrática da cooperativa, possuindo direitos e deveres para com a organização (SANTOS e LIMA, 2011). As cooperativas possuem objetivos sociais e econômicos, sendo que os dois âmbitos devem ser trabalhados por meio do diálogo e da direção democrática, para garantir o equilíbrio entre estas duas características básicas. Para certificar o funcionamento adequado de toda cooperativa, é importante ater-se aos princípios do cooperativismo, que são: adesão voluntária e livre de seus membros, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Segundo a Organização de Cooperativas Brasileiras, existem 2,6 milhões de cooperativas no mundo, que geram 250 milhões de empregos. No Brasil, existem mais de 6,6 mil cooperativas, ultrapassando 13,2 milhões de cooperados, gerando em torno de 376 mil empregos formais. As cooperativas atuam em 13 ramos de atividade econômica: educacional, especial, habitacional,

agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

A COPAVA fica localizada no município de Itaberá, região sul do estado de São Paulo, inserida no Assentamento Rural Fazenda Pirituba II. A Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA) é composta por, aproximadamente, 25 cooperados e atua no ramo agropecuário, gerando e comercializando produtos da agricultura e pecuária e realizando o beneficiamento destes. A cooperativa se organiza através de onze setores, que são a horta, o mercado, o bar, agricultura e máquinas, padaria, cozinha, administração, cachaçaria, suinocultura, pecuária e secador de grãos. Os setores compõem a base do organograma de administração da cooperativa, tendo os conselhos administrativo e deliberativo um nível acima. No topo do organograma, está a assembleia geral, que conta com a participação de todos os associados.

A Coopervida é a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos, município localizado no interior do estado de São Paulo. Com cerca de 50 cooperados, a cooperativa possui um contrato com a Prefeitura para a realização da coleta seletiva no município e, em contrapartida, o poder público paga pela quantidade de material coletado e fornece caminhões para a realização da coleta seletiva. A cooperativa realiza a coleta do material reciclável em cerca de 30% das vias da cidade. O material é levado até o galpão em que a cooperativa está sediada, local fornecido pela empresa que realiza a coleta de resíduos comuns no município e no qual a Coopervida armazena, tria, prensa e encaminha para a venda os materiais coletados. A gestão da cooperativa é realizada pelo setor administrativo, composto por uma Presidente, uma Tesoureira e uma Secretária. O órgão máximo de deliberação é a assembleia geral.

## **Plano Estratégico da COPAVA**

Durante as visitas técnicas à sede da COPAVA, que ocorreram entre abril de 2017 e setembro de 2018, os integrantes do grupo de extensão realizaram conversas, reuniões e aplicações de questionário junto aos membros da cooperativa. Esta coleta de informações permitiu uma síntese sobre as problemáticas enfrentadas pela cooperativa pela perspectiva dos cooperados e cooperadas, com a adição de pontos relevantes identificados e adicionados pelos desenvolvedores do plano. Assim, decidiu-se pela seguinte sentença como nome para o problema: “Baixa capacidade da COPAVA em desenvolver a qualidade de vida de seus associados”. Por meio do fluxograma de causalidade desenvolvido, foram elencados seis nós-críticos (NC) dentre as causas da situação problema. A causa “Poucas ações mitigadoras de impacto ambiental” foi elencada como NC1. “Ineficiência das instâncias decisórias da cooperativa” é o NC2. O NC3 é “Problemas de gestão e gerenciamento”. O NC6, “Indefinição sobre qual a linha de atuação da COPAVA e suas prioridades”. Os NC4 e NC5 estão relacionados a mais de uma causa, pois se compreendeu que estas formam o nó-crítico. O NC4 é formado pelas causas “Comunicação interna deficiente”, “Produção desorganizada e abaixo de seu potencial”, “Comunicação e articulação externas desestruturadas” e “Baixa inserção no mercado”. As causas “Difícil acesso dos cooperados ao ensino médio e superior” e “Baixa disponibilidade de mão de obra especializada” formam o NC5.

É perceptível que os nós-críticos estão relacionados a diferentes áreas do conhecimento e distintos aspectos da cooperativa. Desta forma, é importante que o plano responda a estas demandas a fim de trabalhar para solucionar a problemática apresentada. Para tanto, foram propostas quatro operações voltadas ao combate dos nós-críticos identificados. A operação “Medidas de mitigação de impacto ambiental” – OP1 - responde ao NC1, propondo o desenvolvimento e implementação de um projeto de tratamento dos efluentes gerados pelos setores da cachaçaria e suíno cultura e de um plano de gestão de resíduos sólidos produzidos pela COPAVA, com enfoque na destinação correta dos vasilhames de agrotóxicos. A OP2, “Formação e alinhamento político da COPAVA”, volta-se aos nós-críticos 2 e 6, propondo a construção de uma nova direcionalidade, uma nova situação objetiva, para a cooperativa, a revitalização do conselho administrativo, a alteração do organograma atual e consolidação de uma atuação adequada das instâncias administrativas. Os NC3 e NC4 são atacados pela OP3, “Gestão e desempenho econômico”, que consiste na implementação de um sistema de controle administrativo de alta responsabilidade para todos os setores, com foco no setor administrativo, desenvolvimento e implementação de um projeto de expansão da capacidade de armazenamento, maturação e otimização da produção da cachaça

artesanal e formulação de novas estratégias de divulgação da cooperativa e seus produtos. A última operação proposta, a OP4, está relacionada ao NC5 e recebeu o nome de “Fomento à educação e formação profissional”, visando promover a educação de jovens e adultos do assentamento, assim como viabilizar cursos profissionalizantes para este público.

Em relação às operações propostas, o âmbito interno da cooperativa é o foco das intervenções, pois a análise realizada indicou que a maioria das causas provém da estrutura e do funcionamento interno da cooperativa. Assim, a análise de viabilidade foi realizada tendo como referencial o posicionamento dos membros dos setores componentes da COPAVA. Os nós-críticos abordados pelas OPs 2 e 3 demonstram alguns dos conflitos existentes dentro da organização, de forma que estas operações também estão envolvidas em situações conflituosas. Por isso, foram propostas três ações voltadas à construção de viabilidade, sendo estas a “Exposição da insatisfação à forma de administração e deliberação atual da cooperativa”, “Condicional de mudanças na organização da COPAVA para apoio e desenvolvimento das demais propostas e projetos” e “Reconstrução do espírito coletivo dentro da COPAVA”. Desta forma, propôs-se uma sequência para a implementação das ações e operações propostas. A realização das três ações de viabilidade são o primeiro passo, seguidas pela OP2 e pela parte de “implementação de um sistema de controle administrativo de alta responsabilidade” da OP3. Após a transformação dos moldes de organização e direção vigentes na cooperativa, dá-se continuidade à implementação da OP3, OP1 e OP4.

O momento tático-operacional não foi realizado junto a COPAVA pela equipe de extensão. Infelizmente, conflitos entre os dois grupos impediram o prosseguimento das atividades. Apesar disso, alguns produtos frutos do planejamento foram entregues, sendo estes um website para a cooperativa, disponível no endereço <https://copava-teste.000webhostapp.com>, um diagnóstico preliminar das características ambientais, sociais e econômicas da área em que a cooperativa está inserida e o documento referente ao plano estratégico desenvolvido, ambos publicados como trabalhos de conclusão de curso de membros da ETAPES.

## **Plano Estratégico da Coopervida**

A partir de reuniões, conversas e aplicações de questionário realizadas entre dezembro de 2018 e abril de 2019, os integrantes da ETAPES iniciaram o processo de planejamento junto aos cooperados e cooperadas da Coopervida. O título dado a problemática enfrentada pela cooperativa foi “Administração, organização e produção inadequadas no processo de coleta seletiva realizada pela Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município de São Carlos – SP”. No fluxograma de causalidade foram identificados três grupos de causas que formam três nós-críticos. O NC1 está relacionado aos conflitos e discordâncias políticas internos à Coopervida, formado pela “Não realização das reuniões e assembleias previstas”, “Incompreensão dos cooperados sobre os princípios e estrutura do cooperativismo”, “Divergências políticas internas em relação ao governo da Coopervida” e “Quantidade e intensidade excessiva de conflitos entre membros da cooperativa”. As causas “Equipe administrativa despreparada”, “Métodos e ferramentas de gestão obsoletos” e “Gestão administrativa deficitária” formam o NC2, que está relacionado à administração da cooperativa. Vinculadas ao processo produtivo, estão as causas “Infraestrutura inadequada”, “Linha de produção desorganizada” e “Quantidade insuficiente de materiais para a realização do trabalho”, que formam o NC3.

Foram desenhadas três operações na construção do plano, cada uma voltada a um dos nós críticos. Relacionada ao NC1 está a OP1, composta pela melhoria da comunicação interna e do processo de tomada de decisões, que objetiva fortalecer os valores democráticos da direção coletiva dentro da cooperativa pela retomada das reuniões semanais e assembleias mensais, e a realização de cursos de formação destinados aos cooperados, que abordem temas relevantes a seu trabalho e melhoria da qualidade de vida. Direcionada à qualificação da gestão administrativa – NC2 – está a OP2, formada por uma nova proposta de rotina de trabalho para o setor administrativo, implementação de um sistema de controle para o processo produtivo, que monitore a quantidade de material reciclável coletado, triado, prensado e vendido, a quantidade de faltas dos cooperados e forneça indicadores do desempenho produtivo da cooperativa, e aquisição de equipamentos importantes para a realização do trabalho administrativo. A terceira operação proposta, OP3, vinculada ao NC3, é voltada à melhoria do processo produtivo através da proposição e

implementação de uma nova linha produtiva e novo layout para o barracão da cooperativa e compra de materiais e equipamentos necessários.

Por realizar a coleta seletiva no município, tema relacionado à promoção da sustentabilidade, analisou-se que a Coopervida possui potencial para atrair o interesse de diferentes atores sociais. A coleta seletiva é uma pauta apoiada por setores do empresariado, representantes do poder público, instituições de ensino e organizações do terceiro setor, sem se confrontar com posicionamentos que sejam abertamente contrários, ao menos não em discurso. Assim, para construir a viabilidade das operações propostas, atraindo novos parceiros e apoiadores para a cooperativa e deslocando aqueles que já possuem vínculo de uma posição de indiferença para um posicionamento favorável, foi proposta a realização de uma campanha de sensibilização, divulgação e financiamento. A campanha possui o objetivo de atrair o aporte de recursos por apoiadores voluntários, através da divulgação da coleta seletiva, das atividades da cooperativa, das dificuldades enfrentadas, assim como do plano estratégico proposto, a fim de embasar o discurso e construir uma imagem com credibilidade. Além da visão externa à organização, a construção de viabilidade interna para a aplicação do plano também é necessária, devido aos conflitos e divergências diretivas existentes. Assim, intenta-se que os materiais, equipamentos e serviços obtidos e realizados junto aos cooperados aumentem a valorização interna do plano, para viabilizar a sua aplicação nos âmbitos administrativo e político (OP1 e OP2).

Após a definição das operações e construção da viabilidade para o plano, iniciou-se a implementação do plano na prática. Ao final do mês de abril de 2019 foi lançada a campanha “Sanca Coleta”, tendo como principal canal de comunicação uma página na rede social *Facebook*, o envio de mensagens através de e-mails e reuniões com potenciais apoiadores. De abril até novembro de 2019 foram obtidos R\$ 3.500,00, além de equipamentos e serviços em doações. Em relação a materiais e equipamentos, foram entregues à cooperativa um notebook seminovo, dois ventiladores, uma caixa de som, um microfone, um *Datashow*, instalação de rede de internet, seis roupeiros e cento e cinquenta *BigBags*, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, máscaras e protetores auriculares. Em relação aos serviços, foram realizados, destinado ao setor administrativo e mais cinco cooperados, um curso de planejamento e um módulo do curso de planilhas. Voltado para todos os associados e associadas da cooperativa, quatro sessões de acompanhamento psicológico em grupo e formação sobre segurança no trabalho e uso de EPI's, assim como a manutenção de dois notebooks. Em relação as propostas relacionadas à administração e direção da cooperativa, OP1 e OP2, estas encontraram maior oposição interna. Para evitar a elevação de potenciais conflitos entre parte da direção da Coopervida e membros da ETAPES, as propostas destas áreas estão sendo incentivadas e implementadas gradualmente, iniciando-se pelo sistema de monitoramento e estímulo a realização das assembleias mensais. Além disso, a campanha possibilitou o aumento do diálogo entre a cooperativa e o poder público, assim como atraiu novos parceiros ao processo, empresas juniores e demais grupos relacionados às universidades do município. O processo de implementação do plano estratégico da Coopervida, até a presente data, não foi encerrado, mas já apresenta resultados promissores em relação a resolução da problemática enfrentada pela Coopervida.

## **Discussão e Considerações Finais**

Os planos construídos tiveram suas metodologias referenciadas no PES, com a intenção de incorporar ao processo de planejamento ambiental uma visão estratégica e a capacidade de compreender as problemáticas existentes para além da visão ambiental. Porém, não se pode classificar as metodologias realizadas propriamente como Planos Estratégicos Situacionais, pois muito do que é proposto metodologicamente por Matus (Huertas, 1996) não foi contemplado pelos planos construídos.

Mesmo assim, os dois planos apresentaram abordagens interessantes no processo de interpretação da realidade e proposição de soluções que se apoiassem em uma compreensão complexa sobre o contexto. Matus (2005) defende que qualquer problema social possui um conteúdo transdepartamental, que vai além das abordagens científicas clássicas, destacando a necessidade de uma nova disciplina horizontal, que superasse a separação entre a política e as ciências, e entre a teoria e a prática. Esta nova disciplina seria a de Ciências e Técnicas de Governo,

nas quais o PES está inserido. Os dois contextos abordados claramente se enquadram como problemas sociais, apresentando problemáticas que incluem a área ambiental, mas que impedem o sucesso de soluções voltadas exclusivamente a ela, de maneira que é necessário compreendê-la juntamente com aspectos relacionados à economia, política e cultura.

Nos dois casos apresentados neste trabalho, é notável como a pauta ambiental está intimamente vinculada a outras temáticas. No caso da COPAVA, a visão ambiental se insere através da mitigação dos impactos ambientais causados pelas atividades produtivas da cooperativa. Já na Coopervida, a atuação produtiva da organização é uma atividade que promove a redução de impactos ambientais, sendo um elemento essencial no processo de logística reversa de resíduos. Assim, apesar da inserção da visão ambiental de formas diferentes, em ambos os casos a temática é protagonista da problemática, porém, não é vista como prioridade para os membros das duas cooperativas. Ambos os grupos destacaram causas relacionadas à economia e à política como cerne do problema, o que se explica por ambas as organizações estarem passando por crises financeiras e de gestão.

Assim, ignorar a relevância dada aos aspectos econômicos e políticos, tentando impor a importância da temática ambiental como prioridade, resultaria na ineficiência e ineficácia dos planos ambientais propostos. Isto porque a direção de cada uma das organizações iria ignorá-los, por considerar que estes não são úteis para a resolução dos problemas que estas julgam como sendo prioritários. Por isso, a construção de planos estratégicos, com a capacidade de relacionar o âmbito ambiental com demais áreas de relevância, mostra-se como uma alternativa muito interessante para a valorização da pauta ambiental de maneira que esta deixe de ser preterida nos processos de deliberação.

Junto a isso, está a importância de direcionar a atenção para a construção de viabilidade para os planos ambientais propostos. Não adianta propor ações que estejam teoricamente perfeitas se estas jamais serão aplicadas na realidade, seja devido a limitações econômicas, políticas, sociais ou culturais. É necessário valorizar a análise estratégica, e posicionar a pauta ambiental junto aos demais âmbitos, como já é proposto pelo modelo de desenvolvimento sustentável. Demandam-se caminhos e métodos para realizar esta vinculação com a qualidade, profundidade e complexidade necessárias para responder aos problemas reais efetivamente. Nisto, as Ciências e Técnicas de Governo apresentam-se como uma arma potencial importante na luta pela valorização da pauta ambiental e promoção da sustentabilidade.

---

**Pedro Souza Ferrão.** Engenheiro Ambiental formado pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP). Fundador e Coordenador Geral da Equipe de Trabalho e Apoio à Promoção da Economia Solidária (ETAPES), grupo de extensão vinculado à EESC. Também é Associado do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, atuando como Consultor Júnior.

## Referências Bibliográficas

Agenda Institucional do Cooperativismo. Sistema OCB - CNCOOP, OCB, SESCOOP. Brasília, 2018.

FERRÃO, P. S. O Planejamento Estratégico Situacional enquanto metodologia de Planejamento Ambiental - Caso da COPAVA. 2018. 120f. Monografia – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. FUNDAP. São Paulo, 1996.

MATUS, Carlos. Teoria do Jogo Social. FUNDAP. São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, G. C. V. Diagnóstico preliminar de características ambientais, sociais e econômicas de um assentamento agrícola no sudoeste do Estado de São Paulo. 77f. Monografia – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

SANTOS, A. C.; LIMA, J. B.; FERREIRA, D. G. S. Gestão Moderna de Cooperativa. Centro de Produções Técnicas. Viçosa, Minas Gerais, 2011. 180 p.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. Oficina de Textos. São Paulo, 2004.

TABARIN, I. A.; et al. Melhoria do processo de coleta seletiva no município de São Carlos – SP através do Planejamento Estratégico da Cooperativa Coopervida. In: Encontro Latino-americano de Engenharia e Sociedade, 1., 2019, São Paulo. Anais. São Paulo, 2019.

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

## 15. A QUESTÃO ALIMENTAR NO GRANDE ABC: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DAS COMPRAS COMUNITÁRIAS

José Lourenço Pechtoll

### Resumo Executivo

*O presente texto é uma tentativa de refletir sobre o papel das Compras Comunitárias e suas práticas durante a década de 1980, no Grande ABC Paulista. Ele tenta exprimir as possibilidades e os desafios que a questão do abastecimento alimentar e da segurança alimentar trouxe para os setores populares. As considerações apresentadas não devem ser lidas apenas com o olhar “técnico”, que busca encontrar soluções imediatas, mas, sobretudo, com o olhar “político”, procurando meios que permitam gerar, nas práticas alternativas, novos atores, e, por meio deles, um novo modelo de organização econômica para a sociedade. Trata-se de um modelo no qual a solidariedade e a justiça podiam contar com mecanismos de produção e distribuição de renda, que, por sua vez, faziam com que a fome, a pobreza e a miséria fossem progressivamente superadas. O Movimento das Compras Comunitárias do Grande ABC foi muito mais uma proposta cultural, sociológica, política e econômica, do que uma proposta nutricional. Aprofundar este enfoque e discutir as práticas deste movimento é um dos objetivos deste texto.*

### Breve contextualização

O governo federal concentrou, na década de 1970, os principais instrumentos de política agrícola e de abastecimento alimentar. No entanto, o governo não realizou sua intervenção visando atender a interesses sociais. Pelo contrário, esta intervenção se orientou pelos mesmos pressupostos da modernização conservadora presentes na política econômica geral do regime militar. Na época, o problema da alimentação era compensado por programas emergenciais, de caráter paliativo.

Especificamente na comercialização de hortigranjeiros, a política modernizadora, iniciada na década de 1970, centrou-se na construção de centrais de abastecimento nos principais núcleos do país. Isto favoreceu e dinamizou o sistema de comercialização dos supermercados.

Buscava-se aumentar a eficiência da comercialização, a diminuição das perdas, a melhoria dos padrões de qualidade e a concentração da oferta e da demanda, o que propiciaria uma maior capacidade de concorrência, economia de escala e redução de preços. A aplicação dessa política resultou na implantação de 34 centrais de abastecimento (Ceasas) no país, a maioria no período de 1972 a 1979. As exceções foram o Ceagesp e os Ceasas do RJ implantados anteriormente na década de 1960. Estes sistemas de centrais eram gerenciados pela Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), que, por sua vez, administrava a Rede Somar (de comercialização de produtos da cesta básica nas periferias dos municípios brasileiros)

A avaliação desta política não foi positiva. A implantação das centrais avançou muito pouco na definição e aplicação de padrões de classificação, embalagem e rotulagem. As reduções de custos e o aumento da escala de comercialização foram apropriados, quase que exclusivamente, pelos atacadistas (permissionários das Centrais), grandes cooperativas e empresas comerciais. Não houve a redução de preços aos consumidores, nem a melhor remuneração aos produtores. O mercado oligopolizou-se, concentrando-se em alguns poucos agentes, que passaram a determinar os preços. Assim, apesar dos objetivos pretendidos e dos altos investimentos efetuados, o papel do governo acabou se restringindo a de locador de espaços para a comercialização - como ocorre até hoje.

O governo do Estado de São Paulo integrou-se na política do governo federal com o programa de interiorização de mercados atacadistas de hortigranjeiros, iniciando em 1976.

Este programa objetivava descongestionar o Entreposto Terminal de São Paulo (ERTSP), que operava desde 1966, propiciando alternativas regionais de compra e venda de produtos e fortalecendo a produção hortigranjeira de cada região. Entretanto, este não foi o caso do Grande ABC. A Craisa (Ceasa do ABC) foi construída nos anos de 1980 e transformada em empresa de abastecimento nos anos de 1990.

A política de interiorização no estado de São Paulo não alcançou seus objetivos. As CEASAS regionais não conseguiram descentralizar de fato a comercialização de hortigranjeiros. No final da década de 1980, as Ceasas Regionais comercializavam apenas 20% do total do ETSP. A maioria dos produtos era proveniente deste Entreposto. Não se estabeleceu a ligação com os produtores nas regiões e estes mercados se tornaram de transferência de mercadorias do ETSP para suas regiões, acrescentando o custo logístico do transporte aos produtos. As mercadorias eram (e são até hoje) enviadas a São Paulo apenas para “ganhar preço”, retornando às regiões de origem. O fortalecimento da produção regional e a redução dos custos de comercialização acabaram não acontecendo.

O agravamento da crise econômica dos anos de 1970 e de 1980 aprofundou o arrocho salarial e a recessão, provocando uma drástica diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e trabalhadoras, quadro que se agravou com o desemprego.

## **A história de luta das Compras Comunitárias do Grande ABC**

Em 1979, foi criado, por um grupo de ativistas sindicais, o Fundo de Greve, com a denominação de Associação Beneficente e Cultural dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema, estrutura paralela aos sindicatos oficiais. Buscava-se garantir sustentação às futuras greves, em caso de intervenção estatal nos sindicatos.

O Fundo, com o apoio da Igreja Católica, teve um papel fundamental como espaço aglutinador de diversos segmentos da sociedade, contribuindo para organizar a base de sustento material para os operários em greve, em estreita cooperação com grupos dos bairros, com as sociedades amigos de bairro e com as Comunidades Eclesiais de Base.

Porém, com o encerramento da greve de 1980, surgiram divergências entre as lideranças sindicais estabelecidas e as lideranças do Fundo de Greve. Enquanto as primeiras visavam integrar o Fundo às estruturas oficiais do sindicato, uma parte dos ativistas do Fundo queria manter a autonomia do mesmo.

Venceu a proposta de integração. Assim, um grupo dissidente de inspiração autonomista criou uma entidade própria – a Associação de Compras Comunitárias de SBC (Registrada como do Estado de São Paulo), origem do primeiro mutirão habitacional em São Bernardo – Vila Comunitária. No início, essa Associação teve o objetivo de continuar o trabalho de abastecimento alimentar, de natureza popular, com base na experiência adquirida e na capacidade organizativa expressa por seus integrantes durante a atuação do Fundo de Greve. No primeiro momento, foram cinco trabalhadores da Brastemp que iniciaram as discussões de como trazer alimentos diretamente do campo para serem comercializados, a preço de custo, aos trabalhadores organizados nos bairros das cidades do Grande ABC. Os produtos viriam de Lins, através do I.P.P.H – Instituto Paulista de Promoção Humana.

O objetivo último da ACC de São Bernardo, ACC de Mauá e ACC de Santo André era manter o compromisso de luta gestado nos anos anteriores de greves, contribuindo para a organização e conscientização dos setores populares sobre seus direitos, e não somente a aquisição de produtos alimentícios mais baratos.

A experiência desencadeada a partir desses grupos comunitários – dentre estes, o Comitê de Mulheres da Associação de Compras Comunitárias de SBC e o Clube de Mães da favela do Parque São Bernardo – levou à formulação de uma proposta mais abrangente e definitiva na área de abastecimento popular, com o objetivo, também, de obter a participação do poder público em empreendimentos geridos pela comunidade.

As mulheres integrantes desses grupos traziam uma grande experiência de participação em atividades (alfabetização, distribuição de alimentos do fundo de greve) realizadas com o apoio das CEBs e da Pastoral Operária. Estas mulheres desempenharam um papel mobilizador importante para a criação do Sacolão. O primeiro Sacolão Comunitário do estado de São Paulo foi inaugurado em dezembro de 1984.

Em Santo André, o Movimento de Compras Comunitárias estendeu-se pelos bairros e passou a reivindicar da administração municipal políticas de abastecimento alimentar. Sua principal bandeira era a instalação de um sacolão central, nos moldes do Sacolão que a Compra Comunitária de São Bernardo em parceria com o Governo Montoro implantara em São Bernardo. Um sacolão que comercializava grandes volumes, comprava diretamente dos (as) produtores (as), controlado pelo poder público e tinha a participação do movimento das compras comunitárias na negociação e fiscalização dos preços.

Apesar da inexistência de políticas municipais e ações integradas em abastecimento alimentar no Grande ABC, no início da década de 1980, os movimentos sociais começaram a se apropriar desta questão.

A resposta do Governo de Newton da Costa Brandão (1982-1988) foi incentivar a implantação de sacolões particulares nos bairros periféricos de Santo André, sem qualquer participação do poder público na definição de preços ou na fiscalização da variedade e qualidade dos alimentos ofertados. Em contrapartida, o movimento chegou a operar seus próprios sacolões – Os Sacolões das Compras Comunitárias: na Igreja do Bonfim e na Vila Alpina.

Entretanto, aos poucos as Compras Comunitárias foram perdendo fôlego. O trabalho intenso, voluntário e difícil exigia dedicação em tempo integral dos (as) membros do Movimento. As estruturas eram precárias, apesar de responsáveis por grandes volumes de dinheiro para honrar os compromissos da parceria Ceagesp/Banespa e o Movimento das Compras Comunitária. Havia também o compromisso de comercializar a preços inferiores aos praticados pelas Cooperativas de Consumo Rhodia, Volks e Mercedes, que operavam nas áreas centrais de Santo André e São Bernardo. Registre-se igualmente a concorrência dos supermercados, que iniciaram a implantação do setor de hortifrúti em suas lojas. Por fim, a competição com os feirantes da região.

Sob vários aspectos, o movimento das Compras Comunitárias foi bastante diferente de outras formas de organização. O Movimento foi dinâmico e transitório. Surgiu para tentar solucionar um problema específico: baixar os preços e a falta de acesso aos alimentos pela população periférica das cidades do grande abc. Desta forma, o Movimento das Compras Comunitárias nasceu da necessidade sentida por uma comunidade de comprar alimentos de primeira necessidade a preços mais justos – combater a carestia e driblar a inflação alta da época – e acessando de modo permanente aos alimentos básicos para a subsistência.

### **Análise do Movimento das Compras Comunitárias**

Entre os fatores que tornaram inviável a rentabilidade no projeto de compras comunitárias desenvolvido pelos movimentos populares do Grande ABC, que almejavam ser alternativos e comunitários ao sistema de abastecimento dos Governos Federal, Estadual e Municipais, estão:

1 – A motivação dos grupos populares em participar das Compras Comunitárias era a de poderem ter acesso aos alimentos básicos de uma maneira mais barata.

2 – A compra dos alimentos, através deste Movimento, era feita pelos setores populares para consumo direto e imediato, por parte de sua família. Tratava-se de um Movimento que visava comprar comida a ser consumida no dia-a-dia de cada família.

3 – A rentabilidade de um Movimento de Consumo só poderia vir associada aos mecanismos de comercialização de alimentos. Estes mecanismos exigiam: estocagem com boa margem de média; capital de giro sem perda financeira, o que ficava complicado porque a inflação da época era de, aproximadamente, 50% ao mês; graças ao convênio Ceagesp/Banespa e aos Movimentos de

Compras Comunitárias que subsidiava o capital de giro, foi possível manter o poder de compra e não praticar sobrepreços. Se fossem colocados os custos operacionais – a maior parte dos trabalhadores do Movimento era formada por voluntários – e os de investimento, chegava-se sempre à constatação de que os preços unitários dos alimentos acabavam ficando igual ou mais caro que o praticado pelos supermercados e pelas cooperativas de consumo que operavam no ABC.

4 – A estocagem como investimento sempre foi uma alternativa inviável, uma vez que as famílias que normalmente participavam deste tipo de Movimento eram de baixa renda. Estavam procurando uma maneira de comprar mais barato porque seu orçamento já não comportava os gastos mínimos de manutenção da unidade familiar.

5 – Havia outras opções ao Movimento das Compras Comunitárias, como a de se abrir um “supermercado comunitário”, ou uma “vendinha comunitária”, ou qualquer coisa do gênero relacionada a comercialização comunitária de alimentos. Também aqui se constatou, nas diversas práticas observadas e acompanhadas, que a rentabilidade se inviabilizava por não conseguir equacionar o “mais barato” com o “rentável” num contexto de concorrência com a estrutura muito maior e mais empresarial das redes de supermercados locais e das cooperativas de consumo, que atuavam dentro do esquema oligopolizado. Portanto, mesmo que a noção de “alternativo” não se referia a uma mudança estrutural, mas apenas formas alternativas de comercialização e alimentação mais baratas, mesmo que se aceitando a opção de se criar alternativas de rentabilidade dentro das possibilidades do contexto liberal e de mercado, ainda assim as próprias “leis de mercado” acabam por inviabilizar o binômio “rentabilidade” x “alimentação mais barata”.

Estas são apenas algumas das questões que mais se destacavam quando pensávamos no futuro ou na evolução que as Compras Comunitárias deveriam ter diante da demanda crescente e do aumento dos custos dos produtos e das operações de compra, transporte e distribuição dos alimentos.

Querer que a população fosse organizada e operasse o milagre de conseguir, já sem renda nenhuma, realizar o Projeto dos Movimentos de Compras Comunitárias, destinadas à aquisição barata de alimentos e que também gerasse renda, era desconhecer a complexidade do Movimento e seus projetos.

---

**José Lourenço Pechtoll.** *Jornalista. Diretor de Projetos do Instituto Amsur. 1º Presidente das Compras Comunitárias de Santo André. Diretor da Craisa – Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André e Gerente da Ceagesp.*

## 16. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BATATA FRITA: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS X AMBULANTES EM MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC PAULISTA

Caroline Rosa Koerner  
Débora Francine Fonseca  
José Carlos dos Santos Júnior

### Resumo Executivo

*As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) tornaram-se um problema de Saúde Pública, uma vez que anualmente uma dentre dez pessoas adoecem em decorrência da contaminação de alimentos e/ou água para consumo humano (OMS). A falta de higiene pessoal e ambiental, bem como a falta de treinamento por parte dos manipuladores de alimentos são dados como as principais causas da alta ocorrência destas doenças. Diante de tais acontecimentos, a nota técnica tem como objetivo trazer os resultados de uma avaliação microbiológica realizada em estabelecimentos comerciais e comércios ambulantes em diferentes municípios do Grande ABC Paulista.*

### Introdução

As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA), segundo a RDC Nº 12, de 2 de janeiro de 2001, são: “causadas pela ingestão de um alimento contaminado por um agente infeccioso específico, ou pela toxina por ele produzida, por meio da transmissão desse agente, ou de seu produto tóxico”.

Podem causar sérios problemas à saúde comprometendo a qualidade de vida e também gerando danos às empresas envolvidas. Dentre os sintomas relacionados estão os desconfortos gastrointestinais como diarreia, vômito, febre, dor abdominal, colite, cefaleia, mal-estar, sudorese, tontura, náuseas, que, se não tratados de forma correta e efetiva, podem ocasionar óbito (PASSOS *et al.*, 2015).

O controle e a prevenção das DTA são realizados pela Vigilância Epidemiológica. Entretanto, observa-se que nem todos os surtos são notificados devido à sintomatologia que, muitas vezes, por ser branda, faz com que o indivíduo não busque tratamento adequado (MARCHI *et al.*, 2011).

No âmbito mundial, as DTA geram grandes preocupações à saúde pública. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), citado pelo Ministério da Saúde, anualmente há uma estimativa de que uma a cada 10 pessoas adoecem em decorrência das DTA. Tratando-se de crianças há um risco maior de fatalidade, principalmente nas menores de cinco anos, ocasionando 420 mil mortes. No Brasil, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é responsável por notificar e investigar os casos de doenças e agravos, notificando em média 700 surtos anualmente envolvendo 13 mil doentes e 10 mortes por DTA (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Conforme Carvalho e Mori (2017), dentre os fatores associados a estes números pode se considerar a mudança dos padrões socioeconômicos que acarretaram alterações nos hábitos alimentares. Atualmente o cenário mostra um grande consumo de alimentos fora das residências.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017- 2018, mostra que, na área urbana, dentre as despesas do brasileiro, 33,9% são destinadas à alimentação fora da residência. Na área rural, o percentual é de 24%. Mostra ainda o aumento no número de estabelecimentos que fornecem refeições de rápido consumo.

Estes dados são reflexos de diversos fatores, dentre eles fatores socioeconômicos, demográficos, inserção da mulher no mercado de trabalho, urbanização, preços acessíveis em alimentos prontos para consumo (BEZERRA *et al.*, 2013).

Observa-se que alguns alimentos são vendidos corriqueiramente. Dentre eles podemos citar a batata (*Solanum Tuberosum L.*). Por ser um alimento tipo expresso, de rápido preparo, ocupa o quarto lugar no ranking de hortaliças cultivadas no Brasil, principalmente na forma de palito frito (JESUS *et al.*, 2016).

Os micro-organismos possibilitam avaliar as condições higiênico sanitárias nas quais este alimento foi submetido em toda sua etapa de produção. Sendo assim, realiza-se a análise microbiológica do produto final. Para garantir a segurança no produto, o *Codex Alimentarius* determina que a implantação de programas de qualidade se faz necessária como pré-requisito do Sistema Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Este tem por finalidade analisar e controlar riscos físicos, químicos e biológicos desde a produção do alimento até a sua distribuição (MARINS, TANCREDI e GEMAL, 2014).

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), os agentes etiológicos mais frequentes são os de origem bacteriana como *Salmonella*, *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a presença de enterobactérias em amostras de batata frita, com sal na forma de palito, sem adição de outros ingredientes ou molhos, de estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com delineamento transversal descritivo, constituído por 10 amostras. Avaliou-se a presença de enterobactérias em cinco estabelecimentos comerciais de *food-service* e outros cinco ambulantes do comércio de alimentos na região do Grande ABC/São Paulo – Brasil, no período de julho a setembro de 2019.

O alimento analisado foi batata frita, com sal, na forma de palito, sem adição de outros ingredientes ou molhos, artesanais e industrializadas, prontas para consumo. A coleta das 10 amostras foi requerida antes da distribuição do alimento para os clientes, procedimento aplicado em ambas as modalidades de venda (*food-service/ambulante*).

No momento da coleta da amostra, foi solicitado que os estabelecimentos e ambulantes realizassem o mesmo procedimento de produção do alimento como de costume.

Requisitou-se a porção usual acondicionada em recipiente comum conforme servido aos consumidores. Com o uso de luvas de látex para procedimento não cirúrgico, o início da coleta se deu com a aferição da temperatura, em sequência a retirada de seis batatas de diferentes partes da porção (fundo, laterais e centro), na qual se utilizou meio centímetro de cada batata para se constituir a amostragem.

Com a finalidade de aprimorar a coleta, o material foi acondicionado em tubos de ensaio contendo caldo *Tryptic Soy Broth* (TSB), este que possui em sua composição peptonas promovendo crescimento abundante de vários organismos. Após os tubos de ensaio serem fechados foram transferidos para caixas isotérmicas contendo gelo reutilizável rígido para que se mantivessem em uma baixa temperatura ambiente, cuja finalidade era reduzir a proliferação de bactérias, uma vez que o recipiente estava fora da estufa.

O norteamo das coletas assim como todos os materiais (luvas, termômetro, caixa isotérmica, gelo reutilizável e tubos de ensaio contendo o caldo TSB) utilizados foi disponibilizado pelo LAC - Laboratório de Análises Clínicas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), onde se realizou a análise microbiológica.

O caldo TSB foi utilizado no crescimento microbiológico e seu preparo foi feito seguindo o manual

de instruções do fabricante. Os tubos de ensaio contendo o caldo com as amostras tinham como características físicas de início um líquido transparente, e após serem levados à estufa a 37°C por 48 horas as amostras turvaram o meio de cultura indicando crescimento bacteriano.

Os caldos com crescimento bacteriano foram replicados por meio da alça de platina ponta de agulha em meio semi sólido, conhecido como *Triple Sugar Iron Agar* (TSI) utilizado para diferenciar micro-organismos *Enterobacteriaceae*.

De acordo com a ANVISA (2004), a diferenciação de bacilos entéricos se dá por meio de fermentação dos hidratos de carbono presentes no caldo (glicose 0,1%, lactose 1,0 % e sacarose 1,0%), vermelho de fenol como indicador de fermentadores de carboidratos e sulfato de ferro para a detecção da produção de sulfato de hidrogênio H<sub>2</sub>S (indicado pela cor preta na base do tubo).

As alterações na mudança de cor do indicador do pH indica que houve fermentação do meio, sendo amarelo para meio ácido e vermelho para alcalinização. Assim, o resultado obtido para presença de *Escherichia coli* se dá com colônias amarelas, meio amarelo, uma vez que esta bactéria produz ácido e gás devido à fermentação dos hidratos de carbono. A não fermentação da sacarose e lactose originando colônias pretas pode ser resultado da presença de estirpes de *Salmonella*. Desta forma, a identificação deste micro-organismo se dá por colônias cor-de-rosa com centros pretos ou colônias pretas.

## Resultados

A Tabela 1 apresenta as sessenta amostras coletadas, sendo trinta para cada tipo de comércio. De todas as coletas, vinte e duas foram identificadas com potencial contaminante, sendo os agentes *Salmonella* e/ou *Escherichia coli*.

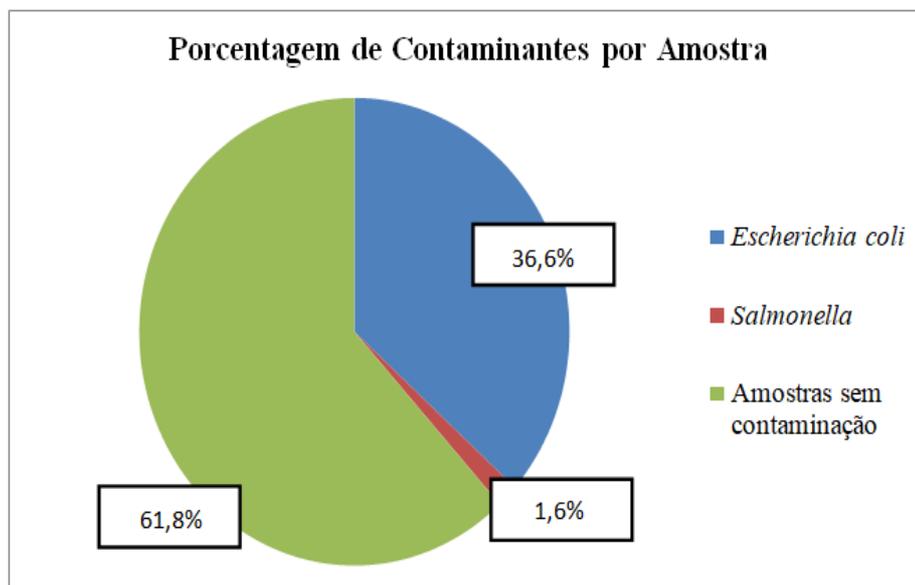
**Tabela 1 – Resultado da análise microbiológica de batata frita dos estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes. São Caetano do Sul, 2019**

Locais	A	B	C	D	E	F
Comércio 1	<i>E. coli</i>					
Comércio 2	<i>E. coli</i>					
Comércio 3	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	<i>E. coli</i>
Comércio 4	<i>E. coli</i>					
Comércio 5	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
Ambulante 1	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
Ambulante 2	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
Ambulante 3	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
Ambulante 4	Negativo	Negativo	Negativo	<i>E. coli</i>	<i>E. coli</i>	Negativo
Ambulante 5	Negativo	Negativo	Negativo	<i>E. coli</i>	Negativo	Negativo

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

- Comércio 1, foi identificado *Salmonella* na análise de repetição.

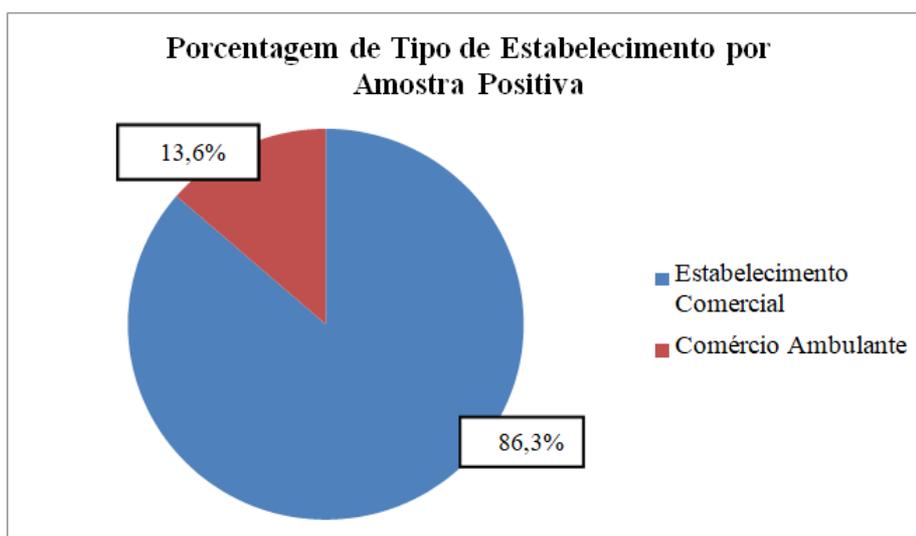
**Figura 1 – Porcentagem de contaminantes por amostra. São Caetano do Sul, 2019**



Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

Ao todo foram obtidas 60 amostras de batata frita, sendo que 22 destas mostras apresentaram contaminação por *Escherichia coli*, representando 36,6% de amostras contaminadas, segundo o Figura 1. O ensaio de repetição do realizado no estabelecimento 1 revelou uma amostra contaminada por *Salmonella*, valor que representa 1,6% de amostras contaminadas. Conforme a Figura 1, as demais amostras (38 amostras) que não apresentaram contaminantes biológicos representam 61,8% do número total de amostras. Sendo assim, a maioria das amostras coletadas para o estudo não apresentava bactérias do gênero enterobactérias.

**Figura 2 – Porcentagem de tipo de estabelecimento por amostra positiva. São Caetano do Sul, 2019**



Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

Conforme descrito na Figura 2, 86,3% das amostras que apresentaram contaminação por enterobactérias foram coletadas em estabelecimentos comerciais. Apenas 13,6% das amostras contaminadas eram pertencentes a comércio ambulante. Portanto, os índices de contaminação por enterobactérias são maiores em estabelecimentos comerciais em comparação com o comércio ambulante.

**Tabela 2 – Temperatura das amostras de batata frita dos estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes. São Caetano do Sul, 2019**

Locais	Temperatura (Graus C)
Comércio 1	67,3°C
Comércio 2	72,4°C
Comércio 3	62,5°C
Comércio 4	69,2°C
Comércio 5	70,2°C
Ambulante 1	70,7°C
Ambulante 2	72,3°C
Ambulante 3	65,4°C
Ambulante 4	63,2°C
Ambulante 5	68,3°C

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

De acordo com a Tabela 2, que indica as temperaturas de coleta das amostras em distribuição, todos os estabelecimentos comerciais e comércios ambulantes atendiam os critérios da Portaria CVS 5 (2013) para a temperatura de distribuição (acima de 60°C) e tempo de exposição do alimento pronto para o consumo (máximo de 6 horas).

**Figura 3 – Tubos de ensaio com contaminação por *Salmonella*. São Caetano do Sul, 2019**



Fonte: Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

Conforme Figura 3, o tubo de ensaio menor (utilizado para análise de repetição) indica que o estabelecimento comercial 1 apresentou uma amostra contaminada pela bactéria *Salmonella*, que

torna seu meio de cultura com a coloração característica preta.

**Figura 4 – Tubos de ensaio com contaminação por *Escherichia coli*.  
São Caetano do Sul, 2019**



Fonte: Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

A Figura 4 demonstra a presença da bactéria *Escherichia coli* que se dá por meio da identificação de colônias amarelas nos tubos de ensaio. Esta bactéria produz ácido e gás devido à fermentação dos hidratos de carbono.

**Figura 5 – Tubos de ensaio sem contaminação microbiológica.  
São Caetano do Sul, 2019.**



Fonte: Laboratório de Análises Clínicas da USCS (2019).

A Figura 5 mostra tubos de ensaios que apresentaram negativo para crescimento bacteriano, identificados pela coloração vermelha.

## Discussão

Após análise dos resultados obtidos no presente estudo, é possível afirmar que a presença dos potenciais patogênicos se deu em decorrência da contaminação cruzada, definida pela Portaria CVS 5 (2013) como transposição da contaminação de um produto ou área anteriormente não contaminados, por meio de superfícies de contato, mãos, utensílios e equipamentos, entre outros.

Segundo Trabulsi (1999), as enterobactérias são bactérias Gram-negativas que estão presentes naturalmente no intestino humano, seja como membros da microbiota ou como agentes de infecção, e nem tão frequente na natureza. Acredita-se que a falta de treinamento dos funcionários, hábitos de higiene inadequados por parte dos manipuladores, principalmente a lavagem das mãos após a utilização de sanitários, utensílios e bancadas mal higienizadas.

A *Escherichia coli* apesar de não produzir enterotoxinas é altamente patogênica uma vez que ocasiona desde infecções subclínicas até fatais. Múltiplos estudos de pacientes infectados por *Escherichia coli* revelaram que esta bactéria induz a uma severa diarreia secretora, ocasionando importantes perdas de eletrólitos e fluidos nas fezes tal como febre e êmese. Além de tudo, algumas infecções por este agente podem conduzir à má absorção severa de nutrientes, e até mesmo evoluir para intolerâncias alimentares podendo resultar em desnutrição e intensificação da diarreia. Atualmente, diversos surtos de diarreia têm tido como causa à *Escherichia coli*. Esta tem sido isolada não apenas em crianças de até cinco anos de idade, mas também em adultos e indivíduos portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) (TRABULSI, 2015).

Em comparação ao tipo de estabelecimento, os comércios ambulantes apresentaram um índice inferior de contaminação por *E. coli* que estabelecimentos comerciais. Tal fato pode estar atrelado em consequência de o estabelecimento comercial ter maiores superfícies de contato contaminadas, maior número de utensílios, equipamentos e funcionários. Isto aumenta a probabilidade de contaminação, além da disponibilidade de mais alimentos. Todos estes fatores associados são determinantes para aumentar o risco da contaminação cruzada caso haja falhas nas boas práticas de manipulação.

A menor frequência de *Escherichia coli* em comércios ambulantes pode ter relação com o fluxo de saída deste alimento, considerando que em estabelecimentos comerciais o alimento passa mais tempo exposto. Ou seja, a saída deste alimento leva mais tempo em comparação com comércios ambulantes. O ambiente torna-se mais propício para contaminação e proliferação da bactéria em questão.

Apesar do baixo índice de contaminação por *Escherichia coli* em comércios ambulantes, ainda é perceptível que alguns comerciantes apresentaram contaminação em pelo menos uma amostra, mostrando que não há inviabilidade de prevenir contaminações.

Conforme a Tabela 1, a amostra contaminada por *Salmonella* foi oriunda de estabelecimento comercial. No momento da coleta, observou-se que o local de preparo das porções de batata frita é o mesmo local de preparo de outros alimentos como hambúrgueres, salgados e lanches. Sabe-se que os alimentos de origem animal, como carne e ovos, constituem os veículos mais comumente incriminados na transmissão deste micro-organismos para o homem. Sendo assim, tais fatores indicam que a má higienização de bancadas e utensílios bem como a falta de higiene por parte dos manipuladores seja a principal causa da contaminação cruzada (TRABULSI, 2015). Consoante a Resolução RDC 12 de 2001, o resultado da terminação de *Salmonella* deve ser expresso como ausente para raízes e tubérculos prontos para o consumo. Sendo assim, a amostra retirada neste estabelecimento encontra-se em desacordo com a legislação vigente.

A *Salmonella* é ainda mais patogênica para o homem que a bactéria *Escherichia coli*, uma vez que a salmonelose (contaminação por *Salmonella*) é causadora de febre tifoide e gastroenterite (TRABULSI, 2015).

A febre tifoide é definida como uma infecção sistêmica invasiva de início na mucosa intestinal e disseminação progressiva para outros órgãos que possui como único causador a bactéria *Salmonella*. As manifestações clínicas incluem febre, dor de cabeça, dor abdominal, diarreia transitória ou constipação. A infecção pode ocasionar danos respiratórios, hepáticos, no baço e/ou neurológicos fatais. Sem o tratamento adequado, a febre tifoide atinge a mortalidade de 10 a 20%. As crianças são mais afetadas por essa doença em comparação a adultos. A principal manifestação clínica é febre prolongada, dor de cabeça, desconforto abdominal e letargia generalizada. Este agente multiplica-se no baço e fígado, sendo em seguida liberado na corrente sanguínea ocasionando sintomas como calafrios, diaforese, tontura, anorexia, tosse, fraqueza, dor de garganta e dores musculares. Aproximadamente 10% dos casos desenvolvem formas mais severas da doença, podendo levar até a perfuração do intestino delgado (TRABULSI, 2015).

A gastroenterite é caracterizada como uma infecção aguda da mucosa intestinal. O termo é comumente utilizado como "intoxicação alimentar". Os principais sintomas incluem febre aguda

inicial, cólicas, dor abdominal, náuseas, vômitos e diarreia ou disenteria, associada com uma inflamação do intestino grosso. Diferente da febre tifoide, a gastroenterite é limitada ao intestino. No entanto, apesar de raros, podem ocasionar choque hipovolêmico, megacólon tóxico e perfuração intestinal. Além disso, cerca de 5% dos pacientes diagnosticados com gastroenterite por *Salmonella* desenvolvem bacteremia (podendo levar ao desenvolvimento de uma infecção no sistema vascular, principalmente englobando a aorta abdominal), principalmente em crianças, idosos, pacientes com síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) ou com morbidades (malária, subnutrição, etc). Nesses pacientes é comum a ocorrência de infecções focais, incluindo meningite, artrite séptica, osteomielite, colangite (inflamação das vias biliares) e pneumonia (TRABULSI, 2015).

Em um estudo realizado em Curitiba – PR, no qual se avaliou a ocorrência de Coliformes totais e termotolerantes em pastéis fritos vendidos em bares no centro, das 20 amostras analisadas nenhuma apresentou coliformes termotolerantes. Isto indica que as amostras estão dentro dos padrões exigidos pela Resolução RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001. Em contrapartida com exceção de três amostras, as demais apresentaram a presença de coliformes totais (Barbosa *et al.*, 2015).

Em outro estudo que avaliou as condições higiênico-sanitárias no comércio ambulante de alimentos em Pelotas-RS os resultados apontaram insatisfatória qualidade higiênico sanitárias, indicando 70% de inadequação para a superfície onde os alimentos são manuseados (RODRIGUES *et al.*, 2003).

Uma pesquisa realizada por Medeiros *et.al* (2017) para avaliar a percepção sobre a higiene dos manipuladores de alimentos e perfil microbiológico em restaurante universitário no Rio de Janeiro notou que os funcionários, na pesquisa objetiva, demonstraram coerência quanto aos procedimentos que devem ser realizados seguindo as boas práticas de manipulação. Em contrapartida, na pesquisa observacional foi possível identificar falhas em relação à higiene ambiental. Medeiros *et.al* (2017) citam estudo correlacionando seus resultados com uma pesquisa realizada por Silva e Kottwitz (2011), na qual se analisou a presença de coliformes totais, *Escherichia coli*, microrganismos aeróbios facultativos e contagem de *Staphylococcus aureus*. Nesta, 68,7% dos resultados eram de funcionários cujas mãos estavam protegidas por luvas e 31,3% eram de funcionários com mãos desprotegidas.

Além das inúmeras consequências para os comensais, a presença de contaminantes alimentares pode levar a apreensão de produtos, multa e até interdição dos estabelecimentos envolvidos pela ANVISA ou vigilâncias sanitárias regionais (FILHO, SOUZA e LIMA, 2016).

## Conclusão

Os resultados obtidos, tanto por ambulantes como por estabelecimentos comerciais, mostraram que ambos não atendem aos padrões sanitários, representando risco aos consumidores. Destaca-se, portanto, a importância de treinamentos capacitando os manipuladores e a realização de novos estudos avaliando ambos os comércios para que sejam implantadas medidas corretivas garantindo a segurança dos alimentos.

---

**Caroline Rosa Koerner.** Graduanda em Nutrição pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2521123634734300>

**Débora Francine Fonseca.** Farmacêutica graduada pela Universidade Paulista em 2011, estudante de nutrição pela Universidade de São Caetano do Sul. Nível técnico em publicidade e

*propaganda. Experiência em marketing farmacêutico, atenção farmacêutica e manipulação de fármacos.*

**José Carlos dos Santos.** *Graduando em Nutrição pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul.*

## Referências Bibliográficas

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção em Serviços de Saúde.** (2004) Módulo IV. Disponível em <[http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/microbiologia/mod\\_4\\_2004.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/microbiologia/mod_4_2004.pdf)>. Acesso em: 31 de Out. 2019.

BD. **BD Triple Sugar Iron Agar (Agar TSI).** Rev.: Novembro 2010. Disponível em <[https://foodsafety.neogen.com/pdf/acumedia\\_pi/7162\\_pt\\_pi.pdf](https://foodsafety.neogen.com/pdf/acumedia_pi/7162_pt_pi.pdf)>. Acesso em: 31 de Out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com Vistas em Assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá Outras Providências.** Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013. **Aprova o regulamento técnico sobre Boas Práticas para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de abril de 2013.

BRASIL. Resolução RDC n12, de 2 de janeiro de 2001. **Aprova o Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.** Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <[www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)>. Acesso em: 22 de Agosto de 2019.

CARVALHO, S. J. E. J. D.; MORI, Edna. **A Importância das Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos em Restaurantes: revisão integrativa da literatura.** Revista E-ciência, [s.l.], v. 5, n. 2, p.110-111, 4 dez. 2017. Revista e-ciencia. <http://dx.doi.org/10.19095/rec.v5i2.269>. Acesso em: 7 out. 2019.

**Doenças Transmitidas por Alimentos: Causas, Sintomas, Tratamento e Prevenção. 2018.** Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FERREIRA, R.M. et al. **Quantificação de coliformes totais e termotolerantes em queijo Minas Frescal artesanal.** PUBVET, Londrina, V. 5, N. 5, Ed. 152, Art. 1022, 2011.

JESUS, Jociel Honorato de et al. Teor de Lipídios da Batata Pré-frita: Fritura em Diferentes Óleos. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Rondônia, v. 7, n. 1, p.151-164, jan. 2016.

MARTINS, Bianca Ramos; TANCREDI, Rinaldini C. P.; GEMAL, André Luis. **Segurança Alimentar no Contexto da Vigilância Sanitária: reflexões e práticas.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. 288 p.

MEDEIROS, M. D. G. G. D. A. *et al.* **Percepção sobre a higiene dos manipuladores de alimentos e perfil microbiológico em restaurante universitário.** Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 22, n. 2, p.383-392, fev. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.17282015>.

PASSOS, E. D. C. *et al.* **Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos Ocorridos na Região da Baixada Santista,** São Paulo, no Período de 2007 a 2011. Revista Higiene Alimentar, Santos, v. 29, n. 1, p.104-110, mar. 2015. Semanal. Disponível em: <<https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/242-243.pdf#page=103>>. Acesso em: 15 out. 2019.

RESENDE, M. D. A. F.; SOUZA, K. J. D.; LIMA, L. C. F. **Crises de Segurança do Alimento e a Demanda por Carnes no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [s.l.], v. 54, n. 3, p.459-482, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

RODRIGUES, K. L. *et al.* Condições higiênico-sanitárias no comércio ambulante de alimentos em pelotas-rs. **Ciência e Tecnologia dos Alimentos,** Pelotas, v. 23, n. 3, p.447-452, set. 2003. Semanal.

SALES, W. B. *et al.* Ocorrência de Coliformes Totais e Termotolerantes em Pasteis Fritos Vendidos em Bares no Centro de Curitiba-PR. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.77-85, 28 mar. 2015. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

Salmonella (Salmonelose): o que é, causas, tratamento e prevenção. 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Trabulsi, L.R. **Microbiologia**. 3º ed. Rio de Janeiro. São Paulo. Livraria Atheneu. 1999; p314-342.

Trabulsi, L.R. **Microbiologia**. 6º ed. Rio de Janeiro. São Paulo. Livraria Atheneu. 2015.

## 17. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO POLÍTICA DE FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS: O CASO DOS APLs DO GRANDE ABC E DO APL DE PÃO DE QUEIJO DE HORTOLÂNDIA

Alessandra Santos Rosa  
Rafael Pupo Maia

### Resumo Executivo

*Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) surgem no país como política pública inovadora de desenvolvimento regional, e se destacam no final da década de 1980 e 1990. Com a preocupação em estabilizar monetariamente a economia, as políticas de fomento às cadeias produtivas ficaram em segundo plano no âmbito federal. Desta forma, pesquisadores buscaram alternativas para que estas políticas fizessem parte da agenda pública. Na Região do Grande ABC, que já foi um polo industrial significativo e hoje sofre com a desindustrialização os arranjos encontraram papel de destaque. Esta experiência é levada então para a cidade de Hortolândia, importante município da Região Metropolitana de Campinas. Esta, por sua vez, inicia este feito com as indústrias de pão de queijo do município e da região. Esta nota técnica pretende descrever as experiências do Grande ABC e as atuais iniciativas na RMC, por meio da cidade de Hortolândia.*

### 1. Um breve histórico sobre Arranjos Produtivos Locais

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) surgem como uma política de fomento às cadeias produtivas. O diálogo entre atores do setor, órgãos de fomento e setor público permitem uma maior igualdade regional e estimulam o emprego e renda.

O programa permite que o estado, por meio da SEDECTI, estimule o aumento da competitividade da economia paulista, o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, apoiando as micro, pequenas e médias empresas paulistas (MPMEs) e, dessa forma, aumente os níveis de emprego e renda, reduzindo as desigualdades regionais e promovendo o desenvolvimento, por meio da sua Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial (CDRT) (SANTANA e MARQUES, 2014).

De acordo com Conceição(2016), os APLs possuem uma metodologia denominada tríplice hélice (analogia das partes da hélice de um helicóptero). Esta é formada por “um arranjo institucional” formado por empresas privadas de determinado setor, poder público e órgãos de fomento e pesquisa, como as Universidades.

Para o pesquisador, é possível ainda incluir uma quarta “hélice” que são os sindicatos. Na Região do ABC, esta participação foi comum pelas características e histórico da região.

O desenvolvimento dos arranjos, assim como sua continuidade, dependem de uma constante comunicação e diálogos entre si, a fim de fomentar as micro, pequenas e médias empresas do setor. Verifica-se que os resultados dos APLs são concretos, os quais vale citar: o incentivo à cooperação na produção, comercialização, financiamento, qualificação da mão de obra e inovação (CONCEIÇÃO, 2016, p.272-273).

É importante ressaltar que, conceitualmente, não existe referência ao termo APL nas literaturas estrangeiras. A expressão foi inserida na literatura brasileira por acadêmicos do país. Por isso o termo se consolida como exclusivo do Brasil, não havendo traduções específicas. Portanto, foi apenas em 1997 que estudiosos do Redesist desenvolveram o termo Arranjo Produtivo Local, na tradução da definição de *clusters*, adaptando-a para a realidade brasileira. (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 2011).

No Brasil, o termo Arranjos Produtivos Locais [1] ganhou força no final dos anos de 1990, devido à ausência de políticas públicas para desenvolvimento regional do Governo Federal. Isto porque, a grande preocupação era alcançar uma estabilidade econômica monetária. Assim, observou-se uma série de iniciativas estaduais e municipais para alavancar o desenvolvimento das regiões, principalmente as menos desenvolvidas. Foi nesse contexto que o sistema de APLs passou a ser utilizado como estratégia e instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional no país (LUSTOSA, APOLINÁRIO; SILVA, 2018).

Segundo Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, apud Lustosa, Apolinário & Silva, 2018), em 1999, o Ministério da Ciência e Tecnologia adotou em suas estratégias, a utilização de Arranjos Produtivos Locais como forma de desenvolvimento. Não obstante, em 2003, já sob a égide de um novo governo, as abordagens para o desenvolvimento regional ganharam destaque, com a expansão de políticas públicas e programas federais de desenvolvimento, utilizando de maneira ampla os Arranjos Produtivos Locais. Sendo assim, observa-se uma expressiva expansão dos APLs no Brasil, sendo extremamente difundidos e utilizados pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Internacionalmente, um dos grandes casos de organização deste tipo foi o da Terceira Itália. Trata-se de uma região italiana localizada no Centro e Nordeste do território, a qual possuía um “parco desenvolvimento econômico”. A partir dos anos de 1970, essa região começou a trabalhar com a aglomeração das micro e pequenas empresas, pautado no conceito de distrito industrial, resultando em um expressivo crescimento econômico da região (CORONEL, 2007).

Os distritos industriais italianos, chamados de *clusters*, podem ser definidos como uma forma de desenvolvimento regional, a partir da aglomeração e da cooperação de micro e pequenas empresas. Nesse contexto:

(...), as economias de aglomeração são, por sua vez, a consequência de relações intensas entre as empresas locais, que ampliam a divisão do trabalho, permitindo uma especialização produtiva cada vez maior, a introdução de novas tecnologias e uma maior eficácia no sistema local, o que leva a um custo unitário de produção ou a um aumento de produção, possibilitando ampliar os mercados nos níveis nacional e internacional, determinando uma diminuição dos custos de acesso aos mesmos (CORONEL, op.cit).

Pode-se afirmar então que uma das principais características dos distritos industriais do caso da Terceira Itália é a interligação dos governos regionais e municipais no processo de constituição desses aglomerados, por meio de políticas públicas de fomento às micro e pequenas empresas em um ambiente de cooperação. Isso é possível já que na Itália os governos municipais e regionais gozam de uma certa autonomia na formulação de suas políticas de desenvolvimento (CORONEL, op.cit).

Com a implementação dos distritos industriais que compõe a Terceira Itália no final dos anos 1970, observou-se um desenvolvimento econômico latente na região desde então. No entanto, vale ressaltar que o modelo da Terceira Itália também engloba além dos distritos industriais, as cooperativas, mantendo um alto nível de cooperação na região.

## **2. Os Arranjos Produtivos Locais no Brasil, em São Paulo e no Grande ABC - Reconhecimento no Observatório Nacional de APLs**

Os Arranjos Produtivos Locais tornaram-se políticas públicas de desenvolvimento de importante destaque no país. Dentro das peculiaridades de cada região, os APLs são importantes ferramentas para fomento de cadeias produtivas de diversos setores. Prova disso é a constituição do Observatório Nacional de APLs, coordenado pelo antigo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, hoje incorporado no Ministério da Economia. Por meio de portaria interministerial [2] foi instituído um Grupo de Trabalho Permanente, composto por 23 instituições governamentais e não governamentais. Hoje estão registrados no Observatório Nacional 664 Arranjos Produtivos Locais, sendo que 50 deles estão no estado de São Paulo.

## 2.1 Os Arranjos Produtivos Locais na Região do Grande ABC Paulista

Pelos registros do Observatório Nacional de APLS, o Grande ABC contemplou oito Arranjos Produtivos Locais, sendo um coordenado pelo município de Diadema, seis pelo município de São Bernardo do Campo e um pela Região Metropolitana de São Paulo. O quadro 1 demonstra estes APLs e suas principais ações:

**Quadro 1 – Arranjos Produtivos Locais do Grande ABC Paulista e suas principais ações**

Município	APL	Número de Empresas participantes	Principais Ações
Diadema	Cosméticos de Diadema	35 empresas	1- Criação e intensificação do Polo de Cosméticos; 2- Discussão das principais normas.
São Bernardo do Campo	Defesa do Grande ABC	20 empresas	1- Diagnóstico da Região; 2- Seminários para micro e pequenas empresas participarem de licitações de compras para o setor
	Design, Audiovisual e Economia Criativa de São Bernardo do Campo	30 empreendimentos	1- Diagnóstico em parceria com a FGV; 2- Revitalização do Complexo Cinematográfico Vera Cruz
	Gráficos de São Bernardo do Campo	30 empresas	1 - Diagnóstico do Setor; 2- Lançamento de Revista sobre o setor; 3- Qualificação de mão de obra
	Metal Mecânico do Grande ABC	30 empresas	1- Articulação para o Birô de Engenharia; 2- Lançamento de Revista sobre o setor;
	Têxtil e Confecção do Grande ABC	20 empresas	1- Cursos de Qualificação de Mão de obra; 2- Criação de catálogo on-line com as empresas ; 3- ABC Fashion com desfile das empresas e Congresso com temas sobre o setor
	Turismo de São Bernardo do Campo	50 empresas de serviços	1- Roteiro Gastronômico; 2- Turismo Industrial; 3 - Criação do site do Turismo
Região Metropolitana de São Paulo (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo)	Transformados Plásticos da Região Metropolitana de São Paulo	56 Indústrias de Plástico	1- Contratação de Consultoria Especializada; 2- Cursos de capacitação técnica e conhecimento profissionais; 3- Cadastro no Cartão BNDES; 4 - Rodadas de Negócios; 5- Criação do CIAP

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do Observatório Brasileiro de APLs.

Embora o Observatório Nacional tenha reconhecido apenas seis APLS por questões técnicas, São Bernardo do Campo organizou e constituiu, entre 2010 e 2015, cerca de 10 arranjos, que foram organizados em uma Rede conceituada como “Rede de APLs”. Em 2015 a Rede de APLs foi reconhecida pelo SEBRAE como participante do Prêmio Prefeito Empreendedor [3]. Além dos citados no quadro 1, constava na rede: APL Panificação do Grande ABC, APL Pesqueiro de São Bernardo do Campo, APL Moveleiro do Grande ABC, APL de Bares e Restaurantes de São Bernardo.

Além das inúmeras ações realizadas, um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal garantiu que mais de 50 empresas obtivessem crédito de até \$100.000 (cem mil reais) para capital de giro, com juros de 0,83%. Esta ação foi fundamental para o desenvolvimento de diversas empresas participantes da rede de APLs (ABC do ABC, 2014) [4].

### **3. A cidade de Hortolândia e sua alta produção de pão de queijo**

As especificidades da cidade de Hortolândia, localizada na Região Metropolitana de Campinas, já foi tema deste observatório, inclusive no livro – Grande ABC e Desafios do século XXI. Isto porque a Região, assim como a cidade em questão, vem se destacando pelo alto desenvolvimento e crescimento. Recentemente, a cidade subiu da posição 90 para a posição 59 no ranking das 100 melhores cidades para se investir [5].

Além de abranger um polo tecnológico, no qual se instalaram grandes empresas do setor de tecnologia como IBM e DELL, e uma grande empresa farmacêutica como a EMS, o município possui um número expressivo de indústrias de pão de queijo, que se estende por toda a Região Metropolitana. Isto justifica a constituição de um Arranjo Produtivo impulsionado pela cidade, por meio dos empresários, Prefeitura e órgãos de pesquisa e fomento.

Pela Junta Comercial do Estado de São Paulo –JUCESP, o Estado de São Paulo possui 372 empresas de Pão de Queijo, sendo que 117 (31,45%) estão na Região Metropolitana de Campinas. Deste total, 23 estão em Hortolândia (20%) [6].

#### **3.1 A constituição do APL de Pão de Queijo e principais ações até o momento**

De acordo com empresários mais antigos no setor, o histórico se inicia por uma empresa familiar que se instalou na cidade por volta do ano de 1996. Em meados de 2000, a empresa abriu falência e duas novas empresas se formaram com antigos funcionários, por meio da experiência adquirida [7]. A partir daí, várias pequenas empresas foram se constituindo e transformando a produção da iguaria em mais uma vocação da cidade.

Desta forma, a Prefeitura de Hortolândia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação (SDETTI), observou a oportunidade de alavancar o setor, visando impactar positivamente a economia da cidade, gerando mais empregos e renda.

Para a constituição do APL do Pão de Queijo, a SDETTI de Hortolândia realizou, por meio de visitas *in loco*, análise das empresas constituídas na cidade, na tentativa de mapeá-las. A Secretaria buscou fazer contato com todas as empresas da cidade, iniciando um ciclo de reuniões com os empresários do ramo a fim de criar um ambiente de cooperação entre as empresas e propor como modelo de desenvolvimento o Arranjo Produtivo Local.

A primeira reunião ocorreu no dia 11 de julho de 2018 e contou com a participação de empresários do setor; representantes da Fundação Fórum Campinas; representante da Veccon Empreendimentos (futuro Parque Tecnológico); representante do SEBRAE; e da Secretária de Desenvolvimento Econômico da Cidade [8][9]. Este primeiro diálogo teve como principal objetivo identificar para os participantes a estrutura de um APL e a oportunidade de desenvolvimento da cadeia produtiva. Na reportagem do site da Prefeitura, a Secretária, que vivenciou a experiência dos APLs em São Bernardo do Campo, expressou sua opinião:

A Prefeitura quer colaborar, provocar e articular as políticas públicas de forma coletiva e construtiva para o desenvolvimento econômico da cidade. A intenção é unir forças para que o setor e a cadeia produtiva como um todo cresçam" (PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA,2018).

Ao todo, até o momento, foram realizadas quatro reuniões de coordenação e cinco reuniões gerais. Dentre as pautas solicitadas, destacaram-se: qualificação profissional, novos mercados, exportação e selo de qualidade. No início, apenas quatro empresas participavam do APL. Hoje, são 10 (dez) empresas do setor, que inclusive já assinaram Termo de Compromisso com o Arranjo.

O Quadro 2 apresenta as empresas do APL de Pão de Queijo de Hortolandia, seu porte e volume de produção, assim como o número de empregos gerados.

**Quadro 2 – Empresas inseridas no APL de Pão de Queijo de Hortolandia, Volume de Produção e Número de Funcionários**

Empresa	Ramo de Atividade (CNAE)	Enquadramento Tributário	Nº de funcionários	Produção por mês
Antônio Bertin Eirelli EPP	Fabricação de pão de queijo	EPP	12	120 ton/mês
Cynbom Indústria e Comércio Importação e Exportação de Alimentos LTDA	Indústria de Alimentos	EPP	15	40 ton/mês
Dona Anália Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	Fabricação de massas alimentícias	EPP	12	72 ton/mês
Freskimassas Indústria e Comércio LTDA	Fabricação e comércio de massas	EPP	100	300 ton/mês
Indústria de Pão de Queijo Fiel	Fabricação de pão de queijo	ME	14	160 ton/mês
Malheiros Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios (Massa Boa)	Fabricação de massas alimentícias	ME	30	200 ton/mês
Massas Chef Fabricação de Produtos de Padaria LTDA	Indústria alimentícia	ME	32	120 ton/mês
Pancremo Indústria Alimentícia	Produção de pães de queijo e afins	EPP	3	15 ton/mês
Pifer Fabricação de Produtos de Padaria LTDA (Sabor Paulista)	Fabricação de massas alimentícias	ME	8	56 ton/mês
Pozelli Indústria Alimentícia LTDA EPP	Indústria de alimentos	Lucro Presumido	25	100ton/mês
TOTAL			251	1183 ton/mês

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de questionário realizado *in loco*.

### 3.2. A pauta do Selo de Qualidade

A pauta da qualidade do pão de queijo e de sua diferenciação na produção e nas características organolépticas tornou-se a principal agenda de discussões do APL. Assim, após vários diálogos e auxílio do Sebrae e da ETEC, Hortolândia iniciou o projeto do selo de pão de queijo.

O primeiro passo foi realizar *benchmarking* com locais que já possuem selos de qualidade. Foram realizados contatos telefônicos com selos de sorvetes, cachaça e uma reunião técnica no Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo (selo ABIC de PUREZA).

Foi aplicado com os empresários um questionário com 10 perguntas sobre padrões de qualidade e disponibilidade para aplicar as novas diretrizes em suas empresas.

Posteriormente ocorreram reuniões técnicas com a coordenadora de nutrição da ETEC, Lohanna Monali Barreto; com o Engenheiro de alimentos da empresa Pozelli, Phaollo Rocha; e com o nutricionista e sócio da empresa, Thiago Fahl. Estes, em conjunto com os servidores da Prefeitura, desenharam critérios para o selo. Por fim, as propostas foram apresentadas em reunião geral. Após algumas adequações, as propostas foram aprovadas por todos.

A princípio, o Selo de Qualidade será subdividido em três categorias, com critérios pré-estabelecidos para cada uma. Para auditar as empresas nesses critérios, há a parceria entre o APL de Pão de Queijo e a Associação Comercial e Industrial de Hortolândia (ACIAH), que contratará profissionais para realizar a inspeção.

A primeira demonstração do projeto ocorreu no evento Inova Campinas [10]. Cinco empresas do APL participaram do estande da Prefeitura no evento, o que provocou interesse e curiosidade por parte dos participantes e da mídia local presente na feira.

Ao final de um dos painéis do evento, realizado em 30 de outubro, as autoridades entregaram certificados atestando as empresas que participarão do projeto do Selo de Qualidade do Pão de Queijo. A perspectiva é que o selo seja entregue para as empresas do APL em aproximadamente seis meses.

## Conclusão

Os Arranjos Produtivos Locais são uma estratégia de política pública eficaz para o fomento da cadeia produtiva de diversos setores. Com luz aos exemplos do Grande ABC, Hortolândia inicia um projeto com empresários de indústrias de pão de queijo, com metas ousadas.

Por meio de uma governança construída pelo poder público, empresários do setor e instituições acadêmicas, instituiu-se o Arranjo Produtivo Local de Pão de Queijo. Na esteira dos acontecimentos, a aglomeração de empresas da região, imbuídas por um sentimento de cooperação, implementaram um selo de qualidade para o pão de queijo, para atestar a qualidade do produto. Isto, além de abrir oportunidades, aumenta a competitividade dos produtores e fomenta o setor. Apesar do APL ser relativamente novo, o processo está acontecendo de forma acelerada, apresentando resultados expressivos no quesito diálogo e articulações. Pode-se afirmar então que o APL do Pão de Queijo está marcando um ponto de inflexão do setor na cidade e um possível caso de sucesso a ser estudado de forma mais profunda em pesquisas posteriores.

## Notas

- [1] O termo inicial utilizado pela Redesist era: Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs).
- [2] IX Prêmio Prefeito Empreendedor. Projeto N°1.354870/2015. Acesso em: [https://drive.google.com/file/d/0By\\_52W83xfAeQy1leUFaalVnOEE/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/0By_52W83xfAeQy1leUFaalVnOEE/view?usp=sharing)
- [3] Pesquisa publicada pela Revista Exame por meio da Urban Systems. Revista Exame edição N° 1195.
- [4] Para um relato mais detalhado dos APLs da Região do Grande ABC, em especial os constituídos a partir da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, entre 2010 e 2015, ver: CONCEIÇÃO et al., 2015.
- [5] Há pesquisas sendo realizadas em campo que já demonstram um número maior.
- [6] Relato informado pela empresária Mara Mendes proprietária da empresa CYNBOM e pelo empresário Thiago Fahl da empresa Pozelli.
- [7] ATA da Reunião inserida em Processo Administrativo Municipal N° 14012/2018.
- [8] Monique Cedro Freschet é Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação de Hortolândia.
- [9] Os pesquisadores desta nota técnica coordenam o APL de Pão de Queijo.
- [10] INOVA CAMPINAS. Maior evento de inovação da RMC: <http://inovacampinas.org.br/>

---

**Alessandra Santos Rosa.** *Mestra em Administração. Graduada em Economia (USCS). Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera (Administração, Engenharia e Cursos tecnológicos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação e coordenadora do APL de Pão de Queijo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.*

**Rafael Pupo Maia.** *Cursando Relações Internacionais na Faculdades de Campinas (FACAMP), com término em dezembro de 2019. Cursando bidiplomação em Economia na Faculdades de Campinas (FACAMP) com previsão de término em julho de 2021. É estagiário de Relações Internacionais e Economia na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação da Prefeitura de Hortolândia.*

## Referências Bibliográficas

AMARAL, Anderson. Inovação e exigências regulatórias devem pautar primeiras ações do APL de Cosméticos. *DIADEMA JORNAL*, 2016. Disponível em: <http://www.diademajornal.com.br/2016/10/21/economia/inovacao-e-exigencias-regulatorias-devem-pautar-primeiras-acoes-do-apl-de-cosmeticos/>. Acesso em 10/11/2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; KLINK, Jeroen Johannes; OLIVEIRA, Nilza Aparecida; ANAU, Roberto Vital. *A cidade desenvolvimentista: Crescimento e diálogo Social em São Bernardo do Campo 2009 -2015*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. CONCEIÇÃO, Jefferson José da. PREARO, Leandro; ROMEIRO, Maria do Carmo (orgs.). *Grande ABC e desafios do Século XXI: Ensaio de Conjuntura do CONJUSCS 2018*. UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

CORONEL, Daniel Arruda. O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. In: *Revista da FAE*, Curitiba, v.10, n.2, p.17-27; jul./dez. 2007.

FREITAS, Niceia. Empresas do APL e Caixa firmam convênio: Acordo assinado na Prefeitura de São Bernardo do Campo para linha de crédito especial, nesta quarta feira passa a valer a partir do dia 1º de outubro. *ABC do ABC focado em você*, 2014. Disponível em <https://www.abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/empresas-apl-caixa-firmam-convenio-22053>. Acesso em 10/11/2019.

GUEDES, Lidiane. O Arranjo Produtivo Local (APL) do ABC foi procurado por empresários do interior do estado como exemplo de organização e bom desempenho no setor de plásticos. *UNIVERSIDADE METODISTA ON LINE*. Rudge Ramos, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.metodista.br/rroonline/noticias/economia/pasta-1/apl-plasticos-do-abc-e-exemplo-para-outras-regioes>. Acesso em: 10/11/2019.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA Maria Lussieu da. Arranjos Produtivos Locais como Política de Inclusão Produtiva no Nordeste Brasileiro. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.39, n.134, p. 77-93; jan./junho 2018.

LUZ, Iara Santos. APL cosméticos celebra um ano de trabalho e anuncia criação de polo. *PREFEITURA DE DIADEMA*, 2017. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/noticias/22698-apl-cosmeticos-diadema-comemora-um-ano-de-existencia-e-anuncia-a-criacao-de-polo-para-o-setor>. Acesso em: 10/11/2019.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE APL Disponível em: <http://www.observatorioapl.gov.br/apls/#results>. Acesso em 05/11/2019.

PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA. Prefeitura inicia diálogo com arranjos produtivos para fortalecer a economia. Hortolândia, 2018. Disponível em: <http://www2.hortolandia.sp.gov.br/secretaria-desenvolvimento->

economico/item/12299-prefeitura-inicia-dialogo-com-arranjos-produtivos-para-fortalecer-economia. Acesso em: 10/11/2019.

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. APLs. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/apls>. Acesso em 10/11/2019.

SANTANA, Juliana Arnaut; MARQUES, Dalton Siqueira Pitta. Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo. In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental, IPEA; jul./dez 2014.

TEIXEIRA, Marcia Cristina; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Relacionamento, cooperação e governança em arranjos produtivos locais: o caso do APL de madeira e móveis do estado de Rondônia. In: REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), PortoAlegre, v. 17, n. 1, abril 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112011000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112011000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 5 nov. 2019.

URBAN SYSTEMS. As 100 melhores cidades para investir. São Paulo,2019. Disponível em: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/48668/15706551682019\\_MCN\\_Urban\\_Systems.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/48668/15706551682019_MCN_Urban_Systems.pdf). Acesso em 15/11/2019.

VIEIRA, Regiane Balestra; LEPORE, Wendell; BRESCIANI, Luis Paulo. O Projeto APL Plásticos e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC: a Competitividade Empresarial no foco das ações promovidas pela Organização da Sociedade Civil para a promoção de Desenvolvimento Regional. Encontro de Administração Pública e Governança (ENANPAD). Bahia, novembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg454.pdf>. Acesso em 06/11/2019.

## 18. A INTRODUÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: O CRESCIMENTO DO SETOR PET NO BRASIL, ALGUNS NÚMEROS DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E REFLEXÕES SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL

Stefanie Sussai  
Ivan Santos da Silva

### Resumo Executivo

*Os animais de estimação estão cada vez mais compondo as famílias brasileiras. Esse novo modelo, a família multiespécie, resultante das mudanças dos estilos de vida da sociedade contemporânea, movimentou um grande mercado crescente brasileiro, o de produtos e serviços pet. Dividido em três segmentos, o Pet Food, o Pet Vet e o Pet Care, o setor pet brasileiro representa 0,36% do PIB, ultrapassando outros setores como o de utilidades domésticas e de automação industrial. Além disso, coloca o Brasil como o 2º maior mercado pet mundial, com 20,3 bilhões de reais, ou 5,2% dos 124,6 bilhões de dólares do faturamento do mercado pet mundial. O Brasil possui a maior carga tributária do setor pet no mundo, 51,20%, enquanto na Europa é cerca de 18,50% e nos Estados Unidos 7%. Apesar disso, as exportações brasileiras do mercado pet tiveram saldo positivo no ano de 2018 de US\$ FOB 260,6 milhões, um aumento de 24% em relação a 2017, e as importações do setor Pet Food também tiveram elevação de 26,3%, o que demonstra crescimento e desenvolvimento desse segmento. O cenário mostra que há mais cães nos lares brasileiros do que crianças. Entretanto, as sete cidades da Região do Grande ABC paulista não seguem esse panorama, sendo o único padrão encontrado em Rio Grande da Serra que possui mais crianças, cães e gatos em sua população que as demais cidades da região. São necessários mais estudos na Região do Grande ABC paulista para entender o porquê da diferença de preferência por espécie entre as cidades, bem como um censo animal nos sete municípios para melhor discussão dos dados e viabilização de projetos e políticas públicas que envolvam a promoção de saúde única e bem-estar animal, pois os animais estão compondo as famílias, são sujeitos de direitos e impactam nas saúdes das pessoas e do meio ambiente. Independente da quantidade de animais existente dentro de um lar ou de toda a movimentação econômica por conta dos pets, cada animal é um ser sensiente, ou seja, tem sentimentos, sente dor, medo, tem que ter suas liberdades nutricional, sanitária, ambiental, comportamental e psicológica assistidas e merece respeito. É essencial que haja maior conscientização sobre o comportamento e as necessidades de cada espécie para que os seres humanos não tratem os animais como pessoas. Essa conscientização também serve para reflexão antes de adquirir animais ou até mesmo após tê-los, pois apenas com esses conhecimentos saberão a melhor forma de lidar com as diferentes situações enfrentadas com os seus animais sem desrespeitá-los, maltratá-los ou abandoná-los, crimes previstos pelo art. 32 da Lei 9605/98 e art. 164 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40.*

### A introdução dos animais de estimação nas famílias brasileiras

Os animais de estimação, ou pets, estão cada vez mais compondo as famílias brasileiras. Apesar dos animais conviverem há milhares de anos com os seres humanos, as mudanças da sociedade contemporânea, que incluem a correria do dia-a-dia, a verticalização das cidades com a construção de prédios, a tendência de isolamento social entre os seres humanos, o empoderamento feminino com a escolha de se casar ou não, bem como ter ou não filhos, além do direito garantido pela justiça do casamento civil homoafetivo, trouxeram novas configurações familiares, inclusive a família multiespécie, composta por seres humanos e animais de companhia (WITTER, 2016). Portanto, atualmente, os animais de estimação possuem status de membro da família.

Essas são possíveis explicações para os números observados na tabela 1, que mostram o crescimento acumulado de animais de estimação no Brasil entre os anos de 2013 a 2018. Houve um aumento na população em: 3,8% de cães, 8,1% de gatos, 6,1% de peixes, 5% de aves, 5,7% de répteis e pequenos mamíferos, resultando em uma média geral de 5,2%.

**Tabela 1 – Crescimento de animais de estimação no Brasil acumulado 2013 a 2018**

Crescimento acumulado 2013-2018	Cães 3,8%	Gatos 8,1%	Peixes 6,1%	Aves 5,0%	Répteis e Pequenos Mamíferos 5,7%	Média Geral 5,2%
---------------------------------	-----------	------------	-------------	-----------	-----------------------------------	------------------

Fonte: Instituto Pet Brasil com elaboração da Abinpet.

Em 2018, o Brasil ocupou a segunda posição no mundo de maior população de cães, gatos, aves canoras e ornamentais, sendo também o terceiro maior país em população total de animais de estimação, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Animais de Estimação (ABINPET, 2019). Segundo estimativas de 2018, há no Brasil, aproximadamente, 54,2 milhões de cães, 23,9 milhões de gatos, 19,1 milhões de peixes, 39,8 milhões de aves e 2,3 milhões de outros animais, totalizando 139,3 milhões de pets, conforme ilustra a figura 1, números que evidenciam a potência do setor pet na economia brasileira (ABINPET, 2019).

**Figura 1 – População de animais de estimação no Brasil em 2018**



Fonte: Instituto Pet Brasil com elaboração da Abinpet.

## O Setor Pet

De acordo com a ABINPET (2019), o setor pet corresponde a um ramo do agronegócio pertencente à criação, produção e comercialização de animais de estimação e produtos relacionados a eles. Ele é composto por três seguimentos: o Pet Food, composto pela indústria e integrantes da cadeia de distribuição de alimentos; o Pet Vet, correspondente aos medicamentos veterinários; e o Pet Care, referente aos cuidados com a saúde e a higiene animal (ABINPET, 2019).

Atualmente, o mercado pet representa 0,36% do PIB brasileiro, ultrapassando outros setores como o de utilidades domésticas e de automação industrial (ABINPET, 2019). No ano de 2018, a indústria de produtos pet conquistou R\$ 20,3 bilhões, sendo que desse montante, 73,9% do faturamento é relacionado ao Pet Food, 17,7% ao Pet Vet e 8,4% ao Pet Care, conforme mostra o gráfico 1 (ABINPET, 2019).

## Gráfico 1 – Faturamento do mercado pet brasileiro em 2018

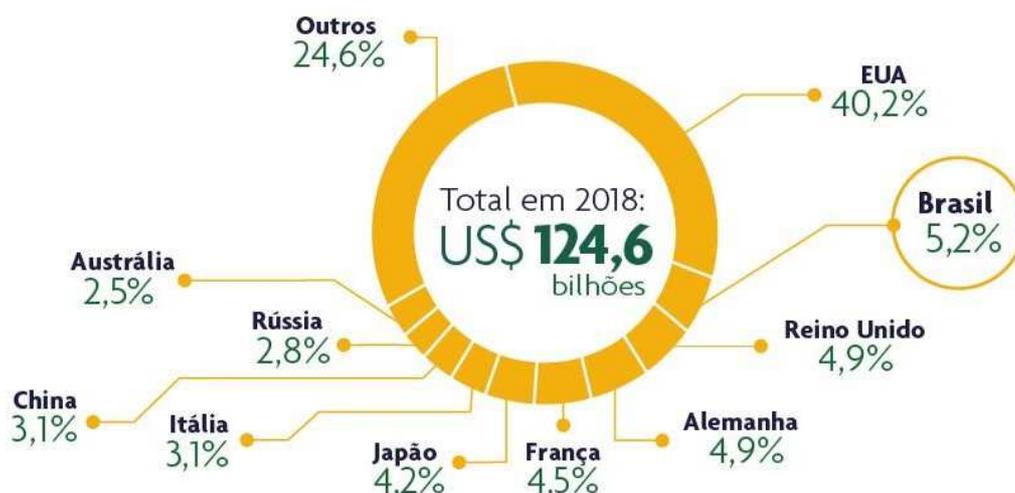


Fonte e elaboração: Abinpet.

Em 2006, o faturamento do mercado pet brasileiro era de R\$ 3,3 bilhões (ABINPET, 2019), o que vem crescendo expressivamente ao longo dos anos. De 2017 a 2018, houve crescimento de 10% do seguimento Pet Vet, 6,5% do Pet Care e 7,8% do Pet Food. Se pegar o aumento do volume Pet Food em milhões de toneladas, elas representaram em 2017 2,65 toneladas, já em 2018 2,74 toneladas (ABINPET, 2019).

O montante do faturamento com o mercado mundial pet em 2017 foi de US\$ 119,5 bilhões. No cenário mundial em 2018, o Brasil ocupou a segunda posição, com 5,2% do faturamento, ficando atrás dos Estados Unidos, que possui 40,2% dos 124,6 bilhões totais. Seguido do Brasil, estava o Reino Unido com 4,9%, ou seja, o país encontra-se entre os três maiores mercados pet mundiais (ABINPET, 2019). Os números do faturamento do mercado pet mundial em 2018 encontram-se no gráfico 2, onde é possível verificar os 10 maiores mercados do mundo, que ainda contam com: Alemanha, França, Japão, Itália, China, Rússia e Austrália.

## Gráfico 2 – Faturamento do mercado pet mundial em 2018



Fonte: Euromonitor, com a elaboração de Abinpet.

## Informações sobre a carga tributária dos alimentos pet e o ramo Pet Food

A carga tributária do segmento de alimentos pet é cerca de 51,20%, composta por Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Substituição Tributária pelo Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS-ST), Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Pis/Cofins) (ABINPET, 2019b). A tabela 2 apresenta um comparativo de impostos sobre preço base da indústria. Há variações de acordo com o Estado da Federação e com o regime tributário da empresa.

**Tabela 2 – Comparativo de impostos**

ALÍQUOTA NORMAL			ALÍQUOTA EFETIVA			CARGA (%)
ICMS	PIS/COFINS	IPI	ICMS	PIS/COFINS	IPI	
18%	9,25%	10%	24,74%	12,71%	13,75%	51,20%*

Fonte e elaboração: Abinpet e LCA Consultoria.

Essa carga tributária representa 65% da receita do setor de alimentos pets. Também, de acordo com a Abinpet (2019b), 60% do faturamento do Pet Food é oriundo das classes C, D e E, que são as mais sensíveis à tributação. Estima-se que a cada R\$ 1,00 gasto com alimento completo, R\$ 0,50 é imposto (ABINPET, 2019b). Esse fato pode dificultar para que mais pessoas tenham acesso ao alimento industrializado pet, que é todo alimento que sofreu qualquer tipo de processamento em ambiente industrial, atendendo as regulamentações específicas do setor (ABINPET, 2019b), em outras palavras, a ração para animais de estimação.

No Pet Food, os alimentos industrializados são categorizados em completos, coadjuvantes ou específicos. Os alimentos completos possuem características específicas ou funcionais para os animais de companhia, sendo compostos por ingredientes ou matérias-primas e aditivos capazes de atenderem todas as necessidades nutricionais que os animais precisam. Os aditivos alimentares são substâncias que são acrescentadas nos alimentos com o objetivo de manter ou modificar o sabor, melhorar a aparência, o aroma ou aumentar o tempo de conservação. Alguns exemplos de alimentos completos são as diversas linhagens de ração standard, premium e super premium, presentes nos pet shops e em alguns supermercados.

Os alimentos coadjuvantes são compostos por ingredientes, matérias-primas ou aditivos, que são destinados para os animais que possuem certos tipos de doença, distúrbio fisiológico ou metabólico, em que uma alimentação diferenciada faz parte do tratamento, atendendo as exigências nutricionais desses animais. Vale ressaltar que os alimentos coadjuvantes não possuem nenhum tipo de agente farmacológico ou remédio, apenas sua formulação é pensada de acordo com a dieta de um paciente, por exemplo, eles podem ter um baixo teor de sódio ou uma proteína diferente das comumente usadas.

Os alimentos específicos são os produtos usados como agrado, prêmio ou recompensa, como por exemplo, os petiscos, os biscoitos e alguns sachês, destinados exclusivamente para os animais de companhia, sendo compostos por matéria-prima ou aditivos que não atendem todas as necessidades nutricionais, o que faz com que esses alimentos não sejam considerados alimentos completos.

Esses três diferentes tipos de alimentos recebem a tributação da tabela 2. O Brasil possui a maior carga tributária do setor pet do mundo, 51,20%, enquanto na Europa é cerca de 18,50% e nos Estados Unidos 7%, conforme ilustra o gráfico 3 (ABINPET, 2019b). Esse comparativo é frequente

entre a indústria pet que defende que se os impostos sobre o produto final diminuíssem no Brasil, o setor pet poderia se desenvolver ainda mais de maneira sustentável e os segmentos das sociedades que são afetados pela excessiva tributação poderiam ter um acesso mais adequado aos produtos e serviços pet, acarretando na melhora da qualidade de vida e bem-estar animal (ABINPET, 2019b).

**Gráfico 3 – Comparativo de impostos do setor pet**

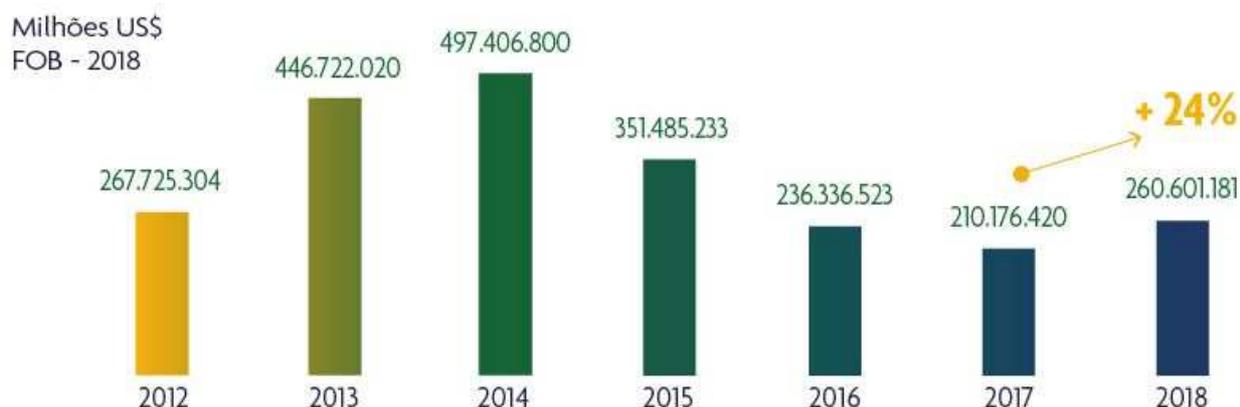


Fonte e elaboração: Abinpet e LCA Consultoria.

### Balança comercial do mercado pet brasileiro

As exportações brasileiras do mercado pet, que incluem os setores Pet Food, Pet Care, Pet Vet e ainda animais vivos, tiveram saldo positivo no ano de 2018, acompanhando o ritmo do setor no país, com saldo de US\$ FOB 260,6 milhões, um aumento de 24% em relação a 2017 (ABINPET, 2019b), conforme mostra o gráfico 4.

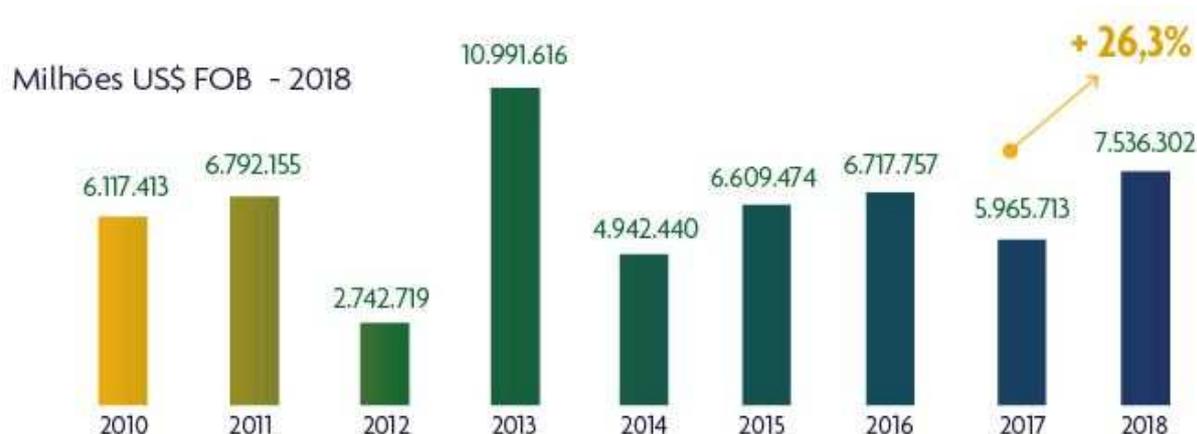
**Gráfico 4 – Exportações brasileiras do mercado pet**



Fonte: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) com elaboração da Abinpet.

No quesito importação, também houve elevação de 26,3% no setor Pet Food, o que demonstra crescimento e desenvolvimento desse segmento (ABINPET, 2019b), como mostra o gráfico 5. Normalmente, os alimentos para cães ou gatos importados são acondicionados para venda a retalho, ou seja, em varejo, chegando até os tutores preocupados com a nutrição de seu animal (ABINPET, 2019b).

## Gráfico 5 – Importações brasileiras do Pet Food



Fonte: Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil (ComexStat) com elaboração da Abinpet.

## Os animais de estimação na Região do Grande ABC Paulista

A Região do Grande ABC Paulista conta com uma expressiva presença de cães e gatos domiciliados. Os números das populações de cães e gatos por município em 2018 foram calculados pelo Instituto Pasteur (2018) com base nas médias de animais vacinados, conforme série histórica, sendo uma das fontes oficiais desse tipo de dado, utilizada inclusive para o planejamento de ações das secretarias de saúde. Para o presente estudo, foram consideradas essas duas espécies, cães e gatos, por serem as mais populares no país, conforme mostra a figura 1, também porque as aves canoras e ornamentais representam diferentes espécies e não há números estimados de cada uma delas.

Para explorar a relação dos animais de estimação com a população humana nos municípios foram usados os números das populações das cidades de 2017, presentes no endereço eletrônico da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2018), que faz uma estimativa da população geral. Os números das populações de crianças de 0 a 14 anos foram oriundos do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O IBGE não faz projeções de população para o nível geográfico municipal, por isso os números utilizados da população de crianças de 2010 podem estar desatualizados para os dias atuais, bem como as os números das demais populações humana, de cães e de gatos que são estimados, não sendo todos precisos como um censo. Todavia, os cenários comparativos apresentados nesta nota técnica servem para ilustrar o contexto dos animais de estimação na região, não tendo as suas interpretações impactadas significativamente por essas diferenças numéricas.

Na tabela 3, é possível verificar a quantidade de crianças, cães e gatos por município da Região do Grande ABC Paulista.

**Tabela 3 – Quantidade de crianças, cães e gatos por município da Região do Grande ABC Paulista**

<i>Município</i>	<i>População</i>	<i>Crianças (0 a 14 anos)</i>	<i>Cães</i>	<i>Gatos</i>	<i>Total C+G<sup>1</sup></i>
<i>Diadema - SP</i>	409613	91049	34505	7408	41913
<i>Mauá - SP</i>	448776	96098	36343	8248	44591
<i>Ribeirão Pires - SP</i>	119644	23325	14661	1596	16257
<i>Rio Grande da Serra - SP</i>	47731	11076	8148	1071	9220
<i>Santo André - SP</i>	707613	128987	60991	9703	70694
<i>São Bernardo do Campo - SP</i>	811489	158908	52363	13983	66347
<i>São Caetano do Sul - SP</i>	157205	22880	11338	1883	13222

<sup>1</sup> número de cães + número de gatos.

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS considerando os dados do Instituto Pasteur, do MS e do IBGE.

Na tabela 4, há a relação dos números de crianças, cães e gatos com o número da população por município da Região do Grande ABC Paulista, calculados dividindo o número da população desejada pela o número da população humana. Para melhor visualização dos números apresentados na tabela 4, foram construídos os gráficos 6, 7 e 8.

**Tabela 4 – Relação dos números de crianças, cães e gatos com o número da população por município da Região do Grande ABC Paulista**

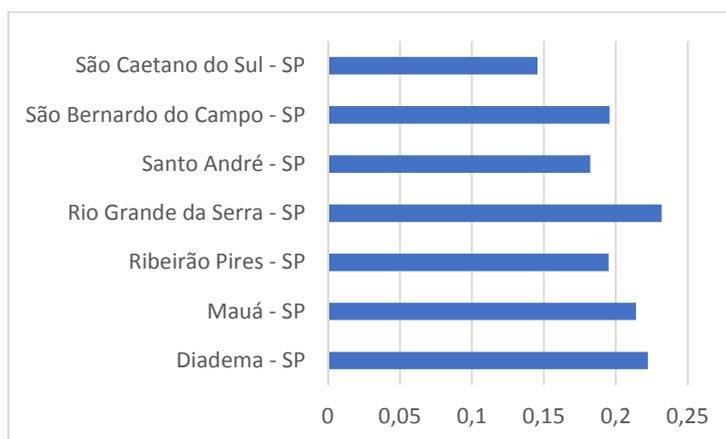
<i>Município</i>	<i>Relação crianças e população</i>	<i>Relação cães e população</i>	<i>Relação gatos e população</i>
<i>Diadema – SP</i>	0.222	0.084	0.0180
<i>Mauá – SP</i>	0.214	0.080	0.0183
<i>Ribeirão Pires – SP</i>	0.194	0.122	0.0133
<i>Rio Grande da Serra – SP</i>	0.232	0.170	0.0224
<i>Santo André – SP</i>	0.182	0.086	0.0137
<i>São Bernardo do Campo – SP</i>	0.195	0.064	0.0172
<i>São Caetano do Sul – SP</i>	0.145	0.072	0.0119

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS considerando os dados do Instituto Pasteur, do MS e do IBGE.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015a) afirma que há mais cães nos lares brasileiros do que crianças, pois calcula-se que são 52,2 milhões de cães domiciliados, versus 45,6 milhões de crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2015b). É preciso ainda considerar os 22,1 milhões de gatos domiciliados (IBGE, 2015a).

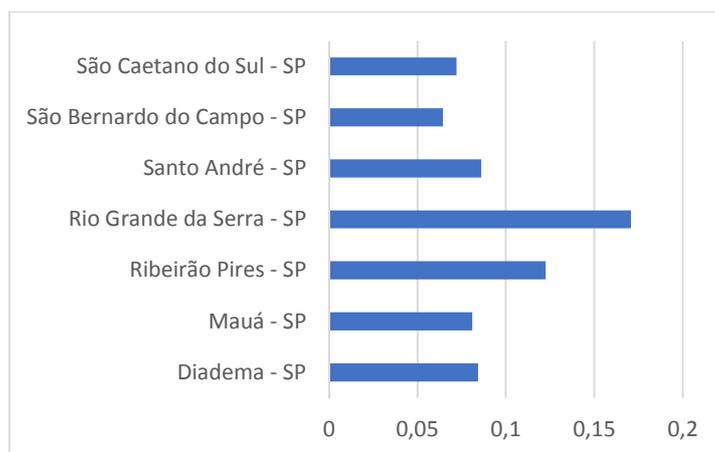
Ao contrário do cenário brasileiro, há mais crianças que cães ou gatos nos lares dos sete municípios da região, conforme mostra as tabelas 3 e 4. A cidade que possui maior relação do número de crianças com o número da população é Rio Grande da Serra, seguida por Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Santo André e São Caetano do Sul.

**Gráfico 6 – Relação do número de crianças com o número da população por município da Região do Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS considerando os dados do Instituto Pasteur, do MS e do IBGE.

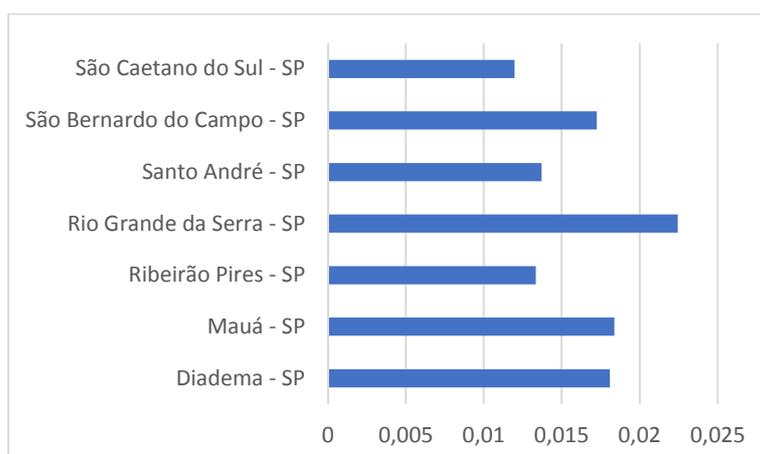
**Gráfico 7 – Relação do número de cães com o número da população por município da Região do Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS considerando os dados do Instituto Pasteur, do MS e do IBGE.

A cidade que possui maior relação do número de cães com o número da população é Rio Grande da Serra, seguida por Ribeirão Pires, Santo André, Diadema, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo.

## Gráfico 8 – Relação do número de gatos com o número da população por município da Região do Grande ABC Paulista



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS considerando os dados do Instituto Pasteur, do MS e do IBGE.

A cidade que possui maior relação do número de gatos com o número da população é Rio Grande da Serra, seguida por Mauá, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul.

Não se sabe o porquê dessas diferenças de preferência por espécie entre os municípios. O único padrão encontrado foi que o município de Rio Grande da Serra possui mais crianças, cães e gatos em sua população, quando comparado às demais cidades.

São necessários mais estudos na Região do Grande ABC paulista para entender o porquê dessa diferença de preferência por espécie entre os municípios, bem como um censo animal nessas cidades para melhor discussão dos dados e viabilização de projetos e políticas públicas que envolvam a promoção de saúde única e bem-estar animal, pois os animais estão compondo as famílias, são sujeitos de direito e impactam nas saúdes das pessoas e do ambiente.

### **Cada animal de estimação merece atenção, cuidado, respeito e garantia das liberdades do bem-estar animal**

Independente da quantidade de animais existente dentro de um lar ou de toda a movimentação econômica por conta dos pets, cada animal é um ser sensiente, ou seja, tem sentimentos, sente dor, medo, tem que ter as suas liberdades nutricional, sanitária, ambiental, comportamental e psicológica assistidas e merece respeito.

As cinco liberdades são um conceito da ciência do bem-estar animal. A liberdade nutricional significa a disponibilidade de alimentos e água em quantidade e qualidade adequadas (MOLENTO, 2006). A liberdade sanitária abrange a prevenção, a ausência e a assistência de problemas de saúde tais como doença e ferimentos (MOLENTO, 2006). A liberdade ambiental inclui a adequação das instalações nas quais os animais são mantidos, tais como a adequação das superfícies de contato e o espaço disponível (MOLENTO, 2006). Essas três liberdades geralmente são garantidas pelos tutores responsáveis, ou são as comumente pensadas. Contudo, as seguintes liberdades são as mais desafiadoras e que normalmente não são respeitadas.

A liberdade comportamental refere-se à comparação entre o comportamento natural em ambiente similar àquele em que a espécie evoluiu e o comportamento possível sob as condições em análise (MOLENTO, 2006), por exemplo, um gato gosta de ficar em lugares altos, escalar e arranhar e não deve ser privado desses comportamentos que podem ser direcionados com adaptações em seus lares com prateleiras e arranhadores, bem como um cães precisa andar, praticar exercícios, passear, não sendo necessários, quando saudáveis, carrinhos para carregá-los. A liberdade

psicológica representa a liberdade de medo, distresse e alguns sentimentos negativos, tais como frustração e tédio (MOLENTO, 2006), que são extremamente comuns em animais de estimação e deveriam ser considerados pelos seus tutores, bem como os estresses psicológico, térmico e físico causado por roupinhas, sapatos, excesso de banho e perfumes.

É essencial que haja maior conscientização sobre o comportamento e as necessidades de cada espécie para que os seres humanos não tratem os animais como pessoas, o que é chamado de antropomorfização, pois esse tipo de confusão fere os direitos, o bem-estar animal e a guarda responsável. Essa conscientização também serve para a reflexão antes de adquirir animais ou até mesmo após tê-los em seu lar, pois só assim as pessoas saberão a melhor forma de lidar com as diferentes situações enfrentadas com os seus animais sem desrespeitá-los ou maltratá-los.

Uma vez que se adquire um animal, é imprescindível ter a consciência de que ele é ser vivo que requer cuidados, atenção e respeito, conforme descrito pelas liberdades descritas acima, não sendo um objeto que pode ser descartado por causa de qualquer desculpa, que varia desde mal comportamento, mudança de casa, dificuldade financeira, estabilidade emocional, a porque irá nascer alguma criança na família, lembrando que abandono de animais é crime previsto pelo Art. 164 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40 (BRASIL, 1940), assim como maus-tratos, Art. 32 da Lei de Crimes Ambientais 9605/98 (BRASIL, 1998).

Por isso, antes de assumir a responsabilidade de ser guardião de um animal, consulte todas as partes envolvidas, como as pessoas que cuidarão dele e a sua família, conheça o comportamento e as necessidades da futura espécie escolhida e veja o seu bolso para saber se poderá arcar com todas as necessidades e contratempos que envolvam um animal de estimação.

---

**Stefanie Sussai.** Médica Veterinária, formada pela Univ. Anhembi Morumbi, com “graduação sanduíche” através do Programa Ciência sem Fronteiras, na University of Wisconsin - Madison, EUA. Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Fac. de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Fundadora do Coletivet - Grupo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo da Univ. Anhembi Morumbi. Coordenadora dos Médicos Veterinários de Rua da Associação Médicos do Mundo.

**Ivan Santos da Silva.** Graduando em Medicina Veterinária pela Univ. Nove de Julho. Promotor de Ponto de Venda da PremieR Pet. Voluntário dos Médicos Veterinários de Rua da Associação Médicos do Mundo.

## Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). **Mercado Pet Brasil.** Disponível em: <[http://abinpet.org.br/wp-content/uploads/2019/10/abinpet\\_folder\\_2019\\_draft5.pdf](http://abinpet.org.br/wp-content/uploads/2019/10/abinpet_folder_2019_draft5.pdf)>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). **Informações gerais do setor Pet.** Disponível em: <[http://abinpet.org.br/infos\\_gerais/](http://abinpet.org.br/infos_gerais/)>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SAGE - Sala de Apoio à Gestão Estratégica.** Disponível em: <<http://sage.saude.gov.br/#>>.

BRASIL. **Art. 164 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618135/artigo-164-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>.

BRASIL. **Art. 32 da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11334574/artigo-32-da-lei-n-9605-de-12-de-fevereiro-de-1998>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2013. Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências : Brasil, grandes regiões e unidades da federação**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. 2. ed.

INSTITUTO PASTEUR. **População de cães e gato 2018**. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/vacinacao/populacao\\_de\\_caes\\_e\\_gatos\\_2018.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/vacinacao/populacao_de_caes_e_gatos_2018.pdf)>.

MOLENTO, C. F. M. **Repensando as cinco liberdades**. Disponível em: <<http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/10/MOLENTO-2006-REPENSANDO-AS-CINCO-LIBERDADES.pdf>>.

WITTER, I. C. **A família contemporânea e o animal doméstico: uma reflexão acerca do status do animal no contexto familiar e os efeitos dessa relação no Direito**. 2016. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/1109/2/WITTER%20 I. C. A família contemporânea e o animal doméstico\\_2016.2.pdf](http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/1109/2/WITTER%20I.%20C.%20A%20fam%C3%ADlia%20contempor%C3%A2nea%20e%20o%20animal%20dom%C3%A9stico_2016.2.pdf)>.

## 19. INDICADORES DO NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE SÃO CAETANO DO SUL

Patrícia Maria Villa Lhacer

### **Resumo Executivo**

*A presente nota técnica tem como objeto explicitar o trabalho realizado pelo Núcleo de Justiça Restaurativa de São Caetano, bem como apresentar os principais indicadores dos casos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Caetano do Sul ao Núcleo de Justiça Restaurativa, entre os meses de março de 2018 a julho de 2019.*

### **Contextualizando a Justiça Restaurativa Juvenil**

O conceito de Justiça Restaurativa é polissêmico e é definido, segundo o artigo 1º da Resolução 225, de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

A Justiça Restaurativa, na área criminal, surge em contraposição aos modelos tradicionais punitivistas, com concepções meramente retributivas, em que o Estado é visto como vítima; as necessidades e direitos das vítimas são ignorados; as dimensões interpessoais são ignoradas; a natureza conflitual do crime é obscurecida e a ofensa é definida em termos técnico-jurídicos, entre outros elementos.

Nas práticas restaurativas, as pessoas e as relações são vistas como vítimas; as necessidades e direitos das vítimas são vistos como centrais; a natureza conflitual do crime é reconhecida e a ofensa é reconhecida em seu amplo contexto moral, social, econômico e político, entre outros.

O enfoque restaurativo tem uma abordagem diferenciada das situações acima descritas, uma vez que busca a participação dos envolvidos, das famílias e das comunidades e sua atenção está voltada às necessidades legítimas da vítima e do ofensor e à reparação dos danos sofridos. Além disso, há compartilhamento de responsabilidades e obrigações entre ofensor, vítima, famílias e comunidade para superação das causas e consequências do ocorrido, visando sempre o futuro.

O principal marco jurídico internacional, no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU), é a Resolução 2002/12, que estabelece Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, recomendando a utilização dos programas de Justiça Restaurativa em qualquer estágio do processo criminal, observando-se em relação à participação das partes: a voluntariedade, a confidencialidade de suas declarações, respeito às diferenças culturais e responsabilização do autor do fato perante a vítima e a comunidade.

O incentivo à pesquisa relacionada aos programas restaurativos, igualmente, é contemplado na referida Resolução, visando avaliar o alcance e resultado dos programas, em termos de resultados restaurativos, e se são utilizados como complemento ou alternativa ao processo criminal tradicional. Os resultados das pesquisas e avaliações devem orientar o aperfeiçoamento do gerenciamento e desenvolvimento dos programas (ONU, 2012).

A Resolução 225, de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e segue as recomendações das Organizações das Nações Unidas, declarando que o direito ao acesso à Justiça, previsto no

artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica o acesso a meios consensuais, voluntários e mais adequados a alcançar a pacificação das demandas sociais relacionadas às questões de conflitos e violência, sempre objetivando a promoção da paz social.

Regulamentando os procedimentos restaurativos, a Resolução do CNJ define sessões restaurativas como todo e qualquer encontro realizado entre ofensor, vítima, quando houver, bem como das suas famílias e dos demais envolvidos em fato danoso, com a presença de representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Todas as práticas restaurativas devem ser coordenadas por, preferencialmente, dois facilitadores restaurativos capacitados em técnicas auto compositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa e a metodologia mais utilizada no Brasil, atualmente, é a de Círculos de Construção de Paz (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

Na seara da Infância e Juventude, a utilização de programas de Justiça Restaurativa voltados aos adolescentes em conflito com a lei encontra respaldo em diversos instrumentos normativos internacionais, tais como:

- ✓ Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil, “Regras de Beijing” - Resolução da Assembleia Geral 40/33, 29 de novembro de 1985;
- ✓ Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, “Diretrizes de Riad” - Resolução da Assembleia Geral 45/112, 14 de dezembro de 1990;
- ✓ Regras Mínimas das Nações Unidas para Medidas Não Privativas de Liberdade, “Regras de Tóquio” - Assembleia Geral 45/110, 14 de dezembro de 1990;
- ✓ Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, “Regras de Havana” - Assembleia Geral 45/113, 14 de dezembro de 1990;
- ✓ Diretrizes para Ação para Crianças Mantidas no Sistema de Justiça Penal - Resolução do Conselho Econômico e Social 1997/30, 21 de julho de 1997.

A legislação brasileira, de maneira igual, estabelece que, prioritariamente, sejam adotadas práticas ou medidas restaurativas, em relação a adolescentes que tenham praticado ato infracional, conforme estabelece o artigo 35, incisos, II e III, da lei 12.594/12, denominada lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90), em seu artigo 103, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal e os adolescentes, aqueles que à data do fato tiverem entre doze e dezoito anos, que praticarem ato infracional podem ser aplicadas, além de medidas de proteção, as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A aplicação do procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo infracional convencional.

O Relatório “Promovendo Justiça Restaurativa para Crianças e Adolescentes” produzido pelas Nações Unidas, em 2013, com a contribuição de diversos países, incluindo o Brasil, a partir das diferentes experiências dos programas de Justiça Restaurativa Juvenil, concluiu que as taxas de reincidência de adolescentes que se beneficiaram os programas de Justiça Restaurativa são significativamente mais baixas se comparadas aos grupos submetidos à justiça tradicional.

O referido Relatório consignou que a Justiça Restaurativa propicia a resolução de conflitos de maneira pacífica e contribui para que tenhamos sociedades democráticas e coesas, permitindo que não se avalie o quanto de castigo será infligido, mas o quanto de dano será reparado, ou quanta recorrência da violência será evitada por meio de um efetivo processo de reintegração dos jovens ofensores à sociedade (NOVA IORQUE, 2013).

### **O Núcleo de Justiça Restaurativa de São Caetano do Sul como integrante do Programa de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: indicadores iniciais**

No Brasil, possuem programas de Justiça Restaurativa os Tribunais Estaduais do Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins e os Tribunais Federais da 1ª. e 4ª. Regiões (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

Os Tribunais Estaduais de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Maranhão, Rondônia e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região possuem iniciativas em práticas restaurativas em nível de projetos ou ações (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

No Estado de São Paulo, existem 19 (dezenove) Núcleos de Justiça Restaurativa instalados sob a supervisão da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (CIJ/TJSP), nas seguintes cidades: Adamantina, Americana, Barueri, Boituva, Campinas, Itajobi, Laranjal Paulista, Leme, Marapoama, Ribeirão Preto, Santos, São Caetano do Sul, São José do Rio Preto, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Tatuí e Tietê.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as práticas restaurativas são aplicadas nas seguintes áreas, conforme Tabela nº 1.

**Tabela 1 – Área de aplicação das práticas restaurativas no âmbito do TJ/SP**

<b>Área de aplicação das práticas restaurativas no âmbito do TJ/SP</b>
<b>Infância e Juventude – Atos Infracionais</b>
<b>Infância e Juventude – Conflitos Escolares</b>
<b>Violência Doméstica</b>
<b>Fortalecimento de vínculos e outras aplicações preventivas</b>
<b>Infância e Juventude – Medidas Protetivas</b>
<b>Conflitos de Família</b>
<b>Outros conflitos cíveis</b>
<b>Criminal – Tóxicos (Tráfico e Porte de drogas)</b>
<b>Criminal – Crimes de trânsito</b>
<b>Criminal – Crimes Sexuais</b>
<b>Área administrativa – gestão de pessoas</b>

Elaboração: Observatório de Justiça Restaurativa, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2019).

O Observatório de Justiça Restaurativa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (OJUSCS) possui duas formas de atuação interligadas: o Grupo de Estudos de Justiça Restaurativa, cujo objetivo principal é o de realizar estudos e pesquisas acadêmicas relacionadas à temática da Justiça Restaurativa e o Núcleo de Justiça Restaurativa, voltado para o atendimento dos casos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Caetano do Sul, de acordo com a parceria firmada com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em março de 2018.

O Núcleo de Justiça Restaurativa de São Caetano do Sul realiza sessões restaurativas, nos termos da Resolução 225, de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, com atendimento às sextas-feiras a tarde, com atuação de três facilitadoras, sendo duas facilitadoras voluntárias e uma facilitadora, que é professora da Universidade e Coordenadora Técnica do Núcleo.

De março de 2018 a julho de 2019, foram encaminhados ao Núcleo de Justiça Restaurativa pela Vara da Infância e Juventude 19 (dezenove) processos: 18 (dezoito) processos relacionados a ato infracional e 1 (um) processo relacionado a medidas protetivas.

Em relação ao ato infracional equiparado a crime ou contravenção, concluímos que as infrações cometidas são consideradas infrações leves e 50% (9 processos encaminhados) correspondem ao ato infracional equiparado a lesão corporal (artigo 129 do Código Penal), conforme Tabela nº 1.

**Tabela 1 – Enquadramento do Ato Infracional**

<b>Enquadramento legal do Ato Infracional</b>	
<b>Lesão Corporal</b>	9 (50%)
<b>Lesão Corporal e outros atos infracionais (ameaça, dano, injúria, desacato)</b>	5 (28%)
<b>Ameaça e Injúria</b>	3 (17%)
<b>Tentativa de furto</b>	1 (5%)

Elaboração: Observatório de Justiça Restaurativa

A maior parte dos casos encaminhados (11) - ou seja, 61% - corresponde a conflitos que se originaram no ambiente escolar, ou seja, são conflitos que ocorreram dentro do âmbito escolar ou nos seus arredores, envolvendo adolescentes que estudavam na mesma escola, conforme Tabela nº 2.

Em 33% dos casos (6), o conflito ocorreu no ambiente familiar, ou seja, dentro do local de moradia dos adolescentes, tendo como vítimas seus familiares próximos, como pais, mães e irmãos.

**Tabela 2 – Ato Infracional e Tipo de Conflito**

<b>Ato Infracional e Tipo de Conflito</b>	
<b>Relacionado ao ambiente escolar</b>	11 (61%)
<b>Relacionado ao ambiente familiar</b>	6 (33%)
<b>Vizinhança</b>	1 (6%)

Elaboração: Observatório de Justiça Restaurativa.

Em relação à concordância das partes, dos 18 processos encaminhados em 12 (67%) dos casos as partes anuíram em participar do processo restaurativo, conforme dados da Tabela nº 03.

**Tabela 3 – Concordância das partes para participação no Processo Restaurativo**

<b>Anuência para o Processo Restaurativo</b>	
<b>Não aceitação expressa pelas vítimas (casos de conflitos escolares)</b>	2 (11%)
<b>Não comparecimento dos adolescentes (casos de conflitos familiares)</b>	2 (11%)
<b>Adolescentes – não assunção de responsabilidade</b>	2 (11%)
<b>Concordância das partes</b>	12 (67%)

Elaboração: Observatório de Justiça Restaurativa.

Em relação aos processos em que partes concordaram em participar do processo restaurativo, em 5 processos as condições de cumprimento dos acordos já foram monitoradas, até julho de 2019 e em todos eles as condições foram cumpridas. Um acordo não foi realizado devido ao falecimento do adolescente. Existem 4 casos (33% dos casos) que aguardam o cumprimento das condições celebradas no acordo e 2 (dois) processos estão em fase da celebração de acordo entre as partes, conforme dados da Tabela nº 4.

**Tabela 4 – Resultados dos Acordos Celebrados até julho de 2019**

<b>Casos com concordância das Partes para Participação no Processo Restaurativo</b>	
<b>Acordos já cumpridos</b>	5 (42%)
<b>Acordos em cumprimento</b>	4 (33%)
<b>Acordos em fase de realização dos encontros para celebração</b>	2 (17%)
<b>Acordo não celebrado (falecimento do adolescente)</b>	1 (8%)

Elaboração: Observatório de Justiça Restaurativa.

## **Considerações**

Os resultados apresentados na presente nota técnica referem-se ao funcionamento de um ano e quatro meses do Núcleo de Justiça Restaurativa de São Caetano do Sul, período inicial da implementação das atividades do Núcleo, com atendimento semanal, em que um dos desafios encontrados é o da ampliação dos atendimentos, diante da dificuldade de encontrar pessoas para atuar como facilitadores, uma vez que existem poucas pessoas com formação adequada e no Brasil não existe remuneração prevista a esses profissionais (SANTOS, 2019; TONCHE, 2014).

O número de conflitos escolares nos leva à necessária reflexão sobre a importância da inserção da dimensão restaurativa nas escolas, evitando a judicialização dos conflitos, uma vez que essa dimensão permitiria a substituição de ambiente escolar permeado pela insegurança e violência por um ambiente permeado por diálogo e aprendizagem, na perspectiva de cidadania de crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, nos termos do art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (MELLO, EDNIR e YAZBEK, 2008) e da Lei 13. 185/15, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Os números apresentados sobre os acordos firmados e cumpridos necessitam ser acompanhados a longo prazo e não existem dados de outros Núcleos de Justiça Restaurativa disponíveis para que se possa realizar eventual análise dos dados aqui apresentados com dados estaduais.

O relatório “Promovendo Justiça Restaurativa para Crianças e Adolescentes”, produzido pelas Nações Unidas em 2013, concluiu que, no Brasil, 90% de todos os adolescentes encaminhados aos círculos restaurativos cumpriram seus acordos restaurativos (NOVA IORQUE, 2013). Os acordos firmados no Núcleo de Justiça Restaurativa de São Caetano do Sul, e que tiveram o monitoramento do cumprimento das condições cumpridas no acordo, até julho de 2019, foram cumpridos em 100% dos casos e, portanto, estão em consonância com o exposto no Relatório das Nações Unidas.

---

**Patrícia Maria Villa Lhacer.** Professora de Direito Penal e Direito Processual Penal da Universidade Municipal De São Caetano do Sul (USCS) Coordenadora do Observatório de Justiça Restaurativa da USCS. Doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/1937035124794063>.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2002/12**, de 24 de julho de 2002. Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Disponível em:< <http://www.unhcr.org/refworld/docid/46c455820.html>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa**. Brasília: CNJ, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 225**, de 31 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2016.

MELO, Eduardo R.; EDNIR, Madza; YAZBEK, Vânia C. **Justiça restaurativa e comunitária em São Caetano do Sul**: aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania. São Paulo: CECIP, 2008.

SRSG on Violence Against Children. **Promoting Restorative Justice for Children**, Nova York, EUA, 2013. Tradução de Fátima Debastiani. Promovendo justiça restaurativa para crianças e adolescentes. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2015.

SANTOS, Mariana de Oliveira. **Justiça Restaurativa e Ato Infracional: Desafios e Possibilidades a partir do Município de São Caetano do Sul**. 2019. Iniciação Científica em Direito. Curso de Direito, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019.

TONCHE, Juliana. Entre práticas e discursos: a utilização da justiça restaurativa na resolução de conflitos escolares envolvendo crianças, adolescentes e seus familiares em São Caetano do Sul-SP. **Estud. Sociol.** Araraquara, vl. 19, n. 36, p. 41-54, 2014.

TONCHE, Juliana. Justiça restaurativa e racionalidade penal moderna: uma real inovação em matéria penal?. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 3, n. 1, 2016.

## 20. INDICADORES CRIMINAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA

David Pimentel Barbosa de Siena  
Ana Carolina Kaminski Buratto  
Rafaella Navarro Leonel

### Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objeto as informações criminais da região do Grande ABC Paulista relativas ao primeiro trimestre de 2019. Foram coletados os dados dos crimes praticados no período eleito, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

### Mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)

Diante dessas informações é possível aferir o número de *mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)*, indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, *caput* e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 1º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 1º, do Código Penal).

**Tabela 1 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 1º trimestre 2018 e 1º trimestre 2019**

Município	1º trimestre de 2018	1º trimestre de 2019	Variação
Santo André	14	15	7,1%
São Bernardo do Campo	14	13	-7,1%
São Caetano do Sul	0	3	Infinito
Diadema	10	7	-30%
Mauá	18	13	-27,7%
Ribeirão Pires	2	0	-100%
Rio Grande da Serra	0	1	%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>52</b>	<b>-10,3%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve redução do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (-10,3%). Em números absolutos, Santo André foi o município que liderou o ranking com 15 mortes durante o primeiro trimestre de 2019. Já em Ribeirão Pires não foram registradas mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais. Com relação às variações, em comparação ao primeiro trimestre de 2018, Mauá apresentou o maior aumento, enquanto Ribeirão Pires obteve a maior queda (-100%).

**Tabela 2 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 1º trimestre 2019**

Município	1º trimestre de 2019
Santo André	2,2
São Bernardo do Campo	1,6
São Caetano do Sul	2,0
Diadema	1,8
Mauá	3,1
Ribeirão Pires	0,0
Rio Grande da Serra	2,2

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Mauá também obteve a maior taxa de morte decorrente de CVLI, sendo que ocorreram 3,1 mortes por 100 mil habitantes durante o referido período, superior à taxa estadual de 3,73 mortes. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve no patamar mais baixo de violência, com taxa zero de mortes por 100 mil habitantes.

### Mortes decorrentes de oposição à intervenção policial

O número de *mortes decorrentes de oposição à intervenção policial* leva em consideração as ações envolvendo integrantes das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal), amparados por alguma causa excludente da ilicitude, que afasta a tipificação no crime de homicídio doloso.

**Tabela 3 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, Grande ABC Paulista, 1º trimestre 2018 e 1º trimestre 2019**

Município	1º trimestre de 2018	1º trimestre de 2019	Varição
Santo André	1	2	100%
São Bernardo do Campo	2	3	50%
São Caetano do Sul	0	0	0%
Diadema	0	1	Infinito%
Mauá	1	1	0%
Ribeirão Pires	0	0	0%
Rio Grande da Serra	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>75%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Durante o primeiro trimestre de 2019, ocorreram mais mortes decorrentes de oposição à intervenção policial em São Bernardo do Campo, onde houve três mortes. São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não registraram casos. Em comparação ao primeiro trimestre do ano anterior, Diadema apresentou a maior elevação, e São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não apresentaram variação percentual.

**Tabela 4 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2019**

Município	1º trimestre de 2019
Santo André	0,2
São Bernardo do Campo	0,3
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	0,2
Mauá	0,2
Ribeirão Pires	0,0
Rio Grande da Serra	0,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Considerando toda região, ocorreu um considerável aumento no número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial (75%). A Cidade de São Bernardo do Campo apresentou a maior taxa de morte decorrente de oposição à intervenção policial, com 0,3 mortes por 100 mil habitantes. Já São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentaram os melhores indicadores, com taxa zero de mortes.

### Estupros

No número de casos de *estupros* são levados em consideração todos aqueles em que houve vitimização sexual notificada à Polícia Civil, e classificada nos artigos 213 e 217-A, do Código Penal.

**Tabela 5 – Número de casos de estupros, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2018 e 1º trimestre de 2019**

Município	1º trimestre de 2018	1º trimestre de 2019	Variação
Santo André	31	21	32,2%
São Bernardo do Campo	39	49	25,6%
São Caetano do Sul	4	6	50,0%
Diadema	21	22	4,7%
Mauá	19	15	-21%
Ribeirão Pires	5	7	40%
Rio Grande da Serra	4	3	-25%
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>123</b>	<b>0%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Ao analisar ambas as tabelas, comparando os períodos, nota-se que o total continua o mesmo, porém com variações entre as cidades. São Bernardo do Campo, cidade com mais números de estupros do ABC paulista, teve um aumento de 10 casos. Enquanto a cidade de Santo André sofreu, felizmente, uma diminuição de casos. As cidades de Santo André, Mauá e Rio Grande da Serra tiveram seus casos reduzidos. São Caetano do Sul, Diadema e Ribeirão Pires aumentaram seus casos em relação ao trimestre do ano anterior. A variação ocorreu apenas entre as cidades, porém o total continua o mesmo do ano anterior.

**Tabela 6 – Número de casos de estupro por 100 mil habitantes no Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>1º trimestre de 2019</b>
Santo André	3,6
São Bernardo do Campo	6,6
São Caetano do Sul	4,0
Diadema	5,6
Mauá	3,4
Ribeirão Pires	9,0
Rio Grande da Serra	6,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A cidade que apresenta a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes é Ribeirão Pires. Isto é curioso, pois, na tabela anterior, a cidade com mais casos é a cidade de São Bernardo do Campo. Porém, devido ao número de seus habitantes, a taxa é inferior. A cidade que apresenta a menor taxa é Mauá.

### **Roubos em geral**

No número de casos de *roubos em geral* são compreendidos todos aqueles notificados à Polícia Civil, e classificados no artigo 157, *caput* e § 2º, do Código Penal, exceto os casos de roubo de veículos automotores, roubo a banco e roubo de carga, que possuem indicadores próprios.

**Tabela 7 – Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2018 e 1º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>1º trimestre de 2018</b>	<b>1º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	1960	1633	-16,6%
São Bernardo do Campo	1855	1493	-19,5%
São Caetano do Sul	171	171	0%
Diadema	1546	1546	0%
Mauá	830	736	-11,3%
Ribeirão Pires	136	99	-27,2%
Rio Grande da Serra	26	18	-30,7%
<b>Total</b>	<b>6524</b>	<b>5696</b>	<b>-12,6%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Observa-se uma redução do número de casos de roubos em geral (-12,6%). Em números absolutos, Santo André apresentou a maior quantidade de roubos. Ocorreram 1.633 casos. Rio Grande da Serra registrou a menor quantidade de crimes. Foram 18 casos. Em comparação ao primeiro trimestre do ano anterior, São Caetano do Sul e Diadema não apresentaram variação, e Rio Grande da Serra demonstrou a maior queda (-30,7%).

**Tabela 8 – Número de casos de roubos em geral por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2019**

Município	1º trimestre de 2019
Santo André	241,4
São Bernardo do Campo	195,0
São Caetano do Sul	114,5
Diadema	400,4
Mauá	176,4
Ribeirão Pires	87,5
Rio Grande da Serra	40,9

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Diadema apresentou a maior taxa de roubos em geral. Ocorreram 400,4 casos por 100 mil habitantes. Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 40,9 casos por 100 mil habitantes.

### Roubos e furtos de veículos

No número de casos de *roubos e furtos de veículos* são contabilizados todos os casos notificados à Polícia Civil, e classificados como roubo (artigo 157, caput e § 1º, do Código Penal) e furto (artigo 155, caput e § 4º, do Código Penal) de veículo automotor.

**Tabela 9 – Número de casos de roubos e furtos de veículos, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2018 e 1º trimestre de 2019**

Município	1º trimestre de 2018	1º trimestre de 2019	Variação
Santo André	1737	1425	-17,9%
São Bernardo do Campo	930	1022	-9,8%
São Caetano do Sul	161	175	-8,6%
Diadema	787	672	-14,6%
Mauá	845	630	-25,4%
Ribeirão Pires	131	81	-38,1%
Rio Grande da Serra	8	14	75 %
<b>Total</b>	<b>4599</b>	<b>4019</b>	<b>-2,6%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Depreende-se uma redução do número de casos de roubos e furtos de veículo (-2,6%). Santo André registrou a maior quantidade de roubos e furtos de veículo durante o primeiro trimestre de 2019, quando ocorreram 1.425 casos. Rio Grande da Serra foi o Município que registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 14 casos. Foi também em Ribeirão Pires onde ocorreu a maior diminuição, em comparação ao primeiro trimestre de 2018, apresentando queda de (-38,1 %). Por outro lado, Rio Grande da Serra foi o único local onde ocorreu aumento na variação (75 %).

**Tabela 10 – Número de casos de roubos e furtos por 100 mil veículos, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>1º trimestre de 2019</b>
Santo André	210,6
São Bernardo do Campo	133,5
São Caetano do Sul	117,2
Diadema	174,0
Mauá	151,0
Ribeirão Pires	71,6
Rio Grande da Serra	31,8

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A cidade de Santo André apresentou a maior taxa de roubos e furtos de veículos, onde ocorreram 198,25. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 27,53 casos por 100 mil veículos.

### **Produtividade policial**

Na construção do indicador *produtividade policial* são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*. Este, por sua vez, corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial.

**Tabela 11 – Número de prisões efetuadas, Grande ABC Paulista, 1º Trimestre de 2018 e 1º Trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>1º trimestre de 2018</b>	<b>1º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	507	493	-2,7%
São Bernardo do Campo	768	738	-3,9%
São Caetano do Sul	97	22	-77,3%
Diadema	394	340	-13,7%
Mauá	278	323	16,1%
Ribeirão Pires	86	65	-24,4%
Rio Grande da Serra	16	10	-37,5%
<b>Total</b>	<b>2146</b>	<b>1991</b>	<b>-7,2%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve uma ligeira queda no número de prisões efetuadas (-7,2%). São Bernardo do Campo efetuou o maior número de prisões durante o primeiro trimestre de 2019, quando foram procedidas 738 prisões. Rio Grande da Serra foi o município que efetuou o menor número de prisões, onde foram executadas 10 ordens. Mauá foi a única cidade onde ocorreu a elevação, em comparação ao primeiro trimestre de 2018, apresentando aumento de 16,1%. Por outro lado, São Caetano do Sul demonstrou a maior queda do número de prisões (-77,3%).

**Tabela 12 – Número de prisões efetuadas e furtos por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 1º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>1º trimestre de 2019</b>
Santo André	72,8
São Bernardo do Campo	96,4
São Caetano do Sul	14,7
Diadema	88
Mauá	77,4
Ribeirão Pires	57,4
Rio Grande da Serra	22,7

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

São Bernardo do Campo apresentou a maior taxa de prisões efetuadas, onde ocorreram 96,4 prisões por 100 mil habitantes. São Caetano do Sul demonstrou a menor taxa, com 14,7 prisões por 100 mil habitantes.

---

**David Pimentel Barbosa de Siena.** Professor de Direito Penal da USCS; Coordenador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da USCS. Professor de Criminologia da Academia de Polícia (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/6594126112540565>.

**Ana Carolina Kaminski Buratto.** Possui ensino-medio-segundo-graupela Emefm Arquiteto Oscar Niemeyer (2015). Atualmente é Estagiária da Wagner Odri Advogados. Tem experiência na área de Direito. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/7282240247323499>.

**Rafaella Navarro Leonel.** Possui ensino-medio-segundo-graupela EME Professora Alcina Dantas Feijao (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/0110820179254570>.

## 21. É PRECISO MELHORAR AS GESTÕES ESTRATÉGICAS LOCAIS DO PODER JUDICIÁRIO <sup>[1]</sup>

Marcelo Vegi da Conceição

### **Resumo Executivo**

*A nota técnica discute o que pode melhorar na gestão estratégica de um sistema tão grande e complexo como o poder judiciário nacional.*

A Constituição Federal de 1988 inegavelmente ampliou o acesso aos direitos da população brasileira, difundindo a mensagem de que todos são iguais perante a lei, decretando uma diversidade de direitos sociais, tais como saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e previdência social e deixando claro que o judiciário do país deve ser acessado por qualquer cidadão ou cidadã que tiver seu direito lesado.

O maior esclarecimento dos brasileiros sobre seus direitos e garantias é fruto disso, o que, sem dúvida, é algo positivo, mas acarretou também em um crescimento exponencial do número de ações: desde o início do levantamento histórico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2009, o número de ações aumentou em cerca de 30%, passando de 60,7 milhões de ações para 78,7 milhões em 2018. Isso cria distorções como, por exemplo, o tempo que um preso tem que esperar por um julgamento definitivo: em média 368 dias. Em alguns casos, portanto, um cidadão brasileiro pode ficar preso durante um ano até ser considerado inocente. Em estados como Pernambuco, esse tempo é, em média, 974 dias.

Além disso, o nosso judiciário é caro. Segundo o mesmo relatório Justiça em Números, lançado em 2019 pelo CNJ, o sistema custou R\$ 93.725.289.276,00 (quase R\$ 94 bilhões) aos cofres públicos no ano de 2018. São 18.141 magistrados (o que abrange juízes, desembargadores e ministros), que custam em média R\$ 48,5 mil por mês, cada um. Em média, todo mês o orçamento público gasta R\$ 879.838.500,00 (quase R\$ 880 milhões) com remuneração, encargos sociais e previdenciários e despesas de viagens dos magistrados.

A sociedade brasileira clama por mais velocidade, ritmo e, sobretudo, eficiência nas ações do Poder Judiciário, de forma a acabar com as distorções apontadas anteriormente. Nesse sentido, a melhoria da administração e gestão dos tribunais sempre foi um passo importante para solucionar essa demanda social.

### **Como gestar estrategicamente um sistema tão grande e complexo como o nosso judiciário?**

O sistema de gestão atual do Poder Judiciário nasceu em 2004, com a aprovação da Emenda Constitucional Nº 45 pelo Congresso Nacional. Este, buscando dar uma resposta à sociedade em relação à morosidade e ineficiência desse Poder, criou o CNJ, responsável por corrigir a atuação dos profissionais do sistema e, mais do que isso, realizar a gestão administrativa dos órgãos judiciais, definir metas, diretrizes, políticas de transparência e eficiência.

Em 2009, o CNJ instituiu, através de sua resolução Nº 70, a obrigação de que todos os órgãos do sistema realizem um planejamento estratégico de suas ações com duração máxima de cinco anos. Essas mudanças na gestão do judiciário foram fortemente influenciadas pelos ideais da Nova Gestão Pública, que busca superar o modelo de gestão burocrática até então vigente e introduzir ferramentas advindas da iniciativa privada, como o próprio planejamento estratégico, além de metas, avaliações de desempenho e de competências, e foco nos resultados. Estes instrumentos foram indicados como solução para os problemas de morosidade e ineficiência do judiciário. Eles permitem visualizar futuros desejáveis, e traçar um plano de ações para atingi-los, fornecendo uma direção para o sistema, em um espaço de tempo razoável para conquistar os objetivos pretendidos.

Após uma década do início da utilização desses instrumentos de gestão estratégica, no entanto, a percepção da população sobre o sistema judiciário só piorou. Segundo o último Índice de Confiança na Justiça, relatório produzido por pesquisadores da FGV Direito Rio, em 2017 apenas 24% dos brasileiros confiavam no judiciário. De 2013 para 2017 ocorreu uma queda de 10 pontos percentuais. Esse índice, no entanto, não é o mais chocante, pois se assemelha com a queda na confiança de outras instituições, como Governo Federal e Congresso. O que assusta é que mesmo com a inserção de técnicas avançadas de gestão, a percepção dos cidadãos e cidadãs é de que a justiça é lenta, desonesta e cara: 81% afirmam que é lenta, a mesma quantidade afirma que é cara, 78% afirmam que é nada ou pouco honesta, além de 73% indicar que ela é difícil de usar e também de que é nada ou pouco competente.

É hora de decretar a falência dos instrumentos de gestão estratégica como modo de melhorar a atuação do judiciário? Não. De fato eles são insuficientes, e precisam ser aprimorados, mas não há como imaginar que a situação estaria melhor sem eles.

### **Sendo assim, o que pode melhorar na gestão estratégica do judiciário nacional?**

Primeiramente, é preciso avaliar a atuação do órgão central que realiza o planejamento estratégico do sistema como um todo, o CNJ, que também monitora e avalia os resultados das metas nacionais. Uma breve navegação no portal oficial do órgão fornece ao visitante uma variedade de opções para acompanhar a gestão do judiciário: a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020 fornece a missão, visão, atributos, macrodesafios e um mapa estratégico do sistema para atingir um futuro de 2020 desejável; as Metas Nacionais são arquivos com os principais objetivos de cada segmento do judiciário (Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça Militar) para cada ano, e é possível acompanhar o monitoramento anual do cumprimento das metas através dos Relatórios de Metas; a Rede de Governança Colaborativa é um conjunto de comitês e subcomitês responsáveis por acompanhar o cumprimento da Estratégia Nacional e sugerir melhorias contínuas; uma variedade de publicações como a série Justiça em Números faz cumprir o princípio da transparência e fornece indicadores sobre movimentação processual (quantas ações entraram e quantas foram resolvidas no sistema judiciário a cada ano), recursos financeiros, produtividade dos magistrados, e avanços nas inovações como Justiça Eletrônica e Casas de Mediação de Conflitos.

O CNJ, portanto, como órgão centralizador da gestão estratégica desse poder, de fato cumpre sua missão e fornece as bases para termos um sistema judiciário cuja gestão seja baseada em evidências. Sendo assim, onde devem ser feitas melhorias na gestão estratégica do judiciário?

Outro princípio da Nova Gestão Pública é o da descentralização, em que a competência pela gestão dos serviços públicos passa a ser de entes mais locais (municípios, regiões, estados) em vez do ente mais central (Governo Federal). A virtude disso está exatamente na proximidade com o público-alvo dos serviços: “As pessoas não moram na União. Elas não moram no estado. Elas vivem no município”, é a famosa frase de Franco Montoro que advoga por esse princípio descentralizador e municipalista.

Transportando esse princípio para a gestão do Poder Judiciário, é possível dizer que é necessário que os órgãos mais locais, portanto mais próximos dos cidadãos que entram na justiça, se empenham tanto quanto o CNJ em estabelecer um planejamento estratégico de longo, médio e curto prazo, que monitorem e avaliem os resultados. Em outras palavras, é preciso que os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais de Justiça (da Justiça Estadual) e Tribunais Militares estabeleçam um cronograma de realização de seu planejamento estratégico, com definição de metas, e, a partir dessas metas, criar indicadores mensuráveis, que sejam monitorados continuamente por organizações independentes, e que após a duração do período de execução do Planejamento, seja efetuada uma avaliação dos resultados obtidos.

Quanto a isso, houve avanços. A Resolução Nº 49 do CNJ obrigou a criação de um Núcleo de Estatística e Gestão Estratégico em todos os órgãos do Poder Judiciário, e como dito antes, a

Resolução Nº 70 obrigou-os a realizar o Planejamento Estratégico com prazo de, no máximo, cinco anos. Ainda assim, é pouco.

Não adianta o órgão criar uma cesta de indicadores para cada macrodesafio e monitorar os resultados apenas ao final do ciclo do Planejamento, após cinco anos. Uma boa opção seria que, a cada ano, o órgão monitorasse os avanços das metas e publicasse um Relatório Consolidado da Execução do Planejamento Estratégico, apontando a situação dos indicadores de cada meta e desafio, e classificando cada indicador conforme seu desempenho no ano: os de baixo risco são aqueles que estão se desempenhando conforme o esperado (mais de 85% de realização do indicador), os de médio risco são aqueles se desempenham abaixo do esperado (entre 50% e 85% de resultados) e os de alto risco, os que se desempenham muito abaixo do esperado (abaixo de 50% de realização). Isso possibilitaria que o órgão soubesse, a cada novo ano, onde reforçar as ações para que, ao final do ciclo do seu planejamento, a maior quantidade de metas seja atingida.

Além disso, os órgãos precisam de fato implementar novas ações para que as metas sejam alcançadas. Fazer diferente é necessário, pois senão, nada mudará. Para isso, podem ser realizados projetos, que são basicamente uma série de ações orientadas para o mesmo objetivo, gerando um valor, neste caso, social. Há diversas metodologias de gestão de projetos disponíveis para os gestores dos órgãos judiciais, desde o método ágil (em que o projeto é realizado em ciclos curtos, de poucas semanas cada um, com entregas menores em cada ciclo, porém contínuas, dando rapidez e flexibilidade para o projeto como um todo), passando pelo Kanban (uma representação visual do projeto por meio de cartões de “para executar”, “em andamento” ou “realizado”, facilitando o controle e andamento de projetos curtos ou longos) e também métodos tradicionais. De toda forma, é imprescindível que haja gestores capazes de levar a cabo projetos que reúnem ações concretas para atacar os problemas das unidades, de fato fazendo valer o contido no planejamento.

Essas são algumas opções para que o planejamento seja efetivamente utilizado em âmbitos mais locais do Poder Judiciário, dentro dos Tribunais Regionais, e se torne indispensável para esses órgãos, e não apenas um documento que eles são obrigados, pelo órgão administrador central, o CNJ, a criar a cada cinco anos e deixar engavetado. Essas mudanças podem gerar resultados efetivos no que diz respeito aos problemas apontados no início desse artigo: de morosidade, lentidão e ineficiência do judiciário brasileiro. Os instrumentos de gestão estratégica ainda são parte importante da solução destes problemas, só precisam ser aprimorados, sobretudo em relação aos órgãos mais descentralizados. Adaptando a frase do célebre Montoro: “As pessoas não entram com ações no CNJ. Elas não entram com ações no STF. Elas entram com ações nas varas, fóruns e tribunais”.

## Notas

[1] Este artigo foi originalmente publicado no site JusBrasil em Novembro de 2019. Disponível em: <https://marcelovegi.jusbrasil.com.br/artigos/779029216/e-preciso-melhorar-as-gestoes-estrategicas-locais-do-poder-judiciario>

---

**Marcelo Vegi da Conceição** – Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo - USP.

## Referências Bibliográficas

[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil\\_1\\_sem\\_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_sem_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=118>

[http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3\\_08/index.php/GECONT/article/viewFile/2513/2147](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3_08/index.php/GECONT/article/viewFile/2513/2147)

[https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica\\_em\\_numeros20190919.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf)

## 22. AS OFERTAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS FRAGILIDADES DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INTEGRAL EM SÃO PAULO E NO GRANDE ABC PAULISTA

Adriana Pereira da Silva

### Resumo Executivo

*A presente nota técnica tem como objetivo elucidar os propósitos diferenciados de formação na Educação Profissional, salientando a importância dos currículos de formação integral. Para isto, o texto evidencia as diversas intencionalidades de formação, fazendo uma retrospectiva histórica. Além disso, traz a importância de uma formação integral para exercício da cidadania, retrata um quadro de matrículas por cursos que ofertam a educação profissional, no Estado de São Paulo e na região do Grande ABC Paulista. Sublinha-se a relevância em refletir sobre as perspectivas formativas para localidade.*

### 1. As perspectivas de formação da Educação Profissional contexto histórico-social

Ao colocarmos a educação profissional em pauta, tem-se o entendimento que essa modalidade educativa possui uma relação intrínseca com o mundo do trabalho. Existem diferentes abordagens pedagógicas que definem o perfil dessa relação e a definição está interligada com as intencionalidades de formação e com projetos de sociedade.

As posições mais conservadoras, pouco atentas a uma sociedade mais democrática, tratam a proximidade educação e trabalho numa perspectiva mais utilitarista, de formação unilateral, restrita à pauta economicista. Os posicionamentos mais progressistas, envolvidos com um projeto de sociedade justa, entendem que a relação é de extrema necessidade e que, portanto, o processo educativo é amplo, demanda uma formação integral comprometida com o desenvolvimento educacional para cidadania crítica e para o trabalho no seu sentido ontológico (CIAVATTA, 2019).

Diante dessa análise, as proposições mais progressistas ao longo da história buscaram superar as propostas de formação unilateral e centraram atenção na formação omnilateral que oferece subsídios para uma organização curricular capaz de prever um processo pedagógico integral que permita a compreensão dos princípios, dos processos, dos fatos, dos procedimentos, das tecnologias e técnicas, enfim, de um conhecimento amplo reconhecido na vida humana, trabalhados para o bem comum.

As proposições envolvidas no compromisso de formação unilateral estiveram em situação hegemônica, direcionaram a formação de trabalhadores(as) na limitação de desenvolvimento de habilidades e técnicas que pudessem responder as demandas do mercado de trabalho, entendido na organização tecnológica da ação produtiva.

Nessa articulação, a educação profissional tem um histórico associado com expectativas de ajustes sociais e econômicos, tanto nos tempos mais longínquos em que o trabalho era um aspecto fundante para a inclusão social (RAMOS, 2005), quantos nos tempos atuais em que o trabalho está posto sob uma lógica de competitividade e empregabilidade que não é possível para todos(as).

Associando esse percurso histórico com a história do Brasil, é possível observar que a educação profissional esteve destinada à qualificação de uma massa que pudesse ser formada e ajustada para as novas ordens sociais e econômicas imediatas que não marcaram mudanças significativas para efetivação de uma sociedade mais justa.

Esse processo iniciou ainda no período imperial com as Companhias de Aprendizes Artífices que atentava a formação compulsória de órfãos e de público adulto em vulnerabilidade. A proposta

educativa tinha como objetivo de formar em condição de alinhamento social. O atendimento era mais expressivo em rede de filantropia ou religiosa.

O marco republicano trouxe para o Estado a responsabilidade de formação e nessa proposição foram criadas 19 (dezenove) Escolas de Artífices que ao longo da história foram sendo renomeadas, a ponto de serem reconhecidas, atualmente, como Instituto Federal.

Nos anos de 1930, a sociedade brasileira passou a vivenciar algumas transformações impulsionadas pelos processos de urbanização e industrialização. Nesse período, a educação foi reconhecida como estratégia para responder expectativas de formação para inserção social, (RAMOS, 2005). Nessa composição, a responsabilidade de formação era do Estado, atento a uma formação de caráter coletivo de trabalhadores (as).

O currículo na educação profissional foi tratado em condição prioritária à qualificação de ofícios reconhecidos como fundamentais para a indústria e para o desenvolvimento econômico de outros setores, conforme os arranjos produtivos locais (CIAVATTA, 2019). A educação profissional, na metade dos anos de 1940, passou a ser ordenada num contexto de desenvolvimento do capital monopolista, sob os preceitos das reformas educacionais, estruturadas por leis orgânicas direcionadoras do sistema de ensino dualista.

Com as grandes transformações no campo político, social, cultural e econômico do século XXI, um novo perfil de formação passa a ser exigido, reconhecido na capacidade de inovar, criar e lidar com o grande desafio da empregabilidade e da competitividade em contexto global. A formação nesse pleito passa a ser de responsabilidade individual.

A resposta imediata do Brasil para essa demanda internacional foi a reafirmação de um processo formativo em educação profissional marcado pela desarticulação entre formação geral e específica, orientado no decreto 2.208/97 que historicamente mostrou fragilidades para um desenvolvimento social e econômico sustentável.

A configuração mencionada foi problematizada num contexto político nacional, o que permitiu elucidar ao Estado a sua responsabilidade com a formação coletiva dos sujeitos em perspectiva integral. Essa intencionalidade foi concretizada em normativa, somente no ano de 2004, um período em que coube ao Estado Brasileiro responder as demandas sociais que clamavam a superação das propostas formativas dualistas e utilitaristas ao mercado. A resposta governamental foi efetivada pelo decreto nacional 5154/04 que previu a continuidade da formação de trabalhadores(as) nos níveis: inicial e continuada; técnica e tecnológica, em perspectiva integral.

O compromisso assumido por esse decreto vem sendo desconsiderado. No ano de 2017 se efetiva a reforma do ensino médio, pela lei 13.415/17, que objetiva uma formação geral e profissional desassociada, organizada por itinerários formativos centrados numa proposição científico-tecnológica que diminui o tempo de formação nas disciplinas de humanas, colocando em prioridade a formação específica desarticulada da geral, organizada numa base tecnológica limitada ao desenvolvimento de habilidades.

Esse perfil de formação centrado em capacitação para responder demandas imediatas está envolvido numa composição social ampla e complexa, situada em perspectiva macro e micro. Na análise macro, essa realidade processa em grandes desenvolvimentos científicos e tecnológicos, cooptados para fortalecimento de um mercado competitivo, realizado em pleito globalizado e num Estado Mínimo nas questões sociais.

O cenário elucidado está acompanhado com uma reorganização produtiva que não demonstra mais a necessidade de um quantitativo ampliado de força de trabalho humana, gerando um exército de desempregados(as). Essa composição está associada com o enfraquecimento da organização política e social dos(as) trabalhadores(as) (CHAUÌ, 2014).

A configuração em contexto micro é estabelecida numa relação ético-política pautada na individualidade, privatização das relações, em que a lógica da competitividade está instaurada

(DARDOT; LAVAL, 2016) e que, segundo o autor, há uma “governamentalidade” que perpetua a regra das relações empresariais nas convivências sociais.

Diante dessa realidade, pauta-se para a educação uma intencionalidade formativa estruturada na lógica das competências chaves, delineadas em contextos internacionais e fomentadas pelas grandes agências multilaterais que interferem na lógica do direito à educação, propondo reformas curriculares tratadas num perfil de formação frágil, aligeiradas e unilateral que não permitem ao sujeito uma formação capaz de responder para essa demanda e muito menos para a leitura crítica da realidade que prevê a formação para transformação social capaz de acolher um desenvolvimento econômico que não coloque em risco o desenvolvimento social e, portanto, a democracia.

## **2. A formação integral, um processo formativo necessário para o desenvolvimento humano em fragilidade nas políticas públicas**

A proposição de formação integral está comprometida com uma dívida social que busca superar as condições de desigualdades educacionais. Essa análise da desigualdade educacional se aplica tanto no acesso ao ensino - pois, no Brasil, mais da metade da população acima de 25 anos, ou seja, 52,6% das pessoas nessa faixa etária, não concluíram o ensino médio - quanto na questão da qualidade social do processo formativo destinado à classe trabalhadora.

Na análise de Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010) essa desigualdade é fruto do modelo de sociedade estruturado numa modernização conservadora, de interdependência ao grande capital que deixa a democracia numa condição restrita.

Essa reflexão advém, pois há o entendimento de que a forma desigual do tratamento educacional está articulada com o arranjo de extrema concentração de poder, renda e conhecimento que tem dificultado o exercício da cidadania para muitos.

A superação dessa realidade implica em transformar vários aspectos e na educação passa por afirmar o direito à educação para todos(as) por um processo formativo rigoroso, de base cultural, histórica, científico-tecnológica, filosófica e de linguagens, que liberte o currículo nacional das amarras das ideais formativos que sustentam a dualidade do ensino e as proposições unilaterais de formação para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, implica pensar e propor um processo formativo unitário e politécnico que proporcionará ao(a) educando(a) o entendimento, técnico, estético, ético, da realidade sob uma análise política crítica (SILVA, 2016) que lhe permitirá lutar pelo direito ao trabalho, num caráter propositivo, inovador e criativo, primando pela democracia.

Nos contextos das reformas educacionais neoliberais essa proposição de formação integral vem sendo limitada, ocasionando propostas de educação profissional aligeirada, fragmentada.

Essa realidade é expressiva, quando analisamos os dados de matrículas, da educação profissional, conforme cursos no Estado de São Paulo:

## Quadro1 – Número de Matrículas na Educação Profissional por Perfil de Oferta - Estado de SP

Dependência Administrativa	Modalidade da oferta	Curso Técnico Médio Integrado	Curso Técnico Concomitante ou Subsequente	Curso FIC Integrado à modalidade EJA_ Nível Médio	Curso FIC integrado à modalidade EJA_ Nível Fund
<b>Estadual</b>	Presencial	60.400	119.036	172	-
	EAD	-	6.220	-	-
<b>Federal</b>	Presencial	8441	7442	249	4
	EAD	-	505	-	-
<b>Municipal</b>	Presencial	7403	11614	-	688
<b>Privada</b>	Presencial	5919	152.419	-	-
	EAD	-	60622	196	-
<b>Total por curso</b>		82.163	357.858	617	692

Fonte: INEP - Censo Escolar.

Na observação das ofertas a educação profissional em nível de formação inicial e continuada é muito restrita, evidenciando a não continuidade de um processo formativo de trabalhadores(as). Quando analisamos as matrículas de nível técnico integrado, com o curso técnico concomitante ou subsequente os números, dessa última oferta citada, chegam a ser quase quatro vezes maior que a de nível técnico integrado, elucidando, portanto, a escolha política de governos em ampliar as ofertas em proposições fragmentadas, aligeiradas e unilaterais.

Essa realidade não é diferente no contexto da região do Grande ABC Paulista, ao analisarmos as matrículas. Os dados são expressivos e expõem um quantitativo mínimo de oferta de formação inicial, mostrando a fragilidade da continuidade dessa formação até a etapa dos cursos técnicos. Além disso, revelam que o atendimento é bem mais significativo nos cursos técnicos de formato concomitante ou subsequente, conforme o quadro 2.

## Quadro 2 – Número de Matrículas na Educação Profissional por Perfil da Oferta – Região do Grande ABC Paulista

Municípios	Dependência Administrativa	Curso Técnico Médio Integrado	Curso Técnico Concomitante ou Subsequente	Curso FIC_ Integrado a modalidade EJA_ Nível Fundamental
<b>Santo André</b>	Pública_Municipal	-	-	688
	Pública_Estadual	767	1353	-
	Privada	498	4832	-
<b>São Bernardo</b>	Pública_Estadual	1107	2159	-
	Privada	-	4387	-
<b>SCaetano do Sul</b>	Pública Municipal	-	626	-
	Pública_Estadual	686	970	-
	Privada	-	647	-
<b>Diadema</b>	Pública_Estadual	115	902	-
	Privada	-	1271	-
<b>Mauá</b>	Pública_Estadual	-	585	-
	Privada	-	841	-
<b>Ribeirão Pires</b>	Pública_Estadual	311	505	-
	Privada	-	399	-
<b>RG da Serra</b>	Pública_Estadual	190	289	-
	Privada	-	-	-
<b>Total por curso</b>		3674	19766	688

Fonte: INEP - Censo Escolar.

Em análise, as matrículas da região confirmam o cenário estadual, em que prevalece o enfraquecimento de uma oferta de perfil integrado. Além disso, reafirma a fragilidade do itinerário formativo pensado em linha de continuidade em formação inicial a técnica. Santo André é o único município a ofertar a qualificação integrada com a EJA em formação inicial e continuada.

Esses dados provocam a pensar que intencionalidade está em foco ao pensar a formação de trabalhadores(as) no Brasil, no Estado de São Paulo e na região do Grande ABC Paulista? Como essa questão vem sendo tratada? Quais são os sujeitos envolvidos? Na prerrogativa em pensar o desenvolvimento das cidades esse aspecto deveria estar em reflexão.

## Considerações Finais

Com o entendimento que os processos educativos de formação integral se comprometem com o estudo em totalidade, em perspectiva crítica, de modo a superar situações de desigualdades educacionais e sociais, esse trabalho problematiza o aumento das matrículas na educação profissional em cursos que separam a formação geral, da formação específica.

Além disso, essa produção elucida a importância em pensar um currículo que integra ciência, cultura, trabalho e linguagem, numa condição em que articule as ciências humanas, filosóficas, tecnológicas, exatas, biológicas, pois essa formação consolida um processo educativo que eleva a capacidade humana na relação com o trabalho e no exercício da cidadania, evidenciando a crítica que propostas unilaterais, apenas, atendem demandas de capacitações imediatas.

Nesse sentido, provoca a pensar que perspectivas se têm sobre os processos educativos na educação profissional e indica a importância de uma proposta formativa ampla para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Dessa forma, a investigação traz como sugestão a organização de um núcleo regional de análise das perspectivas formativas na região do Grande ABC Paulista, de modo a contribuir com a consolidação de processos formativos mais significativos a localidade.

---

**Adriana Pereira da Silva.** Professora Doutora pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo – PUC/SP (2016). Mestre em Educação pela PUC/SP. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1998). Atuou como Professora universitária de pós-graduação, pela UNICASTELO, no curso "Formação de Professores". Participou em Santo André do movimento social MOVA como assistente pedagógica. Exerceu durante o período de 2009 a 2016 a gestão pública de políticas de EJA e Educação Profissional no cargo de chefe de divisão da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, Cultura, Alfabetização, Currículo e Práticas Pedagógicas. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2383365466857365>

## Referências Bibliográficas

CIAVATTA, Maria et al. A historiografia em trabalho-educação: Como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

CHAUÌ. Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: BOITEMPO, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências, autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Adriana Pereira. Formação Integral: Uma articulação possível entre educação e trabalho. São Paulo: Lamparina Luminosa. 2016.

## 23. REPRESENTAÇÃO DO SER HUMANO NO GOOGLE BOOKS: UMA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA DE *CORPUS* SOB OS ESTÁGIOS DA VIDA

Bárbara Soares da Silva

### Resumo Executivo

O trabalho que se apresenta foi motivado pela necessidade de compreender as representações do ser humano nas diversas fases da vida. As fases da vida foram operacionalizadas por meio dos seguintes itens lexicais: *man*, *woman*, *adolescent*, *adolescence*, *adult*, *boy*, *girl*, *child*, *elderly*, *kid*, *teen* e *teenager* (bem como suas formas plurais). Os dados da análise consistiram nas publicações disponibilizadas pelo Google Books no período de 1800 a 2008 (i.e., 208 anos), que somam cerca de meio trilhão de palavras. Para tanto, foram realizadas diversas análises dos n-gramas (sequências de palavras adjacentes) formados por essas palavras na base de dados Google Books Ngrams. Além dos resultados obtidos, a presente pesquisa salienta o poder de análise histórica baseada em grandes quantidades de dados textuais (*big data*).

A pesquisa fundamenta-se na linguística de *Corpus*, por meio da qual foi possível verificar os padrões de uso dessas palavras bem como a variação do uso desses itens ao longo do tempo. O estudo compreendeu análise quantitativa, primeiramente, e qualitativa, posteriormente, por meio da interpretação da temática apontada pelo léxico, pela leitura e análise de textos disponibilizados pela base do *Google Books*.

A partir da análise dos padrões e da variação temporal de uso, foram apontadas as representações emergentes de cada item investigado. Com base nessa análise, foi possível detectar a introdução, presença e duração das representações, sendo possível verificar como o ser humano tem sido representado pela linguagem (em inglês) nos últimos três séculos. Além dos resultados obtidos, a presente pesquisa salienta o poder de análise histórica baseada em grandes quantidades de dados textuais (*big data*).

Esta nota técnica tem como objetivo relatar um estudo que trata da investigação dos padrões linguísticos mais frequentes de palavras identificadoras do ser humano em inglês, mais especificamente *man* (homem), *woman* (mulher), *adolescent* (adolescente), *adolescence* (adolescência), *adult* (adulto), *boy* (menino), *girl* (menina), *child* (criança), *elderly* (idoso), *kid* (criança), *teen* (adolescente) e *teenager* (adolescente), bem como suas formas plurais, a partir de dados do *Google Books* que cobrem o período de 1800 a 2008.

Além de identificar os padrões dessas palavras, o presente estudo visou a verificar se há mudanças em relação a esses padrões ao longo das vinte e uma décadas do estudo. Sendo assim, pretendeu-se responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- |   |
|---|
| 1) Quais representações podem ser identificadas em relação aos termos pesquisados?                                      |
| 2) Há diferença entre as representações dos termos masculinos e femininos? E entre os infantis, adolescentes e adultos? |
| 3) Há diferença entre os termos em relação à valoração (carga positiva e negativa)?                                     |

Como metodologia, sendo a Linguística de *Corpus* a força-motriz para engendrar os avanços de método e teoria empregados neste estudo, tem-se que, nas palavras de Berber Sardinha (2004, p. 3), a conceituação inicial da Linguística de *Corpus*, fundamentalmente é: a área da linguística que se ocupa da coleta e da exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística.

Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador. Para identificar as representações latentes nos bigramas, foram empregadas metodologias quantitativas e qualitativas. A metodologia quantitativa empregou a etiquetagem semântica descrita acima bem como o processamento do *script* que identificou as cinco classes semânticas mais ocorrentes dos colocados. Com base nessas categorias semânticas mais recorrentes, foi possível visualizar algumas das categorias semânticas presentes nos dados. A partir dessa primeira impressão, os colocados foram classificados de modo qualitativo em categorias que a nosso ver poderiam revelar as representações latentes nos dados. A análise das representações teve como fundamentação Moscovici (2000), Baker (2013) e Berber Sardinha (2014).

A Análise de Sentimento é uma linha de pesquisa em Linguística Computacional e Processamento de Linguagem Natural que tem como objetivo mensurar a valoração dos 'sentimentos' expressos na linguagem. Uma das aplicações principais dessa linha é na análise da valoração de textos de redes sociais, em tempo real, ou seja, à medida em que os textos postados nas redes vão sendo produzidos.

O método empregado para cálculo da valoração é baseado em uma técnica computacional chamada de 'random walk', que parte de uma lista pré-determinada de palavras positivas e negativas.

O algoritmo parte de uma dessas palavras e 'caminha' pelo texto até encontrar alguma das outras palavras (positivas ou negativas) da lista inicial. Os resultados indicam que os colocados dos termos femininos refletem principalmente localização (*foreign, immigrant, local, native, rural, urban*), condição física (*attractive, beautiful, fair, obese, diabetic, disabled*), reprodução (*childless, infertile, pregnant*), virtuosismo (*respectable, virtuous*), espiritualidade (*catholic, muslim*), estado civil (*married, widowed*) e identificação de gênero (*bissexual, lesbian*).

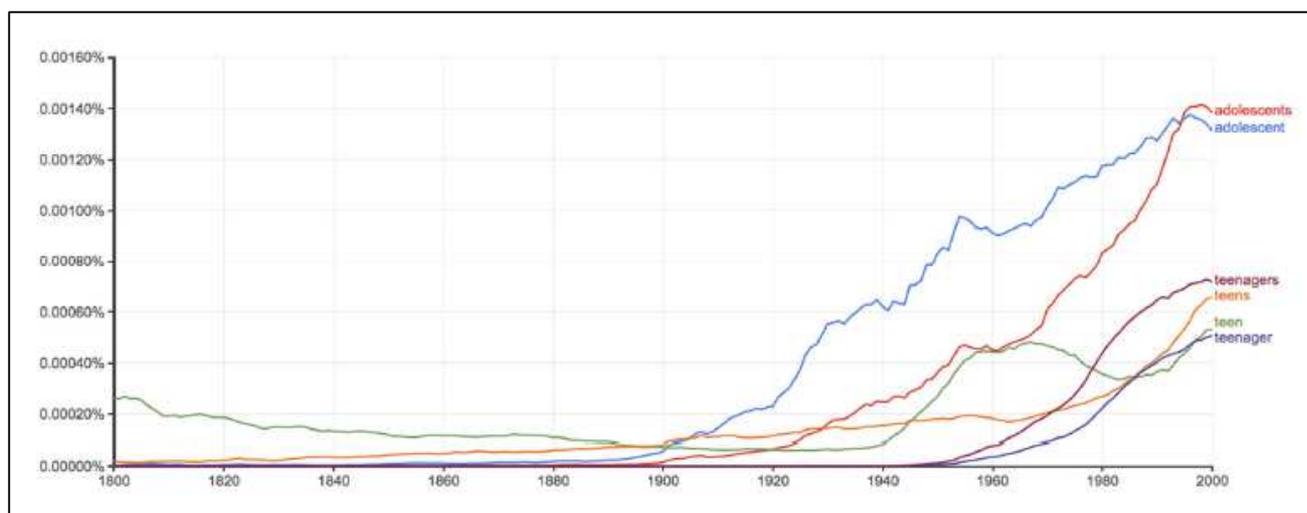
Por sua vez, os colocados dos bigramas masculinos refletem um grande componente de representação de superioridade/sucesso, com colocados como *ambitious, best, brave, civilized, distinguished, eminent, greatest, honest, illustrious, important, influential, mighty, powerful, principal, reasonable, remarkable, sensible, thoughtful, true, wise, wisest e worthy*.

A análise da variação temporal mostra que a representação etária é algo mais recente, na medida em que bigramas como 'young boys', 'older boys', 'small boys' e 'big boys' se tornaram mais comuns. Além disso, representações de cunho social, como 'delinquent boys' também se tornaram mais frequentes. Ao mesmo tempo, a análise mostra que representações idealizadas, como 'brave boys' se tornaram mais raras, juntamente com críticas como 'idle boys' e 'naughty boys' e referências à aparência física (*beardless boys*). Em relação a esse último, é interessante notar que esse bigrama remete à ideia de que os meninos eram referenciados por meio do ideal do homem adulto, que no século XIX tinha como arquétipo o homem barbado.

Em relação aos bigramas que surgiram nos últimos 50 anos, há uma clara referência à adolescência (*adolescent boys, preadolescent boys, prepurbetal boys*), reforçando a ideia já apresentada na análise dos termos anteriores, de que a adolescência é um construto recente. Além disso, há o surgimento de uma representação clínica (*retarded boys, hyperactive boys*) e de uma escolar (*preschool boys*).

A tabela 1 a seguir demonstra a variação temporal na faixa etária da adolescência conforme o estudo demonstra:

**Tabela 1 – Variação temporal por faixa etária: adolescência**



Fonte: GoogleBooks.

Conforme tabela acima, em relação à variação temporal, os bigramas cuja frequência mais cresceu entre 1810-1850 e 1960-2000 indicam representações de gradação etária (*early teens*, *earliest teens*) e de identificação de gênero (*female teens*). Não houve ocorrência de diminuição de frequência. Entre os que surgiram, há representações de gradação etária (*late teens*, *older teens*, etc.), de sexualidade/maternidade (*pregnant teens*) e de nacionalidade (*american teens*).

A presente pesquisa e, portanto, nota técnica, teve como objetivo identificar as representações associadas a termos que designam o ser humano em inglês, a partir da utilização da base de dados Google Books NGrams, cobrindo um período de tempo que vai do início do século XIX ao início do século XXI. Um total de vinte termos foram investigados, divididos entre termos relacionados à infância, femininos (*girl*, *girls*), masculino (*boy*, *boys*) e não-marcados por gênero (*child*, *children*, *kid*, *kids*); termos relacionados à adolescência (todos não marcados por gênero, *adolescent*, *adolescents*, *teen*, *teens*, *teenager*, *teenagers*) e à idade adulta, femininos (*woman*, *women*), masculinos (*man*, *men*) e não marcados por gênero (*adult*, *adults*).

Em relação à primeira pergunta de pesquisa, os resultados mostraram uma ampla gama de representações (mais de 30). A representação avaliativa do ser humano foi a mais constante entre os termos, realizada por meio de adjetivos como 'bad', 'difficult', 'favorite', 'fine', 'good', 'lovely', etc. Outra representação bastante comum é a da superioridade, um tipo mais acentuado de avaliatividade, levada a cabo por meio de adjetivos como 'best', 'greatest', 'wisest' etc. As representações físicas também foram muito frequentes ('attractive', 'beautiful', 'gallant', 'handsome' etc.). A gradação etária também se mostrou uma representação bastante presente ('earliest', 'early', 'later', 'old', 'older' etc.). Condições clínicas também se mostraram uma representação frequente ('autistic', 'crazy', 'deaf', 'depressed', 'ill' etc.), bem como tipos de comportamento ('aggressive', 'angry', 'bored' etc.), questões sociais (e.g. 'battered', 'disadvantaged', 'homeless', 'unemployed' etc.), inferioridade (e.g. 'desperate', 'inexperienced', 'lesser', 'primitive' etc.) e de identificação de gênero (e.g. 'bisexual', 'heterosexual', 'homosexual' etc.). Esse conjunto de representações mostra as principais características atribuídas ao ser humano do ponto de vista histórico. Até onde pudemos verificar, trata-se da primeira descrição desse tipo na literatura.

Assim, a análise detalhou as representações de cada termo e mostrou dois resultados inesperados: que termos aparentemente sinônimos têm representações distintas e que formas morfológicas do mesmo termo também têm representações separadas. Em relação ao primeiro ponto, a análise mostrou que os vários termos referentes à adolescência (*adolescent/s*, *teen/s* e *teenager/s*) trazem um mix de representações de matizes distintas: 'adolescent/s' atribuem maior ênfase à identificação de gênero; *teen/s*, a aspectos mentais; e *teenager/s*, ao estado civil. Mas todas têm como ênfase principal, conforme colocado, a avaliatividade, colorindo de modo não muito favorável, essa fase da vida. Já em relação ao segundo ponto, a análise mostrou diferenças entre as representações em torno da forma singular e da forma plural do termo. Por exemplo, a identificação de gênero é mais

comumente veiculada por meio da forma plural do que da singular de 'adolescent'. Isso confirma mais uma vez o achado da Linguística de *Corpus* de que a língua em uso evita sinônimos verdadeiros, pois cada forma tende a assumir um papel diferente (cf. SINCLAIR, 1991). Sendo assim, esta nota técnica teve o objetivo de descrever a pesquisa de Doutorado concluída em Agostos de 2019, via Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem em que o contexto das representações sociais é amplamente analisado em diversas fases da vida humana. A mesma análise pode ser futuramente feita não somente por faixas etárias mas também por regiões do Estado de São Paulo, como no caso da região do ABC quem concentra distintos públicos e perfis sociais e etários.

---

***Bárbara Soares da Silva.*** Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Católica de São Paulo (2019). Possui Graduação em Secretaria Executiva Bilíngue e Linguística (2008), 10 anos de experiência em serviços de tradução e ensino. Intérprete consecutivo e simultâneo em inglês, espanhol, francês e português. Certificação ITIL V3 Foundations (Information Technology Infrastructure Library) permanente. Autora de 5 livros em Ensino. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/3029841575561543>

## Referências Bibliográficas

ACUNZO, Cristina Mayer. *Uso de Corpora para o Ensino de Língua Inglesa para Profissionais de Publicidade*. 151f. 2012. Dissertação (Mestrado – Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ALVAREZ, M. L. O., SILVA, K. A. Linguística aplicada: múltiplos olhares. Brasília: UnB, Campinas: Pontes Editores, 2007.

BAKER, P. (2014) *Using Corpora to Analyze Gender*. London: Bloomsbury.

BAKER, P. & ELLECE, S. (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. London: Continuum.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de corpus: histórico e problemática. *Delta*, v.16,n.2., 2000.

\_\_\_\_\_. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

\_\_\_\_\_. On Being American and Brazilian in Google Books: A multi-dimensional perspective. Looking at cultural shifts in English over time: A Multi-Dimensional perspective. American Association for Corpus Linguistics Conference, Flagstaff, AZ, 2014.

BIBER D., E. Finegan and D. Atkinson, (1994). ARCHER and its challenges: compiling and exploring a representative corpus of historical english registers. In U. Fries, G. Tottie and P. Schneider (Eds.), *Creating and Using English Language Corpora Papers from the Fourteenth International Conference on English Language Research on Computerized Corpora*, Zurich 1993 (1-13). Amsterdam: Rodopi.

BIBER, D. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge University Press, 1988.

LEECH, G. The State of the Art in Corpus Linguistics. In: KARIN, A.; ALTENBERG, B. (eds.) *English Corpus Linguistics: Studies in Honour of Jan Svartvik*. London; New York: Longman, 1991.

McENERY, A.M., and WILSON, A. *Corpus Linguistics* (Edinburgh Textbooks in Empirical Linguistics Series). Edinburgh University Press, UK. pp.209, 1996.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*. v.18, p.211-250, Paris, France. 1988.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa *Social representations: explorations in social psychology* [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

## 24. O MERCADO DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Álvaro Barbosa da Silva Junior - ITESCS

### Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objetivo apresentar a questão do surgimento e crescimento do mercado de empresas startups na região do Grande ABC Paulista, bem como apontar seus reflexos sobre essa região estratégica do Estado de São Paulo. Nos últimos anos, a região do Grande ABC Paulista vem sofrendo a desindustrialização, e ao mesmo tempo se inserindo no movimento de empreendedorismo por meio das startups. Como consequência, a região começa a desenvolver os elementos que caracterizam um “ecossistema”, ou seja, um “conjunto compartilhado de atitudes, valores, objetivos e práticas” favoráveis ao empreendedorismo de base tecnológica (KON, 2014: 3). Esta nota técnica apresentará quais elementos de um ecossistema de startups que já existem no Grande ABC Paulista, e permitir o início de um mapeamento de tais dados para comparativos estatísticos futuros sobre tal tema. Neste ecossistema regional, foi possível, por meio de um levantamento nas grandes mídias digitais, identificar o número de 36 startups aqui expostas.

### 1. O que é uma Startup?

O termo já era utilizado em outros lugares do mundo e disseminou-se no Brasil durante os últimos anos. Por ser uma expressão nova, a definição de *startup* ainda não é consenso e nota-se algumas diferenças nos conceitos apresentados entre uma instituição e outra. Contudo, a significação acatada pela maioria dos especialistas, empresários e investidores inseridos neste ecossistema é de que, no contexto geral, *startup* pode ser descrita como “uma empresa que está num ambiente de alto risco e entrega um produto repetível e escalável”. Ou seja, uma empresa que ofereça um produto replicável em larga escala, sem que isso gere grandes mudanças em seu modelo de negócio e em sua estrutura física. Por conta destas características, a grande maioria utiliza-se de base tecnológica e estão inseridas na internet, pois, por meio dos *softwares*, é mais fácil contemplar estes pontos.

### 2. O Que é um Ecossistema ou Comunidade de Startups

Uma *startup* é definida por Eric Ries como “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza” (RIES, 2011). Peter Thiel define uma *startup* como uma organização que desenvolve coisas novas ou “de 0 a 1”, por isso atua diretamente na inovação tecnológica (THIEL, 2014: 8). Saxenian (1990) já apontava que a principal vantagem competitiva do Vale do Silício para o negócio de tecnologia era sua estrutura em rede de pequenas empresas cooperando entre si:

Uma variedade de instituições regionais - incluindo a Universidade de Stanford, diversas associações empresariais e organizações locais de negócios, e uma miríade de consultorias especializadas, pesquisas de mercado, fundos de capital de risco e empresas de relações públicas oferecem serviços técnicos, financeiros e relacionamentos que essas empresas não poderiam contratar individualmente (SAXENIAN, 1990: 96).

A Up Global, uma das mais tradicionais aceleradoras de *startups* do mundo, atualmente incorporada pela Techstars, aponta os seguintes elementos para um ecossistema de *startups*:

- I. **Talentos:** capital humano capacitado para operar tecnologias de fronteira;
- II. **Cultura:** mentalidade voltada à resolução de problemas e de aceitação do risco e do fracasso como parte do processo;
- III. **Capital:** presença de investidores em capital de risco;

- IV. **Ambiente regulatório:** legislação favorável ao empreendedorismo;
- V. **Densidade:** redes de relacionamento entre empreendedores, investidores, mentores e universidades bem estruturadas e conectadas.

Em uma análise empírica, o ecossistema de *Startup* permite criar um círculo virtuoso tanto em oportunidades e negócios comerciais, como também impulsionar a curva de aprendizagem do produto ou serviço entregue à sociedade.

### 3. Panorama e Perfil das *Startups* no Brasil

De acordo com a Associação Brasileira de *Startups* (ABS), o modelo de negócio preferido dos empresários do setor é o de assinaturas, que corresponde a 58% das *startups*. A maior parte do mercado é dominada pelos segmentos de educação e internet (12% cada). Das mais de 4,2 mil *startups* cadastradas no órgão, 38% possuem dois anos de atuação e apenas 10% têm mais de seis anos.

Outro dado importante, apurado no levantamento, demonstra que de 10 (dez) *startups*, 8 (oito) estão inseridas dentro os 10 (dez) maiores ecossistemas (Comunidades).

Apresentamos um pequeno quadro 1 resumo das informações anteriores.

**Quadro 1 – Perfil das *Startups*, Brasil, 2018**

Localização das <i>Startups</i>	Gênero da <i>Startup</i>	Startup com apenas Sócios	Modelo de Negócios	Seguimento de Negócios	Tempo de Atuação	Tempo de Atuação
Integram as 10 maiores Maiores Comunidades 73% das <i>Startups</i>	Homens	Sem nenhum funcionários	Assinatura Mensal	Educação e Internet	< 2 anos	>6 anos
	74%	49%	58% das <i>Startups</i>	12%	38%	10%

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da Associação Brasileira de *Startups* (ABS).

No Brasil, as maiores Comunidades são Rapadura, Manguezal, Brasília, Colmeia, San Pedro Valley, Cariocas, ZeroOnze, Red Foot, Capi Valley e *Startup* SC.

### 4. O Cenário no Grande ABC Paulista e o início da formação de uma Comunidade

A presença da indústria e de universidades com projeção nacional na região do Grande ABC Paulista marcou historicamente o substrato sobre o qual se prenunciaria a existência de um ecossistema empreendedor na região. As universidades são os pilares de talentos e cultura aptos a apoiar o desenvolvimento do ecossistema local.

As universidades se destacam na criação de espaços para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora local. Sublinham-se neste processo:

- a) a parceria entre o ITESCS e a USCS, que possibilita o oferecimento de conteúdos empreendedores e hackathons à comunidade acadêmica;
- b) a Mondó, incubadora da universidade Metodista;
- c) o UpLab do Senai SP em São Caetano do Sul;
- d) o laboratório de indústria 4.0 do Instituto Mauá de Tecnologia e;
- e) a incubadora da Universidade Federal do ABC.

Em 2016, a região deu o primeiro passo para a construção de uma rede local de investidores em capital de risco, com a criação do Núcleo Regional da Anjos do Brasil. Foram também realizadas duas rodadas de investimento dos investidores da rede em *startups* locais, a Filho Sem Fila, que captou R\$ 100 mil, e a VegPet, com R\$ 800 mil em capital levantado. Em 2017 a rede de investidores avançou com a criação da Lunctus, uma rede de investidores anjo, e da Dodeka Investimentos, o primeiro fundo local de capital de risco para *startups*.

O associativismo empresarial permitiu a expansão da densidade de rede na região. Além do ITESCS, contribuiu para a densidade da rede os grupos do BNI (Business Networking International) na região, as associações comerciais, os CIESPs e outros grupos de networking de empresários. Essas redes conectaram empreendedores experientes locais a programas como o Inovativa, do Sebrae e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, possibilitando a formação de mentores locais e o desenvolvimento da cultura empreendedora local. O Sebrae está tendo um papel relevante na promoção do empreendedorismo digital na região.

Também contribuiu com a densidade da rede o surgimento dos coworking locais. De acordo com a plataforma Beeror Coffee, a Região do Grande ABC Paulista conta com diversos espaços de trabalho compartilhados registrados, o que acelera a cultura de compartilhamento e troca de experiências. Surgem também prestadores de serviços especializados em *startups*.

Seguindo esta vertente, em 2018 foi oficialmente lançado o ecossistema local denominado ABCValley movido por duas atitudes similares e complementares: give first (dar primeiro) e give back (devolver). O give first é a disposição de ajudar outro agente do ecossistema antes mesmo que ele tenha condições de retribuir sua ajuda. Give back, por sua vez, é repassar para outros a ajuda que você recebeu para viabilizar sua iniciativa.

Na plataforma digital do ABC Valley, para o ano de 2019, a região do ABC consta com o seguinte mapa do ecossistema de inovação, conforme exposto no quadro 2 a seguir.

**Quadro 2 – Mapa do ecossistema de inovação no Grande ABC Paulista, 2019\***

<b>Startups</b>	55
<b>Aceleradoras</b>	1
<b>Incubadora</b>	1
<b>Coworking</b>	10
<b>Investidores</b>	1
<b>Empresas</b>	24
<b>Universidades</b>	3
<b>Entidades</b>	0
<b>Governamentais</b>	

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações do site ABC Valley. [www.abcvalley.com.br](http://www.abcvalley.com.br). \* Sujeito a alterações, em função do ano de 2019 não ter se encerrado.

Identifica-se que a mesma entidade, no ano de 2018, apresentava o número de 36 *startups*, e sobre elas que apresentamos um melhor detalhamento mais adiante.

Não foi realizado uma apresentação dos números para o ano de 2019, pelo fato de que ainda resta o fechamento de 1 (um) trimestre para o encerramento do ano de 2019. Os números podem variar para mais ou para menos, comprometendo assim a integridade final das informações.

## **5. O Grande ABC no universo das *startups***

Nos últimos anos, os empreendedores do ABC também aderiram a este movimento e passaram a pensar em soluções capazes de mudar o mercado. Entre as iniciativas da região, uma das mais bem-sucedidas é a Filho Sem Fila ([www.filhosemfila.com.br](http://www.filhosemfila.com.br)), que reduz, por meio de um app, o tempo de espera de pais ao buscar os filhos na escola. O serviço é utilizado em cerca de 115 escolas do País.

Em São Caetano do Sul, entre as diversas empresas *startups*, podemos destacar a Futuritos ([www.futuritos.com.br](http://www.futuritos.com.br)), *startup* que está em processo de aceleração, desde abril de 2017, pela InovaBra, órgão criado pelo Bradesco para promover inovação dentro e fora da entidade.

Hoje, a *startup* tem dois produtos: o Cofrinho Digital – uma conta do Bradesco Seguros apta a receber depósitos dos pais ou outras pessoas – e o Livro Digital – que é alimentado com mensagens, cartas, fotos, vídeos ou outros arquivos. Quando o jovem completar 18 anos, terá acesso aos dois produtos. Os pais que quiserem contar com os serviços da *startup* não precisam pagar nada à Futuritos. A empresa é remunerada pelo Bradesco de acordo com o número de contas criadas.

A solução ainda não recebeu nenhum investimento direto do Bradesco que, até o momento, apenas desenvolveu algumas soluções para a *startup* e realizou as mentorias.

A Botnicks ([www.botnicks.com](http://www.botnicks.com)) é outra iniciativa surgida no ABC que promete conquistar o mercado. Criada por dois jovens, a software house especializou-se em chatbots, ou seja, atendimento feito por robôs via chats, como o messenger do Facebook ou o WhatsApp, por exemplo.

O atendimento automatizado facilita a vida de empresários de diversos setores, especialmente aqueles do segmento de alimentação que trabalham com delivery. Os clientes, ao entrar em contato com o restaurante, são atendidos por robôs capazes de apresentar o cardápio, sanar dúvidas e repassar os pedidos.

São destacados dois grandes desafios do negócio: equipe reduzida – até o momento a equipe se restringe apenas aos sócios – e a dificuldade de as pessoas entenderem a solução calcada na inteligência artificial.

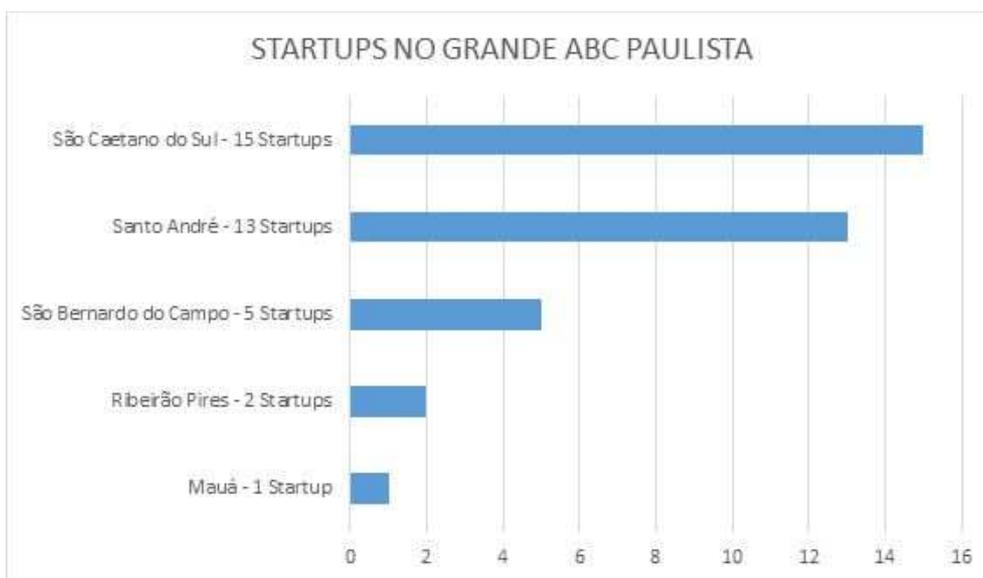
Um dos pontos altos da trajetória da *startup* ocorreu recentemente, durante o Campus Party. Durante a edição São Paulo do evento, a empresa do ABC participou do Desafio Sebrae *Like a Boss*. A iniciativa reuniu 48 *startups*, de 17 estados brasileiros, que se revelaram em pitches aos investidores, mentores e outros agentes de mercado.

A Botnicks avançou na competição e chegou à semifinal, classificando-se entre as 18 melhores do desafio.

## **6. As Startups do ABC no ano de 2018**

O mercado de *startups* na região do ABC é bastante diversificado, abrangendo diversos setores da economia. No ano de 2018, de acordo com site ABC Valley, existiam 36 *startups* na região.

**Figura 1 – Quantidade de Startups no Grande ABC Paulista, 2018**



Fonte: site ABC Valley. [www.abcvally.com.br](http://www.abcvally.com.br)

## 7. Detalhamento das *Startups* por Região

### São Caetano do Sul - 15 *Startups*

- 1) Animalle Estudio - Conteúdos em vídeo para setores educativos utilizando histórias e realidade virtual - <https://animalleestudio.com.br/>
- 2) Aulavox - Centro de Webinars - [www.aulavox.com](http://www.aulavox.com)
- 3) Bicho Ideal - Plataforma de conteúdos para animais de estimação.
- 4) Bilheteria Express - Plataforma de venda e gestão de ingressos para teatros e casas de shows - <https://bilheteriaexpress.com.br>
- 5) Casa Inclusiva - Consultoria e projeto de acessibilidade e tecnologias residências a distância - <https://casainclusiva.com.br>
- 6) DiaÚtil.com - Site que lista buffets abertos oferecendo descontos e aumentando faturamento de seus proprietários - <https://diautil.com>
- 7) Entropic Solutions - Tecnologias a partir de biomassa Ltda - Desenvolve polímeros a partir de biomassa ou resíduos industriais - <https://www.entropicsolutions.com.br/>
- 8) Esmero Marketing Digital - Agência de Resultados especializada em Marketing Digital - <http://agenciaesmero.com.br/>
- 9) Lance Hotéis - Permite ao viajante uma conexão direta para ofertar os melhores preços para qualquer tipo de propriedade - <https://lancehoteis.com>
- 10) Lua de Mel Cotas - Solução para noivos além de presente físico - [www.luademelcotas.com.br](http://www.luademelcotas.com.br)
- 11) Matriz Inovadora - Programa de Comunicação do Ecossistema de Inovação - [www.uptv.com.br](http://www.uptv.com.br)
- 12) Medei - Plataforma de gestão de pós desligamento - [www.medeiconsultoria.com](http://www.medeiconsultoria.com)
- 13) Ninja Team Brasil - Comunidade de Devs, realiza palestras, Minicursos, Eventos, Workshops e Hackatons no ABC - <https://medium.com/@ninja.team.brasil>
- 14) Quantum Escola de Empreendedorismo - Escola de Empreendedorismo, Programação e Robótica - <http://quantumspace.com.br>
- 15) UGrowth - Marketplace para coaches - [ugrowth.com.br](http://ugrowth.com.br)

### Santo André – 13 *Startups*

- 1) Abrace - Aplicativo de troca de experiências entre deficientes e simpatizantes - <http://abrace.com.br/>
- 2) Apponte.me - Plataforma de relógio de ponto que reduz custos das empresas - <http://www.apponte.me/>
- 3) Em-motion - Escola online de negócios - <https://www.em-motion.org/>
- 4) Engage - Plataforma gamificada de aprendizagem que aumenta em 4X a participação nos treinamentos - <https://www.engage.bz/>

- 5) Filho sem Fila - Sistema de segurança e logística de saída de alunos - <https://www.filhosemfila.com.br/>
- 6) Myvillage - Seu condomínio inteligente - Plataforma de comunicação, gestão e controle de acesso para Condomínios - <https://myvillage.com.br>
- 7) My First *Startup* - Escola de Empreendedorismo - [myfirststartup.com.br](http://myfirststartup.com.br)
- 8) Negocie - Plataforma para criar e gerenciar propostas comerciais - <https://negocieapp.com.br/>
- 9) Receptiva - Plataforma voltada para inscrição e gerenciamento - <https://www.receptiva.in/>
- 10) UniverSaúde - Desenvolvimento de ações de apoio e educação para gestores e profissionais de saúde - <https://www.universaude.com.br/>
- 11) Universidade do Marketing - Plataforma de cursos online na área de marketing e afins - <https://universidadedomarketing.com.br/>
- 12) VSAT Aerospace - Programa espacial privado brasileiro para pesquisa e desenvolvimento - <https://facebook.com/vsataaerospace/>
- 13) Workingtogether - Empresa de Coworking - <https://www.workingtogether.com.br/>

### **São Bernardo do Campo (5 *Startups*)**

- 1) Bilbbo - Plataforma de streaming literário que conecta escritores e leitores - <https://www.bilbbo.com/>
- 2) Botnicks - Software house especializada em chatbot - <https://www.botnicks.com/>
- 3) Inovacademy - Plataforma de empreendedorismo e inovação aberta que conecta TCCs, mestrados e doutorados - <http://www.inovacademy.com/>
- 4) PlugUp Charge Your Life - Infraestrutura de recarga para veículos elétricos leves - <https://www.plugup.com.br/>
- 5) YouZ - Sistema de ensino bilíngue - [www.youzbilingue.com.br](http://www.youzbilingue.com.br)

### **Ribeirão Pires (2 *Startups*)**

- 1) Liigo - Marketplace que conecta universitários com professores particulares - <https://liigo.co/>
- 2) Tudous - Plataforma digital para lojas físicas que facilita a vida do consumidor - <https://tudous.com.br>

### **Mauá (1 *Startup*)**

- 1) Empreenda Revista - Revista de negócios focada em conteúdo empreendedor - <https://empreendarevista.com.br>

## **8. Setores ocupados pelas *Startups* do Grande ABC**

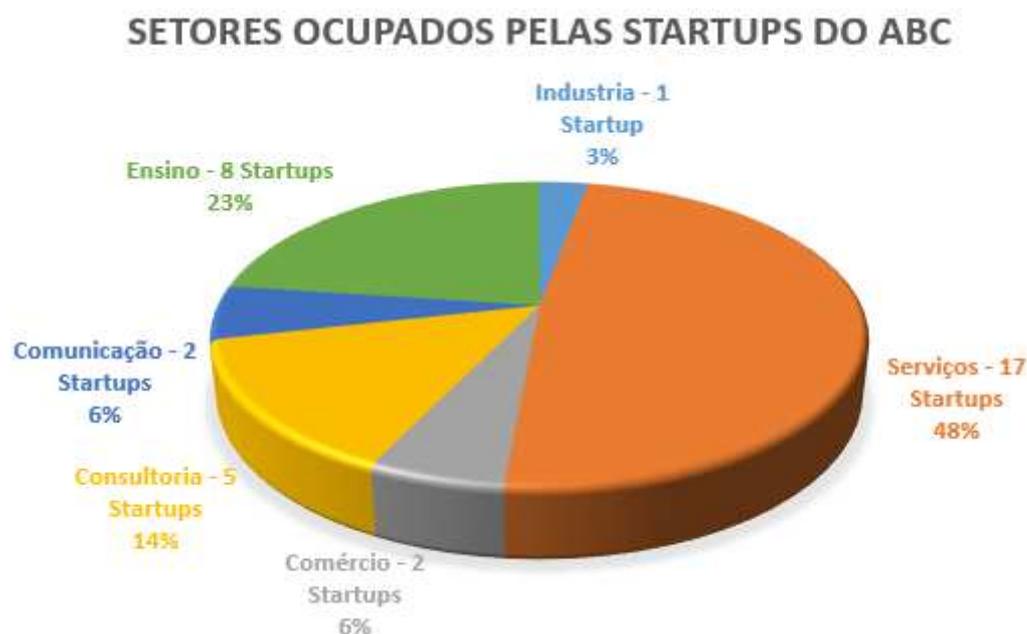
As *Startups* estabelecidas no ABC ocupam diversos setores econômicos divididos em seis áreas, são elas:

### **Número de *Startups* por setor no Grande ABC Paulista, 2018**

Serviços	17
Ensino	8
Consultoria	5
Comércio	2
Comunicação	2
Indústria	1
Outros	1
<b>Total</b>	<b>36</b>

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações do site ABC Valley. [www.abcvally.com.br](http://www.abcvally.com.br)

**Figura 2 – Gráfico dos setores econômicos ocupados pelas Startups do ABC**



Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações do site ABC Valley. [www.abcvalley.com.br](http://www.abcvalley.com.br)

## **9. Desafios para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor do ABC Paulista**

Identifica-se que a comunidade e a sociedade civil estão criando uma cultura empreendedora e dinâmica para formar o ABCValley. Contudo, os agentes públicos, principalmente o Consórcio Municipal da Região do ABC, não demonstram fazer parte deste movimento ou ecossistema de forma institucional. Constatam-se movimentos isolados por parte do Município de Santo André, que colocou em prática a iniciativa do PichGov cujo objetivo é a realização de chamamentos públicos, para que interessados apresentem soluções inovadoras às demandas indicadas pelo município. Em São Caetano do Sul, foi anunciada parcerias com empresas de tecnologia Google *for Education* e também a reforma de espaços públicos para abrigar parques tecnológicos. E ainda, em São Bernardo do Campo, foi apresentada uma via mais acadêmica com o projeto *Open Pict* voltando para seleção de trabalhos de conclusão de cursos de formandos do ensino superior. Constatando assim, que de forma Institucional não existe uma comunicação conjunta de políticas públicas para apoiar um direcionamento do Ecossistema de *Startups* no ABC Paulista.

---

**Álvaro Barbosa da Silva Júnior.** Advogado e Pós-graduado em Atualização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Presidente da Comissão de Internet das Coisas (OIT) da Subseção dos Advogados de São Caetano do Sul. Associado do ITESCS - Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul. Integrante da Associação Brasileira de Startups através da Startup Trato a Trato.

## **Referências Bibliográficas**

1 Silva, Paulo Roberto. O ecossistema de startups na Região do Grande ABC Paulista. 2ª Carta de Conjuntura da USCS. Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, CONJUSCS. maio 2018. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs)

2 Matos, Felipe e Ramos, Pedro. Manual de Boas Práticas em Políticas Públicas de Apoio à Startups. Dínamo, 2018.

- 3 Kon, Fabio et al. A panorama of the Israeli software startup ecosystem. 2014.
- 4 Ries, E. A startup enxuta. São Paulo: Lua de Papel, 2012.
- 5 Saxenian, Anna Lee. Regional networks and the resurgence of Silicon Valley. California management review, v. 33, n. 1, p. 89-112, 1990.
- 6 Thiel, P. De zero a um: o que aprender sobre empreendedorismo com o Vale do Silício. São Paulo: Objetiva, 2014.
- 7 Up Global. Fostering a Startup and Innovation Ecosystem (white paper). 2014.
- 8 O Estado de São Paulo. ABC é mais Vale do Silício do que Detroit, avalia especialista. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abc-esta-mais-para-vale-do-silicio-do-que-para-detroit,70002475872>
- 9 Negócios em Movimento. Empreendedores do ABC fazem startups decolarem. Disponível em: <https://www.negocioemmovimento.com.br/startups/empreendedores-do-abc-fazem-startups-decolarem/>
- 10 Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Inovação e Empreendedorismo USCS. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/?idf=5442>
- 11 ABC Valley. Disponível em: [www.abcvally.com.br](http://www.abcvally.com.br)
- 12 Negócios em Movimento. Com o Open Pitch, São Bernardo cria projeto de fomento ao desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://www.negocioemmovimento.com.br/startups/com-o-open-pitch-sao-bernardo-cria-projeto-de-fomento-ao-desenvolvimento-economico/>

## 25. O CAPITAL NÃO É GELEIA

Jefferson José da Conceição

### Resumo Executivo

A nota técnica é um dos textos que compõem o livro “Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira”, publicação recém lançada (dezembro de 2019) pela Editora Didakt. No caso específico do texto ‘O Capital não é geleia’, o autor discute uma política de regulação para o caso de fechamento e transferência de plantas industriais – como o que aconteceu com o fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo – visando minimizar seus efeitos econômicos, sociais e urbanos. O livro, de 407 páginas (disponível para a aquisição em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br)) é um registro organizado do esforço do intelectual militante que buscou interagir com a realidade econômica e social brasileira nas últimas três décadas, entendendo-a em sua complexidade e especificidade com vistas a transformá-la. Fora da caixa fechada dos ensinamentos clássicos do liberalismo econômico, o autor procura apresentar sugestões e proposições (heterodoxas ou não convencionais) de caminhos a trilhar rumo ao desenvolvimento, quase sempre em direção a uma terceira via entre o livre mercado (a mão invisível) e o Leviatã (uma economia e sociedade totalmente planejada e estatizada). Algumas das ideias e proposições discutidas pelo autor tornaram-se realidade. Entre elas as Câmaras Setoriais; a Câmara Regional; a Política de Valorização do Salário Mínimo; os Arranjos Produtivos Locais (APLs), com a aproximação da gestão pública, cadeia produtiva e universidades; o Turismo Industrial, entre outros. Outras podem ser aperfeiçoadas e serem implantadas. Assim, a intenção é que este livro contribua também com um “olhar para frente”, para o futuro. E proporcione uma leitura e interpretação dinâmica e intuitiva. O livro está estruturado em seis partes que se complementam: Desenvolvimento e políticas de combate à crise; Desenvolvimento e política monetária e de crédito; Política industrial e de apoio à tecnologia, desenvolvimento e inovação; Políticas ativas de emprego e renda e desenvolvimento das relações de trabalho; Desenvolvimento e Políticas Sociais de Equidade; Políticas de desenvolvimento local.



As ideias liberais têm sido apresentadas pelas atuais (2017) autoridades econômicas brasileiras como antídoto para os supostos males gerados pelas políticas econômicas e sociais “excessivamente regulamentadoras do mercado”. Na lógica do atual Governo, as políticas econômicas e sociais das gestões anteriores não teriam sido “market friendly”. Neste discurso, o Governo conta com o apoio de outras instancias de poder: Partidos, Congresso, STF, entre outras.

Este ambiente interno “pró-mercado” é o que orienta as Reformas da Previdência e Trabalhista, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos por 20 anos, a flexibilidade na produção e exploração do petróleo, entre outras iniciativas do Governo.

Nesta toada, as autoridades e a intelectualidade de formação liberal costumam acusar os intelectuais contrários ao liberalismo de atrasados e de realizar políticas distorcidas e ineficazes.

Muitas vezes, os liberais referem-se aos EUA como exemplo a ser seguido para atingirmos nosso desenvolvimento. Desta forma, estamos à procura de comentários de representantes do liberalismo brasileiro sobre as ações do Presidente Donald Trump, recém-empossado. No primeiro mês de seu governo, Trump deu ordens para construir o muro na fronteira com o México (retomando a prática

dos feudos); retirou os EUA do bloco do Transpacífico (que visava incrementar o comércio em um grande número de países que compõem o acordo); decretou controle de migração de refugiados e cidadãos de países de maioria muçulmana (o que significa impor barreira ao livre fluxo da força de trabalho).

Os depoimentos de Trump no último dia 17/2/2017 devem ter sido ainda mais intragáveis para os nossos liberais de plantão. Em evento na Carolina do Sul, Trump disse: *“as empresas que demitirem americanos e levem suas operações para o exterior terão uma punição substancial (...). Brigarei por cada [sic] um dos empregos americanos”*.

Mais: ainda na campanha eleitoral, Trump declarou que sobretaxaria produtos feitos no exterior em nações que tivessem custos de produção menores e, desde esses países, exportassem estes produtos para os EUA. De acordo com a imprensa, empresas como GM, Ford e Walmart entenderam o recado e retraíram projetos na Ásia e na América Latina. Estes projetos, ao que parecem, passarão a ser executados em fabricas nos EUA.

Não nos alinhamos entre aqueles que admiram Donald Trump. Ao contrário, cremos que os EUA e o “resto do mundo”, com Trump, viverão uma instabilidade política e econômica acentuada. O cenário internacional tornou-se muito complexo.

Entretanto, nosso objetivo aqui ao citar Trump foi apenas o de mostrar as contradições do discurso liberal. Em definitivo, os EUA não seguem hoje uma política de liberdade econômica no interior de suas fronteiras e tampouco nas suas relações internacionais.

Outro depoimento digno de registro na semana foi o do ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional - FMI, Olivier Blanchard, em entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 19/2/2017. Por certo ninguém acusará o FMI de instituição vinculada a marxistas, esquerdistas ou mesmo desenvolvimentistas. Isto torna ainda mais emblemáticas as afirmações. Na entrevista, Blanchard, que liderou o FMI entre 2008-2015, admite *“um possível acordo para a taxação de fluxos de capitais em situações emergenciais”* e sustenta que cabe regulação flexível do setor bancário, *“com regras mais rígidas em períodos de expansão e menos estritas nos momentos de desaceleração”*.

Diante do que dizem personalidades como Trump e Blanchard, e comparando com o que vivem repetindo os nossos liberais de plantão, podemos concluir que os liberais brasileiros querem ser mais realistas que o rei.

## **A necessidade de regulamentar o fluxo de capital**

Os depoimentos de Trump também nos fazem retomar neste artigo considerações que já havíamos levantado em artigos anteriores a respeito do nosso questionamento ao pressuposto de que o capital tem e deve ter total flexibilidade. Discordamos da plena flexibilidade ao capital, às empresas.

Em uma sociedade civilizada, o capital - seja ele produtivo ou financeiro - deve ser estimulado a acumular lucros, investir e crescer (gerando inovações, desenvolvimento, renda e empregos); mas deve também cumprir exigências impostas pela sociedade, como parte do pacto social que visa evitar a barbárie (o desemprego, o vazio nas cidades; a quebra de relações com fornecedores, agências de desenvolvimento local, universidades, entre outras instituições).

Incluímos-nos entre aqueles que acreditam que, mesmo em uma economia capitalista, a sociedade deve instituir padrões civilizatórios mínimos. Isto significa que a propriedade e as decisões empresariais devem também cumprir uma função social. Aliás, é isto que, no Brasil, prega a Constituição Federal em seu artigo 170 em seu inciso 3.

Nos parágrafos a seguir retomamos nossas propostas de regulamentação dos casos em que se verifica fechamento de plantas das empresas. Nossas propostas de regulamentação em situações de fechamento de plantas das empresas.

## **As propostas aqui apresentadas visam regulamentar as decisões de ir e vir das empresas**

As propostas aqui apresentadas visam regulamentar as decisões de ir e vir das empresas em relação às suas plantas produtivas, maquinários e pessoas, de uma localidade para outra, por meio de fechamento de fábricas (plantas, unidades produtivas) e sua transferência para outra localidade. O capital não é uma geleia que pode ir livremente de lá para cá, como um processo natural em busca de um suposto “equilíbrio” sem traumas.

Nossas propostas chocam-se, é claro, com o pressuposto de que a decisão da desinstalação e transferência de uma unidade produtiva é de responsabilidade exclusiva da empresa. Na visão liberal, nesta decisão não cabe a obrigatoriedade da empresa ouvir o território (município, região, Estado, País) e instituições sociais nele presentes (governos, sindicatos, demais empresas, instituições de ensino e pesquisa, entre outros). Desde que pagos os impostos e os direitos trabalhistas, não é pertinente ao território e às instituições interferirem no processo.

Os liberais em geral acreditam que a função social da empresa é cumprida quando ela gera empregos, recolhe tributos e gera retorno para seus acionistas, estimulando sua continuidade. Nós, economistas não alinhados com as ideias liberais, entendemos que a função social da propriedade vai muito mais longe: ela inclui a responsabilidade social e ambiental.

Uma decisão unilateral que só considera o lucro dos acionistas e deixa uma comunidade no abandono, desempregada, privada das receitas tributárias e do incentivo à atração de fornecedores e prestadores de serviços, acrescentando o problema dos vazios urbanos e galpões inativos para a própria comunidade solucionar, não corresponde absolutamente ao conceito de função social da propriedade inscrito na Constituição.

### **A expansão recente do fechamento e transferência de fábricas no Brasil**

Mais de 4450 indústrias de transformação, dos mais diferentes portes e segmentos, “fecharam suas portas” em 2015 no Estado de São Paulo. Este número de encerramento de plantas industriais é 24% superior ao verificado em 2014, quando 3.584 fábricas deixaram de operar. Os números são da Junta Comercial e foram veiculados pela imprensa no início deste ano. As informações referem-se ao Estado, mas o fenômeno acontece em todo o país.

Em alguns casos, o fechamento puro e simples da unidade produtiva é o único movimento realizado pela empresa. Em outros, verifica-se fechamento da unidade e transferência das atividades para outras localidades. Segundo as empresas, na grande maioria dos casos o agravamento da crise da economia brasileira é a causa principal do fechamento de fábricas.

Este processo é muito preocupante, porque o expressivo número de encerramento de fábricas não se observava no Brasil desde os draconianos tempos de crise e reestruturação produtiva da década de 1990, quando vivíamos sob a hegemonia das políticas neoliberais. A preocupação com a crise atual da indústria brasileira (e o conseqüente fechamento de fábricas) cresce ainda mais porque a tendência é o seu agravamento, em função do acirramento da crise econômica.

São vários os exemplos recentes de fechamento de fábricas pelo país. Citaremos apenas alguns dos casos para ilustrar.

Na Região do ABC Paulista, o Grupo SEB (cuja sede fica na França) declarou, em 16/02/2017, que irá fechar a tradicional fábrica da Panex em São Bernardo. De modo aproximado, são 200 trabalhadores na planta que terão seus empregos eliminados. O grupo é dono de marcas como Arno, Clock, Panex e Rochedo. De acordo com a empresa, a produção que é feita em São Bernardo será transferida para “a nova planta de Itatiaia, na região sul do Rio de Janeiro”. Os trabalhadores da Panex reagiram de maneira imediata e acamparam na frente da fábrica, com o objetivo de impedir a saída de maquinário e realizar tratativas para a manutenção da unidade.

Em abril de 2016, foi anunciado o fechamento da tradicional fábrica de produtos Arno no bairro da Moóca, na Cidade de São Paulo. De propriedade do Grupo SEB, a fábrica produzia eletroportáteis (liquidificadores, aspiradores, ventiladores etc.) e empregava 625 pessoas. Mais de 450 empregos foram afetados em função da transferência das atividades de produção para Itatiaia, no sul do Rio de Janeiro. A princípio, as fábricas do mesmo grupo localizadas em São Bernardo do Campo e em Jabotão (PE) continuariam operando sem alterações. O Grupo SEB é também detentor das marcas Panex, Krups, Clock, Rochedo, T-Fal e Lagostina.

Ainda no Estado de São Paulo, outros exemplos emblemáticos de fechamentos de fábricas ocorreram em Guarulhos, Americana, Jacareí e Sorocaba. Em Guarulhos, as empresas metalúrgicas Eaton, Maxion e Randon anunciaram encerramento de atividades produtivas e plantas industriais. Em Americana, a Polyenka, empresa fabricante de produtos têxteis, que chegou a ter mais de dois mil empregados no final da década de 1990, declarou, em janeiro deste ano, o encerramento das atividades.

Em Jacareí, outro fabricante de produtos têxteis, a Rhodia (do grupo Solvay), já havia decidido fechar a fábrica na cidade e concentrar a produção em Santo André. No segmento siderúrgico, a Gerdau também anunciou, em julho de 2014, o fechamento de sua fábrica em Sorocaba, com a transferência da produção do laminador para a fábrica da empresa em Mogi das Cruzes.

Um exemplo fora do Estado de São Paulo é a PK Cables do Brasil, empresa de autopeças produtora de componentes elétricos (chicotes). A empresa anunciou, em dezembro de 2015, a desativação de sua produção em Curitiba, no Paraná. O mesmo grupo já tinha havia encerrado as atividades em Itajubá (MG).

## **Regulamentar o fechamento e transferência de fábricas**

Em 2001, na subseção DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ajudamos a elaborar propostas sobre o assunto do fechamento e transferência de fábricas. A intenção era provocar o debate e propiciar subsídios às discussões do movimento sindical, entidades representativas do empresariado brasileiro e poderes executivo, legislativo e judiciário. Na prática, nosso objetivo era oferecer um norte para a elaboração de um Código de Conduta Social (a ser transformado em Lei), que regulamentasse o fechamento e a transferência de estabelecimentos produtivos no Brasil.

Transcorridos quase duas décadas, as proposições continuam válidas. As causas e consequências que envolvem o fechamento de fábricas foi o tema também do nosso livro “Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e Poder Público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC” publicado pela Editora ABCDMaior em 2008.

## **Proposta de Código de Conduta Social para as empresas que realizam fechamento e transferência de estabelecimentos produtivos no Brasil**

Os inúmeros estabelecimentos produtivos (...) desativados nos últimos anos no país, e os efeitos perversos dessas desativações sobre regiões e comunidades inteiras tornam nítida a necessidade da revisão das regras que regem a abertura e o fechamento de estabelecimentos produtivos no Brasil.

Em um ambiente de desmedida flexibilidade das leis, acompanhado muitas vezes pelas benesses da guerra fiscal, verifica-se a ampliação de processos de “racionalização” da produção promovida pelas grandes empresas estrangeiras e nacionais. Entre esses processos está a transferência da atividade produtiva de uma localidade para a outra, isto é, determinado estabelecimento é fechado e a sua produção (normalmente acompanhada do maquinário) repassada para outros estabelecimentos da mesma empresa ou grupo econômico.

As empresas argumentam que a transferência de estabelecimentos não traz perda para o país como um todo, à medida que os empregos, os tributos e a tecnologia seriam meramente deslocados de uma região para outra. Sabe-se, no entanto, que isso não acontece. Na maior parte dos casos, tem ocorrido perda líquida de empregos. Perdem-se também os poucos centros de pesquisa e

desenvolvimento instalados nas antigas áreas. Por fim, a guerra fiscal trata de reduzir a arrecadação em geral.

Os efeitos das desativações sobre as comunidades costumam ser catastróficos e, em geral, não fazem parte do cálculo empresarial a preocupação com o desemprego, a queda de arrecadação, a diminuição da qualidade de vida e os vazios urbanos (na forma de galpões abandonados nas cidades). Anos de desenvolvimento tecnológico e de *know-how* dos trabalhadores e fornecedores são relegados ao segundo plano.

As propostas que se seguem visam subsidiar o debate na sociedade brasileira para a elaboração de projeto de lei para regulamentar a transferência de unidades produtivas no país.

## As propostas

**1. Aviso prévio:** A empresa avisará aos sindicatos de trabalhadores e autoridades locais (Prefeitura, por exemplo), com antecedência mínima de 12 meses, da intenção de encerrar as atividades produtivas de determinado estabelecimento produtivo e a transferência da produção para outras unidades da empresa ou grupo econômico.

**2. Transferência dos empregos:** Aos trabalhadores da planta em desativação será obrigatoriamente oferecida pela empresa a opção de realocação para outra unidade produtiva da empresa no país, ou em seus fornecedores, quando houver acordo para isso. Os funcionários terão a garantia de realocação em função compatível com a que possuíam na antiga unidade, ressalvados os casos de promoção. No caso da aceitação pelo funcionário do seu deslocamento geográfico para outra unidade produtiva no país, será concedida estabilidade no emprego por 24 meses contados a partir da data do seu deslocamento.

**3. Voluntariado:** A demissão voluntária, quando ocorrer, deverá ter o pagamento mínimo de x% do salário mensal para os trabalhadores que tiverem acima de “y” anos de tempo de casa; e de z% para os trabalhadores com tempo de casa inferior.

**4. Garantia de curso de requalificação:** Para os trabalhadores do voluntariado, a empresa deverá garantir curso de requalificação, a ser formulado em conjunto com o sindicato de trabalhadores da respectiva categoria profissional.

**5. Cooperativas:** Sempre que não houver um comprador imediato das instalações e do maquinário do antigo estabelecimento produtivo que viabilize o prosseguimento das atividades e dos empregos, os trabalhadores demitidos pela antiga empresa terão direito à compra dos respectivos ativos, visando à constituição de cooperativas de trabalhadores. Essa compra contará com a facilitação das verbas rescisórias e com a criação de linhas de financiamento diferenciadas por parte do BNDES.

**6. Revitalização dos “vazios urbanos”:** A empresa que realizar transferência de estabelecimentos ficará responsável pelo pagamento do IPTU integral da mesma área, pelo período de mais dois anos, a partir da data do encerramento das atividades de produção. De modo obrigatório, os recursos, durante esse período, deverão ser utilizados pela prefeitura para o apoio a projetos de revitalização da área, em especial na forma de atração de novas unidades produtivas para o local.

**7. Recuperação ambiental:** As áreas desativadas por processos de transferência de estabelecimentos serão objeto de laudo ambiental realizado pela Prefeitura local. Os custos para a realização desses laudos serão pagos pela empresa que realiza a transferência. Nos casos em que forem diagnosticados problemas ambientais, fruto da atividade produtiva anterior, a Prefeitura deverá prever os recursos financeiros necessários para a recuperação ambiental da área. Esses recursos serão cobrados da empresa que realizou a transferência e somente poderão ser utilizados para esse fim.

**8. FAT:** Não será permitida a captação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para gastos relativos ao fechamento de estabelecimentos produtivos, tais como pagamento de verbas rescisórias.

**9. Multa:** o não cumprimento dessa lei tornará a empresa sujeita à multa”.

## Notas

[1] Publicado no site do jornal ABCDMaior, em 20 de fevereiro de 2017.

---

**Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: [www.blogdojeff.com.br](http://www.blogdojeff.com.br). Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 pág.). Disponível em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS podem acessar os links abaixo:

**1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

**2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

**3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

**4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

**5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

**6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-6a-carta-de-conjuntura/>

**7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>

**8ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-8a-carta-de-conjuntura/>

**9ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-9a-carta-de-conjuntura/>

**Notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura (Março/2018):**

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição*
2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017- *Jefferson José da Conceição*
4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 – 2017 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto, Antonio Aparecido de Carvalho e Ricardo M. Kawai*
7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - *José Turíbio de Oliveira*
8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS*
9. INDICADORES INPES - *Daniel Giatti*

## **Notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura (Maio/2018):**

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 - *Francisco R. Funcia*
2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA - *José Carlos Garé*
3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITALIS - *Ricardo Makoto Kawai*
7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza e Rubens Topal de C. Bastos*
8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza*
9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA- *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. “SMART CITIES” E INVESTIMENTO PRIVADO NA “INDÚSTRIA 4.0” DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniel Vaz*
11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA - *Volney Gouveia*
12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto e Antônio Aparecido de Carvalho*
14. O ECOSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA- *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)*
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL - *Beatriz Tauany Silva, Dariane Beatriz Marino Cardoso, Bianca Martins dos Santos, Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa, Maria Eduarda Amaral Vieira e Rafael Fassina*
17. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017) - *Daniel Giatti*

## Notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura (Agosto/2018):

1. A 'VIA CRUCIS' DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DE LUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018 - *Jefferson José da Conceição*
4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Volney Aparecido de Gouveia*
5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO - *Volney Aparecido de Gouveia*
6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - *Daniel Vaz*
7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL - *Roberto Vital Anau*
8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO - *Ricardo Makoto Kawai*
10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)*
11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA - *Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)*
14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA - *Maria do Socorro Souza*
15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA? - *Wendell Cristiano Lepore*
16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016) - *Francisco R. Funcia*
18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? - *Enio Moro Junior*

## Notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura (Outubro/2018):

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS- *Daniel Vaz*
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS - *Jefferson José da Conceição e Ricardo Kawai*
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA - *Vinicius Silva*
4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Érick da Silva Cortes e Lúcio Flávio da Silva Freitas*
5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - *Francisco R. Funcia*
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL - *Irene Cantero Barone, Regina Albanese Pose e Tânia Fator*
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Edson Brunelli Rodrigues, Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS*
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CEJUSCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO - *Roberto Vital Anau*
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto (ITESCS)*
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D - *Maria do Socorro Souza*
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – *Gleibe Pretti*
20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA - *Volney Aparecido de Gouveia*

22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*

### **Notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura (Dezembro/2018):**

1. ESTATÍSTICA, PESQUISAS E ELEIÇÕES - *Regina Albanese Pose e Daniel Giatti de Sousa*

2. UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E IMPACTO NO EMPREGO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*

3. A DESIGUALDADE RACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES CONSIDERAÇÕES - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*

4. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*

5. INDICADORES DE HOMICÍDIO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*

6. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DO CENTRO DE TRIAGEM DE COLETA SELETIVA DE SÃO CAETANO DO SUL - *Raquel da Silva Pereira, André Luiz da Silva e Maria Lúcia Soares do Amaral*

7. GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SANTOS E SÃO VICENTE: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

8. NOTAS PRELIMINARES PARA O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE RETIRADA DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SAÚDE DO CÔMPUTO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA ESSAS DESPESAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - *Francisco R. Funcia*

9. REPASSES FEDERAIS E INTERVENÇÕES URBANAS NO GRANDE ABC PAULISTA: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PROPOSITIVA - *Enio Moro Junior*

10. TREINAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: OPÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

11. EMPREENDEDORISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - *Luiz Lopes Schimitd – Presidente do ITESCS*

12. MOVIMENTO MIGRATÓRIO E CULTURA EMPREENDEDORA: ANÁLISE COMPARATIVA DO GRANDE ABC PAULISTA FRENTE ÀS DEZ CIDADES MAIS EMPREENDEDORAS - *Paulo Roberto Silva – Diretor do ITESCS*

13. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO NO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE - *Vinicius Oliveira Silva*

14. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NAS LEIS DE FALÊNCIAS DOS EUA E DO BRASIL: BREVE COMPARAÇÃO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

15. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CAUSAS - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

16. INDÚSTRIA 4.0: OFERTAS DE CURSOS SUPERIORES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro Souza*

17. OS NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS: UM OLHAR ESTRATÉGICO NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL- *Elaine Mattioli – Diretora de RH da Termomecânica e Executiva do Grupo G3 de RH*

18. IMPACTO ECONÔMICO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*

19. VINTE E QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS SERÃO CRIADOS NA ECONOMIA VERDE NO MUNDO ATÉ 2030: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO GRANDE ABCPAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*

20. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*

### **Notas técnicas da 6ª Carta de Conjuntura (Fevereiro/2019):**

1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? - *Joaquim Celso Freire Silva*

2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA - *Luis Carlos Burbano Zambrano*

3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES - *Daniel Vaz*

4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 - *Alessandra Santos Rosa*

6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA - *Vinicius Oliveira Silva*

8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA - *Roberto Vital Anau*

9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - *Maria do Socorro Souza*

12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 - *Luiz Schimidt (Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS)*

13. REDE FABLAB ABC - *Enio Moro Junior*

14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA - *João Lucas Moreira Pires\**

15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - *Volney Gouveia*

16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES - *Luiz Felipe Xavier*

17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL - *Francisco R. Funcia*
18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA–*Stefanie Sussai*
19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*
21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE - *Aristogiton Moura*
22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) - *Antônio Fernando Gomes Alves*
23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato X. de Melo*
24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - *Vânia Viana*

#### **Notas técnicas da 7ª Carta de Conjuntura (Abril/2019):**

1. OS DESAFIOS DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS NEGOCIAÇÕES PELA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FÁBRICA DA FORD EM SBC NA VISÃO DE UM DOS SEUS NEGOCIADORES – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO TID-BRASIL, RAFAEL MARQUES - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
2. A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA PELA GENERAL MOTORS NOS ESTADOS UNIDOS E A FORTE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM 2009 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
3. A MUDANÇA NO PERFIL DO EMPREGO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2017: COMO OS NÚMEROS DEVEM SER LIDOS - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
4. UMA NOVA ERA DA MANUFATURA - *A new manufacturing era - Roberto dos Reis Alvarez*
5. PANORAMA DE ÁREAS CONTAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO GRANDE ABC, E A RELAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS COM A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA - *Nathália Vegi Bohner e Ricardo Gallinaro Pessoa*
6. O GRANDE ABC ESTÁ PREPARADO PARA A MOBILIDADE COMO SERVIÇO? - *Daniel Vaz*
7. ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DO AEROPORTO NO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. NOVAS VERTENTES DA ECONOMIA, ECONOMIA CRIATIVA E MERCADO DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
9. REDE FABLAB JR. PARA O ENSINO MÉDIO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
10. DENSIDADE DE BANDA LARGA FIXA NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva*
11. “TOP OF MIND ABC”: AS MARCAS MAIS POPULARES ENTRE OS CONSUMIDORES DA REGIÃO - *Mauricio Mindrisz*

12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
13. INDICADORES CRIMINAIS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa*
14. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS TAXAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniela Bucci*
15. MAUS TRATOS CONTRA CRIANÇAS NO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS IMPACTOS - *Flavia Pereira dos Santos*
16. INTOXICAÇÃO ALIMENTAR: RESULTADOS DE UMA AMOSTRA DE LOJAS NO GRANDE ABC PAULISTA DE UMA REDE DE FAST FOOD - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Bianca Matiello, Letícia de Souza Gonçalves, Nathália Ruiz Sinefonte e Rodrigo Ramos*
17. ENTEROBACTÉRIAS E PARASITAS PRESENTES EM FRUTAS E HORTALIÇAS DE SUPERMERCADOS E FEIRAS LIVRES DE MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL E SÃO PAULO - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Beatriz Guedes de Moura, Priscila Silva Brandão e Sara Stefanie Ferreira Conceição*
18. MORTES NO TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. A EPIDEMIA DE DENGUE EM 2019 NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
20. EXTENSÃO1 UNIVERSITÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO JARDIM RINA E ADJACÊNCIAS - *Luis Felipe Xavier*
21. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE RECURSOS NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE GUARUJÁ: PROJETO CIDADANIA VIVA - *Márcia Célia Galinski Kumschlies e Sidnei Aranha*
22. DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO PROSPECTIVO COM O PLANEJAMENTO DO PERÍODO DO GOVERNO - *Gloria Patricia Ramírez Gálvis*
23. MODERNIZAR, GOVERNAR E FAZER POLÍTICA EM TEMPOS LÍQUIDOS - *Aristogiton Moura*
24. A INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS - *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*
25. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRASIL: UMA ATIVIDADE COM REPRESENTATIVIDADE CRESCENTE NA ÚLTIMA DÉCADA - *Fernando Semenzato*
26. CHINA, AMÉRICA LATINA, E A INICIATIVA “UM CINTURÃO, UMA ROTA” - *Adhemar S. Mineiro*

### **Notas técnicas da 8ª Carta de Conjuntura (Julho/2019):**

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL - *Adhemar S. Mineiro*
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE) - *Leandro Horie e Adriana Marcolino*
3. CORPORATE GOVERNANCE AND NEW COMPANY AND COUNCIL PROFILE - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA - *Roberto Vital Anau*
5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO - *Flavia Pereira dos Santos*

6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO - *Enio Moro Junior*
10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ - *Luis Felipe Xavier e Robson da Silva Moreno*
11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET - *Aristogiton Moura*
12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - *Antônio Aparecido de Carvalho, Leonardo Birche de Carvalho, Milton Carlos Farina e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL - *Scarlett Rodrigues da Cunha*
16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*
17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A “REINDUSTRIALIZAÇÃO” DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flavio da Silva Freitas*
18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE - *Marta Angela Marcondes, Fernanda Amate Lopes e Paula Simone da Costa Larizzatti*
21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDIMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ - *Marta Angela Marcondes e Viviane Pereira Alves*
22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE? - *Andréa Lacerda e Fernanda Avanzi*
23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Alessandra Santos Rosa, Jefferson José da Conceição e Vânia Viana*
24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Ana Paula Lazari Ferreira*

## **Notas técnicas da 9ª Carta de Conjuntura (Setembro/2019):**

1. CENTRO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO DA USCS (CAU-USCS): OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL – *Cibele Cristine Remonds Sequeira, João Carlos da Silva Bizario, Regina Maura Zetone Grespan, Simonne de Nazareth Carmona Quaglia e Sonia Regina Pereira de Souza*
2. A ASFIXIA FINANCEIRA DO SUS E OS REFLEXOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC: O QUE FAZER? – *Francisco R. Funcia e Carlos O. Ocké-Reis*
3. ALIMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL NO BRASIL E PROJEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Carolina B. F. Gouveia*
4. SINDROME DE *BURNOUT*: UM ESTUDO SOBRE A DOENÇA E SEUS IMPACTOS NOS TRABALHADORES – *Flávia Pereira dos Santos*
5. BANCOS E *FINTECHS*: COLABORAÇÃO E COMPETIÇÃO QUE AFETAM O EMPREGO NOS BANCOS E A OFERTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – *Vivian Machado de Oliveira Rodrigues*
6. INDÚSTRIA GRÁFICA: COMPARTILHAR É NECESSÁRIO – *Edilmo Oliveira Lima*
7. O ABC DA CRISE: LEITURAS DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO INSTITUTO DE PESQUISAS INPES/USCS – *Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. EMPRESAS PÚBLICAS: MITOS E FATOS – *Maria Rita Serrano*
9. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS LOJAS FRANCAS EM FRONTEIRA TERRESTRE – *DUTY FREE* – *Rosana Marçon da Costa Andrade*
10. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: INDICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS – *Volney Gouveia*
11. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA LIDERANÇA EXERCIDA NA SATISFAÇÃO POR PARTE DOS PARTICIPANTES DO APL – *Alessandra Bitante*
12. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – *Jacqueline de Souza Anjolin*
13. A INFLUÊNCIA DO PERFIL COMPORTAMENTAL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO – *Maísa Sodré*
14. DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E FOME: UMA PERSPECTIVA NACIONAL E DO GRANDE ABC – *Alessandra Santos Rosa*
15. INDICADORES DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA – *David Pimentel Barbosa de Siena*
16. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O MUNDO REAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RONDON SP® NO GRANDE ABC – *Stefanie Sussai*
17. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) NO CONTEXTO ATUAL – *Scarlett Rodrigues da Cunha*
18. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA – *Adriana Pereira da Silva*
19. ENTENDENDO O *BULLYING*, A DIFICULDADE EM QUANTIFICAR AS PRÁTICAS E COMBATER ESTA VIOLÊNCIA – *Celoy Sene Rodrigues Silva e Vinicius Oliveira Silva*
20. LOCAÇÃO SOCIAL E O GRANDE ABC: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS ITALIANA, FRANCESA E URUGUAIA – *Enio Moro Junior*
21. A SAUDABILIDADE ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – *Ana Elisa Beio Garcia*

22. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS É REALIDADE NAS INDÚSTRIAS E LARES BRASILEIROS, APONTAM ESTUDOS RECENTES – *Daniel Vaz*

23. INDÚSTRIA QUÍMICA E RELAÇÕES DO TRABALHO: ENTREVISTA COM PAULO LAGE, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS E ATUAL PRESIDENTE DO INSTITUTO ART DO SABER – *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Renata Veggi Tozato*

24. CONTRIBUIÇÕES INESPERADAS – *René Henrique Götz Licht*

